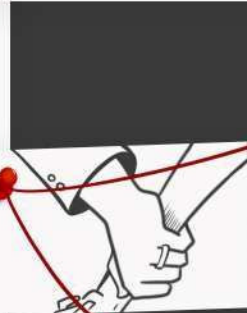


UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR



NÃO É NÃO!

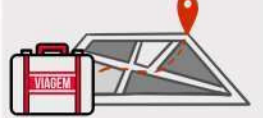


"MAS, DOUTORA, NAMORAR ALUNA É ASSÉDIO?":

Uma análise ética da violência de gênero no Instituto Federal do Maranhão.

Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo

URGENTE



CONFIDENCIAL

Porque as mães se submetem a um relacionamento abusivo? Mesmo os filhos falando que não há necessidade de fazer aquilo.

NÓS SOMOS FAUTOS DE UMA SOCIEDADE HIPÓCRITA?
#CriançasEmPerigo

Como o preconceito das mães não faz com que elas se submetam a um relacionamento abusivo? Mesmo os filhos falando que não há necessidade de fazer aquilo.

Se não quiser passar por isso.

São Luís
2022

Ja passei por vários assédios e um possível estupro, na minha família - até aqui no IFMA, obrigada por de... a essas meninas que não me... zação como tiver. mau

Tem uma amiga minha que tá grávida

10:33

De um professor 10:33

Ela é da graduação
E vai abortar e tá me pedindo ajuda
Eu não sei o fazer e o que dizer
Ela acabou de contar

SE A MÃE DE UMA MENINA OBRIGAR A MESMA A SE CASAR COM UM HOME MAIS VELHO (30 ANOS), E A MÃE NÃO QUISER, QUAL A SOLUÇÃO OBS: ELA FOI PROMETIDA DESDE RICO.

ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA RÊGO

NÓS SAMOS FAUTOS DE UMA SOCIEDADE HIPOCRITA?!

© (é um queção?)

ja tive caso de estupro. Muito ruim pensar por isso.

Mensagem apagada 10:32

Se não chora, não grita. Não sentiu nada

10:32

Eu li uma vez, que as pessoas só entenderiam essas dores se elas sangrassem...

10:32

A surpeito sobre a Paqueta. Como a gente deve lutar com isso em casos que não se percebe se há ou não comprometimento?

E não é... coisas que os meninos não passam... no meu curso mesmo... do médio até agora, machismo até nas disciplinas, nas peças de um motor

10:33

Que tem o macho e a fêmea, o macho sempre o maior e o mais importante e a fêmea um complemento básico para funcionar e sempre o

10:33

NÃO É NÃO!

"MAS, DOUTORA, NAMORAR ALUNA É ASSÉDIO?": UMA ANÁLISE ÉTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO.

Me oferecendo carona pra ir pra escola 10:43
Hoje eu não pego carona com ninguém 10:43
E ficávamos muito juntos dentro do ifma 10:43
E quando a gente brigava, ele mexia tanto com minha cabeça 10:43
Ele dizia que me amava 10:43
Que era mal julgado, que vida dele era ruim 10:44
Ai eu ficava com peso na consciência 10:44

Mas eu não vou desistir, quero tentar mais uma alternativa 17:18

E quero entrar com um pedido de mudança de sala 17:18

Pra ver se vai 17:18

É a sala? 17:19 ✓

Vous Q foi gente?

Eu tô péssima... mês de abril me trás muitas lembranças... ontem completou exatamente 7 anos que tive minha primeira relação com então eu tô assim... a mil 17:20

E em uma luta constante contra mim mesma 17:20

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para a defesa do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei.

Olha o nível 10:44
O abuso que sofri 10:44

No primeiro dia de aula que eu tive com ele
Ele perguntou meu nome e eu disse
Ele não conseguiu falar
E fez uma piada

Por ser diferente
Eu fiquei morta de vergonha
Assinei a frequência e fui entregar pra ele
Ele já olhou para meus seios

Obs: eu não estava de decote
Ai eu disse pra mim mesma, que era coisa da minha cabeça. Veio a semana e foi a mesma coisa. E isso ele me mandou msg

São Luís 2022

O meu caso é um pouco sério, que envolve uma perseguição da parte dele

Já fez 6 meses de assédio

Pq eu sou bolsista

Mais uma vez a porra do lattes dele sendo discutida... e isso me despertou um gatilho

De quando ele me ligava e eu apaixonada ficava quieta ouvindo ele acabar comigo só chorando

Pq eu fiz a denúncia morta de amor

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Bárbara Lima Saldanha Rêgo, Angela.

Mas, doutora, namorar aluna é assédio? : uma análise ética da violência de gênero no Instituto Federal do Maranhão / Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo. - 2023.
296 f.

Orientador(a): Cristiane Navarrete Tolomei.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Feminismo Decolonial. 2. Instituto Federal do Maranhão. 3. Violência de gênero. 4. Violência ética. I. Navarrete Tolomei, Cristiane. II. Título.

ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA RÊGO

**“MAS, DOUTORA, NAMORAR ALUNA É ASSÉDIO?”: UMA ANÁLISE
ÉTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO
MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Cultura e Sociedade –
Mestrado Interdisciplinar da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito para
defesa do título de Mestre em Cultura e
Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Navarrete
Tolomei

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Cristiane Navarrete Tolomei (orientadora)

Doutora em Letras
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Susana de Castro Amaral Vieira

Doutora em Filosofia
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Ana Caroline Amorim Oliveira

Doutora em Antropologia Social
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Para Natasha e Ariel.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas merecem ser mencionadas nesta seção, pois a escrita deste diário foi, definitivamente, o resultado de uma construção coletiva, um trabalho a várias mãos. E como em todo fazer coletivo, há aquelas mãos que, a despeito de serem marcantes, demoram-se menos; mas há aquelas mãos que chegam, seguram firme e seguem coladas do princípio ao fim, na linha do clichê mesmo ‘ninguém solta a mão de ninguém’: Emília (‘assistente de pesquisa sênior’, Paulo (desorientador), Dante (assistente de pesquisa júnior), e Beth (braço direito e esquerdo e, às vezes, também, uma perna) suportaram o peso de me ter por perto ao longo de todo o processo desde o estalo ‘opa, temos uma pesquisa aqui’ até o parto da formal peça colonialmente denominada dissertação. Dante e Beth, ao dividir comigo o trabalho reprodutivo, normalmente invisibilizado no meio acadêmico, possibilitaram que eu dispusesse de tempo para me dedicar às aulas e a escrever. Paulo, sempre disponível e cirúrgico, apresentou-me Segato (‘amiga, ela é uma bruxa’, ele disse), revisou pré-projeto, leu artigos, sempre com olhos de lince. Emília...ah, a Emília...essa padeceu (risos)! Ela é a amiga de quem falo no prólogo do diário: ora confidente, ora confessora, foi a primeira a saber da minha vontade de pesquisar. Não sei como ou onde ela aprendeu isso, mas se tem algo que ela sabe fazer de forma magistral é ouvir o outro. Se este trabalho é sobre ética, não há melhor pessoa para ter ao meu lado (por vezes, até me carregando mesmo)! Não posso deixar de mencionar as queridas companheiras do Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero: Dhâmarys, Nilva, Lili, Márcia, Karol e Fernanda, que vêm bravamente tensionando debates e rompendo barreiras – concretas e simbólicas, ao tratar de gênero, diversidade, inclusão e respeito tanto em suas pesquisas acadêmicas quanto em suas atividades laborais, tendo sido fundamentais na construção deste trabalho. Um obrigada bem quentinho a Mari e a Ceci, que tiveram que ouvir vários ‘hoje não dá, tenho que escrever’...aqui vai mais um clichê: um dia vocês vão entender o que eu tô passando hahahaha (muito minha mãe essa frase!). Falando em mamy, essa pesquisa é pra você também, minha rainha decolonial, eis-me aqui, a primeira mestranda de muitas que virão na família. Por fim, agradeço ao PGCult pela acolhida, a minha ori Cris, à minha banca pela paciência em ler meu trabalho e aos colegas da Turma 12 pela partilha durante a travessia desse vale de lágrimas/risos (nossa turma só não foi melhor porque não foi a nº 13 hahaha seria icônico!).

Enfim, gente, valeu! É no coletivo que temos poder!

Desse ponto de vista (civilizatório), pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas.

María Lugones

O violador é você
São os policiais, os juízes, o Estado, o presidente
O patriarcado é um juiz que nos julga por nascer
E nosso castigo é a violência que se vê
É o feminicídio, a impunidade para meu violador
É o desaparecimento, é o estupro
E a culpa não era minha, nem de onde estava, nem do que vestia
O violador é você
São os policiais, os juízes, o Estado, o presidente
O Estado opressor é um macho violador

Diane Sprimont

RESUMO

A expansão da rede federal de ensino, após a publicação da Lei nº 11.892, em 2008, possibilitou, além da interiorização da política pública, uma mudança na perspectiva da educação técnica e tecnológica, com incentivo à formação cidadã, à inclusão de minorias e ao desenvolvimento do pensamento crítico do alunado, contrariamente ao modelo anterior calcado no que Paulo Freire (1987) denominava de educação bancária. No entanto, em descompasso com o espírito da referida lei, verificou-se um significativo aumento no número de casos reportados, formal ou informalmente, de violência de gênero na Instituição, o que me motivou a estudar o fenômeno. Valendo-me da metodologia decolonial em cotejo com a etnografia documental, proponho-me a escrita de um diário de viagem aos *campi* do IFMA, situados em diferentes regiões do Maranhão, buscando compreender as narrativas decorrentes da implantação da Instituição em cada lugar e como meninas e mulheres são socializadas no espaço acadêmico. O que me motiva a escrever este diário é a percepção, durante a análise de processos administrativos na Procuradoria Federal do Instituto, de que a socialização de alunas no IFMA envolve, em grande medida, abordagens afetivo-sexuais pelos servidores, situação que, por desvirtuar o mister institucional, é vedada por lei, mas, ainda assim, tolerada e naturalizada pelos envolvidos e, por que não dizer, pela própria máquina estatal. Ciente de que o Estado-Nação, através de seus diversos discursos e mecanismos, inclusive jurídico-legais, reproduz a violência vivida pela população não branca e desprovida de recursos durante os tempos recuados do colonialismo, e tendo em conta que tal violência foi mais severa sobre os corpos de meninas e mulheres negras e indígenas, valho-me desta constatação transistórica para investigar os efeitos da colonialidade do ser sobre os corpos de discentes como expressão da colonialidade do poder, que até hoje se faz sentir na sociedade brasileira, pautando-me precipuamente no diálogo entre as teorias de María Lugones (2008), Rita Segato (2021), Lélia Gonzalez (2020), Heleieth Saffioti (1995), Guacira Lopes Louro (2014; 2019), Susana de Castro (2018; 2020), Dora Barrancos (2022), Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Letícia Nascimento (2021), Françoise Vergès (2021) e Judith Butler (2019). Em suma, a abordagem deste tema é condição para a ampliação ao exercício da cidadania e de capacidade crítica pelas pessoas que compõem a comunidade acadêmica, pois não se pode falar em educação, e menos ainda em emancipação de sujeitos, quando a relação institucional entre educadores e discentes é abusiva, sugerindo, por conseguinte, que a própria relação entre o Estado e o usuário da política pública educacional pode ser, na mesma medida, violenta.

Palavras-chave: Violência de gênero. Instituto Federal do Maranhão. Violência ética. Feminismo Decolonial.

RESUMEN

La expansión de la red federal de enseñanza, después de la publicación de la Ley nº 11.892, en 2008, permitió, además de la interiorización de la política pública, un cambio en la perspectiva de la educación técnica y tecnológica, con incentivo a la formación ciudadana, la inclusión de las minorías y el desarrollo del pensamiento crítico del estudiante, contrariamente al modelo anterior calcado en lo que Paulo Freire (1987) denominaba de educación bancaria. Sin embargo, en descompresión con el espíritu de dicha ley, se verificó un significativo aumento en el número de casos reportados, formal o informalmente, de violencia de género en la Institución, lo que me motivó a estudiar el fenómeno. Valiéndome de la metodología decolonial en comparación con la etnografía documental, me propongo la escritura de un diario de viaje a los *campi* de IFMA situados en el Estado del Maranhão, buscando comprender las narrativas derivadas de la implantación de la institución en la ciudad y cómo niñas y mujeres son socializadas en el espacio académico. Lo que me motiva a escribir este diario es la percepción, durante el análisis de procesos administrativos en la Procuraduría Federal del Instituto, de que la socialización de alumnas en el IFMA involucra, en gran medida, abordajes afectivo-sexuales por los servidores, situación que, por desvirtuar la asignación institucional, es prohibida por ley, pero, aun así, tolerada y naturalizada por los involucrados y, por qué no decir, por la propia máquina estatal. Consciente de que el Estado-Nación, a través de sus diversos discursos y mecanismos, incluso jurídico-legales, reproduce la violencia vivida por la población no blanca y desprovista de recursos durante los tiempos remotos del colonialismo, y tomando en cuenta que dicha violencia fue más severa sobre los cuerpos de niñas y mujeres negras e indígenas, me sirvo de esta constatación transistórica para investigar los efectos de la colonialidad del ser sobre los cuerpos de discentes como expresión de la colonialidad del poder, que hasta hoy se hace sentir en la sociedad brasileña, guiándome principalmente en el diálogo entre las teorías de María Lugones (2008), Rita Segato (2021), Lélia Gonzalez (2020), Heleieth Saffioti (1995), Guacira Lopes Louro (2014; 2019), Susana de Castro (2018; 2020), Dora Barrancos (2022), Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Letícia Nascimento (2021), Françoise Vergès (2021) y Judith Butler (2019). En suma, el abordaje de este tema es condición para la ampliación al ejercicio de la ciudadanía y de capacidad crítica por las personas que componen la comunidad académica, pues no se puede hablar de educación, y menos aún en emancipación de sujetos, cuando la relación institucional entre educadores y estudiantes es abusiva, sugiriendo, por consiguiente, que la

propia relación entre el Estado y el usuario de la política pública educativa puede ser, en la misma medida, violenta.

Palabras-clave: Violencia de género. Instituto Federal de Maranhão. Violencia ética. Feminismo Decolonial.

ABSTRACT

The expansion of the federal education system after the publication of Law 11.892, in 2008, enabled, in addition to the internalization of public policy, a change in the perspective of technical and technological education, with encouragement to a civilian formation, inclusion of minorities and the development of critical thinking of the student, contrarily to the previous model based on what Paulo Freire (1987) called banking education. However, in opposition to the spirit of the law, there was a significant increase in the number of formally or informally reported cases of gender violence in the institution, which motivated me to study the phenomenon. Using decolonial methodology combined with the documental ethnography, I propose myself the writing of a travel log to the campuses of IFMA in the State of Maranhão, in order to understand the narratives resulting from the institution's implementation in the city and how girls and women are socialized in the academic space. What motivates me to write this diary is the perception, during the analysis of administrative processes in the Federal Attorney's Office of the Institute, that the socialization of students in IFMA involves, to a large extent, affective-sexual approaches by servants, a situation that, by distorting the institutional need, is prohibited by law, but nevertheless tolerated and naturalized by those involved and, why not say, by the State. Aware that the nation-state, through its various discourses and mechanisms, including juridical-legal, reproduces the violence experienced by the non-white population and deprived of resources during the backward times of colonialism, and bearing in mind that such violence was more severe on the bodies of black and indigenous girls and women, I draw on this transitional finding to investigate the effects of the colonality of being on the bodies of students as an expression of the colonality of power, that even today is felt in Brazilian society, based on the dialogue of the theories of María Lugones (2008), Rita Segato (2021), Lélia Gonzalez (2020), Heleieth Saffioti (1995), Guacira Lopes Louro (2014; 2019), Susana de Castro (2018; 2020), Dora Barrancos (2022), Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Letícia Nascimento (2021), Françoise Vergès (2021) and Judith Butler (2019). In short, the approach of this theme is a condition for the expansion to the exercise of citizenship and critical capacity by the people who make up the academic community because one cannot talk about education, and even less about the emancipation of subjects, when the institutional relationship between educators and students is abusive, suggesting, therefore, that the very relationship between the State and the user of educational public policy may be, to the same extent, violent.

Keywords: Gender violence. Federal Institute of Maranhão. Ethical violence. Decolonial feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Campi</i> no Estado do Maranhão	23
Figura 2 – Palestra do Projeto ‘Não é não’ no IFMA/ <i>Campus</i> São Luís Monte Castelo	26
Figura 3 – Manual de defesa da família, de autoria do Pe. David Francisquini.....	37
Figura 4 – Ilustração do Sec. XVI. Os quatro humores.	47
Figura 5 – Porcentagem da herança genética da população brasileira por continente	54
Figura 6 – Níveis da miscigenação da população brasileira.	54
Figura 7 – Lançamento da Campanha ‘Não é não’ no IFMA <i>Campus</i> Centro Histórico – São Luís/MA.	62
Figura 8 – Capa da Cartilha Institucional da Campanha ‘Não é não’	62
Figura 9 – Primeira Turma Mista da Escola Técnica Federal do Maranhão, Curso de Química/1972	63
Figura 10 – Classificação de gênero dos alunos do IFMA.....	63
Figura 11 – Desfile cívico em São Luís	65
Figura 12 – Escola Técnica Federal de São Luís na década de 40 do século passado	65
Figura 13 – Escola Técnica Federal do Maranhão, em 1965	68
Figura 14 – Escola Agrotécnica Federal de São Luís, em 1978	69
Figura 15 – Sala de aula do CEFET/MA, em São Luís/MA, 1992. É notável, à época, uma preponderância do público masculino	69
Figura 16 – Fachada da UNEDI, em Imperatriz/MA	70
Figura 17 – Classificação Racial dos alunos do IFMA	71
Figura 18 – Classificação de Renda dos alunos do IFMA	72
Figura 19 – Prova documental no PAD	77
Figura 20 – Prova documental no PAD	77
Figura 21 – Prova documental no PAD	78
Figura 22 – Prova documental no PAD	79
Figura 23 – Prova documental no PAD.....	80
Figura 24 – Prova documental no PAD	80
Figura 25 – Depoimento da vítima.....	82
Figura 26 – Depoimento de testemunha colega da vítima	84
Figura 27 – Depoimento de testemunha colega da vítima	85
Figura 28 – Interrogatório do réu	86

Figura 29 – Interrogatório do réu	87
Figura 30 – Primeiras mensagens trocadas entre o réu e Natasha, ainda via <i>Facebook</i>	88
Figura 31 – Interrogatório do réu	90
Figura 32 – Interrogatório do réu.	90
Figura 33 – Interrogatório do réu	91
Figura 34 – Interrogatório do réu	92
Figura 35 – Interrogatório do réu	93
Figura 36 – Relatório Final da comissão de PAD	95
Figura 37 – Relatório Final da comissão de PAD	95
Figura 38 – Conclusão do Relatório Final da comissão de PAD	96
Figura 39 – Excerto da carta apresentada pelo acusado durante o julgamento pelo CONSUP	97
Figura 40 – Excerto da carta apresentada durante o julgamento pelo CONSUP	99
Figura 41 – Excerto da carta apresentada durante o julgamento pelo CONSUP	100
Figura 42 – Faixa afixada no auditório da Reitoria durante o julgamento pelo CONSUP ..	101
Figura 43 – Matéria jornalística sobre o julgamento pelo CONSUP	102
Figura 44 - Linha do tempo de tramitação do PAD	103
Figura 45 – Linha de morosidade na tramitação do PAD	104
Figura 46 – Marcas das agressões sofridas por Natasha durante o relacionamento com o réu	112
Figura 47 – Bate papo professor e aluna via aplicativo de mensagem	114
Figura 48 - Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem	115
Figura 49 - Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem	115
Figura 50 - Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem	116
Figura 51 - Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem	116
Figura 52 - Bate-papo entre professores em grupo de aplicativo de mensagem ligado ao <i>Campus</i>	117
Figura 53 - Bate-papo entre professores em grupo de aplicativo de mensagem ligado ao <i>Campus</i>	117
Figura 54 - Bate papo entre professores em grupo de aplicativo de mensagem ligado ao <i>Campus</i>	119
Figura 55 – Taxa de assassinatos reportados de pessoas trans no mundo	144
Figura 56 – Portal Unicamp noticia a criação de Serviço de Atenção à Violência Sexual em 22/09/2019	160

Figura 57 – Alunas do IFMA/ <i>campi</i> Centro Histórico, Itapecuru-Mirim, Maracanã, Monte Castelo e Rosário em atividade do Projeto Empodera IFMA	161
Figura 58 – Alunas do IFMA/ <i>Campus</i> São Luís Maracanã participam de ação da Campanha ‘Não é não’	161
Figura 59 – Página do Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero no Portal do IFMA na <i>internet</i>	162
Figura 60 – Perfil do Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero no Instagram	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido.....	121
Quadro 2 – Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido	123
Quadro 3 – Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido.....	127
Quadro 4 - Descrição de violências e percepção sobre a segurança de meninas e mulheres no IFMA.	129
Quadro 5 – Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido.....	132
Quadro 6 – Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAE	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
CEP	Comitê Ético em Pesquisa
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIPA+	Lésbicas, <i>gays</i> , bissexuais, travestis e transexuais, <i>queer</i> , intersexo, pansexuais, asexuais, entre outras identidades
MPV	Medida Provisória
NAE	Núcleo de Assuntos Estudantis
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PNE	Plano Nacional de Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1 PRÓLOGO	20
2 Conhecer decolonialmente: meu percurso metodológico	28
3 “E pode-se falar de gênero no IFMA?”: o gênero como categoria moderno-colonial	35
3.1 Sim, gênero está na lei	38
3.2 Sim, gênero é ciência	46
4 Os diários de <i>campi</i>: o que o papel silencia, o corpo fala	60
4.1 Arquivos oficiais: a violência documentada.	74
4.2 Silêncios e silenciamentos eloquentes: quando o corpo fala, calar não é uma opção	104
4.2.1. A vítima engajada	106
4.2.2. A vítima hesitante	113
4.2.3. A vítima silenciada	116
5 <i>Corpus</i> das entrevistas em profundidade e discussão sobre os achados	120
6 O Estado, os corpos e seus relatos de violência ética	139
7 EPÍLOGO	152
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista em profundidade	179
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	181
APÊNDICE C – Termo de anuência para realização da pesquisa	184
APÊNDICE D – Transcrição da entrevista de E1	186
APÊNDICE E – Transcrição da entrevista de E2	206
APÊNDICE F – Transcrição da entrevista de E3	234
APÊNDICE G – Transcrição da entrevista de E4	258
ANEXO 1 – Levantamento de expectativas das ações do Projeto Estratégico ‘IFMA Livre de Violência de Gênero’	276
ANEXO 2: Parecer consubstanciado do CEP	290

1 PRÓLOGO

“Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta em mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, colo nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você.”

Gloria Anzaldúa

“A história de um abuso nunca é individual.”

Sohaila Abdulali

Sempre me impressionou o fato de muitas pessoas, no Maranhão – lugar onde as temperaturas médias anuais nunca são inferiores a 25 °C –, gostarem de tomar um café, invariavelmente quente, durante as tardes do onipresente verão maranhense. Suspeitíssima para criticar, sou uma dessas pessoas: o café da tarde, quente e preto, é um hábito, e por que não dizer um vício. E foi em torno de mesinhas de café, conversando sobre as dores e delícias de advogar para uma grande Instituição de ensino, que nasceu a ideia de escrever este texto. Muito embora se diga que ‘gosto não se discute’, os entendedores de café afirmam que um bom café se bebe amargo. O ato de adoçar a bebida implicaria a perda da degustação de suas propriedades típicas, prática com a qual terminei me acostumando. Apesar do bucolismo quase poético da cena: duas amigas tomando café nas tardes quentes de São Luís, as histórias que permeavam as conversas não eram nada românticas. Combinavam, sim, com o amargo do café. Eram e ainda são experiências de dor e de violência vividas por jovens que, um dia, sonhando com a emancipação por meio do estudo, decidiram, no mais das vezes, em conjunto com suas famílias, apostar na educação proporcionada pelo IFMA¹, autarquia para qual advogo desde 2014 e cuja instalação, nos municípios do interior do Estado, data menos de uma década. As experiências aqui relatadas e sistematizadas expressam a transmutação dos sonhos em verdadeiros pesadelos dos quais as pessoas vitimadas ainda não conseguiram acordar, malgrado as inúmeras sessões de psicoterapia, o uso de medicamentos controlados e a promessa pela Instituição de que, em cumprimento ao que a lei determina, seus violadores seriam punidos.

¹ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, é comumente chamado de Instituto Federal do Maranhão, conforme mencionado no título deste trabalho.

Como se já não bastasse o desafio de pesquisar violência de gênero² no âmbito de uma instituição do porte do IFMA, propus-me, ainda, a algo ainda mais ousado: escrevê-la em forma de diário - um relato intimista de dores que não são minhas, mas também o são, seja em maior ou menor medida. Um relato de experiências e (talvez) de esperanças, um modo de expurgar os fantasmas que a letra fria de um parecer jurídico, dado o seu caráter legalista, não me permite fazer. Este é, portanto, um trabalho epistemologicamente desobediente (MIGNOLO, 2017), mas cuja cientificidade reivindico, não com a promessa de soluções, posto que objetivo, de fato, incentivar reflexões aos atores envolvidos e à sociedade, propiciar auto e alterquestionamentos sobre o porquê deixamos o Estado, ainda que de forma reflexa, violentar pessoas, seja porque permite que servidores públicos acessem seus corpos a partir do vínculo docente-discente; seja porque lhes nega escuta, desacreditando seus pedidos de socorro, ou pela recalcitrância em deflagrar ou dar seguimento aos processos administrativos para investigação dos inúmeros casos, comumente mencionados à boca pequena nos corredores da Instituição.

Refiro-me ao assédio sexual – a “violência que esconde a sua violência”, segundo Márcia Tiburi (CULTURA, 2014, n.p.), conduta comumente observada nas relações de trabalho, seara a partir da qual a dignidade sexual das trabalhadoras e trabalhadores passou a ser legalmente tutelada. No entanto, não custou para que nos déssemos conta que condutas assediosas não ficam adstritas ao ambiente laboral, uma vez que o objetivo do assediador é forçar o assediado a fazer a sua vontade. O assediado torna-se, para o assediador, um objeto à sua disposição. No caso do assédio sexual, a vontade do assediador envolve fins ou meios sexuais. Conforme aduz o título deste diário, a violência aqui tratada é uma violência generificada, visto que, no cômputo dos casos noticiados no IFMA, até o presente momento, todas as vítimas são meninas ou mulheres³. Diante dos números, uma dúvida se impõe: rapazes não sofreriam violência de gênero no IFMA? Arrisco-me a deduzir que não, infelizmente. Isso porque, muito embora, para a lei, o marcador de gênero seja irrelevante para quem sofre ou

² Compreendo a violência de gênero como a violência dos corpos em relação (NICHOLSON, 2000; BUTLER, 2003). No entanto, no contexto da política pública binarizante, a violência atinge ou se mostra mais explícita em relação a determinados corpos, conforme abordo mais adiante.

³ A experiência na atuação dos processos administrativos disciplinares, desde o ano de 2014, permitiu-me observar a seguinte constância de dados: todos os denunciados até o presente momento são homens cisheterossexuais, sendo que apenas deles foi um estudante violador. Dentre os servidores, apenas um deles era técnico administrativo, todos os demais eram professores e /ou gestores. Todas as vítimas são do gênero feminino, sendo que, dentre elas, apenas uma é servidora, todas as demais são alunas; dentre os casos em que a denunciante é aluna, 20 % delas estavam matriculadas no ensino superior, todas as demais estavam no ensino médio; nos casos em que alunas foram vitimadas, as alunas foram acessadas por meio de abordagens afetivas, ou seja, a aproximação aconteceu sob a capa de paquera, namoro ou relação mais séria. Em dois desses casos, as vítimas abortaram, e em dois deles, recorreram à tentativa de suicídio (Fonte: Comissão de Ética e Corregedoria do IFMA, 2020).

comete assédio sexual⁴, é consabido que o cisheterossexismo estrutural aliado à cultura do assédio⁵ nos impõe duas cruéis consequências: as vítimas que se manifestam (ainda que à boca pequena) são, em sua maioria, meninas/mulheres⁶, enquanto as vítimas do gênero masculino não o fazem por temerem ter sua sexualidade exposta ou questionada. Assim, a violência gênero, no contexto da sociedade maranhense, e, por conseguinte, no IFMA, tem identidade de gênero, sexualidade, bem como, invariavelmente, raça e classe.

Outro pressuposto nesta investigação é a movimentação da máquina estatal em direção ao interior do Maranhão, após a edição da Lei nº 11.892, no ano de 2008, que converteu a rede federal de educação tecnológica em uma estrutura *multicampi* ou descentralizada. Em outras palavras: o ensino técnico e tecnológico não mais ficaria topograficamente adstrito à capital maranhense e a cidades como Imperatriz e Codó. O fenômeno da expansão da rede federal de ensino, uma das propostas da plataforma de governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, buscou alcançar o nobre propósito de incluir pessoas que, em sendo residentes nos municípios do interior e desprovidas de recursos para se estabelecer nos grandes centros, poderiam usufruir da estrutura de uma escola do porte do Instituto Federal em sua cidade. Desse modo, enquanto ficar em suas cidades natais passou a ser uma opção para alunos interessados em se matricular no IFMA, a mesma liberalidade não foi possível às pessoas interessadas em trabalhar nas unidades recém-implantadas, uma vez que, ao se decidir pela submissão ao concurso público, os aprovados precisariam se locomover até à municipalidade de lotação, caso ali não residissem. E, de fato, ao longo dos 14 anos de expansão, poucos foram os servidores que lograram trabalhar, logo após a aprovação, em seu município de origem. Na imensa maioria dos casos, ou a mudança permanente se impôs, ou, para aqueles que optaram por manter o vínculo com suas cidades natais, a permanência no município de lotação apenas durante os dias úteis. Muito embora não seja uma unanimidade que as abordagens violentas sejam protagonizadas por servidores forasteiros, nos casos relatados neste diário, assim aconteceu, inferindo-se, a partir daí, em que medida a movimentação de pessoas em função da expansão da própria máquina estatal denota a expressão da colonialidade do ser (MALDONADO-

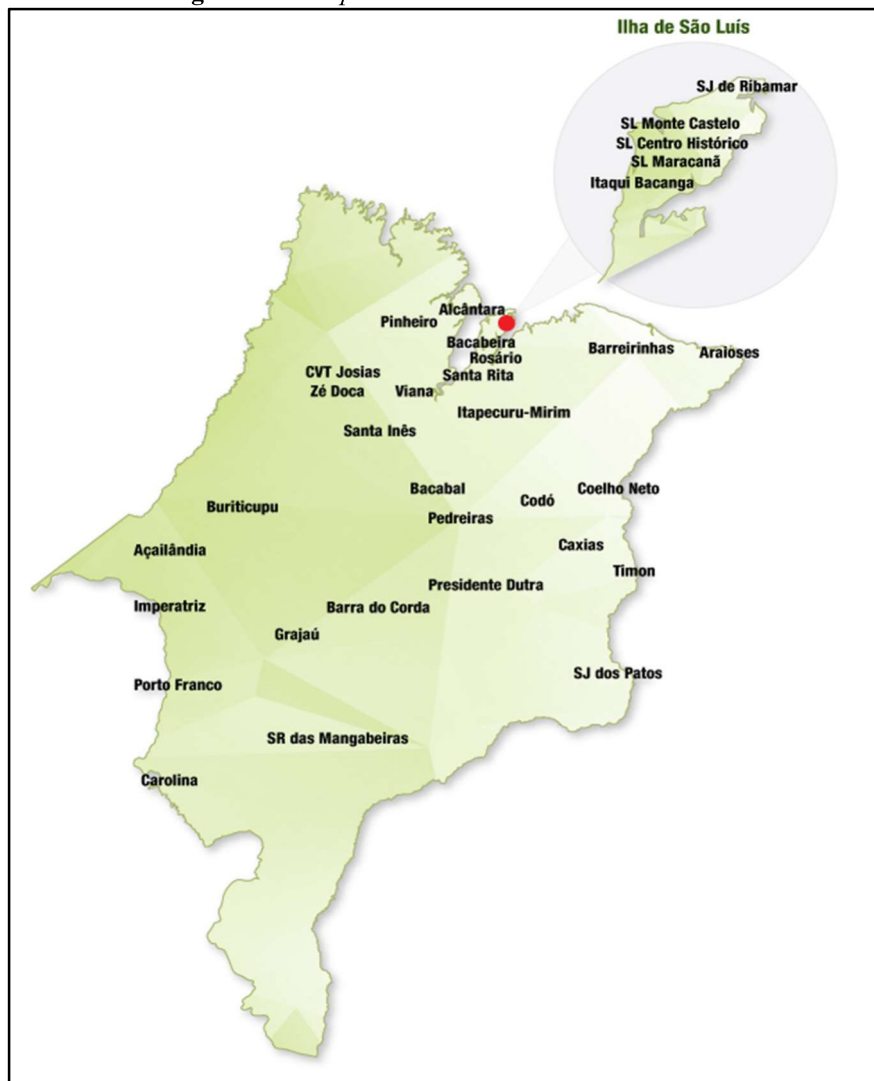
⁴ Conforme o Código Penal Brasileiro, Art. 216-A, considera-se assédio sexual o ato de se “[...] constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” (BRASIL, 2020b, n.p.).

⁵ Denomina-se cultura do assédio o fato de a sociedade tolerar, em todas as esferas da vida, manifestações assediosas em graus variáveis, corroborando a opressão, especialmente, em relação a certos grupos socialmente marcados.

⁶ Utilizo as categorias menina/mulher sob a ótica do essencialismo estratégico de Gayatri Spivak (2010) e dos saberes localizados/perspectiva parcial de Donna Haraway (2009), haja vista o próprio caráter binarizante das políticas públicas no Brasil. Ao mesmo tempo, compactuo da crítica de Letícia Nascimento (2021) de que qualquer categorização universalizante é rasa.

TORRES, 2008) e do poder (QUIJANO, 2005), tomando-se o gênero e suas intersecções de raça, classe e sexualidade, como uma categoria moderno-colonial de análise.

Figura 1 – *Campi* do IFMA no Estado do Maranhão



Fonte: IFMA, 2022.

Conforme já sugeri, a dinâmica pela qual os corpos femininos são acessados por servidores públicos na Instituição é ponto-chave da minha investigação e perpassa a socialização de discentes meninas e mulheres no ambiente institucional. *A priori*, nos casos que me chegavam ao conhecimento, identifiquei que a porta de entrada para relações abusivas é a paquera, a “ficada”, o jogo de sedução, os quais desaguam, por vezes, em um namora assumido, inclusive, entre colegas e familiares da aluna, bem como frequentemente tolerado pelos demais servidores e gestores da Instituição. Trata-se de uma prática normalizada e até mesmo comum no sociedade, haja vista as inúmeras referências culturais que fetichizam (e por que não dizer, legitimam) relacionamentos intergeracionais, sobretudo no ambiente escolar, e vem sendo

talvez o maior desafio por mim enfrentado no que toca à conscientização da comunidade acadêmica para a manutenção da integridade da política pública educacional⁷. O sexismo, o racismo e o classismo, inerentes à sociedade brasileira, quando manifestados num ambiente onde relações desiguais de poder submetem pessoas em razão de sua condição de discente, resultam num forte aparato opressor, de modo que a resistibilidade das alunas a abordagens desse tipo é praticamente nula⁸.

Em se tratando de estupro – crime sexual mais grave capitulado no Código Penal Brasileiro –, 79,6% dos agressores são conhecidos de suas vítimas, as quais, em sua imensa maioria são meninas ou mulheres – 88,2% –, contra 11,8% de vítimas do gênero masculino. No aspecto racial, 52,2% das vítimas de estupro são da raça negra. O assédio segue na mesma toada, tendo aumentado 6,6% em relação ao biênio 2020/2021. O crime de importunação sexual, cujas características se assemelham ao assédio, diferenciando-se quanto à reiteração da conduta, sofreu um aumento de 17,8%⁹ (FBSP, 2022). No entanto, percebe-se que tanto o assédio quanto a importunação têm sua relevância suavizada pela naturalização de abordagens sexuais invasivas (a exemplo dos “fii-fii” nas ruas), que se situam numa zona opaca de agressividade, a qual o gênero feminino entende como elogios e o masculino como uma obrigação de se posicionar, dando provas de sua masculinidade. Portanto, no que toca aos crimes contra a dignidade sexual, é forçoso que se reconheça a vulnerabilidade das meninas e mulheres, assim como também forçoso é se reconhecer, que dado o fato de vivermos uma cultura do estupro e do assédio, na qual abordagens sexuais violentas são tomadas como afeto, as estatísticas muito provavelmente não correspondem à realidade fática. Aliado a tal aspecto cultural, percebo que muitas vítimas deixam de denunciar por uma série de fatores, sendo a ameaça um dos mecanismos utilizados pelos agressores como desdobramentos à violência física e psicológica necessários à manutenção do silenciamento das pessoas ofendidas. De fato, trata-se de dinâmica onipresente nos assédios: se o agressor é membro da família, o silenciamento pode vir a garantir a manutenção do próprio arranjo familiar, sendo comum à vítima temer ter sua credibilidade e até mesmo sua sanidade postas à prova. No contexto da

⁷ A campanha institucional ‘Não é não’ de prevenção e combate ao assédio sexual no IFMA nasceu do esforço conjunto entre segmentos da Instituição e da Advocacia-Geral da União, em razão da necessidade de se manter íntegra a política pública educacional, evitando que pessoas sofram em razão de abordagens criminosas e antiéticas na rede federal de ensino (IFMA, 2020).

⁸ A pesquisa realizada pela consultoria de inovação social Think Eva e a plataforma digital LinkedIn “[...] indica que o assédio sexual atinge as mulheres de maneira desigual. Negras (pretas e pardas) e mulheres com rendimentos menores são as principais vítimas.” (OLIVEIRA, 2020, n.p.).

⁹ Praticamente todos os indicadores relativos à violência contra mulheres apresentaram crescimento no último ano: houve um aumento de 3,3% na taxa de registros de ameaça, e crescimento 0,6% na taxa de lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica entre 2020 e 2021 (FBSP, 2022).

escola, quando os agressores são professores, tal dinâmica se repete, de modo que, para além do medo – sustentado pelas ameaças - ostensivas ou veladas –, a vergonha sofrida pelas vítimas também se caracteriza como um dos elementos formadores dos abusos sexuais. Isso porque, no âmbito da sociedade cisheteronormativa, no qual fatores como valores, costumes e religião ditam as regras de como meninas e mulheres devem comportar-se, os agressores se valem das circunstâncias culturais que historicamente as submetem e nelas inculcam a culpa, tudo para que os agressores se sintam confortáveis em suas atitudes sexistas no ambiente institucional, confiantes de que nada os atingirá nesse meio.

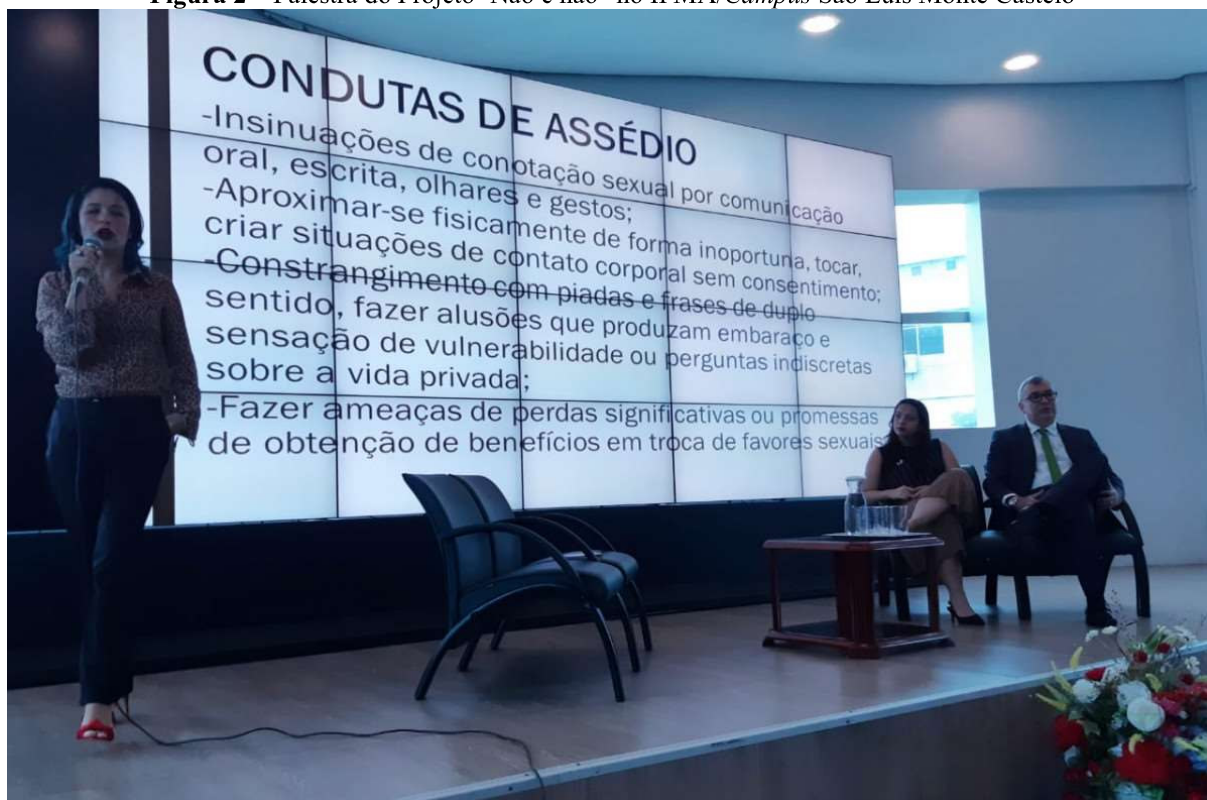
As vítimas da violência de gênero precisam romper as barreiras do medo das intimidações e da vergonha – da família, em especial dos pais, dos amigos, vizinhos, da comunidade acadêmica –, para poderem denunciar. No entanto, a conta dessa atitude de coragem, na maioria das vezes, sai muito cara para a denunciante: sustentar a exposição, a desconfiança mesmo daqueles que, supostamente, seriam os primeiros a demonstrar a empatia e o acolhimento por elas esperados, é uma verdadeira prova de fogo. E não basta romper essas primeiras cascas. O processo de denúncia de um servidor público que pratica assédio é longo, cheio de meandros e obstáculos. Muito embora reconheça a importância das garantias do contraditório e da ampla defesa aos acusados, pressupostos inerentes ao estado democrático de direito, o caminhar lento e recalcitrante das investigações no âmbito administrativo desencorajam a vítima e seus familiares, mingando seus esforços pelo cansaço. Lutar contra uma estrutura gigantesca como o IFMA, onde os iguais se protegem – sejam os servidores homens que endossam o comportamento viril do colega acusado; sejam como “pais de família” – expressão correntemente usada nas peças de defesa dos réus; sejam como portadores de currículos *Lattes* turbinados – os quais denomino de “currículos fálicos”, sejam pelas colegas mulheres que maternam homens adultos e adultizam adolescentes – é atravessar um verdadeiro vale de lágrimas, ao final do qual pouquíssimas vítimas conseguem se ver justificadas, mas todas saem, invariavelmente, profundamente marcadas pela dor e pela decepção.

Logo, o convite desta obra é para que embarquemos numa viagem que tem como ponto de partida o gabinete da Procuradoria, na capital do Estado – de onde realizo a etnografia de um Processo Administrativo Disciplinar – PAD,¹⁰ no bojo do qual um caso de assédio sexual foi investigado e punido na Instituição –, em direção aos cinco cantos do Maranhão, para através

¹⁰ Em rápidas linhas, o Processo Administrativo Disciplinar – PAD, é o procedimento legalmente previsto para apuração, pelas autoridades administrativas, das faltas disciplinares cometidas por servidores públicos no exercício de sua função ou que esteja, de algum modo, a ela relacionada. Márcia Tiburi (CULTURA..., 2014, n.p.) aduz que “O assediador age com o aval da falta de reconhecimento (de respeito e até de empatia) para com o outro como prática generalizada ao nível da cultura”.

de uma etnografia do silenciamento (TROUILLOT, 2016), buscar identificar, a partir das demandas que me são apresentadas, quais narrativas e justificativas são manejadas pelos servidores e servidoras para reconhecerem, ou não, a humanidade das discentes violentadas. O próprio título deste trabalho é consequência de uma provocação protagonizada pelos próprios servidores, uma vez que, ao tratar do tema com os servidores durante palestras no bojo da Campanha Institucional ‘Não é não’, de combate e prevenção ao assédio sexual, a pergunta ‘– mas, doutora, namorar aluna é assédio sexual?’ era constante em praticamente todos os *campi* visitados. A pesquisa congrega o resultado da incursão nos *campi* em cotejo com os casos com os quais tive contato, seja informalmente, interpelada por minhas interlocutoras, seja formalmente através dos processos administrativos, inferindo-se, assim, que, apesar de promoverem a educação formal dos sujeitos, as instituições de ensino, por vezes, podem vir a contribuir de forma negativa para a perpetuação de situações de violência que marcam o percurso de vida das vítimas (LOURO, 2014).

Figura 2 – Palestra do Projeto ‘Não é não’ no IFMA/Campus São Luís Monte Castelo



Fonte: IFMA, 2022.

Para empreender esse caminho, valho-me da metodologia decolonial – pois compreendo a presença do Instituto Federal, no contexto da expansão, um movimento de entronização do Estado na vida de comunidades carentes e de pessoas hipossuficientes, um fenômeno do qual exsurgem a colonialidade do poder e do ser –, buscando tanto na etnografia

documental – baseada em processos administrativos e nas normas que tratam da temática – quanto na análise de discurso/etnografia do silenciamento – entrevistas em profundidade com servidoras do Instituto/oitiva de vítimas –, elementos que subsidiem a análise ética central à investigação. Dentre as teóricas que norteiam minhas buscas e influenciam na minha escrita, destaco as produções de Rita Segato (2021), em especial, sua antropologia por demanda e a teorização sobre o mandato de masculinidade; Heleieth Saffioti (1995) e sua concepção sobre a dominação masculina; os processos de reconhecimento de identidades dissidentes à cisheteronormatividade, categoria trabalhada pelas transfeministas Letícia Nascimento (2021) e Viviane Vergueiro Simakawa (2015); Lélia Gonzalez (2020) e sua teoria do racismo e do sexismo na sociedade brasileira; dos estudos filosófico-decoloniais de Susana de Castro (2018; 2020), em especial, seus artigos intitulados “Condescendência: estratégia pater-colonial de poder” e “O compromisso feminista com a luta decolonial antirracista”; a teoria feminista da violência de Françoise Vergès (2021) e, por fim, de Judith Butler (2019), em sua releitura sobre a teoria do reconhecimento na obra “Relatar a si mesmo”, no tocante ao aspecto ético da pesquisa.

Afora o norte metodológico, o qual esmiúço no Capítulo 2, sistematizei minha escrita em três partes: na primeira, tema do Capítulo 3, reivindico e justifico a utilização do termo gênero como categoria moderno-colonial de análise, tanto cientificamente como legalmente, para tratar das violências no ambiente escolar, sobretudo no ensejo do Brasil de 2022, contaminado por uma agenda conservadora, neoliberal, tanto fundamentalista quanto binarizante. Na segunda parte, ou seja, no Capítulo 4, têm lugar as etnografias, que se divide em dois tomos: no primeiro, desfilio o processo administrativo disciplinar, valendo-me, para tanto, da etnografia do arquivo¹¹, enquanto no segundo, debruço-me sobre a etnografia dos silêncios e dos silenciamentos dos atores do ambiente acadêmico. No Capítulo 5, estão presentes o *corpus* das entrevistas em profundidade e a discussão correlata. Por fim, no Capítulo 6, terceira e última parte, procedo à análise ética da violência de gênero na Instituição, o que faço em cotejo com as informações colhidas no tomo anterior.

Penso que a escrita e a consequente divulgação deste trabalho contribuirão para a identificação dos pontos fracos de ações de combate à violência de gênero no ambiente escolar, em especial, para que se conheça e se desestruture uma eventual rede de apoio ao

¹¹ Tomo a categoria arquivo partindo da definição de Dirks (*apud* CUNHA, 2019, p. 107), segundo a qual arquivo é a “instituição que canoniza, cristaliza e classifica o conhecimento de que o Estado necessita, tornando-o acessível às gerações futuras sob a forma cultural de um repositório do passado neutro” para, ao olhar através dele, captar dados que “despertam o interesse do historiador e podem se fazer ouvir desde que historicizados em uma relação entre a experiência vivida e as representações” (CUNHA, 2019, p. 136).

agente público violador, legítimo representante de instituições que, por serem omissas, acabam por revelar as facetas de um Estado machista, racista e excludente. Abordar esse tema se torna importante porque é condição para a ampliação ao exercício da cidadania e de capacidade crítica pelas pessoas que constituem a comunidade acadêmica, já que não se pode falar em educação, e menos ainda em emancipação dos sujeitos, quando a relação institucional entre docentes e discentes é abusiva, sugerindo, por conseguinte, que a própria relação entre o Estado e o usuário da política pública educacional é, na mesma medida, violenta.

Para além de todos esses fins, escrevo por um motivo bem particular: aplacar a dor de depender, para o exercício da minha função de advogada pública, de uma estrutura estatal misógina, que parece se comprazer em fechar os olhos para as dores alheias. Seguindo, pois, a lição de Glória Anzaldúa (2000, p. 232), que inaugura essas primeiras linhas, continuarei escrevendo.... Escrevendo e falando! Falando em cada chão de escola que me der a oportunidade, pois a dor de um abuso nunca é a dor de uma pessoa só. É a dor de todas nós!

2 Conhecer decolonialmente: meu percurso metodológico

“Foi assim que hoje chegamos a um momento de desencanto radical. Já não nos basta almejar por um espaço na comunidade feminista [...]. Não é fácil enfrentar o monstro, sobretudo quando se descobre que você é parte dele”.

Yuderkys Espinosa Miñoso

A aposta epistêmica deste estudo é ousada: primeiramente, pelo seu objeto, que já descrevi parcialmente no tópico anterior, visto que busco investigar a delicada relação de opressão e de obliteração caracterizada pela submissão afetivo-sexual de sujeitas silenciadas no contexto de uma Instituição de ensino pública secular que só passou a aceitá-las em seus bancos há exatos 50 anos; segundo, pela forma de investigação: no intuito de aproximar-me do objeto, valho-me da metodologia decolonial para, de dentro da barriga do monstro¹², experimentar uma “nova história, novas solidariedades, novos territórios epistêmicos” (HOLLANDA, 2020, p.12) que urgem serem percorridos. Empreender tal desafio no âmbito de um programa de pós-graduação interdisciplinar é um alento, visto que somente por meio de análises inter e transdisciplinares – aqui representadas pelo diálogo entre a Antropologia, a Filosofia e a Sociologia –, torna-se possível, para mim, romper as barreiras legalistas impostas pelo Estado-Nação, instrumentalizadas pelo próprio arcabouço normativo e pela estrutura burocrática da

¹² Expressão utilizada por Donna Haraway (2019) para designar uma forma de observação consciente do lócus de enunciação privilegiado, mas que se insurge contra o modelo estabelecido.

Administração Pública, cujo modelo é herança remota do colonialismo. Defendo aqui que o aparato jurídico – expressão formalística da razão instrumental moderna –, embora incrementado e do qual não se pode prescindir porque irrenunciável, também é resultado da colonização do mundo da vida, de sorte que sua gramática é insuficiente para abarcar as nuances das violências sofridas pelas vítimas da colonialidade. A escolha pela lente decolonial decorre, assim, de uma guinada epistemológica radical: o meu giro decolonial; um movimento que Nelson Maldonado-Torres (2008) qualifica como uma tarefa de relevância e de urgência e que se traduz na resistência teórica e prática, política e epistemológica à lógica da modernidade/colonialidade. No presente caso, traduz-se, justamente, no veemente rechaço a uma matriz única e universalizante de interpretar o Direito ou de se realizar a justiça.¹³

A princípio, planejei um caminho investigativo calcado na observação menos próxima das relações e, sobretudo, das personagens envolvidas neste estudo, cingindo-me a analisar apenas os processos administrativos¹⁴ em que são investigados casos de assédio sexual na Instituição, os quais examino cotidianamente por imperativo funcional. Imaginava que a posição de Procuradora Federal que ocupo junto ao IFMA pudesse, de certa forma, influenciar o campo de pesquisa, bem como constranger o discurso das pessoas implicadas no estudo. Temi, igualmente, expor-me, vez que soufho quotidianamente os olhares atravessados e as falas irônicas daqueles que normalizam abusos de poder. Ou seja, receei a assunção dos lados “humano e fenomenológico da disciplina (...) um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo nas pesquisas de campo, temor esse que é tanto maior quanto mais voltado está o etnólogo para uma idealização do rigor nas disciplinas sociais” (DA MATTA, 1979, p.3), quando, em verdade, o que intento é valer-me da antropologia, como “ciência do outro (...) o campo do conhecimento destinado a contribuir para o desenvolvimento da sensibilidade ética”, pois “a tarefa da antropologia ‘não seria a de dirigir nosso olhar para o outro com a finalidade de conhece-lo, mas a de possibilitar que nos conheçamos no olhar do outro’”(SEGATO, 2021, p. 14).

Assim, muito embora já se constitua característica da pesquisa em ciências sociais sua historicidade, sua essência qualitativa, intrínseca e extrinsecamente ideológica, o que induz uma certa identidade entre sujeito e objeto (MINAYO, DESLANDES; CRUZ NETO; GOMES; 2015), convém que eu me desdobre para transformar, como leciona Da Matta (1979, p. 4) “o

¹³ Joaze Bernardino Costa (2018, p.119) afirma que o giro decolonial é ferramenta de “luta contra a colonialidade do poder, do saber e do ser”.

¹⁴ Minha amostra constitui-se de um Processo Administrativo Disciplinar já julgado e arquivado pela Instituição, o que significa dizer que, em face das decisões nele proferidas é incabível a interposição de novos recursos.

familiar em exótico” – e aqui refiro-me aos processos administrativos através dos quais me chegaram as histórias de dor sobre as quais me deterei, para, “num movimento semelhante a um autoexorcismo”, aplinar uma dor que também dói em mim. E, ainda, em movimento contrário, intento transformar o “exótico em familiar, deitando um olhar mais atento aos lugares onde foram instalados os *campi* do Instituto, para ali escutar os silêncios não registrados nas folhas frias dos arquivos, impressões essas isoladas pelas distâncias que separam o gabinete da Procuradoria e as pessoas vitimadas, seja pelo abuso de poder de agentes estatais, seja pelo descaso do próprio Estado. Afinal, o que sempre vejo e conheço, apesar de familiar, não é necessariamente conhecido; e o que não vejo e encontro pode ser exótico, mas, até certo ponto, me é conhecido (VELHO, 1978).

Sou, por conseguinte, invariavelmente tangida a questionar o meu lugar de privilégio dentro do próprio IFMA e a compreender o papel ambíguo que uma profissional do Direito – defensora da aplicação irrestrita das leis – enfrentaria caso me mantivesse apegada à colonialidade da razão feminista, detendo a minha análise apenas em dados processuais. Aliás, o processo administrativo em si, “seu papel na produção de ‘provas’ e verdades, sua materialidade, sua capacidade de associar pessoas ou provocar rupturas, seus possíveis efeitos de ocultamento ou exibição de assimetrias, hierarquias e autoridades” (FERREIRA; NADAI, 2015, p. 11) guardam relação com o modo como foram produzidos os saberes coloniais e com a prática de seus agentes diretos e indiretos, visto que, “além de fonte e emblema de poder e conhecimento, os arquivos coloniais inventaram e aperfeiçoaram formas específicas de produzi-los” (CUNHA, 2004, p. 291), de sorte que, restringir-me à análise superficial de arquivos formais significaria repetir o modelo de mera feminista acadêmica colonizadora discursiva da fala subalternizada, ainda que encampando o próprio discurso decolonial como referencial teórico. Nesse sentido, devo atentar ao fato que

o feminismo descolonial não hegemônico defende uma metodologia epistêmica que leve em consideração a impossibilidade de subsumir na identidade única abstrata de mulher, as diversas experiências de mulheres de diferentes regiões e classes sociais [...] que a feminista acadêmica deixe de exercitar seu privilégio social e não fale em nome das outras mulheres, mas procure construir espaços em que as subalternas possam ser escutadas. Somente quando compreendermos que a luta anti-patriarcal não está separada da luta antirracista, anti-imperialista e anticapitalista, é que entenderemos o quanto a aceitação da condição de subalternidade se apresenta mais como uma saída de resistência e união do que de submetimento. (CASTRO, 2020, p. 93).

É por isso que, neste diário, fragmentos, fotografias, mensagens escritas e áudios, trocados entre as pessoas protagonistas da investigação, seja em redes sociais ou aplicativos de mensagens, juntam-se aos autos de processos administrativos, para constituírem o meu campo:

um campo virtual do qual vêm se ocupar as contemporâneas “netnografia, etnografia virtual, webnografia, etnografia digital, etnografia em mídias sociais ou etnografia *online*” (OLIVEIRA, 2022, n. p.). A coleta das amostras virtuais deu-se, principalmente, a partir da demanda da própria comunidade acadêmica (SEGATO, 2021), por meio do contato informal nas redes sociais e através de aplicativos de mensagens, especialmente após as intervenções feitas por mim nos *campi* do IFMA em todo o Maranhão. Um traço marcante de tais abordagens é o tom sigiloso, quase confessional das falas, o que exige de mim um maior cuidado no seu tratamento, sobretudo com vistas à proteção das pessoas envolvidas, valendo-me, assim, da chamada *netiqueta*, segundo a qual “a apresentação da identidade, o anonimato ou pseudo-anonimato são condições de todos os atores envolvidos na pesquisa” (OLIVEIRA, 2022, n. p.), em especial, ante ao tema sensível tratado. É justamente por isso que, para além das entrevistadas, valho-me da figura das informantes, ou seja, pessoas cujo perfil destoa daquele traçado para as entrevistadas, mas que podem contribuir de forma marcante para a investigação, dada sua larga experiência na Instituição.

Como representante do feminismo decolonial, Yuderkys Espinosa Miñoso (2009) dedicou-se a entender a relação entre o etnocentrismo, colonialidade e os feminismos não-hegemônicos, colacionando conceitos como o de violência epistêmica, cunhado por Gayatri Spivak (2010), e de privilégio epistêmico, desenvolvido por Chandra Mohanty, que afirma a “necessidade e a possibilidade de uma comunidade feminista transfronteiriça, anticapitalista e descolonizada sustentada na ideia de ‘diferenças comuns’¹⁵” (MIÑOSO; CORREAL; MUÑOZ, 2014, p. 312), como método para um desmantelamento da colonização discursiva das mulheres mais marginalizadas no contexto neoliberal, superando a vitimização a elas imposta ao longo dos processos históricos como herança da apropriação da natureza, do poder, do ser e do saber pelo colonialismo. Desse modo, por meio desta pesquisa, busco, para além da aproximação com a existência das pessoas em sociedade, por meio de métodos e técnicas que possam “[...] abordar o conjunto de expressões humanas constante nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados” (MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO; GOMES, 2015, p. 14), encontrar o limite da empatia mencionado por Judith Butler (2019), uma vez que esta é uma investigação que se pauta na ética de seres humanos em relação.

¹⁵ “necesidad y la posibilidad de una comunidad feminista transfronteriza, anticapitalista y descolonizada sostenida en la idea de ‘diferencias comunes’” (tradução minha).

Penso o percurso metodológico deste trabalho como um caminho a ser percorrido, tendo como ponto de partida a etnografia de um processo administrativo¹⁶ de apuração de casos de assédio por mim analisados na Instituição, com a tarefa de aprofundar o olhar para além de um parecer jurídico, na busca do plano existencial do mister antropológico, pois que essa dimensão “fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso” (DA MATTA, 1978, p. 2); em seguida, diante da provocação a mim funcionalmente dirigida, busco realizar uma “antropologia interpelada, solicitada, demandada” (SEGATO, 2021, p. 17) pelas sujeitas silenciadas ao longo do período que estiveram vinculadas à Instituição, entendendo que, na qualidade de pesquisadora, não é opção enclausurar-me, escrever para um público formado por colegas, reduzindo-me a uma tarefa técnica, pois acredito que

os conhecimentos, a capacidade de ‘escuta’ etnográfica e a habilidade interpretativa devem ser colocados à disposição das comunidades (...) que consultam e pedem colaboração na construção de argumentos capazes de defender sua marcha por um caminho histórico próprio, (...) já que os povos, na era dos direitos humanos, entenderam que não são espécimes sob escrutínio nem precisam de porta-vozes (SEGATO, 2021, p. 19).

Quanto à perspectiva qualitativa da investigação, partindo-se do princípio de que as relações entre mundo real e sujeito são dinâmicas, indissociáveis e interdependentes, o estudo etnográfico documental será completado com escuta de servidoras públicas (notadamente, de professoras e técnicas administrativas) as quais, além de ostentarem a condição de agentes da educação pública, sofrem, em alguma medida, as consequências do sistema cisheterossexista patriarcal, dentre elas a própria violência de gênero, de modo que o estar nesse entrelugar me fez inferir na mobilização desse extrato da comunidade acadêmica como um possível elo de empatia, com vistas à construção de um caminho alternativo ao silenciamento de vítimas, um dos elementos caracterizadores do objeto da pesquisa.

Assim, as vozes das vítimas se farão ouvir através dos relatos presentes nos registros documentais processuais por mim analisados, amostras de uma espécie de etnografia da dor, decepção e opressão. Outro dado de importância singular a ser registrado é o silêncio. E não me refiro aqui ao silêncio das vítimas, compreensivelmente paralisadas pelo receio de serem estigmatizadas, ameaçadas e mais violentadas, e, portanto, silenciadas; refiro-me sim ao silêncio eloquente dos próprios agentes públicos, ao hesitarem ou simplesmente ignorarem as

¹⁶ A perspectiva de etnografia documental que ora utilizo assenta-se na análise de todos os registros que o arquivo disponibiliza, ‘naturalizados’ segundo as classificações e ordenação pela estrutura terminada do arquivo. “A etnografia de um arquivo parte, necessariamente, dessa condição do arquivo: que ele se protege do facto de ser um arquivo, mas que, enquanto tal, é um produto específico da articulação de estruturas e agências concretas” (PORTO, 2007, p.127).

solicitações para colaboração nesta pesquisa. Tais silêncios, hesitações, resistências e reticências também serão objeto de etnografia (TROUILLOT, 2016).

Quanto à delimitação espacial, são contempladas na análise as cinco regiões geográficas do Estado do Maranhão, onde se situam, atualmente, vinte e nove *campi* do IFMA, os quais apresentam, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2019), um contingente de cerca de 26.142 alunos em curso, 1.796 professores e 1.378 profissionais técnicos administrativos de diferentes categorias profissionais. Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, esses números se modificaram para 17.975 alunos em curso, 1.845 professores e 1.443 profissionais técnicos administrativos de diferentes categorias profissionais, constatando-se uma evasão escolar de mais de 9.000 alunos. Tomando por base cada uma das cinco regiões citadas, escolho como palco das pesquisas documental e de campo as unidades do IFMA para as quais me desloquei ao longo de três anos desde que foi lançada a Campanha ‘Não é não’ de combate e prevenção ao assédio sexual na Instituição. Por óbvias limitações de tempo e de condições sanitárias, o campo ‘Instituto Federal’ sofreu um recorte, “consequência de decisões pautadas pelo interesse e o desinteresse, ou seja, por aquilo que nos interessa porque subsidia o caminho rumo às metas do nosso projeto histórico como sujeitos sociais” (SEGATO, 2021, p.18). Tenho como apoio diários de campo, intitulados diários de *campi*, nos quais são registradas impressões pessoais descritivas e reflexivas acerca do ambiente escolar, bem como da própria municipalidade, documentadas formal e informalmente ao longo de três anos de andanças pelas unidades do Instituto.

Como técnica de pesquisa qualitativa, utilizo a entrevista em profundidade, preferencialmente, de maneira presencial, buscando “[...] obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p.121), em especial pelo fato de o presente estudo contemplar questões sensíveis no tocante à identidade de gênero, à sexualidade e às violências a elas relacionadas, que costumam ser encaradas como tabus pela sociedade, de sorte que se almeja a construção de uma relação intersubjetiva (ou inter-relação) entre pesquisadora e entrevistada (MINAYO, 1993). A entrevista será realizada por mim, a partir de um roteiro básico de perguntas categorizadas em quatro partes, de maneira a melhor apreender os dados relacionados aos objetivos da pesquisa: a) perguntas voltadas para a identificação e caracterização sociocultural das entrevistadas; b) questões referentes ao serviço público; c) perguntas que envolvam o comportamento ético; e, por fim, d) questões sobre a violência de gênero no contexto institucional (APÊNDICE A). Nessa etapa, também me valho dos diários

de *campi*, buscando registrar minhas percepções sobre as entrevistas, observando a aceitação das entrevistadas às perguntas e descrevendo suas atitudes e gestos pois,

os comportamentos, as ações, as atitudes, as palavras etc. envolvem significados, representam valores, pressupostos etc., próprios do sujeito e do ambiente sociocultural e econômico ao qual este pertence. Sob cada comportamento, atitude, ideia, existe um substrato que não podemos ignorar se quisermos descrever o mais exatamente possível um fenômeno (TRIVIÑOS, 1987, p. 155).

Após a coleta de informações, os fenômenos apreendidos serão perscrutados por meio da técnica de análise de discurso, pois, por esse meio, se articula o discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia (BRASIL, 2011). Os dados obtidos a partir da análise etnográfica documental são relacionados aos achados discursivos das entrevistas em profundidade, de modo a se traçar um panorama do fenômeno violência de gênero como expressão da colonialidade do poder, do saber e do ser nos *campi* investigados (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). A análise textual discursiva é uma técnica de análise de dados qualitativos que transita entre a análise de conteúdo e análise de discurso, pois, ao mesmo tempo em que aborda codificação e categorização dos dados de modo semelhante à análise de conteúdo, permite com que os pesquisadores utilizem elementos da subjetividade, da parte crítica e interpretativa da análise de discurso. Essa técnica apresenta-se como fenomenológica-hermenêutica, exercitando a suspensão de juízos, teorias e concepções prévias e deixando emergir a perspectiva do outro, sem perder de vista o horizonte sócio-histórico do mundo, razão pela qual é fortemente recomendada em investigações fenomenológicas e etnográficas. Com vistas à apreensão do fenômeno pesquisado, a investigação dos dados segue três passos: a desmontagem dos textos ou unitarização, que consiste na leitura, desmontagem dos elementos constituintes do texto e obtenção das unidades de sentido; o estabelecimento de relações ou categorização, que implica na união, combinação e classificação das unidades de sentido; e a captação do novo emergente ou comunicação, que envolve a construção de um metatexto válido resultante do processo interpretativo e argumentativo dos fenômenos investigados (MORAES, 2003).

Reforço, desse modo, que o percurso metodológico que decido por encampar aponta para o que Walter Mignolo (2017) chama de desobediência epistêmica, uma espécie de desobediência civil que é a marca forte da opção epistemológica decolonial como estratégia de desestabilizar os pilares teórico-político-econômicos (controlados pela análise eurocêntrica do cotidiano) sobre os quais se apoiam as instituições de Estado – a matriz colonial de poder. Ao buscar fugir às análises assépticas e a-históricas, admitindo ser parte da engrenagem estatal e, ao mesmo tempo, compreendendo estar à margem do sistema no contexto de uma Instituição

Federal de ensino latino-americana, intento reconhecer e escutar aquelas que, estando também nessa borda, resistem e lutam contra o sistema que insiste em descartá-las, deixando-as à própria sorte na busca por reparação ante às injustiças sofridas no ambiente escolar.

3 “E pode-se falar de gênero no IFMA?”: o gênero como categoria moderno-colonial

“Chega de fraldinha, chega de fraldinha! Menino usa cueca e menina usa calcinha!”

*Canção escolar*¹⁷

Tomo o gênero, neste trabalho, como uma categoria moderno-colonial. Para tanto, convém justificar, primeiramente, necessidade de se reivindicar na atualidade o termo gênero e sua abordagem no contexto escolar como uma opção política para a visibilização de certos corpos, transistoricamente violentados no contexto do sistema patriarcal (VIOLÊNCIA PATRIARCAL...,2022), pano de fundo para a invasão e do apossamento perpetrados pelo colonizador europeu, que inaugurou, em terras ameríndias, as categorias raça, homem e mulher¹⁸, impondo-se como sujeitos universais, primeiramente, em relação aos povos autóctones e, em seguida, em relação aos africanos por eles sequestrados (SEGATO, 2021), passando a imprimir, paulatinamente, um olhar objetificante porque sexualizado¹⁹, e não menos hierarquizado, sobre as diferentes relações travadas entre os subalternizados. No entanto, para defender minha abordagem decolonial da categoria gênero, convém situar a gênese do termo que, por sua ubiquidade polissêmica, já o caracteriza como uma categoria continuamente em disputa.

No momento em que escrevo essas linhas, um debate tão delicado quanto rumoroso em torno da temática gênero se desenrola no País, insuflado, principalmente, por correntes ultraconservadoras, boa parte delas ligadas a partidos de extrema direita e a instituições religiosas, segmentos que tentam desconstituir a legitimidade científica, jurídica e política inerentes aos estudos de gênero e às ciências sociais como um todo, inclusive para impedir as discussões acerca do respeito à diversidade e aos direitos humanos nas escolas, narrativas que foram se recrudesando nas últimas décadas, tendo alcançado seu ápice no período anterior às

¹⁷ Usualmente cantada pelas professoras nos estabelecimentos de educação infantil para incentivar o desfralde (FALAR..., 2022).

¹⁸ Importa observar que as categorias homem e mulher eram permitidas, no colonialismo, somente à branquitude.

¹⁹ Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha, ao reportar a invasão ao monarca português, em 1500: “(...) e uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. Nenhum deles era fanado, mas, todos assim como nós” (Caminha, 2021).

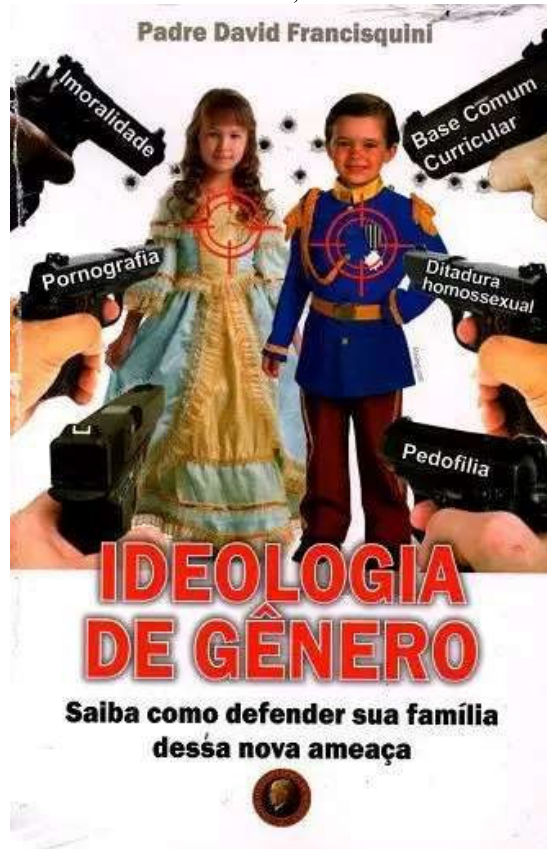
eleições aos cargos dos Poderes Executivo e Legislativo federal e estaduais de 2018, quando disseminou-se a existência de um suposto ‘*kit gay*’²⁰, que seria utilizado nas escolas do ensino básico como forma de propagar uma também suposta ‘ideologia de gênero’²¹, elevada ao posto de inimiga da Nação, conforme declarações apaixonadas de três dos quatro Ministros da Educação do governo federal²² à época. Embora seja consabido que reações tendentes à conservação do modelo moderno-colonial de existência são manobras historicamente conhecidas, certo é que os recentes ataques perpetrados pela frente estatal-empresarial-midiática-cristã brasileira (SEGATO, 2021) tratam-se de investidas inescrupulosas, porém nada simplórias, de se fazerem arruinar as políticas públicas implementadas em favor das pautas feministas e da população LGTBQIAP+ nas últimas décadas no Brasil, além de desencadear, na prática, atuações capilares de intimidação e de censura – inclusive por parte de gestores conservadores – contra aqueles que, por compreenderem a importância e a própria legalidade da pauta, insistem em tratar da questão em sala de aula. Diante dessa conjuntura de preconceitos, *fake news*, desinformação e terrorismo ideológico, exsurge a dúvida: pode-se falar de gênero no IFMA?

²⁰ A infeliz expressão, cunhada pelo então Presidente da República enquanto este ainda ocupava o cargo de Deputado Federal, fazia referência deturpada ao projeto Escola sem Homofobia, um dos braços do Programa Brasil Sem Homofobia, lançado pelo governo federal em 2004. O objetivo do programa era capacitar os educadores para saberem como lidar com questões relacionadas a gênero e sexualidade nas escolas, com foco no respeito aos direitos humanos e à diversidade. As falsas notícias espalhadas pelos segmentos ultraconservadores da sociedade fantasiaram, inclusive, a existência de uma ‘mamadeira de piroca’, que seria utilizada pelos docentes para incitar a sexualização de crianças (Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em: 10 maio 2022).

²¹ A expressão foi difundida pela Igreja Católica, em 1998, quando dom Óscar Alzamora Revoredo, bispo auxiliar de Lima, Peru, publicou o texto “Ideologia de gênero, seus perigos e seus alcances”, no qual afirma que “Os proponentes dessa ideologia eram ‘feministas de gênero’ que queriam colapsar a família, a educação, a cultura e a religião (NEGREIROS, 2021, p. 108-109).

²² Mais informações podem ser obtidas no Portal G1 (disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/ministro-da-educacao-fala-em-combater-a-ideologia-de-genero-em-discurso-veja-outros-7272643.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2022); no Jornal A Gazeta do Povo (disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/governo-bolsonaro-livro-didatico-barato-sem-ideologia-weintraub/>. Acesso em: 10 maio 2022); e, no site Olhar Direto (disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=494070¬icia=ribeiro-diz-que-enquanto-for-ministro-educacao-nao-tera-ideologia-de-genero-nosso-pais-e-laico-mas-na-escola-publica-nao&edicao=2>. Acesso em: 10 maio 2022).

Figura 3 – Manual de defesa da família, de autoria do Pe. David Francisquini.



Fonte: RESEARCHGATE, 2022.

A resposta, sem titubeios, é sim! Conforme adiantei, a abordagem dos estudos de gênero e de sexualidade tem importância capital para o combate aos discursos de ódio e de intolerância. Não se trata de ideologia: é ciência²³! Ciência cujo objeto não se restringe apenas ao campo de estudos das ciências sociais e humanas – ramos no qual seu conceito já é burilado há no mínimo meio século, e vem se espalhando, nas últimas décadas, como objeto de investigação das ciências naturais, as ditas ciências *hard*. Além disso, existe todo um arcabouço normativo-constitucional que sustenta a abordagem do tema não só no IFMA, mas nas escolas em geral, inclusive na educação básica, englobando, portanto, todos os níveis de ensino, de modo, logicamente, adaptado à respectiva faixa etária. Passo então a aprofundar ambos aspectos, jurídico e científico, caracterizando o que hoje conhecemos por gênero e como o desenvolvimento desse conceito transdisciplinar acompanha e alavanca as lutas dos movimentos sociais que pautam a equidade de direitos, a visibilidade política ou mesmo o direito de existir aos diversos segmentos historicamente marginalizados da sociedade brasileira.

²³ Durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi lançado o catálogo de materiais didáticos e paradidáticos sobre diversidade sexual e de gênero produzidos com apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/MEC-Diversidade-Sexual.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

3.1 Sim, gênero está na lei

"A Lei Maria da Penha nada mais objetiva do que proteger vítimas em situação como a da ofendida destes autos. Os abusos por ela sofridos aconteceram no ambiente familiar e doméstico e decorreram da distorção sobre a relação oriunda do pátrio poder, em que se pressupõe intimidade e afeto, além do fator essencial de ela ser mulher."

*Rogério Schietti Cruz*²⁴

Referi-me, no início deste tópico, à onda reacionária e falso-moralista que vem assolando o Brasil, da qual se aproveitaram diversos agentes políticos (muito deles ligados a credos ultraconservadores) que, para galgar visibilidade, valendo-se da falaciosa ‘ideologia de gênero’ objetivaram banir da legislação que rege a política educacional qualquer menção à palavra gênero, em flagrante ataque “aos princípios constitucionais da liberdade de ensino e do pluralismo de concepções pedagógicas e às normas educacionais, bem como a interdição do debate sobre igualdade de gênero, raça e sexualidade nas escolas” (MANUAL..., 2022, p. 03), o que, na prática, conturbou o fazer educacional, através de manobras de silenciamento e até de agressões perpetradas em face de professoras, professores, estudantes, familiares e demais profissionais de educação. Isso porque tais agentes políticos, sob a capa de guardiões da moral e dos bons costumes da dita ‘família tradicional brasileira’, passaram a empreender um cerco às escolas, dando a entender que a abordagem acerca da temática gênero e sexualidade estaria interdita, incitando pais e alunos a se engajarem numa espécie de ‘polícia de costumes’ e infligindo medo e insegurança nos educadores e nos gestores, que poderiam ser alvo, a qualquer momento, de denúncias infundadas, já que em nenhum momento a legislação pátria vetou a abordagem do tema. A razão de todo esse terrorismo político foi a mera supressão da palavra gênero do Plano Nacional de Educação – PNE,²⁵ aprovado em 2014, e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cuja versão final foi homologada pelo Ministério da Educação em 2018, três anos após a infeliz declaração dada à imprensa pela então Presidenta Dilma Rousseff, que, ao admitir o cancelamento da distribuição do material intitulado Escola sem Homofobia ,

²⁴ Excerto da decisão proferida pelo Ministro do STJ, que concluiu, em 13/08/2019, que as mulheres transgênero também fariam jus à proteção da Lei Maria da Penha.

²⁵ O primeiro Plano Nacional de Educação, elaborado em 1996 e aprovado pela Lei nº 10.172/2001, fazia menção expressa à palavra gênero, por exemplo, no tópico que previa a inclusão nas diretrizes curriculares dos cursos de formação docente “temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais” (BRASIL, 2001, n. p.).

“garantiu que o governo é contra a homofobia, mas afirmou que não haverá propaganda de opções sexuais (sic)”²⁶.

Contrariamente à alardeada interdição do tema, o PNE, cujo conteúdo foi promulgado através da Lei nº 13.005/2014 para vigor no decênio compreendido entre 2014-2024, estabelece como uma de suas diretrizes a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014, n. p.). Por sua vez, a BNCC aduz que “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2018, n.p.). Especificamente em relação ao Ensino Médio, o documento reforça que, para

a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, a escola que acolhe as juventudes deve ser um espaço que permita aos estudantes: (...) conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais; (...) promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos; combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença (BRASIL, 2018, p.7).

Seguindo na análise do documento, é possível identificar a reverberação do norte apontado pela introdução, inclusive em relação às ciências da natureza e suas tecnologias, para “investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das próprias ciências, na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade” (BRASIL, 2015, p.599) – bem como nas ciências humanas e Sociais Aplicadas, de modo a propiciar aos discentes a análise de

situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais (BRASIL, 2018, p.577).

Para além dessas normativas, convém analisar o vasto instrumental jurídico-legal – não atingido pelos ataques derradeiros – apto a municiar aqueles que não se deixam dobrar pelas tentativas de silenciamento e de censura comumente perpetradas pelos setores conservadores da sociedade e que, compreendendo a importância da abordagem do tema na emancipação dos discentes, merecem dele apoderar-se e fazer uso para a defesa de seu mister

²⁶ Mais informações disponíveis em: <https://noticias.r7.com/record-news/jornal-da-record-news/videos/dilma-explica-a-decisao-de-nao-distribuir-kit-gay-em-escolas-publicas-21102015>. Acesso em: 01 jun. 2022.

educacional. Porém, antes, um alerta: não esqueçamos que o sistema jurídico legal brasileiro é também expressão de colonialidade, pois que herdado da tradição lusitana, a qual, por sua vez, encontra no Direito Romano sua influência. Eis que a minha relação com a ciência jurídica nesta investigação é um tanto ambígua, pois, ao tempo que tenho consciência das falhas de sua materialização para solução da questão central deste trabalho – daí pauta-lo na análise ética – entendo que é necessário dele me valer, primeiro, para situar o gênero como tema não ignorado pelo Estado democrático de direito e, segundo, para que seja possível a própria responsabilização, seja cível, seja penal ou mesmo ético-administrativa, daqueles que, valendo-se de expedientes falaciosos ou de condutas reprovadas pelo Direito, violentam pessoas na escola.

Sem mais delongas, a norma mais importante a fundamentar a abordagem de gênero na escola é a Constituição Federal de 1988, mais especificamente, os quatro seguintes dispositivos: art.3º, que aduz ser objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na qual se promova “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, n. p.); art.5º, que afirma a igualdade entre homens e mulheres em direitos e em obrigações; art.205, no qual a educação é alçada ao posto de direito constitucional de todos e dever a ser prestado pelo Estado e pela família em colaboração, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, n. p.); e por fim, art. 206, que assegura que o ensino se baseia nos princípios da liberdade de aprendizado e de cátedra e no pluralismo de ideias, devendo ser promovida a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos discentes.

Em 1990, é publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com o objetivo de promover a proteção integral da criança e do adolescente, considerados sujeitos de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas, conforme o art.3º, “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”, sem qualquer discriminação de “nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas” (BRASIL, 1990, n. p.). Indubitavelmente, o ECA representou um avanço no modo de se tutelar os direitos de crianças e adolescentes, vez que as leis que anteriormente abordavam a temática miravam sobretudo os menores em situação irregular, a exemplo do Código de Menores de 1979 (BRASIL, 1979). A proteção integral expressa na norma tensiona ideias

socioculturalmente arraigadas de que crianças e adolescentes seriam meros objetos moldáveis aos alvitreiros da família ou da escola, erigindo-os a verdadeiros sujeitos integrais de direito e não propriedade de seus núcleos familiares. Essa ideia é reforçada pelo conteúdo presente nos artigos 17 e 18 da Lei, adiante transcritos:

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

A despeito de a norma não mencionar em nenhum artigo a palavra gênero, resta expresso que todos os entes sociais concorrem igualmente – não sendo incumbência exclusiva da família – para a proteção de crianças e adolescentes contra “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990, n. p.), as quais são imputáveis àqueles que a cometem por ação ou por omissão, de sorte que a proteção integral implica, necessariamente, a proteção contra o sexismo e a LGBTQIAP+fobia, muito embora seja frequente a retórica conservadora de que ‘na escola se deve aprender português e matemática’ e que gênero e sexualidade são ‘assunto de família’, rebaixando a escola a uma mera prestadora de serviços e relegando aspectos da cidadania à esfera do privado, ideologia essa, nos mais das vezes, corroborada pelas instituições de ensino, sobretudo as particulares. Tal discurso apenas reforça o fato de que crianças e adolescentes ainda não são tratados como sujeitos plenos de direito, noção básica do ECA. Tanto é assim que os artigos 53 e 58 do ECA reafirmam seu direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento como pessoas, preparando-os para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Em outras linhas, a escola deve preparar para a vida em sociedade, tanto no aspecto informativo quanto no aspecto formativo, respeitando-se os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. O espírito democrático da Lei convoca famílias e escola a dialogarem acerca da política educacional, de maneira que tanto os educadores devem considerar a diversidade de contextos familiares quanto as famílias devem compreender que a escola não se trata de um espaço de pura reprodução da cultura familiar. A exposição a diversos modos de ser e de existir na

sociedade – inclusive a diversos tipos de família – propicia a formação de cidadãos autônomos e críticos da realidade que os cerca, capazes de conviver com ideias plurais e, portanto, infensos à intolerância. Não obstante a grandeza de seus propósitos, o ECA ainda é massivamente desconhecido, sobretudo pelos educadores, que deveriam dele se valer inclusive para neutralizar ingerências abusivas em seu mister educacional perpetradas por pessoas conservadoras ou reacionárias, que se valem de terrorismo ideológico promover pânico moral.

Anos mais tarde, precisamente em 9 de junho de 1994, ocasião em que a maior parte das atenções do País voltava-se para a Copa do Mundo de futebol, era assinada, em Belém do Pará, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (NEGREIROS, 2021), que, incorporada ao ordenamento jurídico através do Decreto nº 1.973/1996²⁷, definiu como violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”²⁸. A inovação do texto concebido no Pará foi a constatação do caráter estrutural da violência, que “permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, idade ou religião” e que é resultado “das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens” (BRASIL, 1996, n.p.). Naquele mesmo ano, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, como é mais conhecida a Lei nº 9.394/96, que reproduz e amplia os princípios constitucionais referentes à educação, preconizando como princípios básicos do ensino, em seu art.3º, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e o respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

Não obstante o compromisso firmado pelo Estado brasileiro, em 1994, de prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher no País, somente doze anos após a realização da Convenção de Belém do Pará é publicada a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006, resultado mais da sanção internacional sofrida pelo Brasil em 2001²⁹, condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por

²⁷ Por seu conteúdo veicular normas referentes aos Direitos Humanos, a Convenção de Belém do Pará foi recepcionada no Brasil com *status* de texto constitucional.

²⁸ Conforme art.7º do Decreto, o Estado Brasileiro se compromete a “abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação” (BRASIL, 1996, n.p.).

²⁹ A desídia do Estado brasileiro na apuração dos casos de violência contra a mulher é apenas uma das faces de uma epidemia silenciosa denunciada pela Anistia Internacional no ano de 2002, através da publicação do relatório “*Stop violence against women: it's in our hands*”, no qual afirma que “do nascimento à morte, em tempos de paz e de guerra, as mulheres enfrentam discriminação e violência nas mãos do Estado, da comunidade e da família” (ANISTIA, 2004, p.6).

negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, do que propriamente em razão dos compromissos assumidos naquela Convenção. Isso porque, em 1998, a farmacêutica cearense Maria da Penha, sobrevivente de duas tentativas de assassinato perpetradas por seu marido, decidiu, juntamente com o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), levar seu caso ao conhecimento da Corte internacional, dada a desídia do Poder Judiciário do País no julgamento da demanda. Destarte, além da finalização do processo penal de seu agressor, foram recomendadas a auditoria nos autos para apurar as irregularidades e atrasos no andamento processual, a reparação simbólica e material à vítima pela falha do Estado e a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher (O QUE..., 2015), que deu azo à promulgação da Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, por meio da qual foi instituída a política pública com vistas a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Uma das diretrizes da referida política é a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, a serem desenvolvidos, inclusive na escola, com destaque, nos currículos “de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”³⁰ (BRASIL, 2006, n. p.).

Para além de todo o arcabouço legal mencionado, o Supremo Tribunal Federal decidiu, no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, de 13/06/2019, que

NINGUÉM PODE SER PRIVADO DE DIREITOS NEM SOFRER QUAISQUER RESTRIÇÕES DE ORDEM JURÍDICA POR MOTIVO DE SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL OU EM RAZÃO DE SUA IDENTIDADE DE GÊNERO – Os integrantes do grupo LGBTI+, como qualquer outra pessoa, nascem iguais em dignidade e direitos e possuem igual capacidade de autodeterminação quanto às suas escolhas pessoais em matéria afetiva e amorosa, especialmente no que concerne à sua vivência homoerótica. Ninguém, sob a égide de uma ordem democrática justa, pode ser privado de seus direitos (entre os quais o direito à busca da felicidade e o direito à igualdade de tratamento que a Constituição e as leis da República dispensam às pessoas em geral) ou sofrer qualquer restrição em sua esfera jurídica em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero! Garantir aos integrantes do grupo LGBTI+ a posse da cidadania plena e o integral respeito tanto à sua condição quanto às suas escolhas pessoais pode significar, nestes tempos em que as liberdades fundamentais das pessoas sofrem ataques por parte de mentes sombrias e retrógradas, a diferença essencial entre civilização e barbárie (STF, 2019, n.p.).

³⁰ Revertendo decisões do juiz de 1º Grau e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negaram a uma mulher transgênero as medidas protetivas da Lei Maria da Penha, por acreditarem que só teriam direito à proteção legal as “mulheres biológicas” (sic), a Sexta Turma do STJ estabeleceu, por unanimidade, “que a Lei Maria da Penha se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais” (STJ, 2022, n.p.).

Ou seja, desde junho de 2019, LGBTQIAP+fobia é crime no Brasil, tendo o STF assim decidido para equipará-la ao tipo penal do racismo até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional que regule a matéria. A equiparação ao racismo se deve ao fato de que este crime, em sua dimensão social, não se restringe aos aspectos fenotípicos ou estritamente biológicos, pois resulta da “construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade” (STF, 2019, n.p.) de pessoas que são consideradas estranhas por divergirem do padrão social arbitrariamente estabelecido pela cisheteronormatividade, tornando-se alvo de odiosas estigmatização e marginalização, implicando a sua exclusão do sistema geral de proteção do direito. Vê-se, pois, que quaisquer manifestações exaradas a título de opinião ou de crença³¹, que venham a expressar ódio ou desprezo a pessoas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero são alcançáveis pela proteção penal, sendo também garantida às vítimas a proteção cível para se verem indenizadas pelos danos morais e materiais eventualmente sofridos em decorrência da agressão.

Portanto, a despeito de os processos de aprovação do último PNE e da BNCC terem sido atravessados por uma intensa disputa política quanto ao ensino de questões de gênero e sexualidade, com a retirada de seus textos de qualquer menção a tais termos, e malgrado a enxurrada de desinformação circulante na sociedade, a temática jamais foi proibida, de sorte que tanto o PNE quanto a BNCC ainda são instrumentos aptos a balizar a atuação de educadores em todos os níveis e modalidades de ensino. Tanto é assim que, concomitante a todas essas controvérsias, o Conselho Nacional de Educação vem aprovando, ao longo das duas últimas décadas, uma série de Resoluções³² definindo diretrizes para as diferentes etapas e modalidades da educação escolar, a serem seguidas por todas as redes e instituições de ensino, sejam elas públicas ou particulares, com vistas à promoção da igualdade, ao reconhecimento dos direitos humanos, à valorização da diversidade e ao combate de todas as formas de discriminação sexual e de gênero.

Por fim, mais recentemente, foi editada, em 27/10/2022, a Medida Provisória nº 1.440/22 (MPV1.440/2022), que institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio

³¹ Imprescindível pontuar que a decisão do STF também reprime penalmente as manifestações de fiéis e ministros religiosos que “configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero” (STF, 2019, n.p.).

³² A exemplo da Resolução CNE/CP nº 1, de 05/01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e estabelece, como um de seus princípios norteadores, o “reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes” (BRASIL, 2021, n. p.).

Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal³³, estadual, municipal e distrital, cujos objetivos são:

- I - prevenir e combater a prática do assédio sexual nas instituições de ensino;
- II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para o desenvolvimento e a implementação de ações destinadas à discussão, à prevenção, à orientação e à solução do problema nas instituições de ensino;
- III - implementar e disseminar campanhas educativas sobre a conduta de assédio sexual, com vistas à informação e à conscientização dos atores envolvidos no processo educacional e da sociedade, de modo a possibilitar a identificação da ocorrência de conduta considerada assédio sexual e a rápida adoção de medidas que solucionem o problema; e
- IV - instruir e orientar pais, familiares e responsáveis, a partir da identificação da vítima e do agressor (BRASIL, 2022, n. p.).

É digno de nota o que dispõe o seu art. 5º, que determina a elaboração, pelas instituições de ensino, de ações e estratégias destinadas à prevenção e ao combate ao assédio sexual no ambiente educacional, tendo como diretrizes, dentre outras, a explanação sobre os elementos que caracterizam o delito; o fornecimento de materiais educativos e informativos, de modo a orientar a atuação de docentes e equipes pedagógicas; a divulgação da legislação pertinente e de políticas de assistência às vítimas e de canais acessíveis de denúncia aos atores envolvidos no processo educacional e de informações acerca do caráter transgressor do assédio e da sua natureza disciplinar, passível de apuração e de aplicação de sanção nas esferas penal, civil e disciplinar; o estabelecimento de procedimento para investigar reclamações e denúncias de assédio sexual, garantidos o sigilo e o devido processo legal; a criação de programa de capacitação que abranja os meios de identificação, modalidades, desdobramentos jurídicos, o direito de reparação das vítimas, mecanismos e canais de denúncia e os instrumentos jurídicos disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro com vistas à prevenção e ao combate ao assédio sexual na escola.

A despeito de se encontrar perfeitamente vigente desde a sua publicação, a MPV1.440/2022, para ser convertida em lei, precisa ser referendada, em até 60 dias, pelo Congresso Nacional, após votação em separado, primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal. Caso ainda penda de apreciação, o período de vigência pode ser prorrogado, estando passível de emendas pelos parlamentares. Até o momento em que escrevo estas linhas, ao texto já haviam sido apresentadas 19 emendas, o que denota um

³³ Um acordo de cooperação técnica foi recentemente firmado entre o Ministério da Educação e a Procuradoria-Geral Federal, órgão do qual sou integrante, para disponibilização de conteúdo aos servidores das IFES Disponível em: <https://anafenacional.org.br/procuradores-federais-elaboram-curso-de-capacitacao-para-prevenir-e-combater-assedio-sexual-nas-instituicoes-educacionais/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

interesse notável acerca do tema junto ao Poder Legislativo, razão pela qual acredito que sua tramitação chegará a um bom termo com sua conversão em lei.

3.2 Sim, gênero é ciência

“Boas feministas são abolicionistas de gênero.”

Letícia Nascimento

Há séculos que noções de gênero permeiam a existência humana. Segundo o professor Alexandre Bortolini (2011), a raiz do conceito de gênero nasce da capacidade dos seres humanos de duvidar, de questionar e de se insurgir contra os modelos de homem e de mulher que lhes são apresentados socioculturalmente. A historiografia dos estudos de gênero registra diversas personagens que tensionaram esses lugares ‘naturais’ do homem e da mulher na sociedade brasileira, a exemplo de Francisca Manicongo³⁴, Filipa de Souza³⁵, o/a tupinambá Tibira³⁶, Maria Firmina dos Reis³⁷ e João Francisco dos Santos, o Madame Satã³⁸. Todas elas, ao ousar desafiar, cada uma a seu tempo, os papéis de homem e, principalmente, de mulher impostos primeiro pela religião e depois pela ciência, desafiaram, igualmente, uma ordem

³⁴ Francisca Manicongo, mais conhecida como Xica Manicongo, foi sequestrada no Congo e escravizada no Brasil do século XVI (JESUS, 2019). Atualmente considerada a primeira travesti negra do País, Xica foi obrigada, pela Primeira Visitação da Inquisição à colônia, a usar roupas que não condiziam com a identidade de gênero por ela reconhecida, além de ter sido acusada de sodomia. Após seu julgamento, vestir-se o homem com roupas de mulher tornou-se crime (Ordenações Filipinas, Título XXXIV), o que demonstra como a “injunção de um sistema colonial de gênero opera para a desumanização de pessoas que estejam fora da hierarquia dicotômica baseada na diferenciação sexual” (NASCIMENTO, 2021, p. 48).

³⁵ Filipa de Souza, a mulher que, em 1591, admitiu adorar outras mulheres ao Visitador Inquisitorial, na então capital da colônia, Salvador, razão pela qual foi açoitada no passeio público, presa e, por fim, degredada. Como forma de honrar sua memória, instituiu-se nos Estados Unidos, em 1994, o prêmio Filipa de Souza *OutRight International Award for Human Rights* (MOTT, 1999).

³⁶ Em 1614, no Maranhão, uma pessoa indígena tupinambá foi executada com a anuência de missionários da Igreja Católica, que se valeu de um martírio nunca antes visto no Brasil colônia: ela foi amarrada à boca de um canhão e teve seu corpo repartido ao meio pelo tiro, não antes de ser “batizada” pela missão religiosa. Os indígenas que se relacionavam com outros “do mesmo sexo” eram chamados de tibiras, razão pela qual a pessoa indígena executada é hoje conhecida como Tibira do Maranhão (MOTT, 1995).

³⁷ Maria Firmina coleciona diversos protagonismos numa época em que a sociedade brasileira fazia questão de manter bem delimitados os papéis destinados à mulher e ao homem: foi a primeira mulher a abrir uma escola mista no Maranhão, primeira a ser aprovada em um concurso público e, também, primeira a escrever um romance, a obra abolicionista *Úrsula*, de 1859, cuja importância (e o protagonismo), só passam a ser reconhecidos a partir da década de 70 do século XX (TELLES, 1989).

³⁸ Madame Satã nasceu João Francisco dos Santos, em Pernambuco, no ano de 1900, sendo filho de mãe descendente de escravizados. Após uma infância difícil, parte da qual vivida em condição análoga a de escravizado, ele foge para o Rio de Janeiro, passando a viver em bordéis da Lapa, onde começa a se relacionar sexualmente com homens, numa época em que ser homossexual e travestir-se eram considerados comportamentos que atentavam contra a segurança da honra e honestidade da família, crimes tais apenados com prisão (GREEN, 2003).

historicamente ditada pelo patriarcado moderno-colonial que estruturou e ainda estrutura a sociedade brasileira através da hierarquização de suas diferenças. Desde a invasão europeia até o fim do século XVIII, a religião judaico cristã atuou como principal definidora da forma de como homens e mulheres deveriam lidar com seus corpos, com o sexo, como se estruturaria a família, tudo com base na interpretação de textos religiosos cristãos e no cultivo de seus dogmas. A partir do século XIX, a ciência, impulsionada pelo desenvolvimento da Teoria da Evolução darwiniana, passa a também ditar os lugares de homem e de mulher na sociedade, mais para corroborar do que para combater a fixidez binarista estabelecida pela dogmática cristã.

Figura 4 – Ilustração do Sec. XVI. Os quatro humores.



Fonte: WIKWAND, 2022.

A diferença sexual seria destarte ‘natural’, ‘inata’, já que ‘nasceria conosco’. Concorreriam, a partir de então, para reforçar tal lógica, a religião – afirmando que ser homem e, mais uma vez, principalmente, ser mulher é atributo da alma, é cumprir uma missão, uma predestinação – e a ciência, por compreender que a diferenciação se apoiaria em uma obviedade anatômica, sobretudo gonadal, apta a influenciar os hormônios, também denominados ‘humores’, e a determinar, pelo simples funcionamento fisiológico, os temperamentos e humores do homem e da mulher. Essa última, pelo fato de engravidar e de amamentar, seria naturalmente inclinada à maternidade e à maternagem, responsabilizando-se pelas tarefas inerentes ao cuidado dos outros e do lar, incumbências precipuamente emocionais. O homem,

ao contrário, portador de um cérebro maior³⁹ e, portanto, ser mais racional, teria o protagonismo nos espaços públicos, cabendo-lhe exercer a política, ostentar uma vida pública e prover o lar, protegendo a mulher e a prole⁴⁰. Partindo-se da premissa de que a reprodução sexuada era uma condição essencial à continuidade da própria humanidade, comportamentos que invertiam essa lógica eram patologizados, surgindo as denominações ‘homossexualismo’, ‘lesbianismo’, ‘transexualismo’. Uma constatação universal que fundamentaria a existência da necessária ligação entre o homem e a mulher para a formação da família como ‘célula da sociedade’. Seja por força da ‘lei de Deus’, seja pela ‘lei da natureza’, a diferença entre os sexos era algo inescapável. Qualquer arranjo que ousasse contrariar tal lógica heterossexual seria considerado um comportamento desviante: ou pecado ou patologia. A própria existência de uma sociedade sexista (ou mesmo racista) seria perfeitamente justificável, uma vez que decorreria das diferenças essenciais entre homem e mulher (e entre brancos e não brancos), naturalizando-se, por conseguinte, as violências sofridas pelos sujeitos subalternizados. É a partir do século XX que a ciência, pelas mãos da própria ciência, mais precisamente da Antropologia, começa a questionar tal *status quo*. São os estudos etnográficos de Margareth Mead (2000), realizados junto às sociedades da Nova Guiné, que inauguram⁴¹ essa contestação e assim o fazem por chegar à conclusão, após extenso período de convivência com os povos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, que os papéis atribuídos ao ‘homem’ e à ‘mulher’ em cada uma dessas sociedades não obedeciam a um padrão. Ao contrário, enquanto, entre os Arapesh, o temperamento tanto do ‘homem’ quanto da ‘mulher’ era pacífico e nenhum dos dois era preparado para guerrear, entre os Mundugumor, tanto ‘homens’ como ‘mulheres’ eram de temperamento bélico. Já na sociedade Tchambuli, enquanto os homens se adornavam, as mulheres eram extremamente práticas, dedicadas ao trabalho, cabendo-lhes prover o lar. Mead conclui, dessa forma, que não

³⁹ Um estudo realizado por diversas universidades do Reino Unido concluiu que, muito embora os cérebros de homens sejam maiores que o de mulheres, os cérebros femininos tendem a ter o córtex cerebral, zona funcionalmente ligada à inteligência, mais grossa, favorecendo funções como a memória, os sentidos, a aprendizagem e a tomada de decisões (RITCHE *et al.*, 2018).

⁴⁰ A mesma lógica histórica aqui exposta quanto ao gênero também foi utilizada para justificar, pelo fundamento religioso, a desumanização, a escravização e o genocídio dos povos originários e de pessoas africanas através da racialização – a exemplo da discussão acerca da existência ou não de alma no corpo dos indígenas – e, pelo fundamento da ciência do século XIX, o racismo científico, oficialmente encampado como política de Estado no Brasil na Constituição Federal de 1934, por influência direta do movimento eugenista, capitaneado pelo médico Miguel Couto que, em 1914, publicou diversas obras em que inter-relacionava a propagação de epidemias no Rio de Janeiro, a abolição da escravatura e a imigração (Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>. Acesso em: 10 maio 22).

⁴¹ Como forma de rebater o unilinearismo histórico – crença de que os seres humanos passavam por estágios evolutivos, quais sejam, selvageria, barbárie e civilização, hierarquizando as pessoas segundo tais critérios – defendido à época por estudiosos como Lewis Henry Morgan (1877), Margaret Mead (1926) publica a obra “A Metodologia dos Testes de Raça”, questionando a existência de raças, bem como as fontes e a metodologia contaminadas de subjetividade.

há um só modo de ser ‘homem’ e um só modo de ser ‘mulher’, visto que não há temperamentos sexuais fixos, universais, comuns a todos os seres humanos. É nas relações sociais, ou seja, é na cultura que os lugares de homens e de mulheres se constroem, cabendo a cada sociedade, ao longo da história, o cultivo ou não de tais diferenças. Também é digno de nota o fato de a autora dedicar um capítulo da obra aos chamados ‘inadaptados’, indivíduos que, em cada uma das sociedades, não se conformavam com a ordem estabelecida, visto que reconheciam as “ênfases mais importantes de sua sociedade parecem absurdas, irreais. Insustentáveis ou completamente erradas” (MEAD, 2000, p. 277). Em 1949, ano em que Margareth Mead publica outro de seus estudos antropológicos – “Macho e Fêmea” –, nos Estados Unidos, Simone de Beauvoir, apoiando-se na recém-inaugurada filosofia existencialista, publica, na França, “O Segundo Sexo”, obra na qual, ao analisar o período da infância humana, conclui que

ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo (BEAUVOIR, 2009, p. 290).

A essa altura, muito embora nenhuma das autoras mencionasse a palavra gênero, já eram evidentes tanto a influência da cultura na definição dos papéis sociais de homem e de mulher quanto a necessidade do surgimento de um termo que substituísse a palavra sexo para designar tal diferenciação. É através de controversas investigações acerca de pessoas intersexo – à época denominadas ‘hermafroditas’, que o psicólogo neozelandês John Money (1955) ao perscrutar diversos aspectos da sexologia humana, inclui no vocábulo gênero perspectivas mais inclusivas que o simples binômio homem/mulher, passando a definir termos como identidade de gênero⁴², orientação sexual⁴³ e papel de gênero, cujo conceito permito-me transcrever justamente por guardar estreita relação com os estudos Mead e Beauvoir:

todas as coisas que uma pessoa diz ou faz para se revelar como tendo o status de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente. Inclui, mas não se restringe à sexualidade no sentido do erotismo. O papel do gênero é avaliado em relação ao seguinte: maneirismos gerais, comportamento e conduta; preferências de jogo e interesses recreativos; tópicos espontâneos de conversa em conversas não estimuladas; conteúdo de sonhos, devaneios e fantasias; respostas a perguntas

⁴² Para Money, identidade de gênero é a percepção total que o indivíduo tem de seu próprio gênero, nela incluída uma identidade pessoal básica com homem ou mulher, menino ou menina (BULLOUTH, 2003).

⁴³ Até então, utilizava-se a expressão ‘preferência sexual’ para caracterizar a maneira como uma pessoa se sente afetiva ou sexualmente atraída por outra. Money considerou que o desejo humano não é uma questão de escolha ou opção (ERHARDT, 2007).

obíquas e testes projetivos; evidência de práticas eróticas, e, finalmente, as próprias respostas da pessoa à consulta direta (MONEY, 1955, n.p.).

Ao longo da segunda metade do século XX, as ciências sociais incorporam fortemente o conceito cunhado por Money⁴⁴. Em seu artigo “O Tráfico de Mulheres” de 1975, Gayle Rubin (2017) protagoniza a utilização do nesse ramo científico, apontando a cegueira da teoria marxista quanto à opressão sexual – representada especialmente pelo trabalho doméstico, essencial ao capitalismo –, bem como a heterossexualidade implícita em “As estruturas elementares do parentesco”, de Lévi-Strauss⁴⁵ (1982) e nas psicanálises freudiana e lacaniana, cunhando então o sistema de sexo/gênero, consistente em “arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 2017, p. 11). Enquanto isso, no Brasil, seguindo a mesma linha de análise da divisão sexista do trabalho, são publicados estudos como os de Aparecida Joly Ferreira, em “Milhares de normalistas e milhões de analfabetos” de 1961 e “Professôras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional”, de 1965; de Heleieth Saffioti, com as obras “Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias”, de 1969 e “A mulher na sociedade de classes”, de 1976, provando que os estudos de gênero serviriam não apenas para contestar a subalternização da mulher no âmbito privado, mas também para reivindicar os reflexos políticos e econômicos dessa subalternização, denunciando a divisão sexista do trabalho e a situação de precarização da relação trabalhista – que encontrou nas mulheres as suas primeiras vítimas (ABÍLIO, 2014).

Inspirada em “A invenção da cultura”⁴⁶, obra lançada por Roy Wagner, em 1975, a antropóloga inglesa Marilyn Strathern (2007) publica, em 1988, “O gênero da dádiva”, na qual elege a categoria gênero como central, criticando, a um só tempo, os estudos etnográficos e o feminismo de segunda onda, que se valiam, ambos, de parâmetros ou categorias autocentradas, (e, portanto, eurocentradas) para teorizar sobre o comportamento de outros povos (sociedades habitantes das colônias inglesas, sobretudo, na Melanésia). Ficções como homem, mulher, troca, dádiva – precipuamente ocidentais – são manejadas para nomear ou classificar comportamentos outros através de lentes ocidentais (e por que não dizer, coloniais), como se a

⁴⁴ Robert Stoller foi o primeiro a utilizar o termo gênero na psicanálise (COSSI, 2018), valendo-se, para tanto, dos estudos de John Money, com quem conviveu na John Hopkins University, em Baltimore, Estados Unidos.

⁴⁵ Segundo Rubin (2017), o tabu da heterossexualidade seria anterior ao tabu do incesto, de maneira que a assimilação de ambos os tabus dar-se-ia na fase edípica (quando a menina aceita sua ‘castração’) e passa a orientar-se de forma congruente ao seu papel de gênero feminino.

⁴⁶ De forma extremamente resumida, Roy Wagner (2017) propõe, nessa obra, que a cultura é muito mais uma invenção dos antropólogos do que uma descoberta de uma ‘nova cultura’; um processo subjetivo do pesquisador, que anseia categorizar tudo aquilo que, por ser diverso ao seu universo, lhe é estranho ou anormal.

forma que o pesquisador compreende o mundo justificasse ou explicasse o comportamento de diversas alteridades⁴⁷. Strathern dá então nova interpretação à dádiva – a retribuição no sistema de trocas das sociedades melanésias –, discordando assim de Marcel Mauss (2008), que qualificou-a como uma relação de caráter neutro – passando a compreendê-la como um sistema generificado, de modo que, para ela, gênero não corresponde ao que hoje conhecemos como identidade de gênero, conforme os estudos prévios de Gayle Rubin, com quem mantinha afinidade teórica. Para ela, a partir da observação dos Hagen⁴⁸, gênero são relações sociais, ações, experiências fluidas, que se justapõem – de modo que ela as nomeia relações de gênero, e não identidades ou papéis de gênero, não guardando, pois, qualquer relação com a hierarquização social ocidental (STRATHERN, 2007). A relevância das conclusões de Strathern, então contemporânea do movimento feminista de segunda onda, é marcante, seja para as ciências sociais, seja para a história do feminismo: além de criticar o fato de que os antropólogos, para interpretar sociedades não ocidentais, valiam-se de metáforas ocidentais, hierarquizando os sujeitos ali presentes, ela contesta a fixidez da categoria mulher – a mulher universal protagonista do feminismo hegemônico, categoria ora tensionada pelos diversos feminismos contemporâneos.

No início da década de 90 do século XX, o gênero como categoria útil de análise histórica é tema abordado por Joan Scott (1990) em texto seminal para os estudiosos da matéria, ocasião na qual a historiadora trata de conceituá-lo como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...]” (SCOTT, 1990, p. 86), em análise semelhante ao que teorizou Simone de Beauvoir (2009) com seu ‘tornar-se mulher’, de maneira que tal inscrição do gênero no corpo sexuado demarca, num primeiro momento, a oposição biológico/construído ou natureza/cultura. Passados mais de trinta anos desde a primeira publicação de Scott, várias abordagens a respeito do tema se fazem conhecer. A própria autora problematiza sua definição em duas outras oportunidades (SCOTT, 2008; 2012), nas quais admite que seu conceito serviu de base para interpretações essencialistas acerca do que pretendia dizer, o que acabaria por limitar sua intenção, circunscrevendo-o à ideia de corpo, sexo e sexualidade, ao feminino ou masculino, quando, em verdade, gênero traduz-se em uma construção histórico-político-social que tensiona, ao longo da trajetória humana, os sujeitos em relação, noção compartilhada por Judith Butler (2003), sujeitos esses sobre os quais a opressão

⁴⁷ Margareth Mead (2000) não está infensa a essa crítica. Em *Sexo e Temperamento*, as categorias ‘homem’ e ‘mulher’ são utilizadas pela autora, conforme relatei previamente neste Capítulo.

⁴⁸ Povo habitante das Terras Altas da Papua Nova Guiné, país que só conseguiu sua soberania em relação à Austrália em 1975. Ainda assim, por fazer parte da *Commonwealth*, tem a Rainha do Reino Unido, Elizabeth II, como Chefe de Estado.

do patriarcalismo atrelado à heterossexualidade compulsória (WITTING, 1978; RICH, 2010) se faz sentir em menor ou maior medida. Em “Interpretando o Gênero”, Linda Nicholson (2000) faz um resgate da evolução do conceito de gênero: primeiramente, manejado em oposição à categoria sexo para delimitar o que é biologicamente dado em oposição ao socialmente construído – trata-se do determinismo biológico⁴⁹, hegemônico entre as feministas do fim dos anos 60 e início dos 70 do século passado, que acreditavam na existência de “fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens, usadas de maneira similar em todas as sociedades para gerar uma distinção entre masculino e feminino” (NICHOLSON, 2000, p. 11); seguida, gênero faz referência a qualquer construção que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, de modo que o “corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e comportamento” (NICHOLSON, 2000, p. 12), ao que a autora chama de fundacionalismo biológico; e, por fim, na terceira concepção, gênero vem minar a compreensão determinista de natureza presente na categoria sexo, rompendo com quaisquer determinismos ou fundacionalismos.

A posição de Nicholson (2000) afina-se com a teorização de Butler (2003) sobre a temática, para quem gênero é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados, que produzem uma falsa noção de estabilidade à matriz heterossexual, a exemplo das oposições macho x fêmea, homem x mulher, masculino x feminino, pênis x vagina etc. (PISCITELLI, 2002). Ao seu turno, Paul B. Preciado (2018, p. 127) termina por romper qualquer elo entre sexo e gênero, conceituando este como “um programa operacional capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob a forma de afetos, desejos, ações, crenças e identidades” e dando uma centralidade ao corpo, que “não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros” (PRECIADO, 2011, p. 127). Trata-se de um saber-se de si, do seu eu sexual, uma realidade emocional para a consciência, que se expressam em formulações como ‘sou homem’, ‘sou mulher’, ‘sou heterossexual’, ‘sou homossexual’, ‘sou transexual’, que “condensam saberes específicos sobre si mesmo” (PRECIADO, 2018, p. 127). Desse modo, para o filósofo espanhol, gênero é efeito de práticas discursivas e visuais procedentes de diversos dispositivos institucionais, tais como a família, a religião, o Estado e seus aparelhos jurídico-legais, mídias, etc., em relação aos quais o sujeito se liga de forma estreita através de processos de

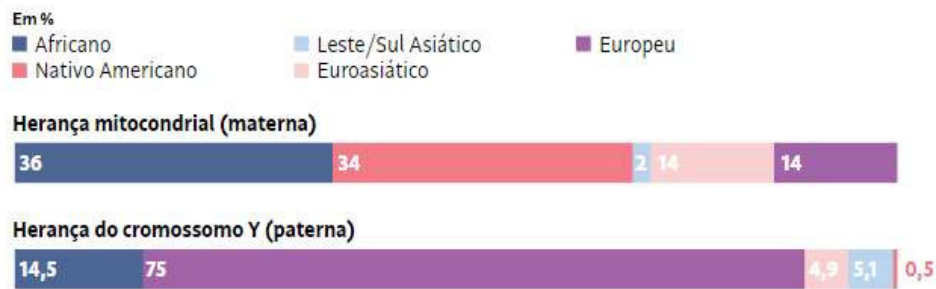
⁴⁹ O determinismo biológico, até hoje defendido por algumas correntes feministas radicais, também é chamado de essencialismo biológico, pois o sexo seria essencial para a noção de gênero (NICHOLSON, 2000).

representação, significação e autoexperimentação corporal⁵⁰.

Não tardou para que o conceito de gênero ultrapassasse as fronteiras das ciências sociais, passando a servir de base também a investigações nas ciências naturais, que começam a compreender o lugar das relações e práticas sociais na formação de nossas corporeidades, soterrando de vez o falso embate gênero/ciências sociais *versus* sexo/ciências naturais (GÊNERO..., 2022). Enquanto a neurocientista israelense Daphna Joel (2014) desmistificou a ideia, até então largamente difundida na comunidade científica como resquício do evolucionismo, de que haveria diferenças estruturais significativas entre os cérebros do homem e da mulher, a bióloga estadunidense Anne Fausto-Sterling (1992) demonstrou que os corpos são estruturas moldáveis aos fatores sociais aos quais são expostos. No Brasil, a geneticista e bióloga Lygia da Veiga Pereira Carramaschi (ESTUDO..., 2020) comanda a equipe que integra o projeto DNA Brasil, que pretende construir a maior coleção de genoma do País, de modo a caracterizar geneticamente a população, como forma de poder prever e tratar doenças ligadas ao material genético dos brasileiros. Segundo Tábita Hünemeier (ESTUDO..., 2020), cientista integrante da equipe, as análises apontam, até o momento, uma predominância de DNA mitocondrial (herança da mãe) advindo de 36% de mulheres africanas e 34% de nativas americanas. Quanto à herança masculina (observável a partir do cromossomo Y), ela é 75% europeia, denotando a assimetria da miscigenação do povo brasileiro, reduzindo drasticamente a possibilidade de o homem indígena deixar descendentes. Resultado disso é o extermínio de 1,5 milhões de indígenas da costa leste brasileira, ao tempo que foram constatadas, em relação ao material genético africano, contribuições advindas de todas as regiões daquele continente.

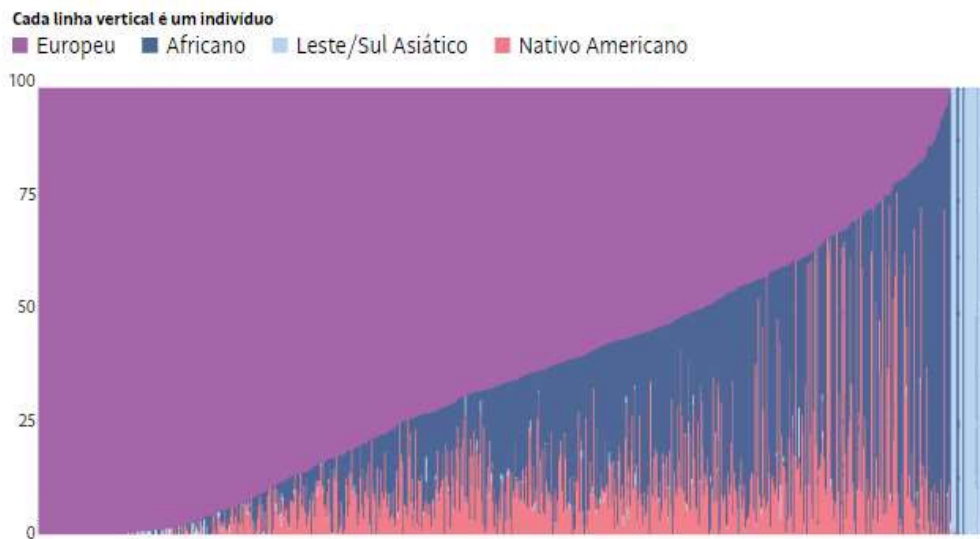
⁵⁰ Preciado (2018, p. 25) denomina Era Farmacopornográfica a era de investimento do sistema capitalista, a partir de 1930, para transformar ‘sexo’, ‘gênero’, ‘sexualidade’, ‘identidade sexual’ e ‘prazer’ em “objetos de gestão política da vida (como Foucault já havia intuído em sua descrição biopolítica dos novos sistemas de controle social”, citando como exemplo de biotecnologias a extração de moléculas vivas de progesterona e do estrogênio (em 1941); os já mencionados estudos sobre a sexualidade de John Money (1955); a comercialização da primeira pílula anticoncepcional, em 1957; a “transformação” (leia-se, transição) do estadunidense George W. Jorgensen em Christine, em 1952; a inauguração da mansão Playboy, em 1959, a produção do filme Garganta Profunda, de 1972, a implantação do primeiro marca-passo peniano, em 1984, que proporcionava ereção por controle-remoto, até a comercialização do Viagra, em 1988.

Figura 5 – Porcentagem da herança genética da população brasileira por continente



Fonte: Folha de São Paulo, 2020.

Figura 6 – Níveis da miscigenação da população brasileira.



Fonte: Folha de São Paulo, 2020.

Os achados parciais do Projeto DNA Brasil apenas corroboram a teoria de Lélia Gonzalez, que aponta, ainda na década de 80 do século passado, o caráter racista e sexista da cultura brasileira. Em franca oposição ao mito da democracia racial veiculado por Gilberto Freyre (2005) na obra “Casa grande e senzala”, de 1933, a intelectual do pensamento feminista afro-latino-americano apontou a indissociável intersecção dos fatores raça, classe e gênero como determinante na tarefa de interpretar o Brasil, denunciando que a mulher negra nunca saiu do estado colonial das coisas, visto que

a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam “lidar com o público”? Ou seja, atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal? (GONZALEZ, 2020, p. 85).

No mesmo sentido, Franz Fanon (2020, p. 56) alerta para a exotização e a fetichização dos corpos das pessoas negras pelo colonizador branco ao concluir que o “branco, sendo o senhor, ou simplesmente o macho, pode se dar ao luxo de dormir com muitas mulheres. Isso acontece em todos os países e mais ainda nas colônias”. Também como marca da cultura colonial do estupro, é comum pessoas descendentes de indígenas relatarem que suas bisavós ou avós foram ‘pegas no mato a cachorro’ ou ‘pegas no laço’. Tais frases expressam justamente o modo pelo qual mulheres indígenas foram capturadas, amarradas, torturadas, ‘amansadas’ e silenciadas pelos colonizadores, silêncio esse geralmente interpretado como sisudez ou mal humor. Não é incomum que tais violências sejam romantizadas ao longo de seguidas gerações. O escritor Daniel Munduruku confessa sua estranheza ao ser abordado por pessoas que se aproximam dele dizendo que ‘têm um pezinho na aldeia’, pois suas antepassadas teriam sido ‘pegas no laço’, pois não compreende como alguém pode se orgulhar de

de ter tido uma avó que foi escravizada por um homem que a usou durante toda uma vida e a obrigou a gestar filhos que provavelmente não queria. Penso que a maioria das pessoas não se dá conta de que esta narrativa é repetida tantas vezes e de forma poética para esconder uma dor que devia morar dentro de todos os brasileiros: somos uma nação parida à força. Foi assim com os primeiros indígenas forçados a receber uma gente que se impôs pela crueldade e pela ambição; uma gente que tinha olhares lascivos contra os corpos nus – e sagrados – das mulheres nativas. Foi assim com os negros trazidos acorrentados nos porões de navios para serem escravos de pessoas que se sentiam superiores apenas por conta da cor de sua pele; as mulheres eram usadas como domésticas e como amantes gerando “brasileiros” que eram desqualificados porque cresciam sem pai (MINHA..., 2018, n.p.).

Ou seja, os corpos racializados - negros e indígenas e seus descendentes - são marcados a partir do ideal da branquitude, por ela estabelecido, assim como pelo binômio feminilidade/masculinidade, marca da cisheteronormatividade. O silenciamento e a subalternização das pessoas que são marcadas por tais ‘falhas’ (CASTRO, 2020) se traduzem em porta entreaberta aos abusos moral e sexual, haja vista que o poder e o prestígio segundo os critérios hegemônicos de raça, gênero e sexualidade encontraram no capitalismo globalizado e no neoliberalismo um solo fértil para reprodução dos estigmas do colonialismo.

Tem-se, assim, que, no contexto brasileiro (e latino-americano), mais ainda no contexto do interior do Estado do Maranhão – campo do presente trabalho, torna-se essencial que o gênero seja analisado levando-se em consideração as colonialidades do poder (QUIJANO, 2005), do saber e do ser (MALDONADO-TORRES, 2008), daí porque considero-o como uma categoria moderno-colonial. Isso porque parto do princípio que o colonialismo, ao inaugurar o empreendimento Brasil - que hoje se pretende Estado-Nação -, outrificou os sujeitos indígenas e negros, objetificando-os, primeiramente, através da racialização e, ato contínuo, a binarização macho/fêmea de seus corpos (LUGONES, 2008), para que, por meio de sua

exploração, fosse sustentado o projeto da modernidade europeia a partir do século XVI (MIGNOLO, 2017). O fato de os estudos decoloniais concluírem que as marcas desse processo – o qual engendrou, muito provavelmente, a maior acumulação originária de riquezas da história da humanidade – persistirem até hoje, malgrado a formal soberania do Estado-Nação, induz-me a considerar, para o fim deste estudo, o gênero como decorrência da modernidade/colonialidade, pois é, de per si, uma tecnologia que “desestabiliza o que é ser homem ou ser mulher apenas quando percebido não como uma categoria primária, secundarizando a raça, mas como categoria junto a ela produzida” (GOMES, 2018, p. 65). A partir de tal categorização, é possível compreender o sistema sexo/gênero como construto performativo da colonialidade, no contexto da qual a raça e o racismo surgem como elementos – e não como meros conceitos acessórios –, que forjam sua matriz binarizante e que revela o humano e o não humano, o universal e o outro, a Nação e seus outros (SEGATO, 2021).

Logo, ao adotar o gênero como conceito em disputa no contexto dos estudos decoloniais, reconhecendo sua matriz moderno-colonial, busco situar como objeto de investigação o fenômeno que atinge aquelas pessoas que, por se situarem nas categorias modernizadas ‘menina’/ ‘mulher’ – no caso deste trabalho, as discentes –, sofrem a influência da colonialidade do poder e do ser no contexto de uma Instituição pública de ensino recém-expandida para o interior do Estado do Maranhão. Essa análise não pode jamais desassociar-se do fator raça, haja vista a centralidade que tal marcador exerceu na captura das subjetividades e das coletividades durante a formação do Estado-Nação brasileiro, nele imbricadas suas instituições, dentre elas, o IFMA.

O Brasil foi o último país das Américas a oficialmente abolir oficialmente a escravidão, num processo de abolicionismo incompleto (FERNANDES, BASTIDE, 2008). Por sua vez, o Maranhão foi a última unidade da federação a reconhecer formalmente a independência do Brasil em relação a Portugal⁵¹. Esse panorama histórico revela uma sociedade que se estruturou e ainda se estrutura sobre uma forte matriz colonial de poder, cujas bases formadas pelo autoritarismo burocrático, pelo patriarcalismo e pela economia de base racial rendem ao Estado o título de penúltimo no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH (MARANHÃO, 2015), com população formada, majoritariamente, por pessoas autodeclaradas pretas e pardas (IBGE, 2020). De acordo com María Lugones, a colonialidade não se refere apenas à classificação racial, como inicialmente sustentou Quijano. Trata-se de um “fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle

⁵¹ Disponível em: <https://portal.pedrodorosario.ma.gov.br/198-anos-da-adesao-do-maranhao-a-independencia-em-comemoracao-ao-reconhecimento-do-estado-a-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/ intersubjetividade, e atravessa também a produção do conhecimento (LUGONES, 2008, p.78). Se, para Lugones, a intrusão dos europeus na América inaugurou o que ela veio a chamar de sistema de gênero colonial/moderno, para Rita Segato (2014), já havia entre os povos ameríndios o fenômeno por ela denominado de patriarcado de baixa intensidade, de maneira que, o gênero constitui no mundo-aldeia uma dualidade hierárquica, na qual homem e mulher, apesar de diferentes, têm plenitude ontológica e política, de natureza dual, ao contrário do binarismo, característico da hierarquização moderna.

O patriarcado de alta intensidade de Segato foi denominado por Heleieth Saffioti (1995) de sistema patriarcal ou simplesmente patriarcado, no bojo do qual a violência de gênero se caracteriza por ser aquela infringida contra pessoas que, por se identificarem como pertencentes ao gênero feminino, padecem das pressões daquele sistema, submetendo-se em função do medo do qual sofrem os sujeitos pertencentes ao gênero masculino. Aspecto que muito interessa ao propósito deste trabalho é a conclusão alcançada pela autora (2001, p. 117) de que é perfeitamente possível que a violência de gênero seja perpetrada tanto por um homem contra outro quanto por uma mulher contra outra, pois a estrutura patriarcal “[...] consiste no fato de o patriarca, exatamente por ser todo poderoso, contar com numerosos asseclas para a implementação e a defesa diuturna da ordem de gênero garantidora de seus privilégios. ”

Na compreensão de Rita Segato (2016), a violência de gênero encontra guarida nas estruturas sociais por ela denominadas de pacto e mandato de masculinidade, as quais, se não legitimam, definitivamente amparam e encobrem as demais formas de dominação que em seu caldo se cultivam e dali se proliferam. Em diálogo com a prenunciada teoria de Saffioti, a autora conclui que o “mandato de masculinidade, que é um mandato de violação, tem, como primeira vítima, os homens, e a violência de gênero é também intra-gênero, entre homens”⁵² (SEGATO, 2018, p. 218). E prossegue: o “Estado moderno das repúblicas latino-americanas é herdeiro direto da administração ultramarina e, portanto, seu objetivo permanente é colonizar e intervir” (SEGATO, 2021, p. 90). Nesse contexto, uma vez que o arcabouço jurídico-administrativo das instituições públicas brasileiras tem suas bases fincadas a partir de um modelo burocrático eurocentrado, é invariável que, nas relações sociais nelas engendradas se observem as marcas da colonialidade, inclusive no que toca à perpetuação das violências, dentre elas a violência de gênero que, no Brasil, encontra no chamado ‘racismo à brasileira’ um refinamento na maneira

⁵² “mandato de masculinidad, que es un mandato de violación, tiene, como primera víctima, a los hombres, y la violencia de género es también intra-género, entre hombres” (tradução minha).

de exercício de poder pela opressão. Veja-se que, de acordo com a revista *Gênero e Número*⁵³ – que implementou uma plataforma para medir a forma como expressões sutis de violência racial atingem as mulheres negras –, 95% delas deixam de denunciar quando vitimadas, passando a carregar sozinhas o fardo das agressões, tal qual acontece com a grande maioria de casos de violência sexual.

O Estado-Nação brasileiro, de feição moderno-higienizada, cuja classe dominante eurocentrada e ególatra resiste bravamente a admitir o contínuo etnogenocídio indígena e negro, foi, em sua fase republicana, frontalmente influenciado pela doutrina positivista comtiana, de sorte que fez inserir no seu pavilhão republicano o lema “ordem e progresso” (GIL, 2011), valendo-se, mais uma vez, de ordenamento jurídico e da estrutura administrativa de inspiração eurocêntrica, com fórmulas complexas que continuaram a segregar o cidadão – cujos direitos materiais são respeitados – e o não-cidadão, que encontra no Estado um reconhecimento meramente formal de seus direitos. E, por vezes, nem isso. Em suma, reiterando Lélia Gonzalez (2020), no Brasil não somente inexiste democracia racial, como tampouco existe qualquer outra democracia efetiva, a despeito de seu cheiro perfumar a estrutura formal das instituições. Nesse contexto, a linguagem jurídica, suas fórmulas e ritos, servem bem à manutenção dessa segregação e corroboram em larga medida os efeitos da colonialidade do poder.

Os estudos pós-coloniais de Gayatri Spivak (2010) contribuíram de maneira decisiva à teoria crítica feminista, em especial para apontar a abordagem problemática de certos teóricos pós-estruturalistas – a exemplo de Michel Foucault (1999) e sua teorização sobre o poder –, para quem foi impossível enxergar na sociedade colonizada a unidade fictícia da sexualidade, esta entendida como um princípio causal, um significado onipresente, uma espécie de significante e um significado universal, pois, conforme já aponte, a experiência colonial se valeu de uma engenhosa articulação entre raça e gênero para elaborar outras relações sociais marcadamente atravessadas pelo trabalho, sobretudo, o trabalho forçado. Olhos postos no objeto desta investigação, há, no mínimo, uma tripla condição de não lugar experimentada pelas alunas que se dispõem a frequentar a educação técnica: são meninas, racializadas e pobres, características que historicamente as têm empurrado para ocupações outras que não envolvam a produção intelectual. Tais condições, aliadas ao fato de serem discentes, coloca-as num lugar ainda mais subalternizado, reduzindo-lhes a resistibilidade às opressões. Nesse ambiente, o pensamento enraizado é de que os corpos que ali se encontram devem ser disciplinados, impondo-se que sejam obedientes, subservientes, o que favorece a investida daqueles que se

⁵³ Disponível em: <https://racismo.generonumero.media/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

valem de suas posições hierárquicas na estrutura da escola para agredir (LOURO, 2019). Grada Kilomba, valendo-se da noção de repressão de Sigmund Freud (1923), afirma que o sistema (o educacional, inclusive) está impregnado pelo “medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro” (KILOMBA, 2020, p. 41). São verdades e ideias desagradáveis que permanecem inconscientes até que episódios de racismo ou de injúria racial fazem revelar, a qualquer momento, aquilo que é guardado como segredo. Também à luz da psicanálise, Lélia Gonzalez (2020) observou que consciência e a memória são mecanismos psíquicos que trabalham para ocultar ou revelar a identidade do sujeito negro.

Quanto à violência de gênero, a sociedade estigmatiza severamente os delitos que maculam a dignidade sexual das vítimas, as quais são levadas a se sentirem, na maioria das vezes, culpadas pelos danos sofridos (FALEIROS; FALEIROS, 2007). Tais estigmas pesam sobre a agredida de tal modo que, mesmo violentada, ela pensa e repensa se, de fato, vale a pena denunciar e ter que encarar a vergonha dos julgamentos alheios, o medo da retaliação dos denunciados e de seus apoiadores, o calvário burocrático pelo qual ela terá de passar quando no decorrer do processo, quando será obrigada a se submeter a vários episódios de revitimização, exemplos de desestímulo ao ato de denunciar. No mais das vezes, a agredida precisará continuar a conviver com seu agressor, já que na maioria dos casos, vítima e algoz convivem, seja em família, no trabalho ou na escola.

É por isso que, diante de todo o quadro teórico/prático posto, reafirmo a resposta afirmativa para o questionamento intitula este Capítulo: não só podemos como devemos falar de gênero no IFMA. Aliás, falar de gênero deveria ser uma constante e não um tabu em todas as instituições de ensino, pois, conforme sustentei, não se trata de ideologia, é ciência – os estudos de gênero se apoiam em uma extensa gama de pesquisa científicas de todos os ramos, sustentadas por análises qualitativas e quantitativas submetidas ao longo de décadas ao crivo rigoroso de seus pares; ainda, a abordagem sobre gênero na escola é legal, vez que corroborada por um amplo arcabouço jurídico-normativo, decorrente de diversos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, os quais foram incorporados pela Constituição Federal de 1988, salvaguarda essa que se espalha ao longo da vasta legislação infraconstitucional vigente, a despeito das tentativas desastrosas de membros do Poder Legislativo de diversas esferas, em especial vereadores, de emplacar leis que proibam a abordagem da temática pelos educadores, manobras mais barulhentas que juridicamente eficazes, mas que terminam por dar visibilidade a indivíduos que se valem de cargos públicos para autopromoção e/ou proselitismo religioso⁵⁴.

⁵⁴ O STF foi recentemente chamado a corrigir situação flagrantemente inconstitucional decorrente da promulgação da Lei nº 1.516, do Município de Novo Gama - GO, que proibiu a “divulgação de material com informação de

A transfeminista nordestina Letícia Nascimento (2022) cunhou a categoria cisheteronormatividade, que engloba a noção de cisgenderidade como normatividade, de Viviane Vergueiro Simakawa (2015), à heteronormatividade de Lauren Berlant e Michael Warner (1998, p. 548), expressando-se nas “instituições, estruturas de pensamento e orientações práticas que não apenas fazem ver a heterossexualidade como algo coerente – ou melhor, organizada como sexualidade – mas também privilegiada ou correta; é percebida como um estado natural (...) um objetivo ideal ou moral”, de modo que discutir gênero na escola é movimento político consentâneo com a dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, com a proteção dos direitos humanos inclusivos, contribuindo para a prevenção de violências não só físicas, mas, sobretudo, psicológicas, perpetradas pela referida cisheteronormatividade branca hegemônica e transistoricamente naturalizadas pelo corpo social. Uma vez justificadas, tanto no quesito da científico quanto no legal, as razões pelas quais gênero e suas dissidências devem continuar a ser objeto de menção nas instituições de ensino, ainda que em meio a uma disputa de narrativas, passo ao cerne desta pesquisa, mergulhando na estrutura do campo, nos arquivos institucionais e nos discursos das pessoas implicadas no decorrer das observações etnográficas.

4 Os diários de *campi*: o que o papel silencia, o corpo fala

...e ele me punia...

*Ele me deixou amarrada, sem comer, sem beber e sem ir ao banheiro o dia inteiro
No pé de uma mesa do hotel, que era fixa no chão.*

*Ele me amarrou, encheu minha boca de papel higiênico e eu dei pra ele amarrar
meus pés... e eu fiquei lá, o dia inteiro não tenho nem noção das horas...*

E ele saiu...E me deixou lá...E eu fiquei quieta..."Consentido"

E quando ele chegou, já de noite ... ele me estuprou

Ele me estuprou usando o braço, primeiro pelo ânus, depois pela vagina...

Eu nunca havia sentido tanta dor na minha vida...

Natasha, ex-aluna do IFMA, 16 anos à época do fato.

O IFMA é uma Instituição pública de Ensino Técnico e Tecnológico centenária. Entretanto, somente a partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.892/2008, é que unidades do Instituto passaram a ser implantadas no interior do Estado, através da chamada expansão dos institutos federais (BRASIL, 2008). Desse modo, atualmente, há mais de 30 *campi* espalhados por todas as regiões geográficas do Maranhão, o que significou aumento exponencial da

ideologia de gênero em escolas municipais”. Ao relatar a ação, o Ministro Alexandre de Moraes apontou a “violação aos princípios atinentes à liberdade de apreender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber (art. 206, II da Constituição Federal), e ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206, III, da CF), além da proibição da censura em atividades culturais e liberdade de expressão (art. 5º, IX, CF). direito à igualdade (art. 5º, *caput*, CF) e dever estatal na promoção de políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação de minorias” (STF, 2020, n.p.).

comunidade acadêmica, que apresenta, conforme a Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2019), um contingente de cerca de 26.142 alunos em curso, 1.796 professores e 1.378 técnicos administrativos de diferentes categorias profissionais.

Em setembro de 2019, foi instituída a Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual na Instituição, com o intuito primordial de promover a discussão acerca da ocorrência do crime de assédio sexual no ambiente institucional, através da deflagração da Campanha ‘Não é não’ (IFMA, 2020). Apesar da ação ter mobilizado boa parcela da comunidade acadêmica, não houve aumento sensível no número de denúncias formais⁵⁵, ao passo que denúncias informais, ditas à ‘boca pequena’ pelos corredores avolumaram-se. E pior, continuou-se a observar uma perigosa morosidade⁵⁶ na apuração dos casos já denunciados através da Ouvidoria Institucional, o que motivou o interesse na presente investigação. De fato, além de ser muito difícil para as vítimas, a maioria delas adolescentes⁵⁷, oficializarem uma denúncia, quando assim o fazem, têm, geralmente, seu comportamento e sua credibilidade questionados por aqueles que com elas convivem no ambiente escolar e até mesmo na própria cidade, quase sempre lugares pequenos e pobres do Maranhão. Ousar abrir a boca, apontar agentes públicos como violadores exige, de fato, uma dose de coragem só comparável ao tamanho do desconforto vivido.

⁵⁵ “Considerando a solicitação do OFÍCIO nº 7/2020 - OUVI/REITORIA/IFMA, referente ao Processo Eletrônico nº 23249.000398.2020-29, e considerando que não foram encontrados registros de processos de natureza ética anteriores a 2016 nesta Comissão, informamos os seguintes dados disponíveis em nossos arquivos, referentes a 13 denúncias supostamente de cunho sexual. Em 2017, foram feitas 4 denúncias; em 2018, foram 03 denúncias; em 2019, 5 denúncias. Cleiton Lima Silva, Secretário da Comissão de Ética do IFMA, Portaria nº 4.728 de 07 de agosto de 2019” (SILVA, 2020, n. p.).

⁵⁶ Consultadas formalmente sobre os procedimentos administrativos em curso, cujo objeto é a investigação de conduta perpetrada por servidor público atentatória à dignidade sexual de vítimas no IFMA, a Corregedoria Institucional e a Comissão de Ética informaram que há processos em trâmite desde o ano de 2017. A maioria deles teve sua abertura no ano de 2018. As informações foram prestadas pelos servidores Ribeiro Filho (2021), Matrícula nº 1661340, Assistente em Administração, e Silva Filho (2021), Matrícula nº 2230015, membro da Comissão de Ética, por meio de correios eletrônicos oficiais do IFMA, recebidos em 31/05/2021 e 1º/06/2021, respectivamente.

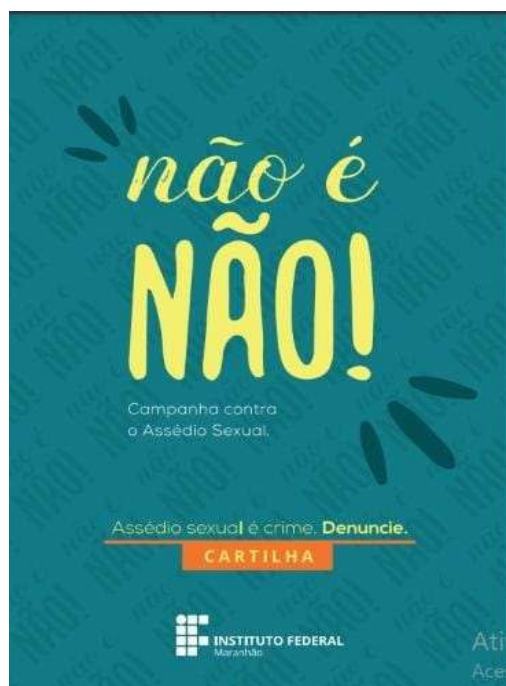
⁵⁷ “Nos processos administrativos tramitados ou em trâmite no IFMA, todas as vítimas se identificam como pertencentes ao gênero feminino” (SILVA, 2020, n. p.).

Figura 7 – Lançamento da Campanha ‘Não é não’ no IFMA Campus Centro Histórico – São Luís/MA.



Fonte: IFMA, 2019.

Figura 8 – Capa da Cartilha Institucional da Campanha ‘Não é não’.



Fonte: IFMA, 2019

Infiro, assim, que as sensações de incômodo, de medo e, em última instância, de não-pertencimento demonstradas pelo público feminino guardam relação com a recente admissão de meninas como alunas da Instituição, dado que a primeira turma mista em um curso técnico no Maranhão veio a funcionar somente a partir de 1972 (Figura 9), quando o IFMA contava com mais de meio século de funcionamento desde sua fundação, em 1910, como Escola de Aprendizes e Artífices do Maranhão⁵⁸. Não obstante, atualmente, passados exatos 50 anos desse ingresso, meninas e mulheres já ocupam mais da metade das vagas ofertadas pelo IFMA (Figura 10), maioria numérica que não representou, necessariamente, a superação das assimetrias históricas que subjagam os corpos femininos neste ambiente, impondo-lhes uma socialização que perpassa o julgamento de seus atributos físicos antes de seus atributos intelectuais. Para chegar a tal conclusão, precisei viajar ao IFMA do passado, jornada que passo a compartilhar com vocês.

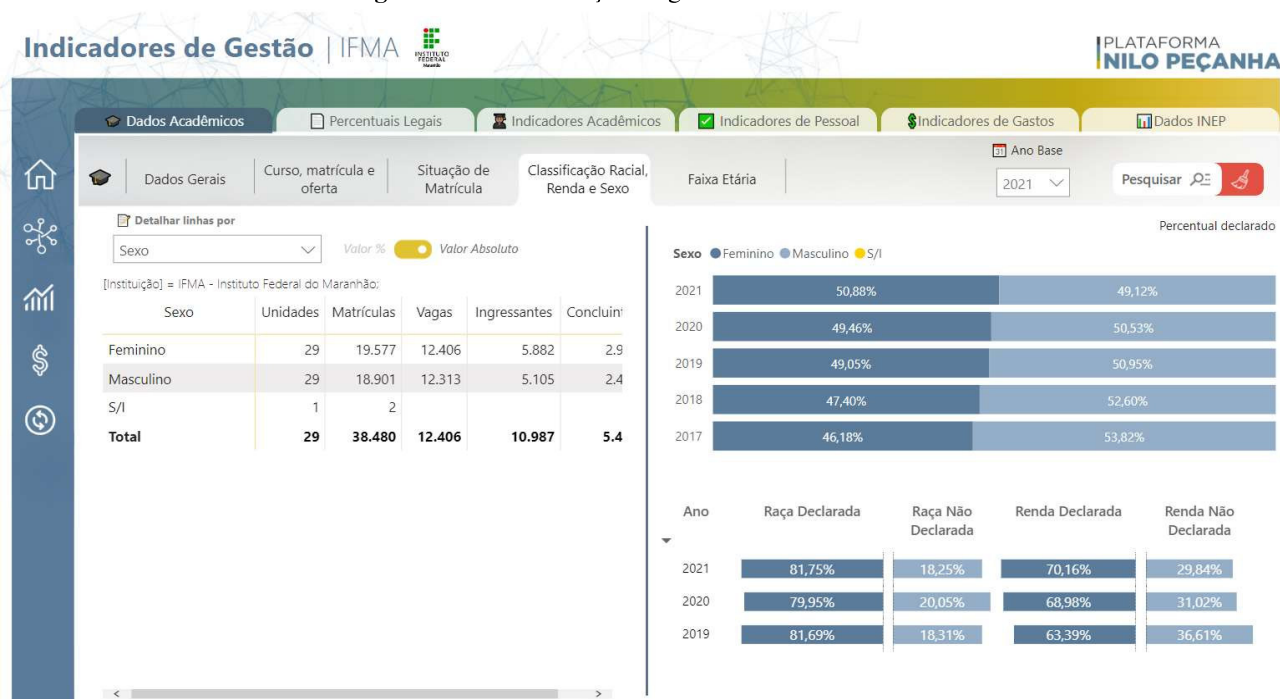
⁵⁸ A Escola de Aprendizes e Artífices do Maranhão foi instalada em São Luís em 16/01/1910.

Figura 9 – Primeira Turma Mista da Escola Técnica Federal do Maranhão, Curso de Química/1972.



Fonte: Prof.^a Valéria Maria Carvalho Martins, 2022.

Figura 10 – Classificação de gênero dos alunos do IFMA.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2022.

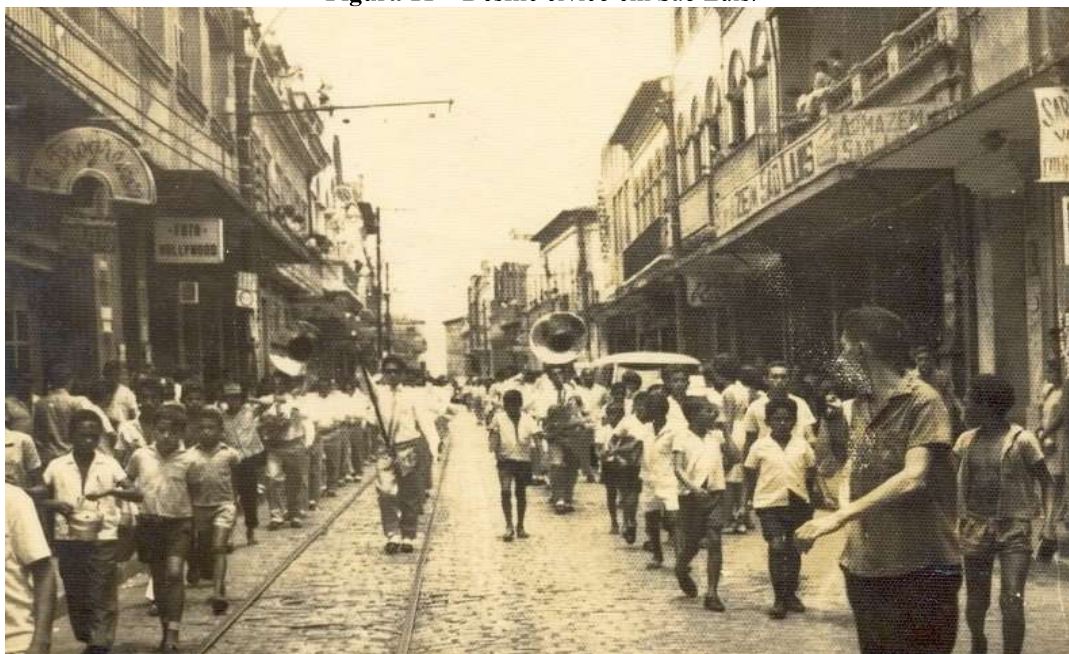
Estamos no início do século passado: o escopo da implantação da Escola de Aprendizizes e Artífices do Maranhão foi “proporcionar às classes economicamente desfavorecidas uma educação voltada para o trabalho” (IFMA, 2021, n.p.), no recém-instalado

e ainda insipiente parque industrial maranhense, com uma mão-de-obra minimamente qualificada, visando acomodar as populações pobres e marginalizadas compostas, sobretudo, por pessoas negras e mestiças – e a nelas incutir um ideário de Nação, num contexto de desescravização meramente formal e de formação recente da Primeira República. De fato, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram instituídas a nível federal no governo do presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23/09/1909, com a seguinte exposição de motivos:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola e vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do governo da República, formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909, n. p.).

Ao fazer menção aos ‘filhos dos desfavorecidos’, o Decreto refere-se efetivamente aos meninos e rapazes, entre 10 e 13 anos, que ali aprendem as primeiras letras e algum ofício, como carpintaria, sapataria, entre outros, possibilitando-lhes, em seguida, uma colocação em oficinas públicas e particulares.

Figura 11 – Desfile cívico em São Luís.



Fonte: IFMA, 2022.

Anos mais tarde, a Constituição Federal de 1937 é outorgada sob a mão centralizadora de Getúlio Vargas, inaugurando o Estado Novo e reafirmando, em seu art.129, o compromisso estatal com o “ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos

favorecidas” (BRASIL, 1937a). Definiu também que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. No mesmo ano, a Lei nº 378 transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (BRASIL, 1937b). O então Lyceo Industrial de São Luís funcionava no bairro do Diamante, zona popular da capital, no entanto, nesse período, já se iniciavam as obras para a construção do prédio que atualmente abriga o atual *Campus* São Luís Monte Castelo, situado no bairro homônimo.

Ainda na Era Vargas (1930-1945), o então Ministro Gustavo Capanema, por meio da Lei nº 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial (BRASIL, 1942), vincula o ensino técnico- profissionalizante ao Sistema Nacional do Ensino Médio, transformando os Liceus Industriais em Escolas Técnicas Federais, subordinadas ao Ministério da Educação e da Saúde. A Escola Técnica Federal de São Luís, já devidamente instalada no bairro do Monte Castelo, ainda era um lugar para a formação exclusiva de rapazes (Figura 12), cuja instrução continuava restrita às necessidades do sistema produtivo, o que reforçava “o caráter dual do sistema educacional – ensino técnico x ensino secundário” (PETEROSS, 1994, p. 39), de sorte que,

se o aluno realizasse o primeiro ciclo industrial, automaticamente só poderia ingressar no segundo ciclo industrial. Ademais, se cursasse o ensino industrial, só poderia ingressar no ensino superior nessa área de formação. É como se estivesse ‘preso’ a essa área de atuação eternamente. A classe trabalhadora, que provavelmente foi a que frequentou os cursos de ensino técnico, com uma formação voltada preponderantemente aos aspectos manuais, não tinha assim a possibilidade de ter uma formação integral. Havia pouco acesso aos conhecimentos de formação básica e ênfase nos técnico-específicos (VOLKWEISS, 2018, p. 49).

Figura 12 – Escola Técnica Federal de São Luís na década de 40 do século passado.



Fonte: IFMA, 2022.

Desse modo, a partir dos anos 40 do século passado, a dualidade entre ensino profissional e Ensino Médio se torna cada vez mais perceptível, o que reforçava a segregação entre a elite, à qual era franqueado o ensino propedêutico, e a classe operária, cuja instrução meramente instrumental era indiferente a sua formação geral. Esse cenário se manteve intacto até que, com a publicação da Lei nº 1.821/53 (BRASIL, 1953), conhecida como Lei de Equivalência, tornar-se-ia possível aos egressos das Escolas Técnicas acessarem o Ensino Superior, desde que cumprissem os créditos complementares do Ensino Médio clássico ou científico, ainda que já aprovados no vestibular, burocracias que tornava quase inacessível o acesso da classe trabalhadora ao Ensino Superior. No final da década de 50, a Escola Técnica de São Luís foi alçada à condição de autarquia federal – com autonomia didática e de gestão, portanto –, momento em que o ensino técnico-profissionalizante é impulsionado pela onda dos vultosos investimentos federais em obras de infraestrutura, prioridades do então Presidente Juscelino Kubitschek, cujo lema desenvolvimentista de governo era ‘50 anos em 5’. Porém, é somente após o golpe militar de 1964, que passa a se chamar Escola Técnica Federal do Maranhão, conforme a Portaria nº 239/65, época em que

o governo militar reformulou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e generalizou o ensino profissional em ensino médio (na época, ensino de segundo grau), por meio da chamada ‘profissionalização compulsória’. Todos os cursos passaram a ter um caráter profissionalizante (IFMA, 2022, n.p.).

É em meio a esse contexto que meninas passam a ser admitidas como discentes da Instituição, o que veio a acontecer, mais precisamente, no ano de 1972, com a abertura da primeira turma mista do Curso de Química. Dada a impossibilidade de aprofundamento da pesquisa documental acerca desse ingresso e da inexistência de quaisquer registros acerca desse acontecimento na *internet*, valho-me da Informante 1, ex-integrante da turma mista pioneira, de cujo relato passo a reproduzir alguns excertos:

(...) realmente não tem muita coisa escrita mesmo, (...) não tem nada. Na realidade, dependia muito também de quem dirigia a instituição naquele momento, porque não foi uma coisa obrigatória. Não foi uma coisa obrigatória, tipo, digamos, vamos para o contexto de hoje. Tem os institutos federais... Todos os institutos federais, a partir do de 2023, terão que ter o sexo feminino (...) não foi assim...Existiam as escolas técnicas federais e houve essa abertura. Eu não sei te dizer exatamente que documento e se teve realmente um documento sobre isso. Porque foi uma abertura que foi dada, e aí algumas escolas técnicas, incluindo a nossa (...) aderiu a esse momento, né? Colocando as meninas como alunas no contexto da escola, que era só masculina (...). Não era obrigatório. Foi uma decisão à época da gestão (Informante 1).

A citada inexistência de fontes documentais acerca da criação da primeira turma mista da Escola Técnica Federal é fato que carece de uma busca mais aprofundada, em especial,

nos arquivos físicos do IFMA *Campus* São Luís Monte Castelo, que ainda mantém muitos dos documentos produzidos ao longo da história do Instituto, cuja memória vem sendo resgatada através do Projeto Centro de Preservação da Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, também conhecido como Projeto Memorial IFMA, implantado pela gestão em 2015⁵⁹.

A respeito da receptividade dos alunos para com as alunas na então Escola Técnica Federal, cujas turmas eram, até então, exclusivamente masculinas, a Informante relata que houve grande resistência por parte deles, que não admitiam perder a liberdade naquele espaço precipuamente masculinista:

os meninos, não nos queriam. Não nos queriam de jeito nenhum (...) a gente como se envolveu com a parte do esporte, eles torciam contra a gente. Eles torciam contra a gente (...). Eles achavam que nós tiramos a liberdade deles. Liberdade porque só homem, não sabe? a brincadeira, o tipo de comportamento, embora tivesse uma disciplina muito grande. Na escola era uma disciplina militar. Mas eles tinham liberdade de chamar um nome, tá entendendo? De repente, fazer uma brincadeira, usar um apelido, e quando nós entramos, eles tiveram que se podar, se conter. E isso, pra eles, era péssimo, tá entendendo? Eles achavam que a gente entrou e tirou a liberdade deles (Informante 1).

Para enfrentar a retranca masculina, as meninas precisaram se unir e demonstrar que eram tão capazes de frequentar aquele espaço tanto quanto os meninos, realizando todas as atividades oferecidas pela Instituição, fossem elas curriculares – “nós nos saíamos bem (...) a gente ia para o laboratório (...) a gente foi se empoderando (...) a gente não se deixava abater” –, quanto as extracurriculares: “tinha um espaço, a gente estava, tinha música, a gente estava, era a banda, a gente tava (...) era era teatro, a gente tava(...). Então a gente foi tomando os espaços deles também”.

Não obstante, a informante transparece não ter sido fácil: “tínhamos muito custo, porque os que vinham da escola, principalmente, que já eram alunos, eles eram bambambã na matemática, na física, né?”. Ao mesmo tempo, afirmou que a Instituição se mobilizou para fazer com que uma guerra dos sexos não se instalasse: “quando aconteceu que eles começaram a fazer torcida contra nós. Aí, claro que o professor de Educação Moral e Cívica colocou os meninos para trabalhar com faixas, tudinho, fazendo torcida a nosso favor”. Além disso, percebi que havia uma demarcação rígida na relação sexo/curso:

As próprias pessoas diziam para nós, o curso de química. Por que era o mais parecido, é o mais... não é parecido, mas era aquele que mais se adequava às meninas. Porque tinha um curso de mecânica e tinha um curso de edificações.... Isso àquela época. Hoje, isso é muito normal, né? Mas, àquela época assim, o curso de mecânica, o curso

⁵⁹ Disponível em <https://memorial.ifma.edu.br/>. Acesso em: 25 dez. 2022.

de edificações, eletrotécnica não pareciam ser coisa de menina. (...) não tinha conexão com menina, digamos assim. E aí foi todo mundo pra química. Algumas exceções: teve uma no curso de eletrotécnica, que foi da turma de (xxx) e umas duas em agrimensura (Informante 1).

O protagonismo feminino no IFMA, em 1972, nasce no contexto sociocultural em que a instrução feminina ainda está intrinsecamente vinculada à educação dos filhos e filhas pela figura materna, advinda da concepção arraigada que casamento e maternidade constituem “a verdadeira carreira da mulher” (LOURO, 2020, p. 100), de modo que estudar eletrotécnica, edificações e agrimensura significava romper com a lógica dos ofícios que levam a “dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício” (DAUPHIN, 1993, p. 141). Pessoalmente, compartilho das impressões da Informante, pois, ao ser aprovada no processo seletivo de alunos do CEFET, em 1992, matriculei-me justamente no curso de Química Industrial, que já tinha a fama de ser um curso para meninas, sobretudo, por conta da necessidade de se manipular as vidrarias em laboratório, o que pressuporia uma mítica delicadeza. Resultado: na minha turma, dos 30 componentes, apenas 5 eram rapazes.

Figura 13 – Escola Técnica Federal do Maranhão, em 1965.



Fonte: IFMA, 2022.

Enquanto isso, o ensino técnico-profissionalizante agrícola se desenvolve de forma concomitante no Maranhão, de modo que, em 20 de outubro de 1947, por meio do Decreto nº 22.470/47 (BRASIL, 1947), instituiu-se a Escola Agrotécnica no Estado, que “passou a se chamar Colégio Agrícola do Maranhão. Três anos depois, a coordenação do ensino agrícola foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação” (IFMA, 2022, n. p.). Após a criação da Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), em 1975, foi implantado o “sistema Escola-Fazenda, que tinha como princípio ‘aprender a fazer e fazer para aprender’”, ocasião na qual, por meio do Decreto nº 83.935/79 (BRASIL, 1979), o Colégio

Agrícola do Maranhão transformou-se na Escola Agrotécnica Federal de São Luís, com sede no bairro do Maracanã (Figura 14).

Figura 14 – Escola Agrotécnica Federal de São Luís, em 1978.



Fonte: IFMA, 2022.

Por meio da Lei nº 7.863/89 (BRASIL, 1989), a Escola Técnica Federal do Maranhão é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA), ocasião em que passa a oferecer à comunidade ludovicense cursos de graduação e de pós-graduação (Figura 15), o que deu ensejo a um primeiro momento de expansão para além-limites da capital, através da criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Imperatriz (UNEDI), na cidade de Imperatriz, segunda maior do Estado (Figura 16).

Figura 15 – Sala de aula do CEFET/MA, em São Luís/MA, 1992. É notável, à época, uma preponderância do público masculino.



Fonte: IFMA, 2022.

Figura 16 – Fachada da UNEDI, em Imperatriz/MA.



Fonte: IFMA, 2022.

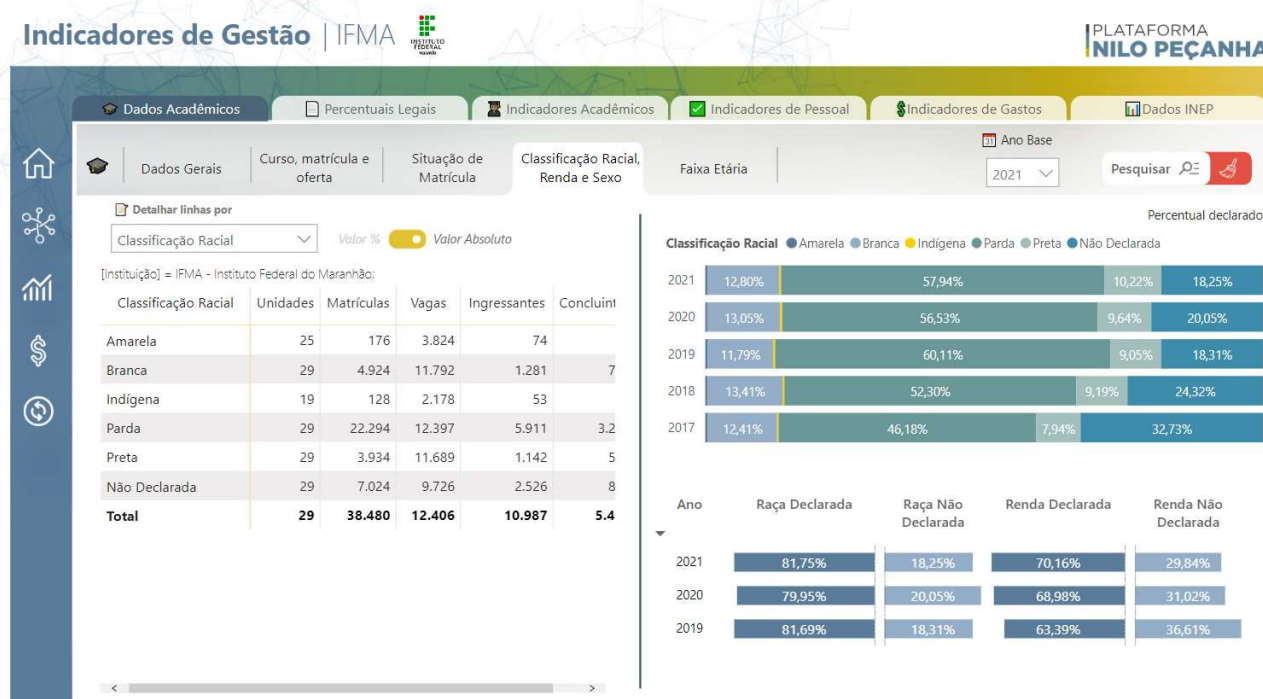
A Lei Federal nº 8.984/1994 (BRASIL, 1994) instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, a ele sendo incorporada a Escola Agrotécnica Federal do Maranhão, em 1999 (IFMA, 2022). Em 2006, no ensejo do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi deflagrado

o Plano de Expansão da Educação Profissional – Fase I, com a implantação de escolas federais profissionalizantes em periferias de metrópoles e municípios distantes dos centros urbanos. No ano seguinte, veio a fase II, com o objetivo de criar uma escola técnica em cada cidade-polo do país. A intenção era cobrir o maior número possível de mesorregiões e consolidar o compromisso da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional (IFMA, 2022, n. p.).

À vista do crescimento exponencial do sistema, não tardou para que sua reorganização se fizesse cogente, razão pela qual, por meio da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, apostando no desenvolvimento do País por meio da escolarização e da profissionalização. No Maranhão, o IFMA passou a abarcar, além do CEFET-MA, as Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras (IFMA, 2022). A publicação da Lei dos Institutos Federais, como também ficou conhecida a Lei nº 11.892/2008 representou, além do crescimento quantitativo dos Institutos Federais, uma mudança quantitativa marcante, pois significou o abandono da perspectiva bancária da educação meramente tecnicista, focada no fornecimento de mão de obra para o mercado (FREIRE, 1987). A lei passa a determinar, portanto, a formação e a qualificação de cidadãos, através “da integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior”, (...) “estimulando o desenvolvimento de espírito crítico” nos

discentes (BRASIL, 2010, n. p.), que têm a oportunidade de, desde o Ensino Médio Técnico integrado, concomitante ou subsequente, frequentar não apenas atividades inerentes ao ensino, mas, também, realizar atividades de extensão e de pesquisa, de modo a aprimorar o espírito científico e a valorização da ciência no País.

Figura 17 – Classificação Racial dos alunos do IFMA.

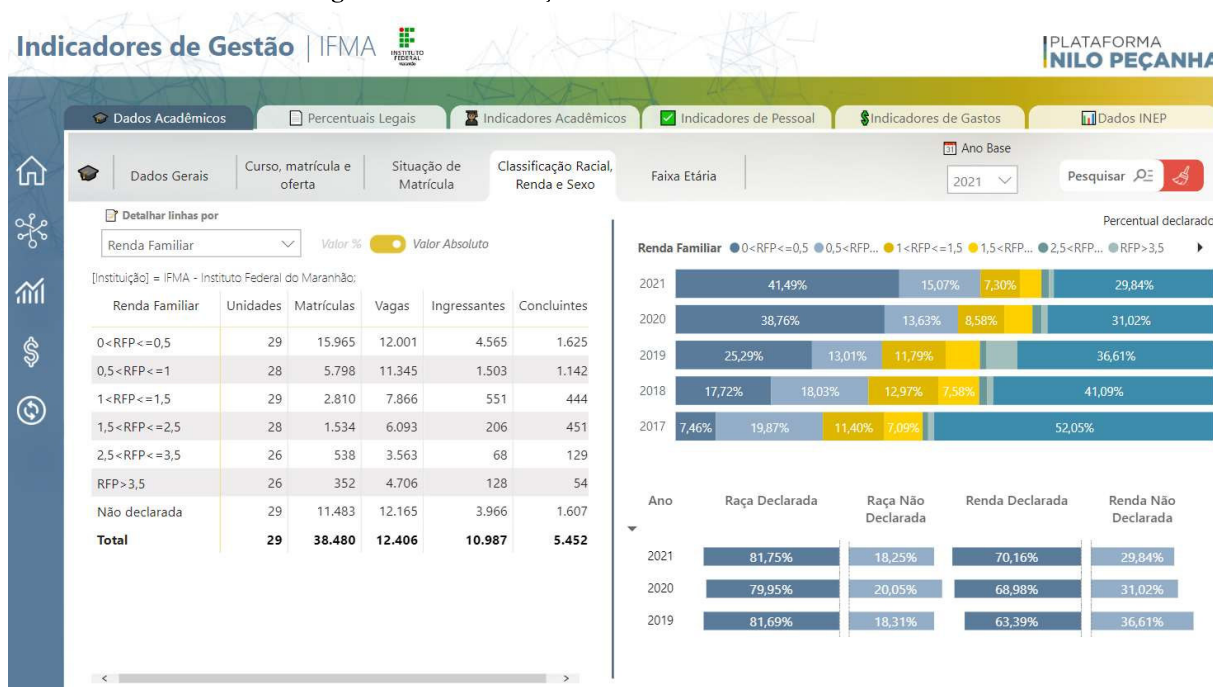


Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2022.

Ao longo de sua história, o IFMA vem se firmando como um espaço de importante inclusão social, considerados, especialmente, os marcadores de raça e classe, haja vista que, conforme demonstrei ao longo deste Capítulo, a concepção da Instituição almejou a formação técnico-tecnista de meninos e rapazes de forma precípua. De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2022), no que diz respeito ao marcador social classe, definitivamente, o Instituto Federal continua a cumprir seu papel inclusivo, visto que 63,86% dos discentes têm renda familiar inferior a um salário mínimo e meio, vulnerabilidade social que aumentou expressivamente nos últimos anos, conforme se pode ver do gráfico presente na Figura 18, que mostra comparativamente os dados dos últimos cinco anos. Refletindo a realidade da população maranhense, atualmente, mais de 80% dos discentes matriculados no IFMA autodeclaram-se pretos ou pardos (Figura 17). Ou seja, se para o corpo masculino negro o acesso e a permanência na Instituição já são legitimados pela sociedade maranhense, o mesmo não se pode afirmar em relação ao corpo feminino, menos ainda em relação ao corpo feminino racializado. Ainda que

meninas e mulheres representem 50,88% das matrículas, conforme visto na Figura 10, a forma como seus corpos, em sua grande maioria racializados, são ali socializados, parece dizer muito sobre a pouca predisposição ao reconhecimento de sua humanidade no ambiente institucional.

Figura 18– Classificação de Renda dos alunos do IFMA.



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2022.

O Instituto Federal se assenta sobre base jurídico-legal-gerencial que repete o mesmo arranjo patriarcalista, de maneira que nela se reproduzem comportamentos opressores que estruturam a sociedade, dentre eles o racismo e o sexismo, elementos formadores da violência de gênero identificada nesse microcosmo. Indene de dúvida que a violência de gênero praticada por agente público na Instituição, ou mesmo fora dela, mas conexa a sua função, deve ser a ele imputada. Trata-se, no mesmo passo, de evidente violência institucional, já que o Estado responde, de forma objetiva, pelos danos causados por agentes seus que, no exercício de suas funções, provoquem danos a terceiros. Ou seja, quaisquer prejuízos, sejam eles de ordem moral ou material, sofridos pelos usuários da política pública, deverão ser indenizados pelo IFMA. E mais, não há qualquer necessidade de a vítima provar a culpa do agente, já que, para caracterizar tal responsabilidade, “[...] o dolo ou a culpa na conduta do agente causador do dano é irrelevante juridicamente” (GAGLIANO; PAMPLONA, 2003, p. 15). Contudo, raramente os usuários das políticas públicas conhecem tal direito, que decorre de garantia constitucional, razão pela qual se sustenta que é dever da Instituição promover a informação da comunidade acadêmica não apenas acerca das formas de se prevenir e combater a ocorrência

de delitos administrativos, éticos ou penais em seu ambiente, mas, também, acerca da possibilidade de sua genuína implicação na reparação dos danos decorrentes de tais faltas.

Escrever os diários de *campi* pressupõe o encontro improvável, mas possível, de duas etnografias bem distintas: a análise etnográfica documental do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, que se trata do instrumento legalmente eleito pelo Estado como caminho para a responsabilização de servidores que transgridem regras funcionais e/ou éticas; e a escuta etnográfica de adolescentes, estudantes do Ensino Médio, e das mulheres – tanto graduandas ou pós-graduandas quanto servidoras que, no ambiente escolar, tiveram, em alguma medida, suas vidas impactadas, se não por meio do resultado formal de um processo, pela perfeita noção de que foram violentadas e que, de forma individual ou coletiva, precisavam contar para alguém o que passaram ou o que estavam passando. Ainda que minha estratégica posição de advogada pública junto à Instituição investigada há quase uma década tenha me franqueado o acesso às vítimas de violência de gênero, tal escuta etnográfica não é uma empreitada simples. Para elas, eu sou o Estado. Eu, de certa forma, faço parte dessa mesma estrutura que permitiu, acoitou, negligenciou as atitudes licenciosas de assediadores. Como confiar? Como crer que não serei mais uma a questionar seus comportamentos, duvidar de suas dores, deslegitimar suas falas? Nem mesmo o fato de eu ali ocupar uma posição de destaque é garantia da construção de uma relação de confiança entre advogado público e o usuário da política pública. Ao contrário, tal relação é, no mais das vezes, questionada pelo próprio patriarcado institucional, pois é socialmente consabido que, ainda que mulheres ocupem espaços de poder em instituições, elas terão seus posicionamentos questionados pelo tão só fato de serem mulheres. Além disso, e talvez a parte mais difícil desta etnografia: a escuta dos silêncios. Seja o silêncio eloquente da Instituição na demora de resposta às denúncias formalizadas, seja a escuta dos silenciamentos das adolescentes, estudantes do Ensino Médio, e das mulheres – tanto graduandas ou pós-graduandas quanto servidoras – vitimadas pela violência de gênero institucional, são pontos cruciais da minha ‘escuta’, pois conforme aduz o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 107), “o silenciamento é, aqui, uma anulação mais eficaz que a ausência ou falha de memória, enganosa ou genuína”. Refiro-me, no que tange às vítimas e às testemunhas, à oitiva dos medos, seja da retaliação direta do agressor (e/ou de sua rede de apoio), seja em decorrência do difícil acesso às instâncias apuratórias e sua pujante inoperância.

4.1 Arquivos oficiais: a violência documentada

“Narrativas históricas baseiam-se em entendimentos prévios, que se baseiam, por sua vez, na distribuição de poder arquivístico.”

Michel-Rolph Trouillot

Partindo-se do pressuposto que o processo administrativo é um arquivo cuja fonte é o Estado e, malgrado a formal possibilidade de participarem dos procedimentos como informantes, as vítimas, quando tomam coragem para se envolverem na investigação (prestando depoimento, por exemplo), são constrangidas pelo próprio rito processual. Posso citar como exemplo o ‘descuido’ de se designar como componentes da comissão de processo administrativo apenas homens cisgênero⁶⁰, filigrana que, apesar de não ser objeto de previsão legal específica, deveria ser evitada pela autoridade responsável pela formação da comissão; outro exemplo, e nesse caso, por imposição da lei, o fato de recair sobre o PAD o chamado sigilo processual, que, à guisa de preservar a presunção de inocência do acusado, por vezes limita o acesso aos autos pela própria vítima, igualmente interessada no desenvolvimento do processo. Nesse sentido,

a elaboração de arquivos envolve um número de operações seletivas: seleção de produtores, seleção de provas, seleção de temas, seleção de procedimentos – o que implica, na melhor das hipóteses, um posicionamento diferenciado e, na pior, a exclusão de alguns produtores, algumas provas, alguns temas, alguns procedimentos. Nesse âmbito, o poder entra em cena tanto óbvia quanto dissimuladamente (TROUILLOT, 2016, p. 960).

Assim, o arquivo processual é uma sequência selecionada de atos documentados mediados por relações de poder. O ambiente escolhido para a tomada dos depoimentos das testemunhas e o interrogatório do réu (que, geralmente, é o mesmo onde aconteceram os fatos a serem apurados, ou seja, a escola), o fato de os servidores acusados serem investigados por colegas da mesma Instituição, a presença do acusado e/ou seu advogado quando do depoimento da vítima e das testemunhas, tudo enseja intimidação e, por conseguinte, silenciamentos em maior ou menor medida, de modo que,

“as presenças e ausências encarnadas em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutras e tampouco naturais. São criadas. Como tais, não são meras presenças ou ausências, mas sim menções ou silêncios de vários

⁶⁰ Já houve situações, durante a instrução de PADs, em que a vítima de violência de gênero, menor de idade, foi convocada a dar seu depoimento numa sala onde estavam, além do seu pai, o acusado e seu advogado e os três componentes da comissão de PAD, todos do gênero masculino. O constrangimento da depoente era palpável.

tipos e níveis. Ao dizer silêncio, refiro-me a um processo ativo e transitório: “silencia-se” um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. A prática de silenciamento exige engajamento. Menções e silêncios são, portanto, ativos, contrapontos dialéticos dos quais a história é a síntese” (TROUILLOT, 2016, p. 88-89).

Não é necessário ser versado em Direito para se compreender o conceito de processo: em sua essência, trata-se de uma sequência de atos previstos em lei que objetiva alcançar um resultado jurídico relevante, o que significa dizer, no mundo concreto, que aquele que errou deve pagar pelos seus erros. O processo toma corpo a partir da formalização de tais atos, materializados através de documentos que são organizados sequencialmente ao longo do seu desenvolvimento. É comum a associação da palavra processo a imagens como justiça, juiz, advogado, fórum, pois a ideia corriqueira é de que o ato de processar alguém ou de ser processado pressupõe provocar as diversas Justiças, ou seja, o Poder Judiciário. No entanto, o Judiciário não é o único Poder a administrar processos. O Poder Executivo que, como o próprio nome já indica, executa, tem como funções primordiais gerenciar a máquina pública, também fiscaliza a aplicação da lei em seu âmbito de atuação, valendo-se, para tanto, de processos para realizar os chamados atos administrativos. Tais atos, segundo Hely Lopes Meirelles (2016)⁶¹, manifestam a vontade da “Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria”. Nesse sentido, as manifestações da Administração, desde suas tarefas mais corriqueiras (despachos, ofícios, memorandos...) às mais complexas (pareceres e decisões), são atos administrativos, devendo acontecer dentro dos limites impostos pela própria lei.

Assim, o processo administrativo é o encadeamento de atos administrativos para um fim específico, de modo que todo o funcionamento da Administração Pública acontece através de atos instrumentalizados em tais processos, dentre eles – o que de fato interessa à minha exposição – o Processo Administrativo Disciplinar - PAD, que é um dos mecanismos servíveis à Administração para exercício da atividade correcional decorrente da relação havida com seus servidores (BRASIL, 2022)⁶². Ou seja: é um dos instrumentos⁶³ através dos quais as autoridades administrativas exercem o seu poder-dever de investigar as infrações praticadas por

⁶¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42ª ed. São Paulo: Malheiros Editoras LTDA, 2016.

⁶² BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Manual de processo administrativo disciplinar**. Brasília: CGU, 2022.

⁶³ Existem outros procedimentos correcionais no Processo Administrativo brasileiro, a exemplo das Sindicâncias investigativa, patrimonial, preliminar sumária e acusatória, além do próprio PAD de rito sumário. Porém, para o presente estudo, debruço-me apenas sobre o PAD de rito ordinário.

agente público no exercício de sua função. A instrumentalização da denúncia por qualquer cidadão pode se dar também pela Ouvidoria Institucional, canal ligado diretamente à Controladoria-Geral da União através do Sistema e-ouv. Segundo a lei, qualquer servidor que tome conhecimento, por quaisquer meios, de irregularidades cometidas na Administração, têm o dever de formalizar o pedido de investigação à Corregedoria. Uma vez recepcionada, a denúncia formal é tratada e desmembrada em dois processos, os quais passam a seguir fluxos distintos e paralelos no Instituto: o procedimento de investigação ética⁶⁴, a cargo da Comissão de Ética do IFMA; e o procedimento disciplinar, a cargo da Corregedoria Institucional. Segundo o Regimento Interno do IFMA (Resolução IFMA/CONSUP nº 30/2014), ficam a cargo da Corregedoria Institucional os primeiros procedimentos para abertura de procedimento correcional quando denúncias ou representações em face de servidores chegam ao conhecimento. O PAD de rito ordinário é o procedimento que se utiliza para processar servidores acusados de cometer faltas graves no serviço público, de modo que três são as fases a serem desenvolvidas ao longo do seu trâmite: a instauração (quando acontece a publicação do ato que designa a comissão que ficará responsável pelo processo); o inquérito administrativo (que compreende a instrução, defesa e confecção do relatório final pela comissão) e, por fim, o julgamento pela autoridade competente, do qual são cabíveis, a título de recurso pelo acusado, o pedido de reconsideração e o recurso administrativo.

O processo que passo a dissecar iniciou-se com a comunicação formal da vítima à Coordenação de Assuntos Estudantis do *Campus* junto ao qual estava regularmente matriculada. Foi um longo percurso, tendo se iniciado em **junho de 2016**, com a produção do relatório de atendimento pela assistente social e pelo psicólogo da unidade, até o término, somente em **agosto de 2021**, após a decisão final acerca do recurso administrativo interposto pelo acusado ao Conselho Superior do IFMA. Da leitura do referido relatório social (Figura 19), nota-se o ápice da violência alcançado pela relação entre servidor e aluna, quando esta buscou autoaniquilar-se. Esse episódio deu-se em 23/04/2016. Nota-se também que a situação é tão grave a ponto de os servidores sugerirem que a discente buscasse a delegacia de polícia ou o Conselho Tutelar, bem como o serviço médico local, à vista dos problemas emocionais por ela apresentados.

⁶⁴ Caso seja considerado culpado em processos dessa natureza, o servidor sofrerá a chamada censura ética, conforme Decreto nº 1.171/94 (BRASIL, 1994) e Resolução CONSUP/IFMA nº 18/2012.

Figura 19 – Prova documental no PAD.

Posto isto, logo foi tentado contato com a mãe, senhora [REDACTED], 41 anos, do lar, mas nas datas marcadas a mesma não pôde comparecer à Escola alegando motivos pessoais e então ficou aberto para que ela comparecesse ao Instituto quando fosse possível.

Sendo que no dia 26 de abril (segunda-feira) a aluna procurou o Serviço Social para relatar que o referido Professor havia lhe procurado no sábado, 23 de abril de 2016 e a abordou saindo com a mesma e fazendo uma série de “questionamentos, insinuações e pressões psicológicas”, episódio este que resultou na tentativa desta contra a própria vida. Ressalta-se que a confirma que todos os envolvimento se deram fora do ambiente escolar e o referido Professor geralmente ia busca-la em sua casa ou nas proximidades.

Na mesma conversa foi realizado atendimento social individual com a [REDACTED] no sentido de ouvi-la e orientá-la a como agir quando ocorresse qualquer possível investida do referido Professor à mesma (buscar delegacia de Polícia ou Conselho Tutelar). No dia seguinte, 27 de abril de 2016, após mais uma tentativa de contato com a mãe da [REDACTED] esta compareceu ao Instituto, nesta ocasião, na minha presença, Assistente Social e do Psicólogo [REDACTED] a mesma foi comunicada sobre a denúncia recebida e esta alegou

Fonte: IFMA, 2021.

Os servidores que subscreveram o relatório convocaram a mãe da discente que, ao comparecer no *Campus*, disse que “já tinha conhecimento da filha com o Professor” (Figura 20), situação que, infelizmente, não é incomum nesses casos. Ao contrário, ocorre de os relacionamentos começarem a ficar tão notórios, que a prática passa a ser tolerada pela comunidade acadêmica e pelos demais moradores do lugar, daí porque a grande resistência à obediência a leis que vedam o relacionamento amoroso e sexual entre discentes e servidores.

Figura 20 – Prova documental no PAD.

que já tinha conhecimento do envolvimento da filha com o Professor, e do último fato ocorrido (23 de abril de 2016); neste momento foi tentada conversa conjunta com a [REDACTED], mas esta estava participando da Olimpíada Gauss no Centro da Cidade [REDACTED] sendo que tanto a mãe quanto a aluna (na conversa do dia 26.04.2016) foram instruídas a procurarem o Conselho Tutelar da região para dar encaminhamento ao caso, mas ambas relataram que optariam por não fazer tal procedimento.

Inclusive a mãe recebeu orientação individual do Psicólogo [REDACTED] para que buscasse o NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família), pois foi relatado pela mesma que há algum tempo vinha passando por problemas emocionais. Acrescento também que na presença da mãe, foi dada orientação para que a [REDACTED] fizesse acompanhamento no NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família) da cidade [REDACTED]

No dia 02 de junho de 2016, a aluna e sua mãe foram convocadas ao Instituto para conhecimento do Relatório e que será encaminhado para tomada das medidas administrativas necessárias e para dar ciência do mesmo (Termo de Ciência em anexo).

Fonte: IFMA, 2021.

Como provas anexas ao relatório social, foram juntadas quinze páginas resultantes da transcrição das conversas trocadas em um aplicativo de mensagens. Os diálogos, que se iniciam em 01/09/2015, parecem não ser os primeiros trocados entre as partes, tendo em vista que discente e servidor já se tratavam como ‘meu amor’ (Figura 21).

Figura 21 – Prova documental no PAD.



01/09/2015, 18h28 - <Mídia omitida>
 01/09/2015, 19h23 - : Boa noite, meu amor!
 01/09/2015, 19h23 - : Que fofo
 01/09/2015, 19h23 - : Boa noite meu amor ☺
 01/09/2015, 19h24 - : Kkkk
 01/09/2015, 19h24 - : Cachorro de pijama ☺
 01/09/2015, 19h29 - : Kkkkk
 01/09/2015, 19h29 - : Orgulhoso de você
 01/09/2015, 19h29 - : Ter conquistado essa nota
 01/09/2015, 19h29 - : Foi muito bom
 01/09/2015, 19h29 - : De mim ??
 01/09/2015, 19h30 - : Eu não fiz nada
 01/09/2015, 19h30 - : Foi você
 01/09/2015, 19h30 - : Kkkk
 01/09/2015, 19h30 - : Claro de vocês
 01/09/2015, 19h30 - : Não
 01/09/2015, 19h30 - : Foi você
 01/09/2015, 19h30 - : Eu apenas orientei
 01/09/2015, 19h30 - : Você ta bem ?
 01/09/2015, 19h31 - : Levando a vida
 01/09/2015, 19h31 - : Aah entendi !
 01/09/2015, 19h31 - : Você poderia me orientar mais vezes
 01/09/2015, 19h36 - : Ando tão desorientada !
 01/09/2015, 19h37 - : Mas conseguimos essa nota graças a você .
 01/09/2015, 19h38 - : Que nos orientou. Então , você que merece os
 parabéns ! ☺☺☺☺
 01/09/2015, 19h40 - : ☺☺☺☺
 01/09/2015, 19h40 - : Obrigado
 01/09/2015, 19h41 - : Kkkk
 01/09/2015, 19h41 - : Coisa lindaa !
 01/09/2015, 19h41 - : Amo você ☺
 01/09/2015, 19h44 - : Ah hoje eu comprei um perfume novo
 01/09/2015, 19h49 - : Mas comprei ele só para ocasiões especiais , ou
 seja , só para você
 01/09/2015, 20h00 - : Uii
 01/09/2015, 20h00 - : Delicia

Fonte: IFMA, 2021.

Nesse dia específico, fica nítida a confusão de papéis entre professor/ ‘namorado’ e aluna/ ‘namorada’, ao comentarem sobre uma nota atribuída à discente – “de mim? Eu não fiz nada...foi você” – esse diálogo se desenvolve a partir das 19h23. Às 19h40, a adolescente diz “amo você”, ao que o servidor nada replica. Às 20h04, a discente propõe um encontro, mas o servidor diz estar ocupado. Quase uma hora depois, mais precisamente às 21h26, o servidor a interpela – “amor... quando fazemos amor...quero gozar no seu cuzinho”, ao que a estudante responde: “ Isso dói demais da conta”. O servidor lamenta e ela complementa “Mas se você for carinhoso. Posso pensar nessa ideia”. Este foi o último diálogo da noite.

Figura 22 – Prova documental no PAD

01/09/2015, 20h04 : Vamos nos ver hoje ?
 01/09/2015, 20h40 : Hoje estou ocupado aqui
 01/09/2015, 20h40 : Instalando um aquário
 01/09/2015, 20h41 : Aquaponia
 01/09/2015, 20h41 : Peixe e hortaliças
 01/09/2015, 21h21 : Tudo bem então
 01/09/2015, 21h26 : Amor
 01/09/2015, 21h26 : Quando fazemos amor
 01/09/2015, 21h27 : Quero gozar no seu cuzinho
 01/09/2015, 21h50 : Isso doi demais da conta
 01/09/2015, 22h02 : Ohhh
 01/09/2015, 22h08 : Mas se você for carinhoso. Eu irei pensar nessa
 ideia
 01/09/2015, 22h08 :
 02/09/2015, 20h48 : Oi meu amor, boa noite!
 02/09/2015, 20h49 : Estive pensando sobre nós dois e cheguei à
 seguinte conclusão: que após todo aquele ocorrido, o melhor é não nos vermos
 mais
 02/09/2015, 20h49 : Sei q você deve ta achando estranho, pois ontem eu
 queria ficar contigo. Mas hoje passei por uma experiencia nada agradável que fez
 com que eu desistisse de você, mesmo te gostando muito! Mas isso mexeu muito
 comigo . Porém nunca irei esquecer os momentos incríveis que você me
 proporcionou, muitíssimo obrigada ! Você me fez feliz !
 02/09/2015, 20h54 : Me desculpa por falar isso desta maneira, mas foi
 a melhor pra mim , pq pessoalmente eu não ia conseguir . Me desculpa meu amor !
 Bjos ☐ Eu te amo.
 02/09/2015, 21h10 : Oi
 02/09/2015, 21h10 : O que foi?
 02/09/2015, 21h11 : Porque isso?
 02/09/2015, 21h57 : Devido o beijo q acidentalmente vi hoje . Porém ,
 página 1

Fonte: IFMA, 2021.

Ainda na Figura X, passadas exatamente 24 horas desde o último contato, a adolescente procura o servidor para expressar seu desejo de terminar o relacionamento. Isso porque viu o professor beijar sua esposa e enciumou-se, reconhecendo, conforme Figura Y, que sobrava naquela equação e afirmando que o servidor não tinha nenhuma culpa pela situação – “sei que você não fez nada de errado, pois você é dela e não meu. E você não me ama, porque já tem a quem amar e já tem quem te ame. Eu sobro nesse trem. Ou seja, sou desnecessária, você não precisa de mim e nem que eu te ame. E o melhor é abrir mão de você”. A resposta do professor veio somente no dia seguinte, pela manhã, confessando que deu o beijo em público na esposa, mas que apenas ‘convivia com ela’, como se fosse apenas uma relação de amizade – “Te digo que convivo com ela. Sentimento não tenho mais. Tenho mas (sic) é consideração. Sei o quanto isso é ruim. Porém já tentei sair várias vezes”. Chama a atenção a instabilidade emocional da adolescente, o que é perfeitamente compreensível para sua idade. Ela, nitidamente, não tem repertório suficiente para sustentar o peso de uma relação com um homem 25 mais velho que ela. É preocupante a noção de posse/propriedade com a qual ambos compreendem a relação, sobretudo pela utilização de pronomes possessivos “meu”, “tua”, revelando uma objetificação do outro.

Figura 23 – Prova documental no PAD

Conversa do WhatsApp com [REDACTED]

sei que você não fez nada de errado, pois você é dela e não meu. E você não me ama, porque já tem a quem amar e já tem quem te ame. Eu sobro nesse trem. Ou seja, sou desnecessária, você não precisa de mim e nem que eu te ame.

02/09/2015, 22h05 - [REDACTED] : E o melhor é abrir mão de você

03/09/2015, 6h30 - [REDACTED] : Bom dia, meu amor!

03/09/2015, 6h30 - [REDACTED] : Eu vi logo depois que dei o beijo

03/09/2015, 6h31 - [REDACTED] : Quando olhei para trás

03/09/2015, 6h31 - [REDACTED] : Lembrei da outra vez

03/09/2015, 6h31 - [REDACTED] : Sabia que irei ficar chateada

03/09/2015, 6h32 - [REDACTED] : Te digo que eu convivo com ela

03/09/2015, 6h32 - [REDACTED] : Sentimento não tenho mais

03/09/2015, 6h33 - [REDACTED] : Tenho mas é consideração

03/09/2015, 6h33 - [REDACTED] : Sei o quanto isso é ruim

03/09/2015, 6h33 - [REDACTED] : Porém já tentei sair várias vezes

Fonte: IFMA, 2021.

Na Figura 24, podemos notar como, em setembro de 2015, a relação alcançava certa visibilidade no *Campus*, a despeito de as partes negarem o envolvimento mútuo para quem os questionava, o que denota que têm perfeita noção da proibição do vínculo para além da relação professor/aluna, aliado ao fato de, no caso do servidor, ser útil a ele a pouca notoriedade em vista da relação aparentemente monogâmica que tem com a esposa. Aos poucos, o relacionamento afetivo vai afetando de forma exagerada a vida da moça, que passa a se desentender, inclusive, com amigas de infância, tudo para manter intacta a relação com o réu.

Figura 24 – Prova documental no PAD.

05/09/2015, 15h13 - [REDACTED] : 

05/09/2015, 15h13 - [REDACTED] : 

05/09/2015, 15h15 - [REDACTED] : Amor eu mandei msg pra [REDACTED]

05/09/2015, 15h15 - [REDACTED] : Para que?

05/09/2015, 15h16 - [REDACTED] : Oi [REDACTED] Queria te pedir por gentileza ! Para de ficar espalhando aq

05/09/2015, 15h16 - [REDACTED] : TEREI . Nada com o

05/09/2015, 15h16 - [REDACTED] : isso pra suas amiga

05/09/2015, 15h16 - [REDACTED] : Só te peço isso

05/09/2015, 15h16 - [REDACTED] : Não fala mais de mim pra suas amigas .

05/09/2015, 15h16 - [REDACTED] : Obrigada !

05/09/2015, 15h17 - [REDACTED] : Hoje a tarde a [REDACTED] veio me perguntar isso

05/09/2015, 15h17 - [REDACTED] : E a [REDACTED] tbm

05/09/2015, 15h17 - [REDACTED] : E ela ainda continua com isso?

05/09/2015, 15h17 - [REDACTED] : Sim .

05/09/2015, 15h17 - [REDACTED] : Meu Deus

05/09/2015, 15h18 - [REDACTED] : Fala sério

05/09/2015, 15h18 - [REDACTED] : As duas são amigas dela .

05/09/2015, 15h18 - [REDACTED] : Essa menina é perturbada

05/09/2015, 15h18 - [REDACTED] : Eu sei

05/09/2015, 15h18 - [REDACTED] : E a [REDACTED] é minha amiga tbm . Brincavamos juntas qndo pequenas .

05/09/2015, 15h18 - [REDACTED] : Ela disse para eu falar com vocês

05/09/2015, 15h19 - [REDACTED] : Para pararem com isso

05/09/2015, 15h19 - [REDACTED] : E ela continua com a história

05/09/2015, 15h20 - [REDACTED] : Minha nossa que loucura

05/09/2015, 15h20 - [REDACTED] : Eu não ia mais mexer nisso mas isso foi demais .

05/09/2015, 15h20 - [REDACTED] : Duas ???!

05/09/2015, 15h20 - [REDACTED] : Não sei se ela espera que eu confesse ...

Página 2

Ativar o Windows

Fonte: IFMA, 2021.

Prosseguindo na análise da tramitação processual, o relatório social inaugural, acompanhado das prefaladas provas, foi encaminhado à Direção do *campus* em **03/06/2016**. No mesmo dia, o gestor recebeu os autos e os encaminhou, ato contínuo, à Corregedoria Institucional, junto à Reitoria. No entanto, essa instância só recebeu formalmente o processo

em **25/10/2016** (mais de 4 meses depois), ocasião na qual retornou a demanda à Corregedoria, para apuração dos fatos. Sem que haja previsão legal para tanto, a Reitoria deu ciência ao acusado sobre tal envio em **05/04/2017**, oportunidade na qual o servidor atravessou uma representação nos autos, em **07/04/2017**, apontando uma suposta perseguição política da qual seria vítima dentro do *campus*. Ato contínuo, o Reitor solicitou um parecer orientativo à Auditoria Interna – AUDINT, em **27/04/2017**, a qual respondeu em **05/05/2017**, sugerindo o retorno dos autos à Corregedoria para abertura do PAD. O parecer da AUDINT foi formalmente acatado pela autoridade máxima em **31/05/2017**. Não obstante, o ato de designação da comissão de PAD só foi emitido em **21/06/2017**, com a publicação no Boletim de Serviço da Instituição em **16/10/2017**, data a partir da qual a referida comissão teria 60 dias para concluir os trabalhos do PAD. Com relação à comissão, importa enfatizar que foi formada por três servidores do IFMA, duas mulheres e um homem, responsável pela presidência, com o auxílio de um secretário⁶⁵. No mesmo dia **21/06/2017**, o superior imediato do acusado é comunicado do início dos trabalhos. O servidor investigado tomou conhecimento formal da abertura do PAD em **26/06/2017**. As testemunhas arroladas e a vítima foram ouvidas no dia **17/10/2017**. Já o acusado, prestou seu depoimento no dia **18/10/2017**.

Adiante analiso excertos do depoimento da vítima, de uma testemunha e do interrogatório do acusado, nos quais se depreende que a discente se mantém firme no seu relato, em nada destoando daquele apresentado quando da denúncia inicial, enquanto o servidor, a seu turno, negou todo o tempo qualquer envolvimento com a jovem, contradizendo-se em alguns momentos, a exemplo da situação na qual levou a aluna para uma viagem à Teresina, sem autorização de seus responsáveis. Primeiramente, ele disse que teria uma autorização e que gostaria de juntá-la aos autos *a posteriori*. Linhas adiante, reconhece que se arrependeu de ter viajado com a jovem sem que seus responsáveis estivessem cientes.

⁶⁵ Importante reconhecer a sensibilidade da autoridade responsável pela designação da comissão que, ao enfrentar casos de violência contra meninas ou mulheres, deve se preocupar com a equidade de gênero entre os componentes do órgão apurador.

Figura 25 – Depoimento da vítima

filhas eram alunas do Instituto. Que, depois dessa nota, passaram a conversar com frequência, sobre a família do professor, que este se queixava de ser perseguido pela direção. Que achava o professor uma pessoa bacana e passou a ter raiva da direção. Que o professor afirmou estar interessado nela. Que perguntou pela esposa do mesmo e este afirmou não ter mais nada com a mesma. Que o relacionamento se iniciou no dia 7 de abril de 2015, uma terça-feira, dia em que passou tendo aula com o professor. Que o professor sempre lhe trazia um bombom antes mesmo do relacionamento começar. Que então passou a ter interesse no professor, achando-o uma pessoa boa, acreditando em tudo que este lhe dizia. Que, na primeira vez, o professor lhe pegou na praça e lhe levou para casa dele como prova de que não tinha mais nada com a esposa. Que ficaram na casa dele e após, ele lhe levou pra casa. Que passaram a se ver com frequência, normalmente às terças-feiras. Que normalmente era na casa dele e algumas vezes acampavam em um terreno que o professor possuía na saída da cidade. Que às vezes também iam ao motel. Que se encontravam com frequência. Que só tiveram relação sexual após dois meses de relacionamento. Que acreditava que o relacionamento era sério. Que ficou com ciúmes do professor em uma aula prática, com outra aluna que foi chamada pelo professor para sentar em suas

Fonte: IFMA, 2021.

Nesse momento processual, chama a atenção o fato de que, ao depor, a vítima encontrava-se completamente desassistida tecnicamente, o que já denota uma posição processual demasiado inferior em relação ao acusado, que presenciou o depoimento dela acompanhado de advogado. Tanto é assim que, em relação a esse momento processual, único em que foi formalmente ouvida após a denúncia inicial, Natasha recorda:

quando eu fui prestar o depoimento lá pra comissão, eu não estava com advogado. Eu nem fui orientada de que eu poderia levar um advogado, né? Eu só soube no dia porque o (acusado) estava com um advogado e eu me assustei porque eu estava sozinha. E ele (o presidente da comissão) disse ‘se você conseguir um advogado, você pode trazer, ele pode te acompanhar’, isso no dia, no dia, né? E aí foi onde eu já senti a diferença, sabe, de tratamento. Vi que ali não ia dar em nada. Sabe ali que eu senti a pressão mesmo. Ele todo assessorado, e eu nem sabia que eu tinha esse direito (...).

A partir da fala da adolescente, fica patente como o Estado negligencia a proteção aos corpos hipossuficientes, preocupando-se unicamente com o resguardo dos direitos do acusado. Parece-me que, em prol dos ritos processualísticos, os servidores condutores do procedimento ignoram situações de profunda assimetria entre as partes do processo. Notem que a ofendida no presente caso sequer foi informada que poderia estar assistida por um advogado. E as violências não param por aí:

(...) eu não estava com nenhum parente, na verdade, só minha mãe biológica, que foi depois, porque a minha mãe que me criava já tinha falecido. E ela (a minha mãe biológica) nunca teve acesso a minha vida assim, nunca, nunca teve acesso a mim (...) e ela prestou depoimento dela e foi embora, e eu fiquei lá. Eu estava apenas com (xxx), que estava lá na lá fora me esperando e uma outra testemunha minha que era minha amiga na época. E ainda teve um momento que a comissão disse que eu seria ouvida com (o acusado) lá dentro da sala, né? Que seria tipo um momento de acareação. E foi onde eu me desesperei, porque quando eu ouvi, eu simplesmente me encolhi no chão, sentei no chão, assim fiquei de cócoras quase, no cantinho da parede, chorando com a mão na cabeça, assim, desesperada. E eles viram a situação que eu fiquei e foi aí que o (presidente da comissão) disse que o (acusado) não iria participar porque o (acusado) queria participar. Ele queria me ver falando e ele disse que não tinha como é a (xxxx) também bateu em cima, dizendo que não tinha porquê. Estava notório que eu não iria conseguir falar e que aquilo era errado e (xxxx) brigou quanto a isso aí lá. E eu fiquei apenas com a presença do advogado dele na sala e com a comissão do processo.

Percebam a falta de sensibilidade da Comissão processante ao cogitar a acareação entre a vítima e o acusado. Ela sozinha, sem qualquer apoio familiar; ele cercado por colegas da Instituição e auxiliado por um advogado. Não há como mensurar a assimetria da relação travada no ambiente dos trabalhos do PAD. Como se não bastasse a série de violências que a vítima sofreu pelas mãos do réu, ainda sobrevém o Estado fazer pesar também sua mão sobre ela, que deveria ser tão preservada quanto o réu nesse momento. Foi necessário que servidores outros, alheios à Comissão, compadecessem-se da situação deplorável da jovem naquele momento e intervissem em seu favor. A violência da Instituição reproduz o ambiente violentogênico encontrado por meninas e mulheres ao buscarem, junto aos aparelhos de polícia e de Justiça do Estado, a reparação pelas violências sofridas. A insensibilidade dessas instâncias é comum nas falas de operadores do Direito adiante reproduzida por Belén López Peiró (2021, p.19):

(...) foi quase um estupro. Faltou pouco (...). Teria sido melhor (...) os juízes são contundentes em casos de estupro, ainda mais com meninas. Mas, por causa de uns dedos ou um toque, duvido que deem a ele mais do que uma liberdade condicional. (...) você vai ter que ser mais precisa. Data, hora, local. (...). Com todas acontece a mesma coisa. Mas os juízes precisam de fatos, não de sonhos. Qualquer fantasia besta não os convence.

Acerca do conteúdo do depoimento da vítima, malgrado toda a pressão do ambiente masculinista da fase de inquérito,

Figura 26 – Depoimento de testemunha colega da vítima.

mensagens sobre coisas normais, mandando estudar, etc. Que, através do Messenger do Facebook, o professor fez contato e, após o conselho de um amigo para descobrir as intenções do professor, resolveu responder. Que contou à denunciante que havia sido procurada pelo professor [REDACTED] e esta lhe disse que era por causa do processo. Que a denunciante lhe contou que o professor disse que não tinha mais nada com a esposa e passaram em torno de sete meses juntos.

2. PERGUNTADA: Você tinha contato com a [REDACTED], esposa do professor [REDACTED]? RESPONDEU QUE: Nunca teve contato, que nem sabia que ela era esposa do professor [REDACTED]. Que não sabe o que falar sobre a mesma, pois nunca teve contato com ela. Que percebia muitos olhares do professor [REDACTED] durante as aulas. Que, como sempre manteve distância do professor [REDACTED], este nunca chegou a tentar nada demais. Que só soube da relação entre a denunciante e o professor [REDACTED] depois que o relacionamento havia acabado. Que ouvia diversas histórias no Campus sobre os dois. Que já percebia um excesso de intimidade entre a denunciante e o Professor [REDACTED]. Que alguns alunos afirmaram terem colado das provas da denunciante, mesmo estando com respostas erradas, pois o professor [REDACTED] considerava as respostas corretas e teria que considerar as de todos. Que sempre percebeu um tratamento diferenciado do professor [REDACTED] com várias meninas.

Fonte: IFMA, 2021.

Na Figura 26, que se refere ao depoimento de testemunha amiga da vítima, ela confirma que a adolescente foi primeiramente interpelada pelo réu através do *messenger* do *Facebook*, de forma aparentemente inofensiva: “eram mensagens sobre coisas normais, mandando estudar, etc.”. A abordagem via redes sociais é uma dinâmica bem comum entre os servidores que buscam se aproximar de discentes. A sutileza da aproximação assediadora, aliada ao fato de se tratar de um professor, figura em relação a qual o alunado se compraz em ter como pessoas mais próximas, anula quase que por completo a resistibilidade das alunas e enseja interpretações equivocadas a respeito do conteúdo da conversa entabulada. Vejam que a discente não tem repertório suficiente para supor ou questionar se aquela aparente preocupação com os estudos acontecia com outros alunos e alunas. Tanto é assim que ela recorre a um amigo para saber o que deve fazer diante da interpelação inusitada. Desse modo, os limites entre o que é acadêmico e pessoal se turvam e a vítima se debate em dúvidas. Ao fim e ao cabo, a testemunha deu-se conta, por meio da vítima, que estava sendo buscada pelo acusado por conta do processo, o que denota o caráter intimidatório dessa aproximação. A testemunha prossegue explicitando a relação perniciosa travada entre docente e alunos, visto que, como ele favorecia a assediada corrigindo como corretas questões de provas que estavam erradas, aqueles que erravam porque copiavam da vítima reivindicavam a mesma nota que ela: uma sequência de

absurdos originada com a atitude egocêntrica do servidor, que, deliberadamente, ultrapassou os limites que a lei e os códigos de ética pública impõem à sua conduta.

Figura 27 – Depoimento de testemunha colega da vítima.

6. PERGUNTADA: A seu ver, qual foi o motivo pelo qual a denunciante decidiu abrir este processo? RESPONDEU QUE: A denunciante “se encheu” da situação e pelo medo que tinha do professor [REDACTED] decidiu abri-lo e por vezes também queria retirar o processo. Que o professor [REDACTED] após o início do processo, passou a enviar mensagens para pessoas próximas à denunciante, falando mal da mesma e reclamando por ela ter aberto o processo. Que soube da reunião entre a denunciante e a esposa do professor, [REDACTED] Que a denunciante, na reunião contou que tinha envolvimento com o professor, mas posteriormente, para protegê-lo, contou à esposa dele que tinha mentido. Que morou por cerca de três meses com a denunciante. Que sua família mora em [REDACTED] e conhece o professor [REDACTED]

Fonte: IFMA, 2021.

Na Figura 27, que veicula excerto do depoimento de outra testemunha, podemos perceber a dificuldade que a vítima tem para exercer seu direito de denunciar, porque, pessoalmente, ela se vê ora como ‘namorada’ ora como ‘vítima’: “Que a denunciante, na reunião, contou que tinha envolvimento com o professor, mas, posteriormente, para protegê-lo, contou à esposa dele que tinha mentido”. Essa confusão de papéis, típica de relacionamentos tóxicos, é fruto do alto poder de manipulação do professor em relação à denunciante aluna, 25 anos mais jovem que ele, o que a deixava atordoada e claudicante em relação ao ato de denunciar. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FSPB, 2022, p. 168),

A violência psicológica, portanto, pode ser definida como a conduta capaz de “causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação.

A menina abusada torna-se um fantoche na mão do servidor violador, que, alternando os papéis de ‘namorado protetor’ e de ‘pai disciplinador’, consegue mantê-la como ele bem deseja. Mais uma vez, fica nítido que ela só denunciou a relação abusiva porque a violência chegou a um nível tal que não conseguiu mais suportar, circunstância comum nos casos de violência doméstica.

Nas Figuras 28, 29, 31 e 32, passo a debulhar o momento processual denominado Interrogatório do réu, ato final da fase de inquérito do PAD⁶⁶, que “permite ao suposto autor da

⁶⁶ O fato de o réu ser interrogado por último, após a produção de todas as provas, é consentâneo com o princípio constitucional da ampla defesa, que, juntamente com o princípio do contraditório, são fundamentais ao

infração disciplinar esboçar a sua versão dos fatos, exercendo a autodefesa, ou, ainda, se lhe for conveniente, invocar o direito ao silêncio, sem nenhum prejuízo à culpabilidade” (CGU, 2022, p. 151). No caso dos autos, o acusado decidiu fazer uso da palavra, ocasião em que foi auxiliado por um advogado por ele contratado, já que tem condições de pagar por um, situação bem mais favorável do que aquela vivenciada por Natasha durante seu depoimento.

Figura 28 – Interrogatório do réu.

trator nestas aulas. Que o primeiro contato via Whatsapp foi feito pela denunciante pedindo revisão de uma questão que havia sido corrigida de maneira errada. Que não sabe como ela conseguiu seu número. Que disse que só revisava a prova se fosse feita de caneta. Que tinha o

Fonte: IFMA, 2021.

A Figura 28 traz o momento em que o réu diz que foi a vítima que o buscou via aplicativo de mensagens e que assim o fez para tratar de assuntos acadêmicos. Aduz também que não sabe como ela conseguiu seu número. Mais adiante, na Figura 29, o réu diz que só tinha o costume de se comunicar por aplicativo de mensagens com alunos egressos ou “mais maduros” (IFMA, 2021) da Instituição, em grupos, apenas para saber se já estavam empregados, e que estranhou quando a discente lhe procurou para tratar de assuntos outros, estranhos à relação professor/aluno. Ora, se o acusado admite seguir uma ética própria de não trocar mensagens via celular com alunos ainda ligados à Instituição, por que continuou conversando com a discente? Por que não cortou a conversa? Ou ainda, por que não procurou a instância competente no sentido de mediar essa invasão de privacidade a qual, segundo ele, aconteceu por iniciativa da jovem? Essas são justamente as orientações fornecidas pela assessoria jurídica da Instituição ao ser demandada quanto a eventuais ‘avanços de sinais’ protagonizados por discentes, situações esperadas quando advindas de jovens em formação ou ‘pessoas imaturas’, como o próprio réu sugeriu. Ainda que atitudes impróprias perpetradas por alunos sejam alcançáveis pelo regime disciplinar discente, é curial que os servidores compreendam, ao se investirem no papel de educadores, de formadores de jovens e de adultos, que cabe a eles exercer o controle da relação para que os limites éticos e funcionais/pedagógicos não sejam ultrapassados de parte a parte, fazendo uso, inclusive, das ferramentas institucionais disponíveis para tanto: comunicação aos pais/responsáveis, solicitação de mediação por coordenadores, formalização de reclamação à ouvidoria...enfim, diversos são os caminhos diametralmente opostos à acomodação e ao estímulo a vínculos mais íntimos, parecendo-me

mais que alguns servidores se comprazem em verem-se interpelados por motivos outros que não os institucionais, razão pela qual são comuns falas como a do réu, que entregam completamente à discente a responsabilidade pela relação.

Figura 29 – Interrogatório do réu.

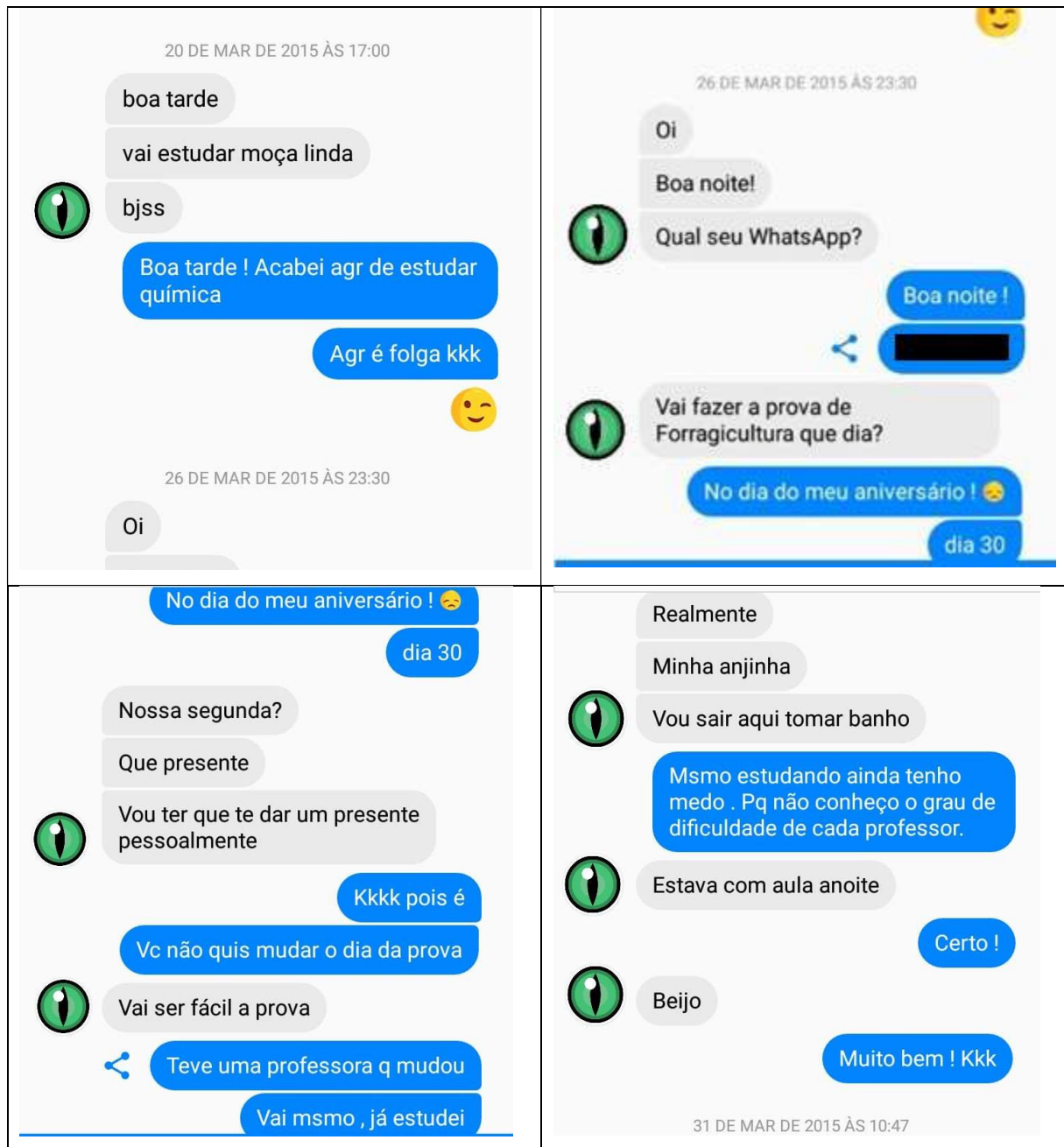
agosto de 2015. Que tem mais contato via Whatsapp com outras turmas subsequentes, com alunos mais maduros, participando de grupos. Que não se recorda de ter mantido contato com a denunciante via Messenger do Facebook. Que tem vários ex-alunos, mantendo contato com alguns apenas para perguntar como estão, se estão trabalhando, como [REDACTED]. Que, em 3 de julho de 2015, a denunciante havia lhe encaminhado uma conversa em que ela alegava ter sido com o professor [REDACTED] anexada no processo. Que não soube o porquê de ela ter lhe enviado tal mensagem. Que não possui o e-mail original. Que a denunciante começou a lhe procurar para pedir materiais de disciplinas, indo procura-lo na sala dos professores. Que a denunciante também começou a conversar com mais frequência sobre discussões e intrigas que tinha com algumas colegas de turma. Que a aconselhava a não brigar por coisas desnecessárias, conforme os e-mails anexados aos autos. Que neste período, a denunciante também relatava problemas com o pai, com o qual não tinha contato e morava em [REDACTED] e que havia ficado sabendo que possuía uma irmã. Que até falou para a denunciante que era uma coisa

Fonte: IFMA, 2021.

Voltando ao argumento apresentado pelo réu na Figura 28, a despeito de não lhe ser exigido dizer a verdade quando de seu interrogatório, documentos colacionados pela vítima demonstram o contrário daquilo por ele afirmado. Em verdade, ele contactou a vítima primeiro, via mensagem em rede social, ocasião na qual solicitou seu número de telefone para que trocassem mensagens via aplicativo. A análise detalhada das primeiras mensagens (Figura 30) por eles compartilhadas se impõe: em 20/03/2015, às 17h, o professor escreve: “boa tarde/ vai estudar moça linda/ bjss”, ao que a aluna responde: “Boa tarde! Acabei agr de estudar química/ Agora é folga kkk”. De forma insidiosa, o servidor adentra a privacidade da aluna, valendo-se do vínculo professor/aluna, ‘vai estudar’, ao mesmo tempo em que joga uma isca, mirando a autoestima da adolescente ‘moça linda’, que, meio sem entender seu papel no jogo de sedução lançado pelo professor, responde, fazendo menção apenas ao aspecto pedagógico do diálogo, ‘Acabei agr de estudar química/ Agora é folga kkk’. Seis dias após a primeira conversa, desta feita, às 23h30, ele é direto: “Qual seu Whatsapp?”. Tendo alcançado seu intento, o professor rapidamente retoma o fio pedagógico que os une: “Vai fazer a prova de forragicultura que dia?”, já deixando em suspensão a possibilidade de um ‘auxílio’, como se vê em “vou ter que te dar um presente pessoalmente” e “vai ser fácil a prova”, o que denota, além de grave falta ética, a incitação à corrupção da adolescente (BRASIL, 1990). Por fim, já em 31/03/2015, o professor

já chama a aluna de ‘anjinha’ e passa a falar de sua rotina pessoal, sem que ela interaja nos mesmos moldes. O investimento do docente foi forte, mas o preço quem pagou foi a aluna.

Figura 30 – Primeiras mensagens trocadas entre o réu e Natasha, ainda via *Facebook*.



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Heleieth Saffioti (1987, p. 17) relata que, ao longo da história, o homem assume uma posição de caçador, sendo a mulher (meninas, inclusive), sua caça. Nesse sentido, pouco importa se a mulher o deseja, basta que ela ‘consinta’ em ser o objeto do desejo do homem, de

sorte que o ponto máximo da expressão dessa premissa dá-se a partir do estupro e do assédio.

A autora também relata um caso ocorrido em uma universidade estadunidense:

Há poucos anos ocorreu um rumoroso caso na Clark University, nos Estados Unidos. O chefe de um departamento condicionou a permanência de uma professora em seu emprego à sua concordância em lhe prestar serviços sexuais. A professora decidiu levar o caso à Justiça. Assim que a denúncia foi feita, outras mulheres, professoras e estudantes da Universidade, encorajaram-se a assumir a mesma postura, pois também haviam sido vítimas das investidas do chefe. Este foi condenado a pagar indenizações às suas vítimas. Entretanto, não apenas não perdeu seu emprego, como também adquiriu nele a tão desejada estabilidade.

Em conversa entabulada comigo via aplicativo de mensagens, em 14/05/2021, Natasha rememora os fatos exatamente como ocorreram. Reproduzo o diálogo *ipsis litteris*, destacando as partes que merecem uma análise atenta:

14/05/2021 às 18:31 - Natasha: No primeiro dia de aula que eu tive com ele
 14/05/2021 às 18:31 - Natasha: Ele perguntou meu nome e eu disse
 14/05/2021 às 18:31 - Natasha: Ele não conseguiu falar
 14/05/2021 às 18:31 - Natasha: **E fez uma piada**
 14/05/2021 às 18:31 - Natasha: Por ser diferente
 14/05/2021 às 18:32 - Natasha: **Eu fiquei morta de vergonha**
 14/05/2021 às 18:32 - Natasha: Assinei a frequência e fui entregar pra ele
 14/05/2021 às 18:32 - Natasha: **Ele já olhou para meus seios**
 14/05/2021 às 18:32 - Natasha: **Obs: eu não estava de decote**
 14/05/2021 às 18:33 - Angela: Hum
 14/05/2021 às 18:34 - Natasha: **Aí eu disse pra mim mesma, que era coisa da minha cabeça.** Veio a semana seguinte a mesma coisa. E isso ele começou a me mandar msg no Facebook. **Vai estudar moça linda, ainda hoje eu tenho, até que pediu meu WhatsApp.**
 14/05/2021 às 18:37 - Natasha: Chegou a semana de provas em março, e eu iria ao banco pra ser bolsista pibic jr, **ele já havia me chamado pra ser bolsista dele. Mas como a professora XXXX tinha me chamado antes eu resolvi ficar com ela, e foi a minha salvação, pq ter o nome dele no lattes iria ser um castigo eterno**
 14/05/2021 às 18:38 - Natasha: Eu pedi pra ele fazer a prova comigo depois pq o prazo tava acabando e eu precisava ir ao banco.
 14/05/2021 às 18:40 - Natasha: Ele não deixou, até aí tudo bem. E a prova dele foi no dia do meu aniversário, mas não foi ele que ficou na minha sala. **E eu errei uma questão que valia 4 pontos um cálculo de ração, na prova dele eu teria que ter tirado 6**
 14/05/2021 às 18:40 - Natasha: Mas tirei 8
 14/05/2021 às 18:41 - Natasha: E ele me disse essa nota já conversando comigo acho que pelo Facebook
 14/05/2021 às 18:42 - Natasha: Foi corrigir a prova na sala e eu fui dizer como eu tinha feito a questão, que era a principal, e ele me ignorou e eu insistindo em dizer como era, **mas tava errada**
 14/05/2021 às 18:42 - Natasha: **Ele corrigiu eu disse na sala, vixi pois eu errei professor e o senhor colocou certo**
 14/05/2021 às 18:44 - Natasha: Pra todo mundo ouvir, e ele disse que no final da aula resolveria e eu fiquei, e ele disse que era pra deixar daquele jeito. **E eu deixei, próxima prova dele eu tirei 10, outra 10, trabalho 10**

14/05/2021 às 18:44 - Natasha: **Tudo 10**
 14/05/2021 às 18:44 - Natasha: **E ele conversando comigo todo dia**
 14/05/2021 às 18:44 - Natasha: **Me oferecendo carona pra ir pra escola**
 14/05/2021 às 18:44 - Natasha: Hoje eu não pego carona com ninguém
 14/05/2021 às 18:44 - Natasha: Não tenho coragem
 14/05/2021 às 18:45 - Natasha: Só com minha orientadora
 14/05/2021 às 18:45 - Natasha: Mas quando é o marido dela que vai
 14/05/2021 às 18:45 - Natasha: Eu não vou não
 14/05/2021 às 18:46 - Natasha: Tenho esse bloqueio, mesmo ele sendo uma pessoa tranquila
 14/05/2021 às 18:47 - Natasha: E meus colegas de sala já desconfiando, pq eu passava cola pra eles, eu tirava 10 e eles não.

Figura 31 – Interrogatório do réu.

3. PERGUNTADO: O Senhor teve conversas sobre assuntos pessoais com a denunciante. O Senhor não acha que estas conversas estavam tomando outro cunho além da relação professor / aluna? RESPONDEU QUE: Nunca tinha vislumbrado o fato de ter se aproximado tanto da denunciante e, como a denunciante não tinha uma figura paterna, o viu como um conselheiro que sempre lhe dava apoio. Que por se tratar de uma aluna muito inteligente, aceitou leva-la a [REDACTED] desde que a mãe a autorizasse. Que a denunciante deve ter lhe contato sobre as abordagens

Fonte: IFMA, 2021.

Figura 32 – Interrogatório do réu.

intenção do o professor [REDACTED] de ser seu amante. Que nunca foi de andar e abraçar alunos no Campus, em nenhum momento. Que seu comportamento é de cordialidade, no máximo um aperto de mão, que nunca beijou alunas. Que nunca deu nenhum tipo de presentes a alunos, que sempre veio ao Campus com sua esposa e nunca foi de dar

Fonte: IFMA, 2021.

Contrariamente ao que o réu disse em depoimento, segue o diálogo:

14/05/2021 às 18:47 - Natasha: **Aí começou**
 14/05/2021 às 18:47 - Angela: **Pois é!**
 14/05/2021 às 18:48 - Natasha: **E ficávamos muito juntos dentro do ifma**
 14/05/2021 às 18:48 - Natasha: **Conversando**
 14/05/2021 às 18:48 - Natasha: **Eu pegava nos cabelos dele**
 14/05/2021 às 18:48 - Natasha: **Professores viam**
 14/05/2021 às 18:49 - Natasha: **Era "normal"**
 14/05/2021 às 18:49 - Angela: **Sei exatamente como funciona.**
 14/05/2021 às 18:49 - Natasha: **Até tomar proporção**
 14/05/2021 às 18:50 - Natasha: **Eu ficava na sala de professores com ele**
 14/05/2021 às 18:51 - Natasha: **E quando a gente brigava, ele mexia tanto com minha cabeça**
 14/05/2021 às 18:51 - Natasha: **Que eu que pedia desculpa**
 14/05/2021 às 18:52 - Natasha: **Ele dizia que me amava**
 14/05/2021 às 18:52 - Natasha: **Que era mal julgado, que vida dele era ruim**
 14/05/2021 às 18:53 - Natasha: **Aí eu ficava com peso na consciência**
 14/05/2021 às 18:53 - Natasha: **Olha o nível**
 14/05/2021 às 18:54 - Natasha: **O abuso que sofri**
 14/05/2021 às 18:54 - Angela: **Caramba!**

Figura 33 – Interrogatório do réu.

23. PERGUNTADO: O Senhor alega que nunca teve nenhum relacionamento sexual com a aluna [REDACTED] nem normal nem anal? RESPONDEU QUE: Não, nem beijos. Que nunca teve esse tipo de aproximação íntima nem com ela nem com outras alunas.

Fonte: IFMA, 2021

Em relação a tais alegações, ouvi de Natasha o relato sobre uma reunião para a qual ela foi chamada pela esposa do acusado à casa do casal, ocasião em que ele também estava presente. O objetivo seria o de questionar a discente acerca dos boatos, àquela altura, já rumorosos, sobre o envolvimento entre aluna e professor. Diante do impasse, o acusado instruiu a discente sobre o que deveria alegar: o burburinho não passava de intrigas dos colegas de classe, pois ela tirava boas notas na disciplina do professor e seria alvo da inveja dos demais. Ao mesmo tempo, ele contou outra versão à esposa. Disse que a menina ‘dava em cima dele, porque ele era muito bonito’ e que ela fantasiava um relacionamento com o acusado. Adiante a gravação:

A reunião foi proposta pela (esposa). Ela me ligou, conseguiu meu número em algum local. E me ligou dizendo que queria conversar sobre algumas coisas que estavam acontecendo, e isso foi quando ela já ficou sabendo do meu, do meu suposto envolvimento com (o acusado), porque até então ele se defendeu, né, dizendo que não me queria... que eu dava em cima dele, né? E porque ele era um professor muito bonito e por conta disso eu inventei que tinha um relacionamento com ele. Só que aí (o acusado) que me avisou dizendo que (esposa) iria entrar em contato comigo, né, pra conversar sobre isso. Então ele combinou comigo uma desculpa, né? Que era para eu dizer que tinha sido os meus colegas de turma que tinham criado essa situação. Porque eu tirava notas boas, eu era uma aluna muito participativa e nós interagimos muito em sala de aula, né? Por conta dessa minha participação, mas que não existia nada entre a gente. E assim foi o meu combinado com (o acusado) e ok. Aceitei a reunião lá na casa de (esposa), fui lá na casa dele e tudo. E quando eu cheguei lá, (esposa) veio assim, com um discurso dizendo que me entendia porque eu era adolescente e que era normal a gente se apaixonar pelo professor porque olha como referência e ainda mais (o acusado), que era muito bonito. E que era normal, mas que aquilo trazia é, poderia ter trazido efeitos assim, catástrofe na família deles, porque a história de que eu criei que tinha um relacionamento com ele sendo casado e tal, aí foi onde eu descobri que ele falou pra ela que eu que tinha criado a história. E pra mim, ele pediu para que eu dissesse que tinha sido os meus colegas, meus colegas de turma, né? Aí foi onde eu contei pra ela que não tinha sido assim. E eu assumi que tinha um relacionamento com ele, dei meu celular pra ela, mostrei as conversas dele combinando comigo, que eu tinha que dizer. Ela abriu, olhou, número, olhou a foto dele e repetiu pra mim: meu marido é incapaz de fazer isso. Você é apenas uma menina. E me entregou meu celular? E pronto. Aí eu fui embora, né? (Natasha)

Ao constatar a armadilha montada pelo professor, a aluna revelou à esposa sobre o combinado entre ambos, tendo mostrado a ela a conversa prévia em seu celular, obtendo como resposta, no entanto, a seguinte frase: “meu marido é incapaz de fazer isso. Você é apenas uma menina”.

Figura 34 – Interrogatório do réu.

autos não são suas. Que seu relacionamento com a denunciante era de tutor, visto que a denunciante era uma boa aluna e tinha muito potencial. Que nesta época orientou alguns alunos que participariam de uma olimpíada agropecuária, sendo três equipes, uma delas com a participação da denunciante. Que, em meados de outubro de 2015, a denunciante veio até ele lhe dizendo que iria participar de um evento em [REDACTED], a qual cita sua prima ter feito a inscrição, nesse momento disse que iria participar do evento e lhe perguntou se, caso não conseguisse passagem, poderia dar uma carona a ela. Que disse que a levaria se a denunciante pedisse à mãe. Que sua esposa sabia da carona. Que não obteve nenhuma autorização dos responsáveis pela denunciante para viajar com a mesma. Que foi a única ocasião em que andou com a denunciante. Que a deixou em um apartamento que seria de uma prima da denunciante, tendo ficado hospedado com a enteada no apartamento dela. Que o evento foi realizado de 15 a 19 de novembro de 2015. Que pediu autorização da Instituição, que lhe liberou, mas foi conta própria por não ter recebido diárias. Que trouxe o certificado de participação e apresentação de trabalho no evento. Que não levou faltas, porque a Direção o liberou. Que vai tentar juntar aos autos o processo em que pediu autorização para viajar para o evento em Teresina. Que deu carona

Fonte: IFMA, 2021.

Na figura 27, como já mencionei no início deste Capítulo, o réu admite que deu carona à aluna durante viagem para fora do Estado, contrariando as orientações da Assessoria Jurídica do IFMA, que desincentiva esse tipo de prática. Ademais, não é permitido o deslocamento de alunos para visitas e viagens técnicas em meios de transportes que não sejam institucionais ou oficialmente destacados para o referido transporte. Pior: chegando ao destino, o acusado hospedou-se com a adolescente em um hotel, sem que para tanto dispusesse de autorização dos responsáveis, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, n. p.) que prevê, em seu art.82, ser “proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável”. Foi justamente nessa ocasião que a adolescente sofreu aquela que ela considera a violência gota d’água no relacionamento:

Foi quando viajamos para um evento, e nesse evento ele criou que eu estava olhando para outros homens e deu um surto de ciúmes, me levou para o hotel que estávamos hospedados e me deixou um dia amarrada sem conseguir comer, beber ou fazer necessidades fisiológicas. Quando ele retornou do evento, aconteceu o estupro, onde praticou a sodomia e depois *fisting* e quanto mais dor eu sentia, mais prazer era proporcionado para ele (Natasha).

Visualizem a situação: um homem adulto de 41 anos leva, em seu veículo, uma adolescente de 16 anos para uma viagem a outro Estado, sem que sua família tenha sido comunicada e hospeda-se com ela em um hotel, também sem que a família dela tivesse autorizado; ali chegando, ele fantasia uma situação de ciúme e, no intuito de castigá-la, leva-a

de volta para o hotel, amarra-a em uma base fixa de aço de um balcão; ele sai para um evento deixando-a amordaçada, não permitindo que coma, beba água ou vá ao banheiro, isso durante um dia inteiro; ao retornar do evento, o homem a estupra, primeiro, pelo ânus e, depois, pela vagina; em seguida, ele coloca, sem consentimento, o braço no ânus da adolescente, repetindo a manobra, em seguida, em sua vagina; no dia seguinte, o homem coloca a menina em um ônibus interestadual de volta para casa e espera a sua família chegar para com ele passar o final de semana, como se nada tivesse acontecido. Agora, adicionem a tal cenário os seguintes detalhes: esse homem é um professor, servidor público de um Instituto Federal; que essa adolescente é sua aluna nesse Instituto Federal, que eles se deslocaram em um carro não oficial para realizar uma missão institucional, pois ele apresentou um trabalho em um evento científico valendo-se do nome da Instituição, e, durante essa missão, o servidor tortura, estupra e sevicia a aluna, mandando-a de volta para casa sozinha em um ônibus interestadual. Foi isso o que aconteceu com Natasha! Essa sequência de absurdos que o réu (bem como sua família) negou, nega e continuará negando por um único motivo: Natasha é ‘apenas uma menina’, leia-se, Natasha não era uma namorada, uma amante, um relacionamento, era ‘apenas’ mais uma menina... Natasha é uma coisa, um objeto, um fantoche, que pode ser manipulado, penetrado, quebrado, jogado para lá e para cá, sem que seja notada. Para pessoas como o professor, a carne mais barata da escola é a carne de alunas como Natasha.

Figura 35 – Interrogatório do réu.

21. PERGUNTADO: O Senhor acha que, depois de tudo que aconteceu, tomou a atitude correta na época? RESPONDEU QUE: Não. Que deveria ter levado o assunto para a Direção do Campus e não deveria ter levado a aluna para Teresina sem autorização escrita dos responsáveis. Que as conversas pelo Whatsapp também tomaram um rumo inadequado e deveria ter evitado um contato além da relação professor / aluna. Que não fica claro para os servidores os procedimentos que devem ser tomados pelos servidores neste tipo de situação. Que já recebeu bilhetes em sua mesa de alunas lhe assediando.

Fonte: IFMA, 2021.

O depoimento do réu termina com sua negativa peremptória acerca de todas as acusações relatadas na denúncia, reforçando que jamais tocou de maneira sexual a vítima, nem ela nem qualquer outra aluna (Figura 35). A estratégia adotada por ele é bastante utilizada nos casos de violência contra a dignidade sexual. Isso porque, geralmente, tais delitos ocorrem de forma velada, às escondidas, sem testemunhas, o que acaba por desencorajar a vítima a denunciar, que acredita que ‘será a sua palavra contra a dele’, comportamento que acaba favorecendo o abusador. Impõe, contudo, frisar que, a despeito de ser ônus da Administração no PAD comprovar a responsabilidade do acusado, nos casos dos delitos que ferem a dignidade

sexual da vítima, a lei disciplinar administrativa permite que haja a inversão do ônus da prova, de modo que caberá ao réu provar que não cometeu a falta que lhe é imputada. Isso porque seria demasiado exigir da vítima a apresentação de provas cabais sobre delitos que no geral são cometidos às escondidas⁶⁷, sem a presença de testemunhas distintas dos próprios agressor e vítima. É por isso que, no quesito provas, são admitidas nas investigações aquelas denominadas provas circunstanciais, que, contrariamente às provas diretas, inferem o conhecimento para um fato determinado, a exemplo de gravações ambientes, áudios, *prints* de conversas em redes sociais ou em aplicativos de mensagens, testemunhas indiretas, entre outras.

De volta à etnografia dos autos do PAD, a citação do acusado (momento a partir do qual ele passa a ser considerado formalmente réu) ocorreu em **27/02/2018**, devendo ele apresentar sua defesa em até 10 dias. O réu fez juntar sua defesa no processo em **09/03/2018**. A comissão processante juntou aos autos o Relatório Final em **10/07/2018** (Figuras 36, 37 e 38), seguindo, ato contínuo, ao gabinete do Reitor, que, por sua vez, despachou-os à Procuradoria do IFMA para parecer em **02/08/2018**, tendo o órgão consultivo exarado sua opinião no processo em **20/08/2018**.

⁶⁷ Ainda que cometidos às ocultas, os delitos que ferem a dignidade sexual das vítimas também são considerados, na letra da lei, como “condutas escandalosas” (CGU, 2022, p. 250), desde que cometidos por servidor público na repartição ou fora dela, desde que relacionadas ao exercício de suas atribuições.

Figura 36 – Relatório Final da comissão de PAD.

Em virtude de todo o exposto, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, esta comissão entende pela **CONDENAÇÃO** do servidor [REDACTED], lotado no **Campus** [REDACTED] pelos seguintes motivos:

A Comissão processante com base na análise minuciosa dos autos e de todas as provas produzidas, refutou todos os argumentos da defesa, não restando dúvidas quanto à veracidade dos fatos expostos na denúncia, assim como a autoria e materialidade dos ilícitos administrativos praticados por este acusado.

Assim, pelos fatos acima descritos, o servidor incorreu nas seguintes infrações administrativas: **não manteve a conduta compatível com a moralidade administrativa, promoveu manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição e praticou incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição, infringindo, assim, o art. 116, incisos IX, art. 117, inciso V e o art. 132, inciso V da Lei Federal nº. 8.112/90.**

Fonte: IFMA, 2021.

Figura 37 – Relatório Final da comissão de PAD.

Como **atenuante**, aponta-se o fato que o servidor nunca ter respondido a qualquer Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância no IFMA. Como **agravantes** identificam-se o de que o acusado além de ter cometido o ilícito descrito na denúncia, em relação a Incontinência de Conduta, utilizou-se de artifícios oficiais para representar outros servidores sem comprovar a veracidade dos fatos expostos, cometendo assim, várias infrações administrativas disciplinares. Outro ponto que vale destacar é a gravidade de sua conduta, ao manter relacionamento sexual com uma aluna, que na época dos fatos era menor de idade, gerando também, desgaste da imagem do IFMA – Campus [REDACTED] [REDACTED] perante a comunidade local.

Fonte: IFMA, 2021.

Figura 38 – Conclusão do Relatório Final da comissão de PAD.

Neste sentido, esta Comissão Processante **RECOMENDA** a Vossa Magnificência pela aplicação da pena de **DEMISSÃO** ao servidor [REDACTED]

6 - Do Encaminhamento à Autoridade Instauradora

Encerrados os trabalhos, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar submete à apreciação de Vossa Magnificência os autos do presente processo, nos termos do art. 166 da Lei nº 8.112, de 1990.

Este é o relatório.

Fonte: IFMA, 2021.

O Reitor proferiu seu julgamento em **22/05/2019**, decidindo pela demissão do servidor, que tomou ciência do resultado em **04/06/2019**. Em **17/06/2019**, a Comissão processante declarou encerrados seus trabalhos. O réu interpôs pedido de reconsideração em **19/06/2019**, tendo juntado à petição dois documentos oficiais: uma Declaração de Conduta e Atuação Profissional e um Manifesto de Apoio dos Servidores (Docentes e Técnicos), ambos em favor do servidor réu. Além disso, foi juntada a informação funcional do acusado – o currículo do servidor na Instituição –, que denota seu prestígio político no IFMA, e que, ao lado de seu currículo *Lattes*, formam um conjunto que denomino ‘currículo fálico’, fundamental para a blindagem de suas ações antiéticas. Isso porque, além da influência política do réu no presente caso, ele possui carreira acadêmica irretocável, tendo alcançado todos os títulos necessários à progressão funcional, o que lhe alçava a uma posição de prestígio intelectual na Instituição. Daí porque os gestores (vale repisar, em sua maioria homens cisgênero) e demais colegas preferem fechar os olhos a certos ‘escorregões’ dos colegas, inclusive à violência de gênero, e virar as costas para as violentadas. Tal circunstância foi observada por uma das servidoras entrevistadas, que verbalizou: “o IFMA tem o hábito de premiar servidores ruins” (E2), referindo-se ao fato de não ter sido incomum a alocação de servidores que cometeram violências para outros *campi*, como forma de ‘abafar o caso’ ou ‘livrar-se do problema’.

Voltando ao arquivo, o pedido de reconsideração manejado pelo réu foi indeferido pela autoridade competente em **12/07/2019**. Diante disso, em **30/07/2019**, o réu interpôs o recurso administrativo em face da mesma decisão. Em **13/01/2020**, a Defensoria Pública da

União solicitou sua habilitação nos autos para passar a representar a discente vítima. Em **27/01/2020**, o réu foi comunicado da mudança no rito processual quanto ao julgamento de seu recurso administrativo, que passaria a ser apreciado pelo Ministro da Educação. Essa autoridade, todavia, retornou os autos à Instituição ante nova modificação procedimental, para que o recurso fosse apreciado pelo Conselho Superior - CONSUP do IFMA. Nesse ponto, convém lembrar que, em razão da pandemia da COVID-19, foi editada a Medida Provisória nº 928, de **23/03/2020**, que determinou a suspensão dos “prazos processuais em desfavor dos acusados e entes privados processados em processos administrativos enquanto perdurar o estado de calamidade” (BRASIL, 2020), situação que se protraiu até o dia **20/07/2020**, quando a referida Medida Provisória perdeu seus efeitos. Não obstante, o processo só foi ter nova movimentação em **18/06/2021**, foi escolhido o relator do julgamento pelo CONSUP. Ato contínuo, as partes foram intimadas para comparecerem no dia **30/06/2021**, ocasião em que ocorreu a Sessão Extraordinária para julgamento do recurso do réu, que, ainda que intimado, não acompanhou o ato nem se fez representar por advogado, cingindo-se a entregar uma carta (Figuras 39, 40 e 41), a qual foi lida em público antes de ser proferido o voto da relatora e do plenário do CONSUP. A missiva em questão merece uma análise detalhada, haja vista que muitos dos elementos ali constantes se coadunam com os demais achados ao longo desta investigação. Passo, assim, a dissecá-la:

Figura 39 – Excerto da carta apresentada pelo acusado durante o julgamento pelo CONSUP.

Bom dia!!!

Sou [REDACTED] casado com a [REDACTED]

[REDACTED] pai [REDACTED]

[REDACTED] Fui servidor do IFMA por 17 anos, nos quais exerci minha função com zelo, de forma ativa, participativa e contribui significativamente para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão deste Instituição e os aqui presentes que me conhecem e conviveram comigo sabem disso.

Fonte: IFMA, 2021.

Primeiramente, o acusado, ao qualificar-se, dá destaque à sua condição de esposo e pai, empavonando-se, ato contínuo quanto às ações por ele desenvolvidas ao longo do tempo em que esteve ligado à Instituição. Percebiam que, ao mencionar o exercício de suas funções com zelo, ele releva por completo o aspecto ético do seu mister de servidor público, lançando luzes tão somente aos aspectos intelectuais de sua atuação, demonstrando uma nítida

compartimentalização entre o público e o privado, ou ainda, entre corpo e mente, típica lógica da personalidade colonizadora. A esse respeito, bell hooks (2017, p. 29) teoriza que

a ideia da busca do intelectual por uma união de mente, corpo e espírito tinha sido substituída pela noção de que a pessoa inteligente é intrinsecamente instável do ponto de vista emocional e só mostra seu melhor lado no trabalho acadêmico. Isso queria dizer que pouco importava que os acadêmicos fossem drogados, alcoólatras, espancadores da esposa ou criminosos sexuais. O único aspecto importante da nossa identidade era o fato de nossa mente funcionar ou não, ou sermos capazes de fazer nosso trabalho na sala de aula.

Além de tentar se escudar em sua intelectualidade, em seu currículo *Lattes* fálico, o réu recorre ao argumento ‘pai de família’. Nesse aspecto, seu egocentrismo é quase palpável, já que a família que deve ser valorizada é a dele, pouco importando a terra arrasada que deixou para trás ao se envolver com a vítima, a qual, aliás, também é filha, irmã, neta de alguém. A respeito desse perfil, Rita Segato (2021, p. 109) afirma: “ele é homem, branco, alfabetizado, proprietário e *pater familias* (uso esse termo em vez de heterossexual, porque sua vida sexual é desconhecida, mas a sua ‘respeitabilidade’ como chefe de família pode ser comprovada)”. A seu turno, Amara Moira (2018, p.107), travesti e doutora em Letras pela Unicamp, ao relatar as experiências por ela vividas na prostituição, reproduz a seguinte fala de um ‘pai de família respeitado’:

Nossa, você é bonita, gostei...até namorava se você fosse mulher. Toda bonita assim, branquinha, boca rosada, humilde, mas não dá, entende? A transa gostosa marido e mulher, o dia a dia, a cumplicidade, tudo isso ia fazer falta. Não é preconceito, é que eu gosto só de mulher. Sou louco por uma buça. Você é pra aquela variada de vez em quando, quando cansa. Sou casado, amo minha mulher (MOIRA, 2018, p.119).

A respeito do conceito de ‘família ideal’, na concepção do réu, Natasha relata:

Engravidei logo nos primeiros meses de envolvimento. Ele tinha o controle da minha menstruação e me perguntou se minha menstruação não tinha descido e eu disse que não. E ele sugeriu e me instruiu como fazer o exame de farmácia e eu fiz e mostrei pra ele e ele que me deu a notícia de que eu estava grávida. Inicialmente ele demonstrou felicidade e me confortou, pois fiquei muito assustada. Devido a meus pais. As semanas foram passando e ele começou a falar que eu era muito inteligente, que precisava estudar, concluir o ensino médio, fazer uma graduação, e uma criança iria me impedir de realizar essas etapas na minha vida, mencionava também o fato de ele ter investido em cursos para mim, como se fosse um lamento. Até que chegou o momento de uma conversa definitiva, em que ele disse que eu não merecia abrir mão do meu futuro por conta de uma criança, que filhos nós poderíamos ter em outro momento. E eu aceitei realizar o procedimento de aborto. Ele comprou a medicação me instruiu como usar, um comprimido via oral e outro inserir no canal vaginal, ele me disse que, dentro de 8h à 12 h, eu iria sentir cólicas e possivelmente um sangramento e era pra eu acionar ele quando isso acontecesse. Usei da forma que ele indicou, mas não senti nada, e eu avisei a ele, então ele sugeriu repetir a dose do medicamento, disse que eu tinha feito alguma coisa errada, então tinha que tomar de novo e assim eu fiz.

Outro detalhe importante do excerto da Figura 39 é a convocação final, o chamado àqueles que, ali presentes, conhecem a vida pública do acusado – “me conhecem e conviveram comigo” –, e podem validar seus privilégios de homem branco, servidor público concursado, cisheterossexista e doutor. Privilégios tais que não deveriam nunca ser abalados pelos arroubos inflamados de ‘apenas uma menina’, corpo cuja transitoriedade na Instituição não poderia ter o condão de abalar sua estabilidade.

Figura 40 – Excerto da carta apresentada durante o julgamento pelo CONSUP.

Fui acusado de assédio sexual, no entanto, buscando entender o que de fato se configura como assédio sexual, na lei e nas jurisprudências, estas afirmam que: o que diferencia o assédio sexual das condutas de aproximação de índole afetiva é a **ausência de reciprocidade**, sendo ato que causa constrangimento à vítima, que se sente ameaçada, agredida, lesada, perturbada, ofendida.

No entanto, a denunciante afirma em seus depoimentos que **“teve um relacionamento amoroso”** (o que, por si só, não configura ato ilícito) e a qual repete em vários trechos dos depoimentos, deixando bem claro nas conversas apresentadas como prova que o suposto relacionamento era recíproco.

Fonte: IFMA, 2021.

A Figura 40 corrobora duas ideias ainda cristalizadas na cultura da Instituição, as quais reputo como violências transistóricas (BARRANCOS, 2022): a primeira, de que violências ‘pra valer’ são as aquelas que deixam marcas no corpo; e, a segunda, de que não há problemas em servidores ‘paquerarem’/‘namorarem’/‘transarem’ com discentes. O que levaria os servidores da Instituição a naturalizar violências e a conceder autorização de acesso aos corpos subalternizados? Compreendo que a chave para o entendimento dessa situação reflita a maneira como o homem, o macho, no dizer de Saffioti (1987), é produzido na sociedade e também os impactos da colonialidade do poder nessa produção (QUIJANO, 2008).

O ator Adão Monteiro (2018, p. 98), em sua dissertação intitulada “O gênero performativo do homem: cenas e contextos”, realizou um trabalho etnográfico nos grupos reflexivos de homens autores de violência de acordo com a Lei Maria da Penha. Uma de suas constatações foi a de que “o homem é esse ser performativo, estilizado e inacabado. Perseguido, por isso performado, esse homem que tem a natureza do corpo como princípio, uma anatomia fundante, direciona-se numa busca hegemônica, muitas vezes tóxica e violenta”. A fala do acusado, ao expressar sua não compreensão sobre o que seria assédio sexual, demonstra a

difficuldade de se reconhecer como um perpetrador de violência: “esses homens não se reconhecem como violentos, em suas próprias falas e exposições acham-se naturalizados e seguindo uma ‘ordem’”. Ordem essa calcada na lógica da masculinidade hegemônica, compreendida como uma teia de atos, afetos e atitudes de dominação, sendo a expressão da violência de gênero, uma condição de afirmação de masculinidade. (MONTEIRO; TOLEDO, 2021).

A masculinidade hegemônica não se sustentaria hoje sem os parâmetros do pensamento moderno/colonial, ou seja, a colonialidade do poder, que trouxe a hierarquização entre raças e a binarização dos gêneros, demarcando comportamentos e condutas universalizantes para aqueles que habitam a metrópole. A chegada de um homem, de um homem branco, ao interior do Estado do Maranhão reinventa a chegada dos portugueses e espanhóis às terras ameríndias, constituindo-se de um direito outorgado pela origem, pela religião e pelo gênero de objetificar corpos, deles se valendo para sua mera satisfação.

Sobre a última parte do excerto, de creditar a expressão “teve um relacionamento amoroso” ao discurso da vítima, buscando se eximir da responsabilidade que teve ao conquistar – e o termo aqui é proposital - a confiança e o afeto da discente, tal qual fazem os colonizadores ao invadir territórios, desvela os contornos da situação alimentada e retroalimentada pelo réu, pois confirmou, de fato, não só a existência de relacionamento entre ambos, mas, também, de um enlace construído através de um jogo de manipulação, sedução e intrigas, próprios do exercício da dominação e do poder esperados pela performatividade do gênero masculino.

Figura 41 – Excerto da carta apresentada durante o julgamento pelo CONSUP.

Apesar de tudo isso, se você [REDACTED] acha que eu lhe prejudiquei, eu aqui na presença de todos, peço-lhe perdão e a este conselho peço desesperadamente que revejam a decisão da comissão e devolvam meu emprego, se acham que eu cometi algum erro, podem ter certeza, eu já paguei e paguei muito caro.

Obrigado!

Fonte: IFMA, 2021.

Chama atenção a característica autocentrada do acusado, que só dá conta das experiências ruins vividas por ele ao longo da investigação. Ele não demonstra nenhum tipo de empatia às agressões sofridas pela vítima, todas cabalmente demonstradas ao longo da instrução processual, a qual, inclusive, presenciou. Ele finge ignorar os constrangimentos, a manipulação, as ameaças e o aborto imposto à jovem, os estupros e toda a sorte de prejuízos materiais e

psíquicos por ela experimentados. Por fim, a entrega da carta na reitoria, antes da Sessão Extraordinária demonstra uma outra característica do réu: a insubordinação a ritos legalmente previstos. Os códigos aos quais ele deve obediência são seus próprios códigos de conduta. Nada inesperado que ele tenha rompido com todos os códigos e leis que norteiam seu fazer institucional.

Figura 42 – Faixa afixada no auditório da Reitoria durante o julgamento pelo CONSUP.



Fonte: IFMA, 2021.

Após a manifestação do advogado da vítima e da leitura da carta do acusado, foi lido o relatório, seguido da votação pública dos demais conselheiros, que decidiram, de forma unânime, pelo indeferimento do recurso e pela manutenção da pena de demissão do réu. No dia **10/08/2021**, é publicada a Portaria que informa a decisão administrativa soberana do CONSUP, tornando-a, dessa forma, definitiva na seara administrativa. É importante consignar o papel fundamental exercido pelos movimentos estudantil (UNE, UBES) e de mulheres da capital (Fórum Maranhense de Mulheres, Movimento Participa!), bem como pela Casa da Mulher Brasileira, no dia do julgamento final do caso, que estiveram postados desde cedo pela manhã na frente do prédio da Reitoria e também dentro do auditório durante a votação pública. Na ocasião, declarou uma manifestante:

Nossa manifestação é, para além de nos solidarizarmos com todas as vítimas de violência sexual dentro do ambiente escolar, mostrarmos que estamos ligadas e que

nossa luta é contínua. Não abaixaremos a cabeça para qualquer que seja a injustiça contra uma mulher⁶⁸.

A mobilização (Figura 37), ao meu ver, foi fundamental para a sensibilização dos presentes e para que Natasha, que estava presente durante o julgamento, pudesse se sentir acolhida em um momento de importância solar para sua vida e para a vida de todos aqueles que lutam contra as injustiças transistóricas que vitimam minorias sociais em sua dignidade sexual.

Figura 43 – Matéria jornalística sobre o julgamento pelo CONSUP.



Ao fim e ao cabo, o IFMA divulgou em seu portal a seguinte nota oficial:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão informa que o Conselho Superior da Instituição, em reunião extraordinária nesta quarta-feira, 30, rejeitou, de forma unânime, recurso administrativo para retorno às atividades profissionais de servidor demitido em junho de 2020, após Processo Administrativo Disciplinar (PAD) originado em denúncia de assédio sexual contra estudante.

O IFMA vem a público repudiar toda e qualquer manifestação de assédio, importunação e manipulação por meio das relações de poder. A escola deve se configurar como local de enfrentamento de práticas de opressão, machismo, sexismo e misoginia. É inadmissível que tais práticas sejam toleradas ou reproduzidas no ambiente escolar, devendo ser denunciadas e devidamente apuradas.

Diante da veiculação em redes sociais de atrasos em trâmites processuais de denúncias de assédio sexual, a gestão da Reitoria do IFMA solicitou um mapeamento, às instâncias/setores competentes, de forma a identificar tais fatos e promover o adequado rito processual.

A gestão da Reitoria também compreende a necessidade de promover uma reformulação em suas ações de prevenção ao Assédio Sexual, com campanhas educativas e de orientação quanto aos trâmites e canais oficiais para denúncias. Essa ação envolverá toda a comunidade.

Outra iniciativa será a formulação de capacitação aos servidores para atuação em PAD, além do estabelecimento de protocolos específicos para escuta, acolhimento e acompanhamento de denunciante e/ou vítimas.

O IFMA reafirma seu compromisso em combater o assédio sexual e todos os tipos de violência ou abusos de poder, contra estudantes ou servidores. A instituição incentiva ainda que fatos que sejam

⁶⁸ Disponível em: <http://maranhaoindependente.com.br/2021/06/30/apos-protesto-de-alunas-ifma-decide-manter-demissao-de-professor-acusado-de-assedio/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

conhecidos possam ser denunciados. Todo e qualquer estudante/servidor que for vítima, presenciar ou tomar conhecimento de tais abusos deve denunciar (IFMA, 2021, n. p.).

A nota oficial sinaliza a assunção de um compromisso da Instituição com a comunidade acadêmica e com a sociedade maranhense, reafirmando sua postura combativa ao assédio e a outros tipos de violência. Não obstante, reconhece que sua maior fragilidade é a demora no processamento das denúncias, situação que enfraquece qualquer política de prevenção e combate a violências, posto que, ao passo que frustra iniciativas de delação por parte das vítimas, autoriza aqueles que assediam a seguir na prática, visto que a impunidade é para eles um prêmio. O caso Natasha serve de marco e de lição à Instituição e a seus servidores de que, muito embora a pesada estrutura cisheterossexista insista em atravancar a realização da justiça, sempre haverá pessoas que lutarão contra tais forças. Para finalizar e de modo a facilitar a visualização da recalcitrância na tramitação do PAD etnografado, valho-me da Figura 44:

Figura 44 - Linha do tempo de tramitação do PAD



Fonte: IFMA, 2021.

Por sua vez, na Figura 45, a morosidade na tramitação do mesmo PAD é objeto de esquematização, sendo importante observar que durante o ano de 2020, quando o Processo já se encontrava no CONSUP, houve a necessidade de suspensão das atividades administrativas em razão da pandemia da COVID-19, conforme mencionei em parágrafo anterior.

Figura 45 – Linha de morosidade na tramitação do PAD

Fonte: IFMA, 2021.

Diante da constatação de que o PAD relatado durou muito mais tempo do que deveria, é de se questionar: a discente foi violentada apenas pelo servidor réu? É justo que se entregue de forma quase que exclusiva à vítima a responsabilidade por impulsionar um processo administrativo em que o interesse preponderante na apuração é público, em benefício de toda a comunidade? As respostas a tais perguntas não me chegaram por meio de processos administrativos. Chegaram-me por meio de falas em rodas de conversa, em mensagens em redes sociais, em um ‘posso falar uma coisa com a senhora rapidinho?’ após as palestras nos diversos *campi* que percorri. São respostas a silêncios e a silenciamentos eloquentes que não admitem mais recalque.

4.2 Silêncios e silenciamentos eloquentes: quando o corpo fala, calar não é uma opção

“Há nessa estória uma série de silêncios eloquentes, coletivos e individuais, sobre cujos motivos, duvidosos ou autênticos, podemos apenas especular.”

Michel-Rolph Trouillot

Costumamos resistir fortemente à ideia de que alguém muito próximo a nós – um familiar, um amigo, um professor – possa nos violentar. Constatar que uma relação que deveria ser de cuidado, de proteção, de afeto genuíno transmutou-se para algo violento é muito dolorido para quem sofre a violência. Daí porque a vítima, uma vez consciente da agressão, tender ou a esconder as dores ou a ressignificá-las, encarando-as como um excesso de cuidado, um carinho exacerbado, algo que, com o tempo, poderá ser esquecido ou mesmo modificado por ela mesma,

que se imagina forte o suficiente para esquecer o agressor, sentindo-se, ao mesmo tempo, premida a exercer o perdão até por pressão de grupos sociais (família, amigos, igreja...). Um outro aspecto subjetivo que reforça o silenciamento da vítima é a crença de que aconteceu só com ela. Isso porque faz parte do modo de agir da maioria dos agressores isolar a pessoa agredida, sobretudo através de estratégias que variam desde a clara imposição do silenciamento pelo medo até à manipulação, fazendo com que a vítima pense que é especial e única, cobrando seu silêncio numa espécie de pacto de cumplicidade na relação proibida. Ao longo da minha atuação profissional no IFMA, pude identificar o sentimento de culpa pela violência sofrida em todos os relatos das vítimas, sentimento tal que só se desvanece de maneira bem gradual e dolorida, através da mobilização de ajuda profissional psicológica ou psiquiátrica, sendo comum a manifestação de comportamento que varia entre o papel de vítima e de algoz na relação.

Fazendo referência ao processo administrativo etnografado no Capítulo anterior, vimos que mais de cinco anos separaram a denúncia formal da agredida e o resultado formal de demissão de seu agressor. O calvário por ela enfrentado durante a tramitação do processo ultrapassou em dois anos o prazo necessário para a integralização do curso, o que além de denotar a ineficiência da Administração para apurar os fatos, legou à vítima uma sensação de injustiça. É raro encontrar pessoas que, como Natasha, compreendam a importância de permanecer no processo até o final, e mais, de buscar, também, a reparação cível, leia-se, uma indenização em pecúnia a ser suportada pela Administração Pública, já que a agressão ocorreu no âmbito da política pública por ela capitaneada, sendo sua responsabilidade arcar com os danos eventualmente sofridos por seus usuários. Os perfis de vítimas com os quais tive contato ao longo das investigações são, basicamente, de três tipos, merecendo que eu comente sobre cada um deles e como os seus comportamentos reverberam para além dos procedimentos formais:

- a) a vítima engajada: é o caso de Natasha, que adotou uma postura ativa desde a comunicação formal à Instituição, interessando-se em impulsionar o trâmite do processo, pedindo audiências com os responsáveis pelas decisões, etc. Infelizmente, dentre os casos que investiguei, a vítima engajada é exceção;
- b) a vítima hesitante: trata-se daquela que ou formaliza a denúncia, mas não se envolve mais no processo; geralmente, evita comparecer para depor, porque tem medo ou vergonha. Nesse diário, trago como exemplo as violências sofridas por Bianka;
- c) a vítima silenciada: é aquela que não denuncia formalmente, mas procura

alguém de confiança para falar sobre a violência vivenciada, a exemplo de uma colega de classe; tendem a ter muito medo do agressor e/ou de outras pessoas das quais depende (pais ou responsáveis), e/ou muita vergonha do que aconteceu, principalmente se ‘consentiu’ a aproximação do agressor/agressores através de uma abordagem afetiva ou sexual do agressor.

Passo a dissertar sobre o perfil de cada uma delas de forma mais detalhada nos tópicos seguintes.

4.2.1 A vítima engajada

As vítimas engajadas topam pagar um alto preço pela coragem de participar de forma mais incisiva do processo investigatório: há um custo individual e um custo social. No plano individual, a vítima vive uma luta interna entre o ‘calar-se e esquecer’ e o ‘falar para expurgar os fantasmas’. Para além do falar, existe o ‘falar formalmente através de uma denúncia’, também conhecido como ‘jogar a bosta no ventilador’ *versus* o ‘contar *pra* alguém, mas, pelo amor de deus, não fala pra ninguém’, que é uma espécie de válvula de escape. No plano social, quando a vítima resolve falar, diversos podem ser os reflexos do seu não-silenciamento: acolhimento, dúvida, rechaço, indiferença, estágios bastante difíceis para quem está do lado mais fraco da narrativa. Nada muito distinto do que se ouve falar acerca das vítimas de violência de gênero em outros contextos sociais. No caso específico de Natasha, uma boa parte da comunidade acadêmica passou a rechaçá-la, deixando-a isolada das atividades e interações normais na vida escolar de uma adolescente. Acusaram-na de vingativa, ‘ladra de maridos’, ‘destruidora de lares’, mal-amada e infantil, pois acreditavam que ela tivesse resolvido denunciar seu assediador porque ele continuava casado, mesmo depois de quase um ano de relacionamento como ‘namorados’ e de ele ter prometido de pés juntos que o seu casamento era só de fachada. Especificamente quanto ao processo, a insistência no contato com as pessoas responsáveis por tocar o andamento dos autos fez com que, dentro da Instituição, passassem a taxá-la de inconveniente, exagerada e mesmo violenta. Esse é um ponto que retomarei no último Capítulo deste diário, quando tratarei especificamente sobre a violência ética, tema central na minha pesquisa.

Após tomar conhecimento, através de uma palestra por mim proferida, que o IFMA, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal, deflagrou a Campanha ‘Não é não’ de prevenção e combate ao assédio, Natasha passou a buscar com mais afinco ainda uma resposta definitiva da Administração em relação ao seu caso. Em vista de sua hipossuficiência, a jovem

foi encaminhada para atendimento pela Defensoria Pública da União - DPU, que passou a patrocinar sua causa tanto na seara administrativa, pronunciando-se nos autos do Processo Administrativo Disciplinar que, nessa época, já se encontrava em sua fase final, quanto junto ao Poder Judiciário, no âmbito do qual ajuizou uma Ação de Indenização em face do IFMA, visando o ressarcimento da discente pelos danos morais e materiais por ela suportados. Ao longo desses dois anos de pesquisa, Natasha foi a vítima que mais me procurou, daí porque seu relato ocupa boa parte deste diário, propiciando uma análise aprofundada das agressões por ela sofridas. Nosso contato mais estrito se iniciou logo após o julgamento do último recurso do acusado pelo Conselho Superior da Instituição nos autos do PAD, quando ela, à guisa de agradecer o apoio prestado pela Procuradoria Federal, conseguiu o meu contato telefônico através de um conhecido em comum. Reproduzo adiante a conversa que entabulamos nesse primeiro dia, na íntegra:

15/09/2020 às 07:38 - Natasha: Oi Ângela, bom dia! Tudo bem? Natasha aqui. Desculpa o meio rs, fui atrás de você no insta e não encontrei e fui recorrer ao Deivid. Mas eu não poderia de deixar de falar com você. Te de agradecer todo o apoio e dizer que finalmente eu estou livre, livre pra voar, focar na minha vida, foi um peso que saiu das minhas costas! E fiquei feliz por ter tido justiça. Apesar de todos os contratempos e de toda a influência de meu assediador, pois foram 2 anos no gabinete do reitor até sair pra Projur, passou 20 dias e depois retornou pro gabinete, onde passou mais um ano.

15/09/2020 às 07:42 - Natasha: Mas eu queria te agradecer pelo apoio, por todas as vezes que você me deu assistência, por ter me instruído a procurar um defensor, Ângela, muito, muito, muito obrigada! Não existem palavras que possam descrever a minha gratidão a você.

15/09/2020 às 07:44 - Natasha: Obrigada por todo o acolhimento, foi de grande importância, você me deu esperança.

15/09/2020 às 08:27 - Angela: Querida Natasha, que bom saber que vc está bem e que tudo deu certo. A sensação de justiça é uma das melhores que há.

15/09/2020 às 08:27 - Angela: Fico feliz em ter ajudado.

Notem como ela se percebe finalmente livre do peso que foi ter acompanhado o trâmite do PAD – “finalmente eu estou livre, livre pra voar, focar na minha vida, foi um peso que saiu das minhas costas! E fiquei feliz por ter tido justiça” – e de como ela estava ciente da recalcitrância no impulso oficial dos autos e na influência que o servidor tinha na Instituição – “Apesar de todos os contratempos e de toda a influência de meu assediador, pois foram 2 anos no gabinete do reitor até sair pra Projur, passou 20 dias e depois retornou pro gabinete, onde passou mais um ano. ”

Ao relatar os assédios cometidos contra ela quando adolescente pelo seu tio, Belén López Peiró (2021, p.65) acrescenta à narrativa as violências às quais foi submetida quando resolveu denunciar os crimes formalmente às autoridades locais. Adiante reproduzo a conversa telefônica ocorrida entre ela e seu defensor público:

Eu disse para você ficar quieta, que o processo ia avançar sozinho. Não, não está engavetado, já tinha te dito. Essa mulher quer fazer confusão, incomodar os juizes enquanto fazem o trabalho deles. Não importam os anos que ela tem de experiência, não tem que se meter com eles. Você tem de saber esperar. (...). Se já trabalhei com casos de abuso? Não, nunca tive um. Eles me parecem..., não sei, fortes demais (...). Sim, o processo ficou estabelecido na província. E isso porque foi você quem me pediu para apresenta-lo aqui, para que o seu tio não interferisse, e olha o que você fez agora. Você tomou uma medida desesperada, no calor do momento, nas minhas costas. À toa. (...). Sim, te respondo, sim. Mas tenho o meu tempo e você às vezes está um pouco alterada. Então se acalma e depois nos falamos. Sim. Em um mês nos falamos.

02/10/2020 às 08:52 - Natasha: O processo finalmente acabou né?
 02/10/2020 às 09:00 - Angela: <Áudio>
 02/10/2020 às 09:04 - Natasha: ☺
 02/10/2020 às 09:04 - Natasha: Achei que tinha acabado
 02/10/2020 às 09:05 - Angela: Acabou de uma certa forma porque ele foi demitido
 02/10/2020 às 09:06 - Angela: Não está mais recebendo salário.
 02/10/2020 às 09:06 - Angela: Porém é direito dele questionar isso na justiça.

E no dia seguinte:

03/10/2020 às 08:28 - Natasha: Ângela, vc percebe a forma que ele me coloca? Como culpada de tudo isso? Hoje graças a terapia. Eu entendo que não sou. Eu sei o que passei e ele sabe o que fez, e ainda se finge de desentendido
 03/10/2020 às 09:27 - Angela: Sinceramente, isso é assédio.
 03/10/2020 às 09:28 - Angela: Ele ainda te perturba.
 03/10/2020 às 09:28 - Angela: Eu iria a uma delegacia da mulher e registraria uma ocorrência.
 03/10/2020 às 11:15 - Natasha: Vou fazer isso

E no ano seguinte:

14/05/2021 às 18:54 - Natasha: E minha ficha caiu quando li o depoimento dele
 14/05/2021 às 18:55 - Natasha: Quando ele disse que se sentiu na responsabilidade de ser meu tutor
 14/05/2021 às 18:55 - Natasha: Isso acabou comigo
 14/05/2021 às 19:09 - Angela: Eu lembro dessa parte.
 14/05/2021 às 19:10 - Natasha: E nem isso
 14/05/2021 às 19:10 - Natasha: Depois que eu li
 14/05/2021 às 19:10 - Natasha: Foi que tomei ciência da crueldade
 14/05/2021 às 19:17 - Natasha: Do processo interno o que mais me doeu foi isso
 14/05/2021 às 19:20 - Angela: Que desgraça...

Notem como a sequência de violações cometidas pelo professor, decorrentes da socialização da aluna por meio de sua sexualização, reverberam de forma contínua em sua vida. Nas conversas entabuladas comigo, desde o princípio, percebo a sua luta diária para acordar de um pesadelo do qual talvez nunca desperte totalmente. É bem mesmo no sentido do título do livro de Adriana Negreiros (2021, n. p.) ao relatar o abuso sexual por ela sofrido, “A vida nunca mais será a mesma”. E tudo porque um sujeito resolveu se valer de sua posição no serviço público, em uma escola, para acessá-la sexualmente...Um único indivíduo consegue colocar a perder toda uma vida diversa que a moça teria pela frente; um único indivíduo consegue abalar toda uma política pública pensada para emancipar cidadãos e cidadãs! E o que é pior, ele ainda consegue encontrar confrades e confreriras (pasmem!) que referendem sua postura, legitimem suas ações e atestem formalmente a sua conduta moral, pessoal e profissional. Eis o mandato de masculinidade teorizado por Segato (2021).

Exclusivamente para essa pesquisa, entrevistei Natasha, na condição de Informante, de modo dirigido, a distância. Diferentemente das oportunidades anteriores, em que ela vinha até mim, em momentos de raiva, dor ou alegrias, exerci o movimento etnográfico contrário, de busca-la, indagando se ela se importaria de me responder algumas perguntas sobre a experiência objeto do PAD, ao que ela se prontificou, dizendo que estava tudo bem e que gostaria de prosseguir. Ultrapassadas as formalidades legais inerentes à pesquisa, enviei-lhe o questionário, que me foi respondido, por correio eletrônico, 15 dias após o envio, que aconteceu por aplicativo de mensagem. Reproduzo adiante as respostas *ipsis litteris*:

Quantos anos você tinha quando a primeira abordagem aconteceu?

16 anos.

Quando aconteceu a primeira abordagem?

No primeiro dia de aula já senti o olhar maldoso, após fazer uma piada se referindo a mim, mas não levei em consideração, achei que era coisa da minha cabeça.

Como eram as abordagens?

Nas redes sociais e na sala de aula, através de olhares maldosos e de toques sutis.

As abordagens foram evoluindo rapidamente? Ou demoraram? Ao longo de quanto tempo?

Sim, as abordagens evoluíram rapidamente, foram cerca de dois meses até acontecer o primeiro contato afetivo.

O que ele fazia para te conquistar? Presentes, atitudes...

Se utilizou do fato de ser meu professor, me envolvendo de forma exclusiva em projetos, em cursos extracurriculares financiados por ele. Nos dias que ele iria ministrar aula na minha turma, ele levava meu bombom preferido e me presenteava, até que chegou no momento em que ele passou a me relatar situações de sua vida pessoal, na justificativa de que eu tinha maturidade suficiente para ajudá-lo a enfrentar e a entender seus próprios problemas. Após o envolvimento afetivo, passou a viajar comigo e a me dar caronas até o Instituto, e a me dar assistência em todos os sentidos, eram eles financeiros e afetivos.

Quando te falou que era casado? O que você pensou disso? Ficou decepcionada?

Eu que descobri que ele era casado, fiquei sem chão e fui conversar com ele, que me disse que não tinha uma vida de casado, que a esposa estava com uma depressão grave e ele estava apenas ajudando ela a passar por esse momento, que ele já havia pedido a separação, mas ela dificultava o processo de divórcio e que ele não insistia de forma incisiva, pois tinha consideração pela esposa, por ela o ter ajudado na criação de uma de suas filhas. Após essa conversa, eu acreditei nele e passei a admirar ainda mais ele e a vê-lo como uma pessoa bondosa, que ajudava o próximo.

No IFMA, a relação era assumida? Quem sabia? O que diziam?

Sim, todos sabiam, tanto servidores quanto discentes presenciavam trocas afetivas, e viam a nossa aproximação. Diziam que ele me favorecia com notas e que eu só tinha notas boas nas outras disciplinas, porque ele falava com os outros professores para me favorecerem também.

Foi com ele que aconteceu a primeira experiência sexual da sua vida?

Sim.

Quando você começou a se sentir incomodada com a relação?

Quando ele passou a me isolar do meu ciclo de amizades do IFMA, segundo ele, era para proteger a nossa relação pois as pessoas do IFMA, não gostavam dele e iriam fazer de tudo para nos separar, além disso, ele dizia que as minhas amizades eram falsas e que as pessoas que estavam à minha volta, não gostavam de mim e que ele queria meu bem e por isso estava agindo dessa forma, me protegendo. E eu passei a me afastar contra a minha vontade.

Lembra da primeira violência? Como você reagiu a ela?

Sim, a primeira violência que me dei conta, foi um puxão de cabelo, eu estava no carro dele quando aconteceu, e eu não reagi.

Como ele se comportou depois disso?

Agiu como se nada tivesse acontecido, mas voltou a ser carinhoso.

Qual foi a gota d'água em termos de violência?

Foi quando viajamos para um evento, e nesse evento ele criou que eu estava olhando para outros homens e deu um surto de ciúmes, me levou para o hotel que estávamos hospedados e me deixou um dia amarrada sem conseguir comer, beber ou fazer necessidades fisiológicas. Quando ele retornou do evento, aconteceu o estupro, onde praticou

a sodomia e depois *fisting* e quanto mais dor eu sentia, mais prazer era proporcionado para ele.

O que você fez depois disso?

Eu rompi o relacionamento, por medo, e principalmente por não querer passar por aquela sessão de tortura novamente.

Ao longo do processo, você se arrependeu de ter denunciado? Por quê?

Só me arrependi de não ter denunciado inicialmente nos órgãos externos. Mas durante o decorrer do processo administrativo eu me arrependi, não por conta do agressor e nem das penalidades que poderiam surgir, mas por conta da prolongação de meu sofrimento, devido a forma na qual a Administração Pública me tratou, sempre fugindo de mim, me ignorando e protegendo quem deveria ser punido.

Como você foi tratada pela comunidade acadêmica após a denúncia?

Eu fui totalmente isolada pelos discentes, fato que não me eximiu de ouvir vários comentários ofensivos, meus colegas de turma não queriam se aproximar de mim, muito menos realizar trabalhos comigo. Os servidores que tinham alguma relação com ele ou com a esposa, que tinham um bom relacionamento comigo, depois dos fatos serem expostos, alguns passaram a me olhavam diferente e outros cortaram todo contato que tinham comigo e passaram a me tratar friamente.

Você acha que a Instituição soube lidar bem com a denúncia? Por quê?

Não soube, pois, a Instituição nunca manifestou nenhum tipo de assistência psicológica ou estudantil. Nunca me tratou como vítima de uma violência, pelo contrário, a sensação que sempre tive, era a de que meu agressor que era protegido, devido toda a demora nos trâmites processuais, como por exemplo, um parecer levar dois anos para ser assinado pelo reitor, além de eu nunca ser atendida quando ia solicitar informações sobre o processo, sempre que eu mencionava meu nome, a ligação automaticamente caia, além de eu ter tido acesso a toda articulação política feita pelo reitor da época, ao negociar a remoção do agressor para outro campus, na tentativa de amenizar a situação, achando que com a remoção, eu iria esquecer as violências que sofri e consequentemente o processo administrativo.

Olhando para trás, quais violências você identifica que sofreu? Quem as cometeu?

Sofri violência de gênero, física, sexual e psicológica, praticadas pelo ex-professor. E violência psicológica cometida pela Administração Pública.

Figura 46 – Marcas das agressões sofridas por Natasha durante o relacionamento com o réu.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Ao longo do seu despertar das ilusões nas quais Natasha foi enredada, diversas outras violências passadas foram por ela reconhecidas, ao tempo em que novas foram enfrentadas, em especial após a denúncia do caso: isolamento, intimidação, descrédito, revitimização, negligência, difamação, violências tais que somadas aos estupros, assédios, agressões físicas e psicológicas cometidas pelo ex-servidor, recheiam o enredo de uma história de terror que merece o presente registro, para que aqueles que se envolveram direta ou indiretamente nesse longo e desgastante calvário passem a, de fato, reconhecer quem são as vítimas e quem são os algozes quando estamos diante da violência de gênero no ambiente acadêmico. É cruel, injusto e desumano, “esperar que uma mulher sozinha esteja à frente e tenha coragem (...) conheço muitas mulheres muito corajosas (...) enfrentando os assediadores, mas é muito injusto exigir que as mulheres precisem ser tão corajosas assim” (RODA de..., 2022, n. p.). Por isso, olho com reservas a frase passivo-agressiva comumente dirigida a Natasha quando relato seu caso em palestras: ‘Nossa! Quanta força!’, ‘Que coragem’. Não, não e não! Paremos de exigir de vítimas que sejam fortes, que lutem sozinhas, estrupiadas por algo que nem deveria ter acontecido, que está errado em sua matriz: educador é para educar! Não é para paquerar, namorar, seduzir, iniciar sexualmente! Ponto final, sem senões ou exceções.

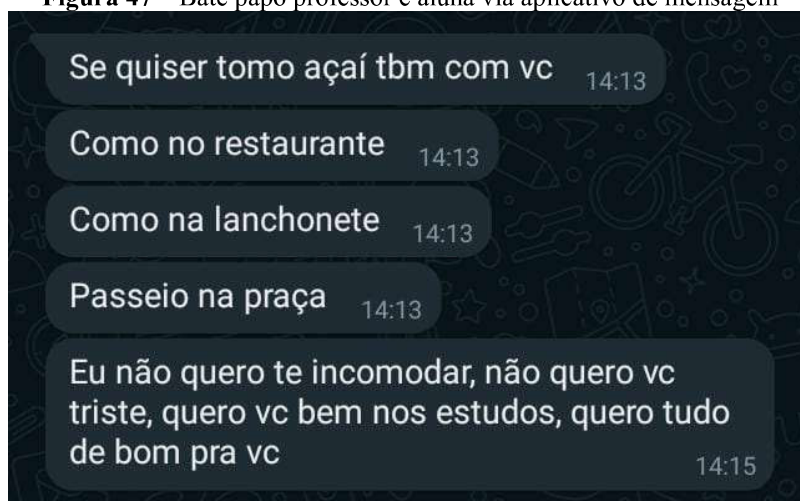
Para além das marcas físicas (Figura 46), que aliás nunca foram objeto de investigação, dado que Natasha nunca teve coragem de denunciar formalmente o professor após as surras e estupros, permaneceram e ainda permanecem as marcas psicológicas da malfadada relação, que não poderia jamais ter se iniciado no ambiente do IFMA. O resultado disso é que Natasha precisa arcar com o custo de tratamentos psiquiátrico e psicológico até hoje, incluída medicação de uso contínuo. Precisa arcar com o custo de ter que conviver com o fato de ter sido violentada porque um dia resolveu se matricular no IFMA, um lugar no qual ela deveria se sentir segura, acolhida, respeitada e do qual deveria colecionar boas lembranças. Ao contrário, foi justo ali que apareceu um violador no seu caminho.

4.2.2 A vítima hesitante

A vítima hesitante arma-se de uma coragem pontual para quebrar a barreira do medo e denunciar. Porém, logo após a denúncia, fecha-se, tem receio de voltar a frequentar as aulas, porque, apesar de ter perfeita noção que é vítima, tem vergonha dos colegas e dos demais servidores e/ou tem medo de ser intimidada pelo denunciado, caso este não seja liminarmente afastado pela Comissão processante do PAD. Uma variação da vítima hesitante é aquela que formaliza a denúncia próximo à integralização do curso, mas, dada a demora na deflagração oficial do PAD, termina por deixar o *campus* e não mais se interessa em saber o que aconteceu nos autos do processo. Geralmente, esse tipo de vítima não se preocupa em constituir advogado para acompanhar a tramitação da denúncia, nem em procurar outras instâncias fora do Instituto para buscar a responsabilização nas esferas penal ou cível. Outra variação desse tipo de vítima é quando os denunciantes são os responsáveis de discente menor de idade. Quando isso acontece, é um momento de grande tumulto, pois, não é incomum que haja manifestações revoltosas dos referidos responsáveis junto aos gestores dos *campi*.

No exemplo a seguir, colaciono *prints* de conversas trocadas por aplicativo de mensagens entre um servidor de um *campus* localizado numa cidade do interior com a aluna Bianka, de 16 anos. No primeiro dia de contato, a abordagem se inicia de forma leve, uma espécie de “paquera”. O servidor se dispõe a levar a estudante a lugares públicos como restaurante, lanchonete, praça, denotando seu total despudor e vontade deliberada de descumprir as regras impostas pelo Estatuto do Servidor Público Federal e pelos Código de Ética Pública Federal e Código de Ética do IFMA, que vedam o envolvimento afetivo ou sexual entre servidores e discentes.

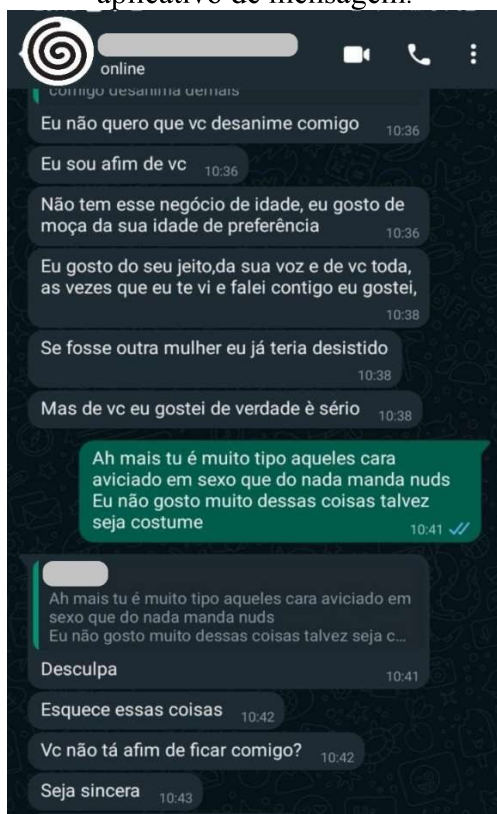
Figura 47 – Bate papo professor e aluna via aplicativo de mensagem



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

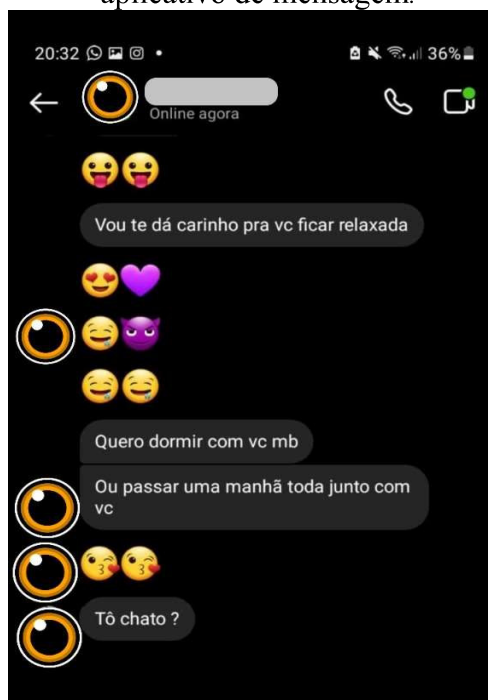
Como a aluna não demonstrou interesse, no dia seguinte, a abordagem assediosa se torna mais incisiva. O servidor insiste na tática da conquista romântica, dizendo que está a fim de Bianka e que não tem nenhuma reserva com relação ao fato de a moça ser menor de idade. Aliás reforça sua intenção de sair com pessoas da idade dela, “de preferência”. Outra tática por ele utilizada, prática tóxica muito comum nesse tipo de abordagem, é a de fazer a menina se sentir especial, diminuindo outras pessoas, como acontece na frase “Se fosse outra mulher eu já teria desistido”. Ele joga com a autoestima da discente, ora chamando de moça ora de mulher, tentando fazê-la crer que ela tem autonomia suficiente para se envolver com ele. Bianka, percebendo as intenções do ‘conquistador’ – mais uma vez, proposital essa denominação –, informa que não tem interesse na relação. Temendo ser rechaçado de vez, o servidor cobra uma postura sincera da moça, como se ela já não o houvesse despistado, insistindo, de toda forma, que ela ceda ao encontro. Um detalhe importante dessa conversa é o horário, que coincide com o turno no qual a aluna está matriculada na Instituição.

Figura 48 - Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 49 - Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

No mesmo dia, à noite, ele volta a insistir, desta feita, insinuando-se sexualmente. Bianka não responde e ele pergunta: “Tô chato?” (Figura 49). Ao mostrar essa sequência de imagens em palestras aos discentes nos *campi*, eles tentam a responder à pergunta da mensagem em voz alta: ‘tá sim, ô se tá’; ‘demais’, etc., tal o incômodo que tais abordagem suscitam em qualquer pessoa que se vê sua privacidade invadida dessa forma.

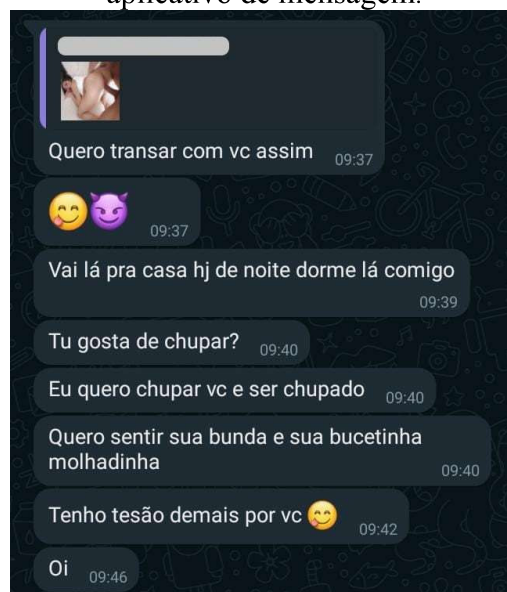
No dia seguinte, o que antes era uma conotação para um conluio sexual descamba para uma abordagem completamente pornográfica. Mais uma vez, no horário de aula da aluna, o servidor envia uma foto de seu pênis ereto, seguida de um vídeo pornográfico, descrevendo com detalhes o que gostaria de fazer com Bianka.

Figura 50 – Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem.



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Figura 51 – Conversa entre servidor e aluna via aplicativo de mensagem.



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

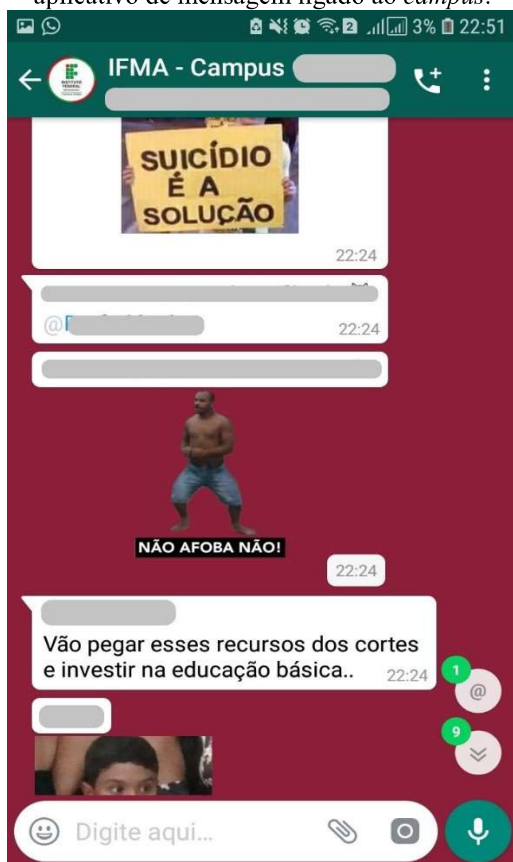
Note-se que, mesmo não tendo obtido qualquer resposta, o servidor não se recolhe. Ao contrário, encoraja-se, aprofundando-se nas agressões, que se tornam cada dia mais grotescas. Colocando-me no lugar da jovem, penso na dimensão da perturbação da sua paz, já que o ‘desejo incontrolável’ do agressor não lhe dá trégua, abordando-a durante os três turnos, durante dias seguidos, atrapalhando, sobretudo, seus estudos. A ação inescrupulosa causa repulsa pois encontra a jovem em um “estágio da vida em que as estruturas básicas da subjetividade estão sendo fundadas. Aquelas que aos poucos permitirão o discernimento, o julgamento, a reflexão relativa a todas as esferas da vida” (CULTURA..., 2014, n. p.). Definitivamente, esse não é o papel para o qual se presta a nobre política pública educacional do IFMA.

4.2.3 A vítima silenciada

A vítima silenciada é aquela que, embora consciente da violação a que está exposta, evita, ao máximo, expô-la, possivelmente, pela culpa que atravessa a sexualidade das mulheres.

Em alguma medida, há no imaginário social, e consequentemente na mente das vítimas, a responsabilidade de ter seduzido o assediador (SAHD, 2019). Nas imagens seguintes (Figuras 50 e 51), observam-se mensagens trocadas entre servidores homens cisgênero, ostensivamente heterossexuais, e discentes, também aparentemente homens cisgênero, de um determinado *campus*. Mais uma vez se observa o descaso em relação à utilização de redes sociais pelos servidores, que, mesmo sabendo que o grupo em questão leva o nome e o símbolo da Instituição, não se acanham em compartilhar fotos de meninas muito jovens seminuas, o que denota a óbvia preferência por se envolver com ‘ninfetas’ ou ‘novinhas’, como normalmente classificam as discentes, de maneira que o ambiente ‘institucional’ virtual se torna uma extensão aparentemente livre de filtros morais, própria da cultura do assédio, que acaba por contaminar/ofender de forma indiscriminada todos que compartilham daquele ambiente. Tanto é assim que referidos *prints* foram repassados à Procuradoria Federal por um integrante do próprio grupo à época, que se sentiu vexado com o nível das ‘brincadeiras’ compartilhadas pelos colegas.

Figura 52– Bate-papo entre professores em grupo de aplicativo de mensagem ligado ao *campus*.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Figura 53 – Bate-papo entre professores em grupo de aplicativo de mensagem ligado ao *campus*.



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Importa salientar que, a despeito de ser obrigação funcional, por imperativo legal, que servidores apontem aos seus superiores hierárquicos as infrações que eventualmente testemunhem, tal atitude é incomum no serviço público brasileiro. Ainda que reprove a situação, é mais provável que haja o silenciamento, visto que as pessoas preferem não atrair para si a responsabilidade de formalizar uma denúncia, ainda que anonimamente⁶⁹. Márcia Tiburi (2014) explica que vivemos numa sociedade de cobranças, na qual somos tangidos a corresponder de modo a garantir a própria sobrevivência. Isso porque

as instituições cobram desempenhos de seus indivíduos. Sem pressão, a maior parte das dívidas não são pagas. O Estado cobra impostos e obediência às leis, a Família cobra ações relativas a papéis de gênero e responsabilidades financeiras, a Escola cobra sucesso e obediência, o mundo do Trabalho cobra a produção, a Economia em seu estado atual cobra consumo. A sociedade do assédio é a rede organizada em torno do desempenho com vistas à manutenção dessas instituições nas quais pessoas individuais tem chance de se auto-conservarem apenas se conseguem corresponder ao padrão exigido para a manutenção da instituição (CULTURA..., 2014, n. p.).

Desse modo, resistir às cobranças e à lógica produtivista na contemporaneidade não é tarefa fácil. Quem não corresponde às expectativas, sente-se culpado, inadequado, e, diante desse mal-estar, dispõe-se a qualquer coisa para expurgar o sentimento de culpa, “sem saber que essa culpa não pode ser expiada no âmbito da sociedade em que o princípio do desempenho está em jogo” (CULTURA..., 2014, n. p.). O endividamento compulsivo é um sintoma da sociedade da culpabilização: compramos porque o ser é ter, porque não podemos perder a oportunidade, porque somos seduzidos para comprar e comprar. Tiburi (CULTURA..., 2014, n. p.) faz uma metáfora entre a publicidade e estupro/assédio: “a sedução está para Don Juan, assim como o estupro para a publicidade. A insistência visa o consentimento da vítima”. No caso da publicidade, para além do consentimento, é necessária a adesão da vítima, que se

mascara no enredamento do pseudo-sedutor, que não deve chegar ao estupro, que não precisará dele, porque a vítima entregar-se-á facilmente assim que ela se der conta que não tem outro jeito. ‘Relaxe e goze’ é a sentença cínica que avaliza o ato para assediador e assediado, dando ganho de causa ao assediador. Não há desejo nesse “gozo”. A administração do desejo é, na verdade, a da culpa que impede o real desejo. Assim é que é preciso fingir que o assediado deseja. Ele precisa crer que tem alguma vantagem. Sem crer nessa vantagem ele poderia se rebelar e por tudo a perder (CULTURA..., 2014, n. p.).

A filósofa aduz, ainda, que o assédio pressupõe uma vítima dócil e submissa, subentendendo o caráter pedofílico dessa prática que, por sua hipossuficiência, simplesmente

⁶⁹ A Ouvidoria Institucional é o setor do IFMA responsável pela recepção de elogios, reclamações e denúncias concernentes à política pública desenvolvida pela Instituição. Ligada diretamente ao Sistema de Ouvidorias da Controladoria-Geral da União – CGU, a Ouvidoria pode ser acionada de forma anônima pelos usuários da política pública.

adere ao que o assediador faz com ela. Daí que a troca de mensagens exemplificada pelas Figuras 52, 53 e 54 denota o caráter cisheterossexista das relações travadas entre servidores e entre servidores e alunos. Ao mostrar tais mensagens em palestras nos *campi*, diversas são as expressões de reprovação protagonizadas por servidores e servidoras. No entanto, quando questionadas acerca do mesmo tema, diversas servidoras, tanto informantes quanto entrevistadas, corroboraram a continuidade de tais práticas, ainda que protagonizadas por uma parcela mínima de servidores dos *campi*, que, mesmo cientes de seus comportamentos antiéticos, prosseguem nas práticas nefastas de objetificação e sujeição de corpos femininos, que contaminam não só os ambientes virtuais, mas, também, salas de professores, áreas de vivência e até salas de aulas.

Figura 54 - Bate papo entre professores em grupo de aplicativo de mensagem ligado ao *campus*.



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

A observação de tais fenômenos me recorda os relatos autoetnográficos (STRATHERN, 2007) de Amara Moira quando de sua vivência contemporânea em dois mundos aparentemente bem distintos: as ruas, como local de trabalho na prostituição, e a

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), como local de formação universitária. Apesar do extenso excerto, permitam-me citá-lo em sua completude:

(...) quando volto pro meu outro mundinho, esse da faculdade, das pessoas supostamente inteligentonas, encontro as mesmas escrotices de sempre, só que feitas de maneira sutil, piadas com apologia e naturalização do estupro, homens desfilando orgulhosos suas amantes, se divertindo em considerar cada mulher que veem pela frente como uma possível presa, silenciamento de mulheres (“se você não sabe se impor nesse mundo de homens, então cale a boca e escute”), o profundo foda-se que ligam para a situação particular que muitas delas enfrentam na universidade (o caso das mães solteiras, por exemplo). Sei lá, tá difícil lidar com tudo isso sem estabelecer uma ligação muito direta entre o que é ser homem e o que é violentar (por mais que eu concorde com o que disse uma amiga, que estabelecer essa conexão acaba por apagar as violências que mulheres sofrem nas mãos de outras mulheres, travestis também etc.)... talvez até por isso estou fazendo o meu melhor pra transformar radicalmente a pessoa que sou, pois o homem que fui também era escroto sem saber e nem ao menos ele/eu se importou em querer se dar conta disso (MOIRA, 2018, p. 93-94).

O paralelo feito pela transfeminista entre os ‘escrotos’ das ruas e os ‘escrotos’ da faculdade dá conta de como indivíduos tóxicos, socializados a partir de uma matriz de masculinidade cisheterossexista hegemônica (CONNELL, 1995) podem desvirtuar qualquer ambiente, ainda que nele sejam minoria. O estudo e a discussão das masculinidades e, particularmente, das masculinidades tóxicas, temáticas ainda recente nos estudos de gênero, configuram-se como um caminho a ser trilhado pelas instituições e pela sociedade em geral. No IFMA, trata-se de um tópico sempre mencionado, inclusive por pessoas do gênero feminino, quando a comunidade é questionada acerca dos anseios em relação ao Projeto ‘IFMA Livre de Violência de Gênero’.

5 *Corpus* das entrevistas em profundidade e discussão sobre os achados

Neste Capítulo, discutirei, por meio da análise textual discursiva, as narrativas trazidas pelos depoimentos das entrevistadas, com o intuito de compreender suas percepções, sentimentos, expectativas, experiências sobre questões referentes ao serviço público; ao comportamento ético dos servidores; sobre a violência de gênero no contexto institucional e, por fim, sobre o fluxo processual das denúncias de violências. As transcrições integrais das entrevistas foram analisadas detalhadamente, conforme as três etapas do método analítico: unitarização, categorização e comunicação (MORAES, 2003).

Valendo-me de cinco questionamentos-chave, fragmentei o *corpus* das entrevistas em profundidade, obtendo pequenos trechos das falas, desaguardo em unidades de sentido; em seguida, as unidades foram agrupadas em categorias que pudessem responder àqueles questionamentos, em conformidade com os objetivos da pesquisa, com o referencial teórico

escolhido e com meu julgamento. Ao fim e ao cabo, o metatexto produzido conduz à discussão à interpretação da visão das entrevistadas.

A partir da primeira pergunta ‘Por que trabalhar no IFMA?’, emergiram 4 categorias que puderam demonstrar as escolhas e decisões que levaram as servidoras a optar pela Instituição para desempenhar suas profissões (Quadro 1). Na segunda questão ‘Como é trabalhar no IFMA?’, surgiram 9 categorias, que resumem o cotidiano de trabalho na Instituição (Quadro 2). Na pergunta seguinte, ‘Quais as situações de violência presentes no contexto do trabalho?’, 6 categorias descreveram as observações e sentimentos sobre a manifestação da violência institucional (Quadro 3). Sobre a quarta questão, ‘Como a comunidade acadêmica vê as relações afetivo-sexuais entre servidores e alunos?’, categorizaram-se 5 modos de percepção sobre o assédio sexual pelo corpo funcional do Instituto (Quadro 5) e, por fim, as participantes foram indagadas sobre ‘Como se dá a investigação dos processos dos casos de assédio no IFMA?’, de modo que 5 categorias explicam o fluxo e os entraves dos processos tramitados (Quadro 6).

Quadro 1 - Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido

Por que trabalhar no IFMA?
Categoria 1 - Oportunidade de emprego
O concurso para trabalhar no IFMA é uma oportunidade. Amigos e familiares indicaram o concurso como uma oportunidade.
Categoria 2 – Estabilidade
Possibilidade de sair da instabilidade do emprego no setor privado. Melhores salários.
Categoria 3 - Projeto de Vida
Querer ser professora como carreira profissional. Projeto de vida familiar. Desejo por um plano de carreira.
Categoria 4 - Política Pública
A satisfação em trabalhar em uma política pública. Possibilidade de contar com infraestrutura para o trabalho. Possibilidade do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. A idealização de um trabalho no setor educacional federal.

Fonte: Dados de pesquisa, 2022.

Para as pessoas entrevistadas, trabalhar no IFMA significa vincular-se a uma instituição pública de grande porte, o que lhes garante, principalmente, estabilidade e a

possibilidade de constituir uma carreira profissional sólida como projeto de vida, tal como disse a participante E4: “*Então, tem um plano de carreiras melhor, tem pagamento de salário melhor...*”. Muito embora a desvalorização dos profissionais da educação no Brasil seja um fenômeno histórico (INSTITUTO SEMESP, 2022), os servidores públicos da rede federal de ensino, tanto docentes quanto técnicos administrativos, têm garantidos planos de carreira, salários mais atrativos em relação a outros vínculos públicos ou privados e uma série de direitos trabalhistas reconhecidos constitucionalmente, uma vantagem considerável face ao atual contexto de fragilidade e vulnerabilidade do trabalhador decorrentes das medidas de austeridade econômica fomentadas pelo neoliberalismo.

A estratégia neoliberal é impulsionar o individualismo em detrimento da coletividade, capturando a subjetividade do trabalhador de modo que este se isole e se desligue de suas raízes, cultura e história, perdendo, assim, o significado de justiça social, o que enfraquece os sindicatos, as leis trabalhistas e os direitos sociais. Com essa engenharia individualista, o alto índice de desemprego da população passa a ser a peça chave do novo capitalismo, por estimular uma batalha entre os trabalhadores por melhores oportunidades de emprego e colocação no mercado de trabalho, tônica da cultura meritocrática, às custas de uma grande flexibilização e precarização do trabalho (HOBOLD, 2002).

A participante E1 enxergou no concurso a possibilidade de sair da instabilidade característica do vínculo privado: “... *estava trabalhando na faculdade privada que eu já não estava mais..., estava de saco cheio já...*”. Ingressar no serviço público, aliado à perspectiva de ter estabilidade e construir uma carreira no trabalho, é um alento em meio à lógica neoliberal de valorização do trabalhador autônomo/empreendedor de si mesmo, flexível e arrojado, pois, “não é lucrativa para o capitalismo flexível a perpetuação de categorias profissionais como a dos servidores públicos – detentora de direitos trabalhistas, ainda que poucos” (RIBEIRO; MANCEBO, 2013).

Apesar dos ditames contemporâneos sobre o mundo do trabalho, trabalhar no IFMA permite que o servidor contribua para o desenvolvimento de uma política pública educacional, reiterando o compromisso ético com a formação profissional e pessoal dos discentes (ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011), podendo contar com uma estrutura administrativa de grande porte para isso, pensamento corroborado pela participante E4, “*você tem mais estrutura, infraestrutura para você trabalhar e desenvolver projeto para os alunos*”.

Quadro 2 - Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido

Como é trabalhar no IFMA?
Categoria 1 – Desorganização
Desorganização nos processos administrativos Não receptividade aos profissionais ingressantes Recursos humanos insuficientes Falta de planejamento nas atividades acadêmicas Precariedade da estrutura
Categoria 2 – Mudança de vida
Mudança de cidade Adaptação à rotina de deslocamento e viagens Habitação compartilhada com colegas de trabalho Crescimento pessoal
Categoria 3 – Ética profissional
Responsabilidade com a postura profissional Responsabilidade com os direitos dos discentes Ética
Categoria 4 – Corporativismo
Corporativismo Comportamento de <i>pandilla</i> masculino Rede de aliciamento Camaradagem Acobertamento de casos de assédio
Categoria 5 – Machismo
Gestões preponderantemente masculinas Poder
Categoria 6 – Acomodação
Acomodação com a rotina Descaso com novos colegas ingressantes Individualismo Autopreservação da atuação profissional Limitações no trabalho Falta de competência profissional
Categoria 7 – Isolamento
Isolamento dos professores que defendem discentes Decepção com a Instituição Judicialização para ingresso no IFMA após o concurso Desumanização Ridicularização dos professores que defendem discentes
Categoria 8 – Rotatividade

Rotatividade de docentes Transitoriedade de discentes nos <i>campi</i>
Categoria 9 – Reconhecimento
Discussão de pautas feministas Reconhecimento Práticas de humanização Diversidade racial nos <i>campi</i> Reconhecimento da capacidade profissional das servidoras

Fonte: Dados de pesquisa, 2022.

No que se refere à experiência de trabalhar no IFMA, houve relatos que evidenciaram a complexidade das tarefas a serem executadas dentro da Instituição. Aspectos relacionados à pouca eficiência da Administração Pública, como a desorganização dos processos administrativos, a deficiência no número de servidores, a precariedade da estrutura e a falta de planejamento estão recorrentemente presentes na fala das servidoras: “tinha uma enrolada dessa vaga por alguma coisa” (E1), “...professor se matando de dar aula 24, 26 horas semanais” (E1).

É... que era uma vaga para o concurso. Eu tinha passado na única vaga e eles, (riso) não me chamaram porque não quiseram. Tipo, tinha uma outra (...) lá que já entrou por conta de outra situação é... que aconteceu errada, é...dentro da instituição e acabaram tendo que lotar lá em (...), né? Mesmo assim, abriram vagas do concurso para lá, para (...). Eu passei e não me chamaram”. (E2)

A eficiência na Administração Pública relaciona-se diretamente com o servidor público. Mesmo com a percepção de desorganização administrativa no Instituto, espera-se, assim, que a política pública educacional alcance os objetivos que garantam aos cidadãos acesso à educação de qualidade e gratuita, o que só pode ser alcançado através dos esforços dos servidores e outros colaboradores que a compõe, desde que observadas questões básicas de organização (LIMA, 2018), cujo descuido diz mais sobre as gestões das respectivas unidades que sobre aspectos individuais de um ou outro servidor. Das falas, observei que gestões transparentes, engajadas e democráticas, que colocam o fazer público antes de interesses pessoais seus ou de seus aliados políticos, conseguem realizar de forma mais efetiva a política pública objetivada pelo espírito da Instituição.

Outra questão presente foi a citação dos impactos sobre atitudes, comportamentos e vida dos profissionais do Instituto. A partir da Lei nº 11.892/98, com a expansão e a interiorização da Rede Federal de Ensino por todo território nacional (BRASIL, 2005), uma das características do corpo funcional do IFMA é a lotação de pessoas que se deslocam das mais

diversas partes do País e do próprio Estado para assumirem seus vínculos; mudanças de vida ao ingressar no Instituto acontecem para a maioria dos profissionais, impondo diversos desafios como: mudança de domicílio e/ou constantes deslocamentos e viagens, rotatividade entre *campi*, a necessidade de compartilhar moradia com colegas de trabalho que demandam uma adaptação de hábitos, adoecimento, evasão, entre outros, o que restou evidenciado pelos relatos: “talvez seja uma dificuldade em *campi* mais afastados, onde tu tem que viajar 10 horas, 12 horas, 8 horas. Aí o servidor e fica mais ali ... é...” (E4); “eu, como eu achava que viveria, meio que temporariamente aqui, eu dividi uma casa com 2, com 2 colegas, né? Que também meio que achavam que ficariam temporariamente aqui (risos) ” (E3); “É porque o quadro de profissionais, principalmente de de docentes, muda com com muito, muita frequência, né? Então, principalmente por se tratar de um de um *campus* que não é na na na ilha”. (E2)

Apesar disso, trabalhar no IFMA trouxe também mudanças que contribuíram e/ou contribuem com o crescimento pessoal dos servidores. Escutemos a participante E3: “o IFMA, na verdade, foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida enquanto ser humano”. Mas isso não impede que também percebam que trabalhar nessa instituição pode levar à acomodação com a rotina: “trabalhar aqui, então foi, foi assim, de iniciar uma aventura mesmo, mas você vai conhecendo, mas depois vai ficando meio cansativo, né? ” (E1) o que pode implicar ou estar implicado com comportamentos de descaso, individualismo, autopreservação profissional e falta de competência profissional.

A corrente de estudos sobre a psicodinâmica do trabalho chama a atenção para o seu caráter ambivalente. Ao mesmo tempo que pode trazer satisfação, realização pessoal e sentido de vida, o trabalho também provoca sofrimento psíquico. O indivíduo dedica muitas horas de sua jornada ao trabalho e, para que possa suportar uma série de situações estressoras e embates provocados pelas exigências, prazos e inter-relações no contexto, o trabalhador utiliza mecanismos de defesa e estratégias de enfrentamento às situações e elementos que os levam ao sofrimento como: o distanciamento dos colegas, a indiferença com os usuários do serviço, o descompromisso e o desengajamento com as práticas laborais (DEJOURS, 1992). A experiência da servidora E1 conta um pouco mais sobre essa letargia: “porque assim, quando eu cheguei no *campus*, não teve aquela coisa assim, de você chegar e mostrar, de chegar uma pessoa lhe mostrar os setores, né?; “percebi essa cultura aqui que é uma coisa assim, o pessoal muito, não quer muito se envolver essa coisa que as meninas já falaram, não é? Não quer muito se envolver”.

O avanço das estratégias neoliberais com ideário produtivista, competitivo e flexível sobre o campo do serviço público e das próprias políticas públicas inclusivas tem sido

fonte de sofrimento e de impacto na saúde física e mental dos servidores de instituições de ensino federais (RIBEIRO; LEDA, 2016). Além disso, o forte corporativismo entre os servidores do gênero masculino também foi percebido. A participante E4 revela que “(...) ainda tem é ... Uma maioria no seu quadro de servidores de homens, mas isso é muito reflexo do que é a própria rede federal, né? Então a gente tem um número de homens muito grande”. O corporativismo entre os servidores (e as servidoras) também foi apontado como um forte fator para o desencorajamento da formalização de denúncias de casos de violência por RODRIGUES (2021, p. 136):

No IFMA, o receio da impunidade do/a agressor/a predomina entre os fatores que desmotivam a denúncia das vítimas, sobressaindo-se ainda o medo de represaria e o constrangimento pela situação. Por essa razão, não surpreendeu que reiteradamente as participantes questionaram e denunciaram o corporativismo e protecionismo institucional para com os/as assediadores/as, sugerindo essa possível certeza da impunidade como elemento dificultador da efetivação das denúncias.

O IFMA concentra a maioria de suas atividades deliberativas e gerenciais nas mãos de homens cisgênero, reforçando a cultura machista e excludente comum às corporações. E2 fala sobre isso: “(...) quanto às coordenações é, a maioria das coordenações são masculinas ainda”. A masculinidade cisheterossexista caracteriza-se como uma corporação, atuando sobre às organizações sociais de modo cogente, através do exercício desigual de poder e do autoritarismo (CONNELL 1995; SEGATO, 2022). O mandato de masculinidade estrutura a sociedade e espraia-se pelas instituições tal e qual uma confraria, uma irmandade e, a exemplo das máfias, forças policiais e conglomerados econômicos, confere prestígio àqueles que a ele se filiam e respondem de uma maneira opressiva e violenta àqueles que não compactuam do seu ordenamento (SEGATO, 2002; ALVARES; REGO, 2021). A entrevistada E2 percebe a resistência velada que a gestão do IFMA apresenta quanto a este tópico: “mas eu realmente não sei se ele tem uma preocupação com relação à equidade de gênero na escolha do gestor”.

Esse tipo de estrutura mobiliza uma rede de camaradagem e acobertamento de práticas antiéticas dentro do IFMA, como foi citado por E3: “parece que é uma rede de aliciamento/acobertamento parece, não, é”, “E como o *campus* tem a camaradagem do assédio, né? Uma estrutura total, eles se ajudam e parece que é uma rede, sabe? ”. Nos seguintes relatos é reforçada a existência de uma confraria masculina de proteção que conta também com o auxílio de mulheres: “Então, eu só acho que ela se sente ainda precisando muito de aprovação masculina também, né? E sem um pouco mais dessa consciência aí do do do mal que ela tá metida porque são amigos desde o começo, então assim, a gente tem esse viés aí, né? ” (E3).

Para além da violência de gênero em desfavor das discentes e servidoras, outras práticas, a exemplo do assédio moral e do constrangimento, também lesivas à integridade da política pública foram citadas, bem como a ridicularização e exposição de profissionais que desenvolvem ações de defesa dos direitos dos alunos, conforme as narrativas que se seguem: “o IFMA tem uma tradição de premiar assim, profissionais ruins, e essa é uma profissional ruim”; “eu já fui chamada de (...) de Calcutá porque tava defendendo, né? os interesses de discentes é, que eu acreditava naquele momento que, sim, é, é, merecia uma outra chance ali, considerando o contexto que eu estava acompanhando, né?” (E2). A esse respeito, leciona Lola Aronovich (LERNER, 2019, p. 21):

O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por meio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam.

Mesmo com todas essas dificuldades, percebe-se das falas que o IFMA é detentor de servidoras e servidores qualificados e comprometidos eticamente com o que fazem e que reconhecem a necessidade da inclusão e discussão de pautas raciais, feministas e da população LGBTQIAP+, sendo favoráveis ao desenvolvimento de núcleos de estudo e de pesquisa acerca de tais temáticas, aptas a propiciar uma cultura de resistência e de enfrentamento às opressões transistóricas que assolam a sociedade.

Quadro 3 - Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido

Quais as situações de violência presentes no contexto do trabalho?
Categoria 1 – Descartabilidade
Alunos descartáveis Vulnerabilidade Acesso ao corpo Livrar-se do problema Violência sexual doméstica Matadouro
Categoria 2 - Desumanização
Violência não reconhecida Desumanização
Categoria 3 - Redes Sociais
Oferta de carona Assédio pelas redes sociais

Categoria 4 – Corporativismo
Corporativismo Rede de proteção <i>Status</i> de servidor Abuso de autoridade Represália
Categoria 5 - Responsabilidade ética
Acolhimento Implicação Proatividade Responsabilidade ética Feminista Liberdade sexual
Categoria 6 - Insegurança
Insegurança Racismo Racismo religioso Homofobia Violências Assédio moral Assédio sexual Importunação sexual <i>Mansplaining</i>

Fonte: Dados de pesquisa, 2022.

Quando perguntadas acerca das situações de violência testemunhadas no IFMA, as entrevistadas relataram a ocorrência de racismo, inclusive religioso, dirigido contra religiões de matriz africana, injúria racial, homofobia, assédio moral, além do próprio assédio sexual⁷⁰ e da importunação sexual. De fato, a partir da oitiva dos discentes e dos servidores, durante as atividades da Campanha ‘Não é não’ e do Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero, diversas são as falas no sentido de que é necessária a abordagem formal de tais violências por meio de palestras e oficinas de capacitação, haja vista que também desestabilizam o ambiente acadêmico, exigindo, igualmente, que os gestores sejam menos condescendentes com tais práticas, passando a assumir, efetivamente, a defesa de uma política pública inclusiva e livre de preconceitos e de ideologias que destoam do que a lei determina.

⁷⁰ A despeito de as entrevistadas não terem feito referência a casos de assédio sexual contra discentes indígenas e nem haver denúncias formalizadas nesse sentido, não descarto a possibilidade de sua ocorrência, hipóteses que, no entanto, necessitam de maiores investigações.

Quadro 4 - Descrição de violências e percepção sobre a segurança de meninas e mulheres no IFMA.

ENTREVISTADAS	RESPOSTAS
E1	(...) ela se relacionou com um professor. Engravidou deste deste indivíduo. Ele não está mais lá no <i>campus</i>. E, na época, fizeram uma campanha de difamação mesmo da garota. Assim, todo mundo falando mal dela, dizendo que ela era galinha, que, enfim, a culpa era dela mesmo, ter se oferecido pro professor e professor de santo, né? Pagando de santo, né? Sei que parece com essa pequena abortou. Ele pediu para abortar. Foi um negócio dessa mesma forma. Eu não estava no <i>campus</i> ainda, mas que o negócio foi pesado. E que ela saiu do <i>campus</i> assim, com a imagem destruída com a moral destruída, lá.
E2	(...) ele faz, ele tem muitas práticas de abuso, de autoridade, de assédio moral contra as turmas, né? Ele recolheu os aparelhos celulares, colocou em cima da mesa, gravou, os aparelhos celulares e tal, e aí disse, parece que ele ficou falando que está aqui, eu quero ver é, quero ver pescar agora, e pelo que eu soube, ele circulou isso nas redes sociais. Era vídeo que estava circulando. Não é espaço seguro. Tanto que a pesquisa também apontou que nós somos assediadas, principalmente o assédio sexual entre nossos pares, né? Sim, são nossos colegas que estão ali, violentam nossa liberdade sexual, os nossos corpos. Sim, uma espécie de represália. Olha, talvez, talvez porque assim é com relação à questão do assédio moral, né? que ocorre, é, é porque antes disso acontecer, eu não tinha assim não, não tinha chegado até mim nenhuma reclamação desse professor, desse caso do assédio sexual. E aí, pode ser que depois que ele que tenha sido negado a ele essa, essa, essa remoção pode ser que tenha tido esse efeito sim de, de represália.
E3	(...) o fato de se institucionalizar uma religião no nosso <i>campus</i>. É... isto para mim é uma violência absurda. Absurda! o racismo religioso. Não. (...) As instâncias que poderiam fazer alguma coisa para tornar o ambiente mais seguro e inibir as ações dessas pessoas que tornam o ambiente do IFMA inseguro para as meninas e mulheres, elas são as que mais se ajudam, que mais são coniventes e que mais massacrante
E4	Alguém querendo traduzir o que eu estou falando, alguém querendo reafirmar o que eu estou dizendo, entendeu? Porque eu não sei fazer o que eu estou fazendo! A gente vive isso, não é? Nós somos as principais vítimas dessas práticas, infelizmente, porque a gente vive numa sociedade patriarcal. A gente permanece nesse meio que é muito tóxico, que nos violenta todo dia, então eu nunca recebi relato de nenhum servidor ou de nenhum aluno, sempre mulheres, sempre mulheres nessa situação. Infelizmente (...)

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em recente pesquisa acerca do assédio sexual sofrido por trabalhadoras e trabalhadores na Instituição, Karoline Parrião Rodrigues (2021, p. 92) constatou que:

78% das respondentes conhece algum/a colega que foi vítima de assédio no IFMA prevalecendo a prática de ambos os tipos, com 50% das ocorrências, seguido do assédio moral, com 40% e sexual, com 10%, indicando uma menor frequência. Observou-se que 72% dessas vítimas são do gênero feminino e, de forma não surpreendente, 56% de quem praticou o assédio foram trabalhadores do gênero masculino.

Nesse sentido, ao longo de sua vasta atuação profissional na representação de vítimas de assédio sexual, a advogada Mayra Cotta observa que é comum que mulheres demonstrem uma sensação de insegurança em seus respectivos locais de trabalho ou de estudo:

(...) todo lugar de trabalho que eu vou é um lugar especialmente ruim. É especialmente açodado pela questão do assédio sexual. Não importa. A gente pode estar falando de um escritório de advocacia, pode estar falando de empresas de comunicação, é na área de publicidade, dentro da academia, enfim, qualquer lugar, todo o espaço que a gente vai, a sensação das mulheres naquele espaço é que é um espaço onde o assédio sexual é especialmente presente, porque a verdade é que é uma questão estrutural mesmo, da sociedade, que vai estar presente nos ambientes de trabalho (...) o endereçamento do assédio sexual, ele tem que ser feito do ponto de vista institucional (RODA de..., 2022, n. p.).

o que denota o caráter não só estrutural, mas também estruturante da violência de gênero, vez que impõe às mulheres e meninas certos condicionamentos para frequentar tais locais. Uma das estratégias utilizadas por pessoas assediosas é deixar sempre em suspensão para as vítimas se a conduta a que as expõem se trata de fato de assédio, já que, como afirma Tiburi (2019, n. p.), estamos diante da típica “violência sem violência”. Não ser capaz de se enxergar como vítima é o resultado de dois entraves: o primeiro, de ordem legal, haja vista a redação do artigo de lei que define o crime de assédio ser tão ampla quanto subjetivista; e, segundo, de ordem cultural, dado que certas práticas, ainda que violentas, tendem a ser culturalmente toleradas, o que acaba por confundir a própria vítima que, mesmo se sentida violentada, é culturalmente levada a crer que o que passou é normal. Nesse sentido, Cotta cita o seguinte exemplo:

(...) tem um caso recente em uma empresa que eu entrei para atuar, em que uma das funcionárias falou ‘eu demorei para denunciar porque ele nunca tinha me assediado. Ele fazia só aqueles assédios normais de chegar pegando na bunda’. Na hora eu pensei, opa, não sabe, é isso, não é? É um espaço em que o normal era chegar passando a mão na bunda, entendeu? Aqui, já estava naturalizado ali dentro. Então, tem muito isso. E cada espaço vai ter a sua peculiaridade (RODA de..., 2022, n. p.).

Diante do impasse, a postura incontestada das organizações se impõe, sob pena de configurar-se descaso e/ou conluio em relação a práticas assediosas, reforçando a cultura do assédio. Para além das normas penais, cíveis e administrativas postas, é crucial não admitir que discentes sejam socializadas a partir de práticas assediosas ou que possam inferir assédios, pois, muito embora culturalmente toleradas, denotam uma dupla assimetria: a hierarquia do ambiente acadêmico e a hierarquia das relações de gênero. A socialização de alunas a partir de uma

relação afetiva ou sexual é uma prática cruel e egoísta, pois afeta frontalmente a autoestima das adolescentes e mulheres, atingindo-lhes no aspecto mais nobre de seu estar no ambiente acadêmico: sua intelectualidade, sua capacidade de ali estar e permanecer na qualidade de pesquisadora, pensadora ou aluna, convertendo-se num exercício diário de resistência:

O primeiro assédio formal que eu sofri foi com um professor, no meu segundo grau, né? No meu ensino médio. E era um professor que eu admirava muito, que eu achava muito inteligente e que eu achava que gostava muito do meu trabalho, que admirava as coisas que eu escrevia. Eu sempre gostei muito de escrever. Ele era professor de redação e quando ele me fez um convite pra ir pra casa dele, eu era uma aluna do ensino médio de 17 anos, (...) o convite em si não teve o emprego de violência, não teve, não teve. Ele era um homem adulto dando em cima de uma adolescente, o que já é grave, mas aquilo, para mim, doeu muito num lugar de autoestima, de pensar, poxa, eu achava que esse professor me admirava como aluna dele, gostava do que eu escrevia. Na verdade, talvez, eu nunca tivesse sido (inteligente para ele), e ele sempre teve segundas intenções, né? Então é muito grave, é muito além (RODA de..., 2022, n. p.).

Protagonista neste diário, Natasha me relatou, por meio de aplicativo de mensagens, a mesma decepção em relação a seu assediador, professor demitido do IFMA:

(...)

14/05/2021 à 18:26 - Natasha: Olha o tamanho da ingenuidade

14/05/2021 à 18:26 - Natasha: Eu acreditei nele, que ele era uma pessoa boa

14/05/2021 à 18:27 - Natasha: Que ele ajudava as pessoas

14/05/2021 à 18:27 - Natasha: Olha só

14/05/2021 à 18:27 - Natasha: Isso me deixou com tanta raiva de mim

14/05/2021 à 18:27 - Angela: Eu sei como é

14/05/2021 à 18:28 - Natasha: E principalmente, **ele dizia que eu era muito inteligente**

14/05/2021 à 18:28 - Natasha: A melhor aluna dele.

Daí a importância de se implantarem de políticas institucionais que efetivamente tenham como mote a equidade de gênero, deixando nítido aos atores envolvidos a necessidade de uma implicação coletiva com vistas à construção de um ambiente acadêmico mais seguro para todos e propício ao desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional dos indivíduos mais vulneráveis nesse contexto. Reforçar práticas de socialização através de abraços, beijos, mãos na cintura ou outros atos de aproximação lascivos reitera a colocação dos corpos de meninas e mulheres em um lugar que talvez nem elas se tenham dado conta de que não precisam estar. No caso paradigma que analiso, a própria vítima reconhece que, além da série de violências perpetradas por seu assediador, das quais só conseguiu tomar consciência quando chegaram a um nível crítico, ela foi revitimizada por diversas vezes ao longo do trâmite processual: “Sofri violência de gênero, física, sexual e psicológica, praticadas pelo ex-professor. E violência psicológica cometida pela Administração Pública” (Informante 1).

Especificamente quanto ao IFMA, percebemos que a tão só existência de normas explícitas que norteiam a conduta dos servidores públicos, inclusive no aspecto ético, não tem sido suficiente para aplacar condutas assediosas, ainda que um dos efeitos do descumprimento de tais normas seja a demissão dos violadores. Impõe-se, portanto, o implemento de uma política permanente de combate e de prevenção às violências de gênero no Instituto que vise algo além do acolhimento da denunciante, garantindo-lhe, por exemplo, suporte psicológico e jurídico, recuperar o próprio espaço no qual a violência teve lugar, uma vez que a prática de assédio no ambiente da escola deixa máculas para além das vítimas individualmente consideradas, comprometendo tanto as atividades acadêmicas quanto a imagem da Instituição. Durante as palestras, a maioria das servidoras e discentes é taxativa em afirmar que não se sentem confortáveis com tais ‘toques’, a despeito de ser quase impossível para as partes mais hipossuficientes dessa relação escaparem do lendário ‘beijo no tio’⁷¹ no IFMA.

Quadro 5 - Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido

Como a comunidade acadêmica vê as relações afetivo-sexuais entre servidores e alunos?
Categoria 1 – Naturalização
Normalização da violência Naturalização Relação efêmera Acomodação sensorial
Categoria 2 - Poder
Poder Conquista de troféu Disputa Prova de masculinidade
Categoria 3 - Conscientização
Zona cinzenta Dúvidas Necessidade de conscientização Desconhecimento da lei
Categoria 4 – Violência ética
Violência ética Práticas antiéticas Desprezo pelos códigos Códigos próprios de conduta Atos de violência

⁷¹ Denominação que o servidor dava ao passe de ingresso na sala de aula, dado que ele se postava à porta de entrada esperando pelo ‘carinho consentido’, exigido, por óbvio, somente das alunas.

Categoria 5 - Brincadeira
Dar carona por interesse Brincadeira Denúncias gravíssimas

Fonte: Dados de pesquisa, 2022.

No que concerne à visão da comunidade acadêmica sobre os relacionamentos afetivo-sexuais entre servidores e alunas, as entrevistadas analisaram a situação sob os seguintes pontos: para os servidores que insistem na prática, relaciona-se ao exercício de poder, uma conquista, uma relação efêmera, uma brincadeira; uma violência, advinda de práticas antiéticas, que atinge as discentes e uma normalização, uma acomodação sensorial às aproximações físicas e contatos mais íntimos (beijos e abraços) entre eles conforme declaração das entrevistadas: “essa semana eu já vi dois colegas assim, andando no *campus* abraçados, assim, com aluno, assim com a mão na cintura. Isso é normal pra eles. E as meninas, super assim, é normal para elas, esse tipo de contato com eles, né? (E1); “Estudantes, não é? É, eles não têm muita noção. É, que determinadas práticas ocorridas no âmbito, ali, da instituição são aceitas (E2). Não obstante ainda ser forte a naturalização da troca de toques lascivos nos corredores dos *campi*, conforme expresso na entrevista de E1, “E que era todo mundo meio muito amiguinho, muito é... é... técnico abraçando aluna assim no meio do pátio. Assim umas coisas, eu achava meio, já fiquei assim, né? ”, atualmente, já se percebe um certo desconforto institucional em relação a tais práticas, revelando o início de uma mudança cultural nos costumes de subserviência e submissão outrora presentes na relação servidores-alunas. Materialmente, esta mudança vem acontecendo por meio de uma série de ações históricas e sociais, que têm como embrião desde a luta encampada pelas meninas pioneiras na Escola Técnica Federal do Maranhão, conforme relato no Capítulo 4, até a ocupação paulatina de mulheres em cargos de gestão no IFMA, os avanços na garantia de direitos às minorias sociais através de ações afirmativas, a qualificação e capacitação profissional de servidoras e servidores, e o advento de projetos, e núcleos de estudo que incitam as discussões e mobilizam os estudantes, a exemplo dos NEABIs⁷². Todas essas frentes de ação, que devem ser exercidas de baixo para cima e de cima para baixo na hierarquia institucional, chacoalham os privilégios historicamente concedidos ao homem branco cisheterossexual desde os tempos coloniais. No dizer de Mayra Cotta:

A gente tá enfrentando a dominação masculina, que é uma forma de decidir privilégio da sociedade. (...) não acho que a gente está esperando os homens nas posições de

⁷² Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas.

liderança se convencerem da urgência, se convencerem da importância da gravidade do assunto. Não ficar para sempre esperando. Então, cada vez mais mulheres comprometidas com essa pauta, em posições de poder, fazer algo a respeito, ao mesmo tempo em que a gente vai fortalecendo o de baixo para cima. Vai fortalecendo os espaços entre alunos (...) (RODA de..., 2022, n. p.).

A campanha institucional ‘Não é não’ e o Projeto Estratégico ‘IFMA Livre de Violência de Gênero’ foram respostas dadas pela gestão aos incômodos e anseios das estudantes e das servidoras. Através dos diversos discursos e relatos dos docentes, dos técnicos administrativos e dos discentes, tomamos consciência da maneira como as primeiras abordagens mais íntimas às alunas são feitas, geralmente com pedidos de beijos e abraços, como explicou a E1: “ (...), a gente sabe de que cada coisa, não, então, tem o assédio, esse, convencional mesmo do professor abordar assim de é, é, da coisa lá do beijo do tio, né? Já tinha falado uma vez”; o oferecimento de carona ou nos comentários de postagens de discentes em redes sociais, como expressa a servidora E2 “a questão da carona, né? E aí o servidor vai e não compreende o porquê de não se dar carona, que é exatamente para evitar essa situação de aproximação e tal, de um possível ato de, de, de violência”; “aqui o professor é, fulano de tal, é um servidor que, a menina, uma discente nossa, postou uma foto no Instagram, isso também tem muito tempo. E aí, o cara que botou lá, gostosaaaa”; os burburinhos sobre a ocorrência do relacionamento, a desconfiança entre alunos de eventuais favorecimentos à ‘namorada do professor’ e também da condescendência administrativa ao profissional diante das denúncias.

A gente ficou sabendo pela pelas pelos disse-me-disse lá do *Campus*, a gente não sabe assim ao certo, mas, a gente sabe que que assim quem tem processo porque as pessoas já, né? Meio que direcionam a gente e os caras mesmo se entregam, porque eles nem olham na cara da gente, então a gente já sabe, mesmo que muita gente não soubesse que eles tivessem esse processo, a gente... eles nem, eles nem, tipo, fazem, se esforçam para fingir que não é isso, não pra fingir que não tem nada. (E1)

Como evidenciado nesta pesquisa, muitos dos casos de assédio acontecem em ambientes virtuais, por meio das redes sociais como o *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*. A criança e o adolescente são alvo em potencial da violência cibernética, dada a facilidade de acesso do agressor à vítima, aliada ao escudo que as telas oferecem ao violador. “O fato é que crianças e jovens estão cada vez mais conectados pelas mídias sociais, o que representa um risco em potencial” (FBSP, 2022, n. p.), sendo de importância solar que as instituições de ensino burilem tais assuntos cotidianamente e que as servidoras e servidores compreendam os limites éticos e funcionais de sua atuação como educadores, o que implica, também, na imposição aos próprios discentes desses limites. Servidores condescendentes com invasões de privacidade advindas dos alunos são servidores antiéticos na mesma medida, pois cabível principalmente a

eles a manutenção das relações travadas no ambiente escolar dentro da observância das regras deontológicas a todos impostas.

Nesse sentido, no rol de deveres e proibições do servidor público, a Lei nº 8.112/90, art. 116, inciso IX, determina “manter conduta compatível com a moralidade administrativa”; bem como o sobreaviso quanto a “promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição” no art. 117, inciso V. (BRASIL, 1990, n. p.). No Anexo ao Decreto nº 1.171/94, inciso XV, “f” é vedado “permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores” (BRASIL, 1994, n. p.). Por sua vez, segundo a Resolução CONSUP/IFMA nº 018/2012, mais precisamente no art. 12, inciso III, é responsabilidade do servidor “evitar comportamentos que possam criar atmosfera de hostilidade, assédio ou de intimidação no ambiente do trabalho ou mesmo em relação ao público externo” além de ser interdito, conforme o art. 13, inciso V, “utilizar meios de intimidação ou coação em suas relações com outros servidores semelhantes, subordinados ou hierárquicos, alunos, público em geral quando no exercício de suas funções”, sendo ainda considerando como intimidação e coação, no parágrafo 1º “c) exigência de favores de qualquer natureza em troca de tratamento diferenciado” (IFMA, 2012, n. p.). Leis há de sobra! Porém, o que se percebe é que códigos éticos privados parecem prevalecer em certos contextos assimétricos na Instituição. As entrevistadas confirmam que os servidores sabem da existência de leis vigentes proibindo certas condutas, entretanto, os ‘valores morais de cada um’ não caminham *paripassu* às posturas éticas da Administração Pública, ou seja, “a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética” (CHAUI, 2000, p. 436). Assumir tais posturas, nitidamente calcadas na colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e do ser (MALDONADO-TORRES, 2008), significa arvorar-se de ‘senhor das verdades e dos corpos’, sem se importar com o que vão pensar a respeito:

eles têm consciência (risos), mas fazem do mesmo jeito, tá? Têm consciência assim, aí eu posso dizer do aspecto do campus (...), campus (...) já viveu vários momentos de formação, entendeu? Aí eu não posso falar para os demais, mas dentro da minha comunidade isso já aconteceu inúmeras vezes. Então, se permanece, permanece sabendo que é errado, tem ciência sim (E4).

Noutro giro, das oitivas, vê-se que a comunidade acadêmica nutre expectativas quanto a uma maior celeridade nos julgamentos dos casos de assédio já formalizados e, quiçá, a extinção da prática, mas acreditam, também, que a tão só existência dessas ações não é suficiente para a transformação de toda conjuntura; faz-se necessária a sensibilização dos

servidores e dos alunos para um maior fortalecimento da rede de suporte às vítimas, já que essas ainda hoje são punidas mesmo quando denunciavam a violência:

aí eu chamei a diretora de ensino e disse olha o que que está acontecendo? Aí eu vou ter que falar com a pessoa e aí fomos nós duas falar com a pessoa. Não, mas... não, mas era brincadeira e começa a gaguejar. Isso não é brincadeira, isso é assédio. Aí se fosse a minha mãe, tu ia estar preso bem aqui, agora. (E2)

A construção de um ambiente livre de assédio começa pelo conhecimento das regras que permeiam as relações e, também, pela identificação de quem, de fato, resiste a tais regras, insistindo em criar as suas próprias para violentar. Nesse contexto, importa responsabilizar quem pratica a violência e não quem a sofre, como ainda é comum acontecer, segundo E1: “E na época fizeram uma campanha de difamação mesmo da garota. Assim, todo mundo falando mal dela, dizendo que ela galinha, que enfim...”, “(diziam que) a culpa era dela mesmo, ter se oferecido pro professor e professor de santo, né? Pagando de santo, né? ”.

Quadro 6 - Categorias que emergiram e suas respectivas unidades de sentido

Como se dá a investigação dos processos dos casos de assédio no IFMA?
Categoria 1 – Fluxo
Os processos seguem um fluxo Os processos oportunizam relatos mais robustos É necessário acompanhar o fluxo processual
Categoria 2 - Morosidade
Muitos processos são esquecidos Há uma condescendência institucional com o fluxo processual Equívoco nos ritos processuais Dificuldade em juntar provas Sobrecarga dos servidores Morosidade Norma ultrapassada
Categoria 3 - Família
Parceria com o Conselho Tutelar A família solicita a abertura do processo
Categoria 4 – Burburinho
Burburinhos sobre o processo nos <i>campi</i> Informações sutis sobre os processos
Categoria 5 - Assédio

Denúncia de racismo religioso no IFMA Denúncia de assédio Denúncia de homofobia Denúncias gravíssimas
--

Fonte: Dados de pesquisa, 2022.

No que toca à investigação dos casos de assédio na Instituição, a unanimidade das respondentes aponta a necessidade de estabelecimento de um fluxo processual mais nítido e menos moroso. Destaco também a dificuldade na constatação da agressão, dada a complexidade do delito, que envolve violências sutis, nem sempre reconhecidas como tal pela maioria das pessoas, o que acaba por dificultar a coleta de provas e uma quase impossível comprovação cabal da falta funcional, desincentivando a formalização dos processos, conforme constatei na fala da entrevistada E2, “...nunca são coisas assim que vêm com muita prova, não é? É muito, é, sutil...”. As entrevistadas conhecem a tramitação e o sigilo envolvidos no processo: “...um processo é sigiloso” (E1); “(...) que aí a gente precisa dar seguimento, então isso é o fluxo, aí dependendo da situação, a gente encaminha para o conselho tutelar, geralmente sou eu que faço esse encaminhamento e aí aciona a família e tudo, né? (E2); “quando são de de assédio, de homofobia ou algo do tipo encaminhar diretamente para a comissão disciplinar porque é uma situação gravíssima...E aí, no caso, é a CAE vai investigar” (E4).

E quando questionada sobre a última notícia de um dos processos de assédio no campus, E2 respondeu “foi que tinha vindo para a reitoria. Essa informação, que é que é a mais, é, geral possível, né? Então isso, né? Já foi para reitoria”. O fato de o trâmite processual se dar de forma sigilosa e no âmbito da Corregedoria Institucional, localizada no prédio da Reitoria, em São Luís, causa, sobretudo nas vítimas e seus familiares, a insegurança a respeito do bom andamento dos autos do processo, ao ponto de a frase ‘o processo está na Reitoria’ ter se tornado um código informal que subentende o ‘esquecimento do caso’, que, no inconsciente coletivo institucional, convola-se em uma ferida recalcada.

A vulnerabilidade social das agredidas pode influenciar de forma decisiva na sua participação no procedimento de apuração, de sorte que, na maior parte dos casos, neles comparecem, quando comparecem, sem qualquer assessoria jurídica. Ainda que a não participação direta da vítima pouco influencie nas investigações, haja vista ser a própria Administração Pública a maior interessada na elucidação dos fatos, é nítida a diferença entre o andamento do processo quando a vítima é tecnicamente assistida. Essa é a constatação alcançada após a análise etnográfica do PAD, objeto do Capítulo 2, no qual a Defensoria Pública da União – DPU, foi acionada para funcionar como advogado da vítima. É, portanto,

de importância solar que a instituição busque o apoio das Defensorias Públicas, notadamente da DPU, o que pode vir a ser formalizado através de acordos de parceria entre as Instituições.

Quanto à morosidade no andamento dos processos administrativos, E2 relata “o processo dentro do campus, então, assim, assim, um processo que já inicia meio viciado, né? porque assim quem vai é, abrir falta aquele processo, não é? quem vai analisar? quem vai encaminhar? para onde vai encaminhar? e nisso aí..o processo vai se perdendo”. Percebo que se trata de um fenômeno que decorre de uma conjuntura de fatores: no contexto cisheterossexista que estrutura tanto a sociedade quanto a própria Administração, boa parte da comunidade acadêmica tende a ver as relações entre servidores e discentes como resultado do comportamento ‘sensual e provocador’ das discentes, supondo que elas se valeram da posição de aluna para “conquistar o homem tido como ser indefeso ou esvaziado de qualquer responsabilidade”(I1) A transitoriedade das discentes na instituição, – cujos cursos são integralizados em, no máximo, três anos –, e a desumanização de sua própria existência enquanto alunas interferem diretamente no modo com o qual a Administração reage à violência de gênero. Se, do lado diametralmente oposto na relação de violência, encontra-se um servidor que exerça influência política na Instituição ou um currículo fático, sendo aparentemente essencial para o funcionamento do *campus*, ou ainda, se for casado e pai de família, o corporativismo entra em cena, conforme vemos na entrevista da E3, “*Eu cheguei, fiz o procedimento como deveria ter sido feito, foi dado os encaminhamentos e eles não fizeram nada, tiveram cara... eles tiveram mais de 1 mês para fazer qualquer coisa. Não fizeram nada!*”, dando azo a manifestações de comiseração e empatia ao colega que supostamente foi ‘vítima da situação’: ou ‘se deixou seduzir’ ou ‘não soube fazer bem feito’. Circunstâncias como essas encontram na própria estrutura burocrática da Administração Pública. A reação da Instituição por conta da lei precisa ser processualizada e ritualística. Esse fato, por si só, exige uma força de ação administrativa, de trabalho que nem sempre se mostra possível de ser arregimentada de modo rápido e legítimo. Os ditames legais a serem seguidos em cada processo são extensos, pouco objetivos, nada descritivos e de linguagem não acessível. Esse incômodo quanto aos aspectos burocráticos e ultrapassado da lei é exposto por E4.

(...) então perpassa pela CAE porque precisa de um acompanhamento, precisa de uma apuração correta, não pode ser feito de qualquer jeito, né? Então a gente reformulou a comissão disciplinar e ela tem atuado bastante, né? Na averiguação de todas as denúncias. E colocado, né? As punições cabíveis e regulamentadas pelo regimento do IFMA que por sinal é ultrapassado.

Aliada a isso, a desorganização administrativa também fadiga as servidoras e, em última instância, adoecem-nas:

“...quando aconteceu ela estava no terceiro ano. É, mas para assim, pelo que eu soube, há um processo, havia o processo. Foi aberto processo dentro da instituição, é, eu mesma assim ajudei a redigir o, assim, o requerimento do pai, né? para abertura desse processo. Naquela época, era dentro do campus, então, né?” (E2).

“...eu não, eu não sei sobre assédio sexual é... é muito mais no campo dos processos, que a gente tá tentando fazer agora porque agora que está saindo alguma coisa e a gente está sobrecarregado com tudo e as coisas não estão andando tanto para frente, porque nós estamos sobrecarregados, né?” (E3).

A sobrecarga à qual a servidora se refere está intrinsecamente ligada ao fato de que é para o quadro feminino da Instituição que discentes vítimas de violência se dirigem quando não conseguem mais silenciar sobre os fatos. É raro que servidores homens sejam abordados nesse sentido. E mais, quando o são, rapidamente procuram o auxílio de servidoras ligadas aos Núcleos de Assuntos Estudantis – NAEs, ou às Coordenadorias de Assuntos Estudantis – CAEs, compostas majoritariamente por psicólogas, pedagogas, enfermeiras e assistentes sociais, profissionais normalmente ligadas às tarefas do cuidado.

A estigmatização de mulheres em tarefas historicamente a elas relegadas em função de um vínculo afetivo/sexual é constantemente reproduzida nos ambientes de trabalho. Em ambientes educacionais, de modo mais forte ainda: é a tia do jardim de infância, a tia da limpeza, a tia da merenda. São corpos (no geral, racializados) exauridos pelo neoliberalismo e pelo cisheterossexismo (VERGÈS, 2020; NASCIMENTO, 2021). Segundo LOURO (2020, p. 108), as mulheres no ambiente escolar foram historicamente “compreendidas como ‘mães-espirituais’. O trabalho fora do lar, para elas, tem que ser construído de forma que o aproxime das atividades femininas em casa”.

Não é incomum que, após longas batalhas na luta pelo reconhecimento dos direitos das discentes e dos discentes, psicólogas, assistentes sociais, pedagogas, professoras, enfermeiras, entre outras, sucumbam ao adoecimento, o que deságua no necessário afastamento e no desfalque de importante protagonista da defesa da política pública no quadro dos *campi*. Uma das falhas que reputo gravíssima é o fato de que, ao receberem os relatos das vítimas de violência, as servidoras e servidores que trabalham nos NAEs ou nas CAEs terem suas matrículas vinculadas como as pessoas interessadas no PAD, desde sua autuação primeira até seu desfecho final, culpa ‘do sistema de dados’ que termina por expor os agentes públicos, deixando-os à mercê de represálias e ameaças pelos colegas acusados. Muito embora ciente de que, pela letra da lei, é dever de todo servidor público denunciar ao superior hierárquico as ilegalidades das quais vier a tomar conhecimento, reputo cruel e desumano exigir que uma única pessoa, geralmente a mais consumida pela violência a ela relatada além da própria vítima, seja nomeada como ‘a interessada’ na investigação de violências, isolando-a no contexto

cisheterossexista da hierarquia institucional. Urge, pois, que os mandatários da Instituição, em conjunto com os responsáveis pelo ‘sistema’, deem cabo dessa injustiça.

6 O Estado, os corpos e seus relatos de violência ética

Neste capítulo, interessa-me questionar: o que é violência ética⁷³? Quais sujeitos praticam e quais são vítimas de violência? Qual o limite da empatia para além dos códigos de convivência pública? E, em última instância, no que toca ao cerne da pesquisa: a violência de gênero é percebida no IFMA? Quem de fato é ouvido e quem não é, no ensejo da violência de gênero na Instituição? Na tentativa de burilar respostas a tais questionamentos, procurei tensionar duas perspectivas teóricas distintas, mas que se comunicam em alguma medida: a crítica da violência ética, concebida por Judith Butler (2019) a partir do cotejo de conceitos cunhados por autores pós-estruturalistas e da teoria crítica; a teoria feminista da violência, de Françoise Vergès (2021), que se vale de uma teoria feminista decolonial radical para analisar o reflexo das políticas do Estado imperialista e racista nas sujeitas subalternizadas no contexto do sistema capitalista neoliberal; e o transfeminismo de Letícia Nascimento (2021) como um caminho a ser percorrido com vistas à abolição de gêneros e a um humanismo radical. Confesso, de pronto, que não há respostas completas para esse confronto, posto que estudar Butler, uma autora de complexidade instigante e de produção ainda vivaz, em cotejo com Vergès – também ativa intelectualmente e cujo pensamento, tão cirúrgico quanto incisivo –, e Letícia Nascimento, cuja produção acadêmica em constante construção e plena de criticidade, é um trabalho acadêmico que merece ser debulhado com profundidade e tempo, circunstâncias que são dignas de continuidade em um futuro Doutorado. De toda forma, aqui vão prolegômenos de tais aventuras audaciosas a mim deferidas pelos estudos teóricos na pós-graduação.

Na crítica butleriana da violência ética, três elementos são centrais: um relato de si, o reconhecimento do outro e a responsabilidade ética. Para a cientista, a identidade não é uma causa, e sim, um efeito, fruto de uma relação, uma interpelação, a partir da qual será reconhecida em um dado contexto, ou seja, a identidade é o resultado da alteridade. Tal efeito é, pois, fruto de alianças, vocábulo central nas análises contemporâneas de sua teoria. É, portanto, no ensejo de uma relação, que o sujeito se lança ao relato de si mesmo, esperando do outro com quem interage o seu reconhecimento, isto é, uma resposta empática a quem ele é ou como se apresenta, exurgindo daí uma responsabilidade ética. A violência ética é o resultado oposto a essa

⁷³ O termo violência ética emerge após a Segunda Guerra Mundial, em razão do genocídio judeu, povo ao qual diversos teóricos que trataram do tema eram em maior ou menor medida ligados, a exemplo de Emmanuel Lévinas, Theodor Adorno e Judith Butler, que revitaliza o termo para analisar, em cotejo com os escritos de Hegel, Foucault e Laplanche (BUTLER, 2019), o fenômeno da desumanização e demonização da população muçulmana habitante dos Estados Unidos após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 naquele país (O NASCIMENTO..., 2020, n. p.).

responsabilização. Segundo a professora Jacqueline Teixeira (O NASCIMENTO...,2020, n. p.), a ideia de violência ética é bem interessante para se questionar “até onde vai a violência? Quem realmente é uma pessoa que pode ser considerada violenta? Quais são as instituições e as políticas que se configuram para pensar essa violência?” Desse modo, a partir de seus estudos em Emmanuel Lévinas, para quem corpo e corporeidade são categorias importantes, Butler (2019) consegue

pensar a ética não como algo distante da realidade, como algo normativo ou que, de alguma maneira, esteja sempre distante, num texto ou numa lei. Mas, a ética como algo que é cotidianamente negociado. Ou seja, a ética, é um agir. Um agir que, cotidianamente, a gente aprende, a gente negocia e a gente constitui o segundo processo (O NASCIMENTO...,2020, n. p.).

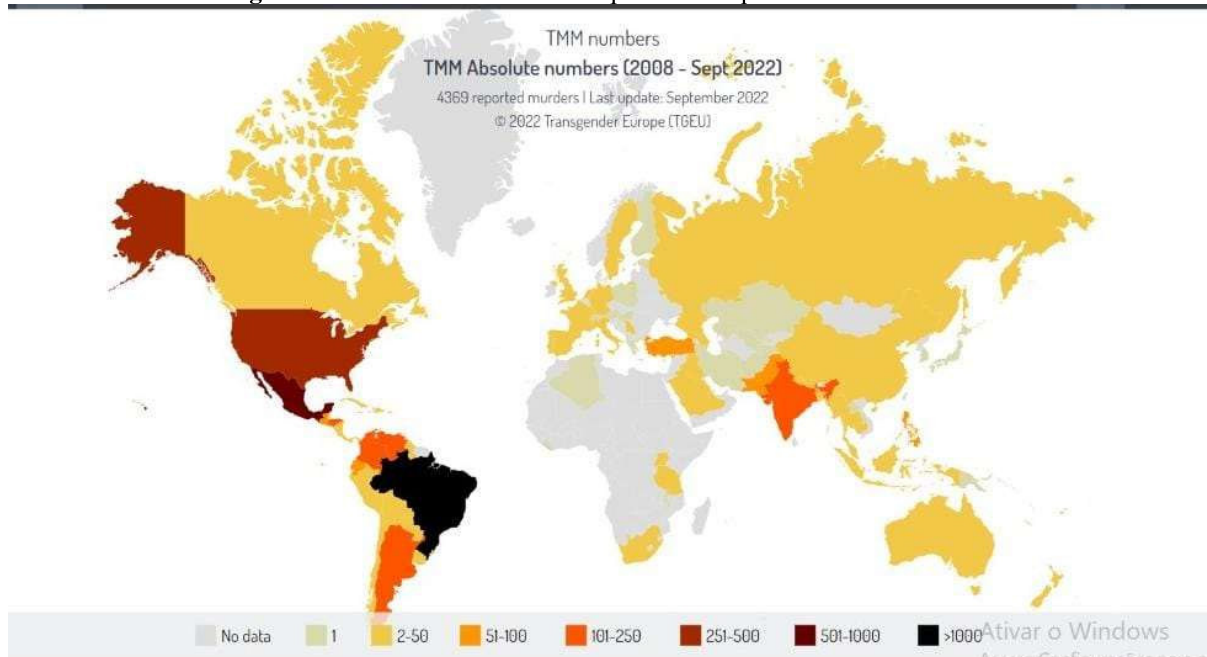
O segundo processo ao qual a professora Jacqueline Teixeira (2020) se refere é justamente a interpelação ou reconhecimento, tomados por Butler (2019) a partir da cena do reconhecimento hegeliana. Ou seja, para que o sujeito se constitua como sujeito, ele precisa ser interpelado, de modo a poder relatar quem é, passando a ser reconhecido nessa cena de interação, de onde exsurge o que a filósofa estadunidense chama de ética da responsabilidade. Dessa forma, ainda que a perspectiva relacional seja em primeira pessoa, o relato de si pressupõe uma despossessão do eu que, quando em relação, manifesta disposição a desconstruir-se e reconhecer o outro em diálogo. O tensionamento da questão ética ocorre exatamente quando se chega “[...] aos limites do que conhecemos, mas ainda nos é exigido dar e receber reconhecimento” (BUTLER, 2019, p. 34). Assim, o sujeito passa a responsabilizar-se ou a implicar-se diante das dores sofridas pelo outro, pois acredita que elas podem atingi-lo em outras circunstâncias, maculando-o, também, em sua humanidade. Nas cenas sociais mais corriqueiras da vida somos chamados a ler corpos e, na mesma medida, somos lidos. Tais corpos sempre performam uma identidade de gênero, um perfil étnico-racial, uma orientação sexual, uma condição de classe, uma religiosidade, marcadores sociais em relação aos quais serão reconhecidos ou não. Em não o sendo, da construção de justificativas para o não reconhecimento e, conseqüentemente, para a desumanização daqueles corpos específicos, decorre a violência ética, a exemplo das violências de gênero. Não é incomum ouvirmos certos julgamentos diante na notícia de um estupro, por exemplo, quando algumas pessoas insistem em ‘opinar’: ‘nossa, coitada..., mas, o que ela fazia a esse horário na rua? ’; ‘ué, mas, com essa roupa, ela esperava o quê? ’; ‘bem que ela podia ter esperado um homem para acompanhá-la na saída do bar’ ou, pior, ‘bar? O que ela fazia nesse bar sozinha, se ela é casada/tem namorado/é mãe?’. Tais justificativas, para Butler (2019), demonstram o quanto as pessoas optam por não empatizar com as sujeitas violentadas. Se, porventura, tais sujeitas são mulheres trans,

transmasculines, travestis, transvestigêneres ou outras performatividades dissidentes de gênero, piores são as justificativas, visto que a desumanização é um destino histórico comum a tais sujeitos, dado que a cisheterossexualidade “apaga as demais possibilidades, enquadrando-as em posições hierárquicas inferiores por meio de discursos moralizantes e patológicos” (NASCIMENTO, 2021, p. 105). No país que encabeça o *ranking* mundial de assassinato de pessoas trans⁷⁴, ousar transgredir os limites impostos pela cisheteronormatividade é enfrentar diuturnamente discursos/crimes de ódio que, a despeito de serem a assinatura de determinados falantes, excedem a própria cena do reconhecimento, corroborando um código social historicamente⁷⁵ transfóbico. Os sistemas de justiça só alcançam aqueles que assinam discursos/crimes de ódio, por isso a reflexão ética se impõe aos corpos em aliança (BUTLER, 2018), para que novos dispositivos de arrefecimento dos discursos de ódio possam ser pensados. Nas palavras de Butler (2019, p. 19) “não se trata apenas de a ética se encontrar envolvida na tarefa da teoria social, mas a teoria social, se tiver de produzir resultados não violentos, deve encontrar um lugar de vida para esse ‘eu’”, que deve ser reconhecido enquanto diferente, sem qualquer exigência de que venha a ser constrangido ao quadro normativo daquele que o reconhece (RODRIGUES, 2015).

⁷⁴ O recorte da ONG *Trans Murder Monitoring* compreende os meses de outubro de 2020 a setembro de 2021, apontando o Brasil em primeiro no ranking mundial, com 125 homicídios, seguido do México, com 65 casos. Com metodologia diferente, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) contabilizou 140 mortes de pessoas trans em 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/assassinatos-de-trans-no-brasil-caem-mas-n%C3%BAmoro-segue-alto/a-60597261>. Acesso em: 18 dez. 2022.

⁷⁵ Para Butler (2019), moral e ética são categorias próximas, das quais os sujeitos se valem para organizar um conjunto de verdades. A moralidade é um efeito da cena e não existe pré-discursivamente, desgarrada da história.

Figura 55 – Taxa de assassinatos reportados de pessoas trans no mundo.



Fonte: TMM, 2022.

No que toca aos casos de violência de gênero relatadas neste diário, quando as sujeitas se perceberam como vítimas, sobrou-lhes muito pouca ou nenhuma empatia dos sujeitos do entorno (família, escola, município), daí a opção pelo silenciamento. Desse modo, perscrutar acerca dos limites de empatia daqueles que têm por obrigação legal reconhecer a humanidade das discentes do IFMA é uma análise feita em dois momentos: o primeiro, a desconsideração das sujeitas como dignas de serem usuárias da política pública educacional pelos violadores; e pouca ou nenhuma resposta empática às vítimas pelos demais servidores da Instituição e, por conseguinte, pelo Estado. Passo, assim, a analisar a medida da implicação (ou não) de cada um desses sujeitos diante da interpelação pelas discentes assediadas.

O Estado Brasileiro organiza-se com base na Constituição Federal, norma que ocupa o topo na hierarquia das leis produzidas no País, sejam elas federais, estaduais ou municipais, que só podem existir de forma consentânea àquela. Vivemos, portanto, em um Estado Constitucional que pressupõe, ao menos no nível formal, um povo que deve ser por ele protegido, um território definido e um governo soberano. A origem dos Estados Constitucionais remonta à inauguração da Idade Moderna na Europa, período marcado pela formação dos Estados-Nação, sob os influxos do Iluminismo, movimento cultural que elegeu a razão como força motriz do conhecimento em detrimento da religião; do Constitucionalismo, que passou a organizar o Estado com base em uma lei magna formal e soberana em relação à pessoa dos governantes; e do Liberalismo Econômico e Político, doutrinas que preconizam, respectivamente, a livre iniciativa econômica e a liberdade de escolha para os ocupantes dos

cargos políticos, o que ensejou a substituição da Monarquia pela República (DALLARI, 2015). Historicamente, o Constitucionalismo moderno se consolida com a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, secundada pela Revolução Francesa, que durou de 1789 a 1799, e cujos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram evocados pela burguesia para o estabelecimento de uma ordem pública que pudesse ensejar o livre exercício de atividades econômicas. O nascimento do Estado de direito ocorre a partir da consolidação do Código Napoleônico, de 1807, que, referendando os princípios da Revolução, estabeleceu a igualdade formal de todos os cidadãos perante a lei. No entanto, é importante considerar que, enquanto a Europa entrava em ebulição social e erigia importantes premissas para a emancipação da burguesia com vistas a suplantarmos o regime monárquico, não abria mão de manter, à rédea curta, a empresa colonial, que financiou durante quase quatro séculos o projeto da modernidade, cujas benesses ficaram restritas ao Norte global.

De todo modo, questionar estruturas estatais formais, herdeiras de toda a carga histórica patriarcal, racista e elitista, que se sustentou e ainda se sustenta sobre uma base social racializada e pobre, é uma tarefa nada simplória, afinal, toda a estrutura burocrática do Estado é, de certa forma, espólio do colonialismo, ainda que concebida no âmbito do regime republicano. Isso porque, no caso do Brasil, nem a independência em relação à Portugal rompeu com o regime monárquico, sendo legatários do governo os próprios herdeiros da Coroa; nem a proclamação da República rompeu com as estruturas jurídico legais que sustentavam o Brasil imperial, marcadamente patriarcal, escravocrata e elitista. Muito embora tenhamos na democracia um regime jurídico-político, no qual resta assegurado o sufrágio universal, reconhecendo-se a todas as pessoas a condição de sujeitos de direito, aos quais é garantida, com algum nível de previsibilidade, a segurança jurídica e a liberdade para o funcionarem em partidos, sindicatos, etc., no plano material, ou seja, concretamente, verifica-se o estabelecimento de balizas mínimas de liberdade de atuação fruto da mediação das regras constitucionais, não sendo incomum o rompimento de tais regras caso se verifique a mais sutil ameaça de radicalização na modificação do *status quo* (MANOEL; LANDI, 2020). Diante disso, questiono: a interiorização da política pública educacional vem cumprindo seu papel, em especial, diante dos casos reportados de violência de gênero? Em que medida devemos agir contra o Estado ou a partir do Estado e através dele?

Ora, já observei que o Estado brasileiro, no seu aspecto jurídico-formal deve obediência a uma ordem constitucional, a qual abriga, a um só tempo, a livre iniciativa econômica e a preocupação com os direitos sociais, sendo o Estado um garantidor, repito, ao

menos no plano formal, de direitos como educação, saúde, trabalho e previdência⁷⁶ aos seus cidadãos, configurando-se assim, também, como Estado social, com vistas à prefalada democracia econômica e social. É nesse contexto que emerge da Constituição Federal, mais precisamente no art.211, a razão de ser do IFMA, sendo obrigação do Estado social garantir a oferta do ensino público de qualidade a todos, sem qualquer distinção:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 1988, n. p.).

Dentro da ordem constitucional, o dispositivo legal que deu azo à criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, por meio da prefalada Lei nº 11.892/2008, estabelece como finalidades da política pública:

Art. 6º (...)

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008, n. p.).

Nesse contexto, ao criticar a ideia de crescimento econômico como substrato necessário ao crescimento social, o economista equatoriano Pablo Dávalos (2008, n.p.) aponta a estratégia da qual o neoliberalismo e o capitalismo tardio se valem para legitimar-se, através

⁷⁶ Constituição Federal: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

do discurso praticamente sacralizado de que “obstaculizar o progresso é ser retardatário. Obstaculizar o crescimento é uma aberração dos povos ‘atrasados’ que, de forma imperativa, devem modernizar-se”. Em sua análise, o autor pontua que a ideia de progresso, contínuo do iluminismo e da modernidade, está intimamente ligada à ideia de liberdade individual, de modo a inculcar no cidadão a falsa percepção de que ele pode, sozinho, desenvolver-se economicamente e socialmente. Nesse ponto, o discurso meritocrático é fundamental à ideologia neoliberal, que lega mais ao indivíduo que às instituições, dentre elas o Estado, a responsabilidade por seu fracasso, resultado bem mais comum que o sucesso que, quando acontece, é alardeado aos quatro ventos como propaganda para arrebatar mais adeptos a esse modelo total e homogeneizante. Ao Estado restariam as funções mínimas de organizador das leis e, principalmente, de detentor do controle social, tanto dos fracassados decaídos da quimera do empreendedorismo de si mesmo quanto dos miseráveis que não são convidados ao banquete neoliberal, assim o fazendo especialmente por meio de seu sistema judiciário⁷⁷. O neoliberalismo anuncia-se, então, como o fim da modernidade, o sepultamento das utopias e de outras narrativas, de modo que restará às pessoas que ousarem confrontar sua narrativa homogeneizante a aniquilação. No contexto geopolítico dos países ocidentalizados, modernizados e de capitalismo tardio, Dávalos (2008) identifica cinco rupturas ou *cesuras*, as quais serviram de ferramenta à hegemonia do neoliberalismo através do discurso do crescimento econômico: fragmentação e separação das pessoas em relação à natureza; ruptura causada pela colonização epistêmica, arvorando-se o direito de dizer o que é ciência e o que não é, a partir de parâmetros estritamente norte-centrados; rompimento com a história e a cultura própria dos povos, estigmatizados como selvagens ou atrasados e, portanto, passíveis de objetificação, com vistas à exploração de sua força de trabalho; ruptura em relação à própria economia, que visa apenas o lucro de poucos em detrimento do empobrecimento e da miséria de muitos; e, por fim, a cisão com a ética, tendo em vista sua incompatibilidade lógica com o crescimento econômico e o interesse individual. Para o autor, a cisão em relação à ética produziu uma instrumentalização do conhecimento, do saber social e da convivência humana, de modo que a restauração de uma ética que rompa com a lógica neoliberal, no sentido de se compreender que os fins não justificam os meios antiéticos e que, para além de uma visão meramente econômica, é preciso desmercadologizar as relações, todas elas.

⁷⁷ Nesse sentido, ver também o psicanalista da Teoria Crítica Vladimir Safatle (2020), que percebe o neoliberalismo como uma engenharia social, arrefecedor das revoltas dos sujeitos oprimidos, sendo o Estado o garantidor desse *status quo*.

A entronização do IFMA em diversos municípios do Maranhão após a sanção da Lei dos Institutos Federais franqueou aos jovens dos municípios maranhenses, alguns deles bem distantes da capital, o acesso a uma educação básica, técnica e tecnológica e mesmo a uma educação superior de padrão elevado, tudo isso em uma estrutura vistosa, cuja arquitetura na maioria das vezes se destaca nas pequenas cidades: salas climatizadas, laboratórios, auditórios, bibliotecas, refeitórios, salas multimídia, quadras de esporte, campos de futebol, piscinas, jardins, estruturas tais, de fato, grandiosas para os padrões de cada localidade, de maneira que chega a ser curioso como os *campi* são frequentemente requisitados, pelas autoridades locais, para sediar grandes eventos ou mesmo, pelos moradores do lugar, para servir de cenário de ensaios fotográficos, por exemplo. Onde antes nada havia, após 2008, surgiu um grande empreendimento público. O Estado passou a se apresentar naquelas distantes paragens, trazendo a reboque ‘o progresso’ corporificado não só por tais grandes estruturas, mas também pelas servidoras e servidores que, imbuídos do mister de levar o conhecimento aos munícipes, lançaram-se à empreitada, alguns deles meio sem saber exatamente o que lhes esperava. Por compreender que a chave teórica decolonial consegue explicar bem o funcionamento das relações de poder na sociedade brasileira, desde as mais simplórias até aquelas de maior dimensão, estabeleci uma inevitável comparação entre a interiorização da política educacional e o empreendimento colonial da qual foram vítimas as sociedades que ocupavam as terras hoje denominadas de Brasil, justamente porque, à guisa de civilizar os habitantes das ‘novas terras’, os europeus acabaram por aqui inocular o veneno que corroeu o tecido social originário. O modelo de família patriarcal e toda sua carga cisheteronormativa, a hierarquização dos diferentes pela racialização e a consequente escravização de pessoas, bem como a apropriação do solo, das águas e de toda a forma de vida ligada a tais ambientes, representam o veneno inoculado com a promessa civilizatória, a qual não legou aos povos originais senão o seu paulatino etnogenocídio, atrelado à entronização da figura do Estado e todo seu formalismo burocrático naqueles arranjos sociais, tidos como ‘primitivos’ aos olhos estatais. Revisitando o que a historiografia tradicional relata acerca dessa herança maldita, interessam-me principalmente o modelo de família patriarcal e a racialização de pessoas.

Noutro giro, como investigadora, rechaço a ideia de que as comunidades nas quais se instalaram unidades do Instituto Federal sejam sociedades ‘primitivas’. Na linha do pensamento de Pierre Clastres (2017), refuto a ideia de que somente a partir da presença do Estado podemos conferir o grau de evoluída a dada sociedade. Tomo como exemplo a hipótese levantada ao longo da concepção deste trabalho de que relacionamentos intergeracionais pudessem ser uma marca cultural de cidades do interior do Maranhão ou quiçá do próprio

Nordeste do País. Confesso que essa suposição me perturbou. Primeiro porque, tendo sido aluna do IFMA entre os anos de 1992-1994, quando este ainda se chamava CEFET-MA, eram comuns os relacionamentos protagonizados por docentes e discentes. No curso por mim frequentado – e, diga-se de passagem, um curso majoritariamente frequentado por meninas – eram notórios os relacionamentos amorosos entre professores e alunas. As escolhidas eram, geralmente, as mais bonitas da classe, e isso em plena capital do Estado, a olhos vistos de todos da escola. Algumas casaram-se e constituíram família com professores, relações tais que não cabe ao presente relato perscrutar o destino, mas que eram perfeitamente toleradas e bem-quistas pela sociedade de São Luís. Segundo: incomoda-me inferir que relações intergeracionais sejam típicas do Nordeste, lugar esse já tão estigmatizado como ‘o outro’ do Brasil. De acordo com Ramon Grosfoguel (2016), o privilégio epistêmico de homens brancos ocidentais sobre os saberes produzidos por pessoas situadas em outras geopolíticas do conhecimento favorece não apenas uma injustiça cognitiva, mas também privilegia projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A colonialidade do saber como resultado dessa desqualificação/extermínio produz o racismo/sexismo epistêmico, fortemente sentidos nas universidades/escolas ocidentais ou ocidentalizadas.

Ainda no campo das inferências, chegou-me nítida a possibilidade de o Estado, ainda que no afã de realizar uma política de tão largo alcance social, poder agir como um ente violador, especialmente quando, ao deparar com casos de violência cometidos por seus agentes, optar por omitir, negar ou silenciar. Não obstante, é consabido que as instituições não são meras ficções. Elas se personalizam por meio das ações (e omissões) de seus agentes, daqueles que escolheram ali estar para cumprir seus misteres funcionais, ou seja, as servidoras e os servidores públicos, de modo que, a ação violenta ou a omissão dolosa dos agentes implica na caracterização, de forma reflexa, da violência institucional e, por conseguinte, na violência do próprio Estado, principalmente se, diante das injustiças, omite-se, ou pior, se age para punir a vítima em detrimento do agressor. Melhor explicado nas palavras de Angela Davis (2000, n.p.):

Como podemos esperar que o Estado resolva o problema da violência contra as mulheres quando ele constantemente recapitula sua própria história de colonialismo, racismo e guerra? Como podemos pedir ao Estado para intervir quando, na verdade, suas forças armadas sempre praticaram estupros e espancamentos contra as mulheres inimigas? Na realidade, a violência sexual e íntima contra as mulheres foi uma tática militar central de guerra e dominação.

É consabido que, para além de servir à instrução formal dos indivíduos, a escola é essencial para o reconhecimento da cidadania, para a emancipação dos sujeitos e para a garantia da efetiva participação social. Igualmente, atitudes condescendentes com eventuais investidas afetivo-sexuais de discentes são condenáveis. E mais: a possibilidade de elas cederem a tais

investidas que são traduzidas, aos olhos da comunidade acadêmica, como um ‘consentimento dado pela jovem’, hipótese tal inadmissível, seja pelas vedações administrativas seja pela inobservância de comportamento ético pelo servidor abusador, não é algo que me pareça absurdo ou condenável. Ora, a depender do contexto de dificuldades por elas enfrentadas – e, conforme estatísticas mostradas, tais dificuldades tendem a ser as piores possíveis – e do deslumbre que pode gerar o fato de elas se relacionarem com servidores públicos, cujas carreiras estáveis podem proporcionar segurança afetiva e patrimonial a essas alunas, é factível que possam vir a, facilmente, concordar com a ideia.

Conforme mencionei no Capítulo anterior, no que diz respeito ao aspecto formal, vê-se que o Estado mune a Instituição com diversos instrumentos legais e jurídicos que, para além de prevenirem os servidores públicos quanto à absoluta impossibilidade de se envolverem afetivo-sexualmente com discentes, ainda preveem a aplicação de penas disciplinares àqueles que quebram tais regras. Além da demissão, após regular processo administrativo que lhe garanta o contraditório e a ampla defesa, o servidor pode sofrer a penalidade denominada censura, prevista no Código de Ética do Serviço Público Federal (Decreto-Lei nº 1.171/1994). Não obstante o amplo arcabouço jurídico disponível ao IFMA para o disciplinamento da questão, o certo é que a efetiva instrumentalização de tais punições é rara, tal constatação, além de desestimular a modificação do comportamento da comunidade acadêmica, não realiza materialmente, ou seja, de fato, o objetivo da legislação. Nesse ponto do meu relato, faz-se necessário diferenciar as infrações ético-administrativas cometidas pelos servidores daquelas tipificadas como crime pela lei penal: o chamado assédio sexual. Nesse sentido, juridicamente, a interpretação do crime de assédio sexual já passou por dois momentos no Brasil: a partir de 2001, quando o Código Penal Brasileiro passou a classificá-lo como crime cometido nas relações de trabalho (LOBIANCO *et al.*, 2012); e a partir de 2019, por meio de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com a extensão da proteção jurídica para as relações entre professores e alunos (BRASIL, 2001; STJ, 2019). Na referida ação penal, o STJ julgou caso no qual “[...] o réu, em 2012, ao conversar com uma aluna adolescente em sala de aula sobre suas notas, teria afirmado que ela precisava de dois pontos para alcançar a média necessária e, nesse momento, teria se aproximado dela e tocado sua barriga e seus seios” (ASSÉDIO..., 2019, n.p.). Para o ministro relator, há um vínculo de confiança e admiração entre professor e aluno, o qual pressupõe inegável superioridade, ou seja, há uma relação de poder inerente à dominação do patriarcalismo. Assim, diz-se que:

Revela-se patente a aludida 'ascendência', em virtude da 'função' — outro elemento normativo do tipo —, dada a atribuição que tem a cátedra de interferir diretamente no desempenho acadêmico do discente, situação que gera no estudante o receio da

reprovação. [...] Faço lembrar que o professor está presente na vida de crianças, jovens e também adultos durante considerável quantidade de tempo, torna-se exemplo de conduta e os guia para a formação cidadã e profissional, motivo pelo qual a 'ascendência' constante do tipo penal objeto deste recurso não pode se limitar à ideia de relação empregatícia entre as partes (BRASIL, 2019).

Desde então, a decisão do STJ (2019) apontou um caminho para que as instituições de ensino se obrigassem a refletir sobre as práticas de assédio sexual, de importunação sexual, de exploração sexual, e passassem a envidar esforços preventivos e combativos como forma de debater e expurgar de seus ambientes a conduta criminosa, que denota nítido caráter de subordinação de sujeitos em posição de vulnerabilidade — crianças e adolescentes, sobre os quais agentes públicos reproduzem as violências inerentes ao sistema patriarcal⁷⁸. No entanto, para além das condutas enquadráveis formalmente como crime, abordagens abusivas outras têm lugar no chão da escola, cujas feições violentas escapam aos olhos ou mesmo são naturalizadas por quem as pratica ou com elas convive.

Desse modo, a compreensão da dinâmica dos delitos sexuais na contemporaneidade exige algo além do que a simples apreensão dos conceitos legais das referidas violências. Faz-se necessária a análise do sistema sociopolítico que serve de arcabouço para a recorrência de tais práticas na sociedade. Importa, pois, em especial, compreender o patriarcado como sistema mais ancestral à validação das opressões de gênero, entendido por Rita Segato (2016, p. 18) como uma “[...] relação de gênero baseada na desigualdade, [...] estrutura política mais arcaica e permanente da humanidade [...]”. Isso porque, segundo a antropóloga, para o Direito, e não só para a lei, as sociedades são entendidas como relações contratuais nas quais se pressupõe, apenas formalmente, a igualdade entre os sujeitos de direitos e obrigações. A festejada objetividade da ciência jurídica, que se apoia em uma pretensa neutralidade, esconde, na verdade, a visão obtusa daqueles que fingem não existir ou deliberadamente ignoram as relações desiguais de poder imbricadas nas violações decorrentes, invariavelmente, do sistema patriarcal (SEGATO, 2016).

Ao analisar as falas das servidoras que colaboraram com a pesquisa, concluo que o incômodo com relação a abordagens afetivo-sexuais perpetradas por servidores e colaboradores a discentes varia desde uma certa ‘acomodação sensorial’ até uma profunda indignação. Não obstante, institucionalmente, percebi um desconforto com a situação, o que já considero como um grande avanço no tratamento da temática. Grande parte das entrevistadas corrobora a ideia

⁷⁸ De acordo com María Lugones (2008, p.78), “[...] o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade, e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero”.

de que os servidores conhecem a proibição de se envolverem afetiva ou sexualmente com discentes. No entanto, a depender da situação, várias justificativas são manejadas para que as barreiras das previsões normativas sejam quebradas. No caso de discentes do Ensino Superior, a idade/consentimento das alunas autorizaria as abordagens, distinção que a lei não faz. Em relação a tais práticas, geralmente são mobilizadas as seguintes justificativas: ‘mas ela já é de maior’, ‘ninguém não tem nada a ver com isso’. Recordo a fala da Informante 1 sobre uma prática cultural histórica na Instituição:

Tivemos depois professores casando com aluna. Sim. O (professor 1) casou com uma aluna, o (professor 2), casou com uma aluna e (professor 3) casou com uma aluna (...). Não era aquela coisa do assédio, não. Eles no caso, eles namoraram, namoraram e casaram. (...) Elas estavam (acho) que no terceiro é mais ou menos isso. Foi o que aconteceu comigo na minha época também aconteceu muito isso sim. Então é uma coisa que parece que era bem a culturalmente aceita, né? (Informante 1).

De acordo com ela, os namoros aconteciam extra-muros da Instituição, às escondidas. Uma vez ‘revelados’, é interessante constatar que ninguém questionasse acerca da repercussão dessa aproximação na relação professor/aluna e do comprometimento ético do fazer educacional em relação a outros discentes. Esse é o perfil de relacionamento que encontra, ainda atualmente, maior ‘acomodação sensorial’ por parte da comunidade acadêmica, pois há uma tendência a normalizar ou mesmo romantizar relações assimétricas de poder, vez que,

ao banalizar e aceitar essa forma de violência, nós permitimos que violências ainda mais graves sejam cometidas. Não fechemos mais os olhos. É construindo um espaço propício à igualdade dos sexos que poderemos começar a erradicar violências domésticas, sexuais, morais, físicas e de muitos outros tipos e, assim, ajudar as vítimas a se expressarem” (Ni Putes ni Soumises, apud VERGES, 2021, p.118).

Noto que as pessoas no ambiente institucional parecem não conhecer (e também nem sempre se interessam em conhecer) o que é o assédio (constantemente, há confusão em relação à importunação sexual, por exemplo), especificamente quando essa violência é direcionada de forma específica a discentes, diferindo, portanto, dos achados da colega Karoline Parrião Rodrigues:

Mediante os dados obtidos na investigação, pode-se afirmar que o assédio está presente no cotidiano da instituição, na medida em que a maioria das participantes sabe identificar essa violência em seu ambiente de trabalho, conhece algum/a colega que foi vítima de assédio no IFMA, como também já vivenciou tal violência na instituição. Além disso, os dados oficiais da Ouvidoria e Comissão de Ética, embora com aparente diferença no quantitativo de denúncias recebidas em cada canal, também confirmam a ocorrência do assédio no e pelo trabalho cometido no IFMA (RODRIGUES, 2021, p. 133).

Tal conclusão reforça minha hipótese inicial de que o reconhecimento da humanidade dos corpos estudantis ainda se apresenta como um desafio a ser enfrentado tanto a

nível pessoal/funcional pelas servidoras e servidores quanto pela própria Instituição, que embebidos na cultura cisheterossexista hegemônica, valem-se de lentes seletivas para eleger quais corpos são para estudar e quais são para exaurir, seja através da violência de gênero – assédios, importunações, exploração sexual, LGBTQIAP+fobias, ‘microviolências’⁷⁹ – seja através dos racismos (inclusive o religioso).

Não obstante, preciso terminar este Capítulo final falando de esperança. Uma esperança que se nutre, antes de tudo, da ideia de aliança de corpos que se importam e se unem para repensar mecanismos de desenvolvimento da responsabilidade ética para com outros corpos que não fomos historicamente educados a enxergar, pois imaginar

um futuro pós-escravocrata, racista, capitalista, imperialista, patriarcal – é, no entanto, uma ferramenta potente nas mãos dos/as oprimidos/as. Ousar dar um salto no tempo, ousar imaginar um mundo onde a humanidade não esteja dividida entre vidas que importam e vidas que não importam, sempre fez parte da pedagogia política dos/das oprimidos/as (VERGÈS, 2021, p.143-144).

Fazer a revolução a partir do chão da escola, do chão do IFMA, significa se opor a discursos do tipo ‘sempre foi assim’, ‘isso é cultural’, ‘isso não tem jeito não’, ‘é da natureza humana’, ‘é da natureza feminina’. Essa oposição não pode ser exigida de um único indivíduo. É, antes de tudo, uma construção coletiva, como já mencionei anteriormente ‘de cima para baixo’ e, principalmente, de baixo para cima’. Questionais tais relações de poder assimétricas, cristalizadas sobre marcadores de gênero (e de raça e classe) colonialmente impostos é fustigar o mito da democracia sexual nas escolas e na academia.

6 EPÍLOGO

“...o que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça anã teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.
(...)

Porque há direito ao grito, então eu grito.”

Clarice Lispector

“Preciso saber como viver com as histórias que agora conheço.”

Donna Haraway

⁷⁹ Recuso-me a reconhecer que falas e atitudes que perpassam o racismo, o cisheterossexismo e a LGBTQIAP+fobia, — a exemplo da pessoa que crê elogiar, mas acaba ferindo bastante —, possam ser classificadas como micro. Tal nomenclatura parece centrada mais em quem pratica as violências do que em quem as sofre, para quem a violência nem sempre é micro.

Através da escrita deste diário/ensaio busquei investigar a violência de gênero no IFMA, tomando como base a implicação ética entre os agentes públicos e o corpo discente – e, conseqüentemente, entre o próprio Estado e esse mesmo corpo discente – em cotejo com a expansão da rede no Estado do Maranhão, no intuito de fomentar o fortalecimento de uma rede de proteção às vítimas, em detrimento de uma eventual cumplicidade institucional com as práticas nefastas que acabam por desvirtuar a política pública educacional, a qual, de forma alguma, deve ser descartada.

O IFMA é uma grande Instituição de ensino pública que conta, atualmente, com quase trinta *campi* espalhados em todo o Estado do Maranhão. Até 2008, só havia unidades do IFMA em São Luís (antes denominado Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão), Imperatriz (também denominado Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão) e Codó (antes, Escola Agrotécnica Federal do Maranhão). Após a implementação da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), em pouco mais de dez anos, a quantidade de unidades aumentou exponencialmente. A implantação de *campi* em cidades muito carentes do Estado, ao mesmo tempo que fez nascer esperança de educação de qualidade para milhares de jovens, trouxe também alguns males, entre eles, o assédio sexual.

Entretanto, ao se analisar mais a fundo o fenômeno da expansão do IFMA, tem-se que a violência de gênero na escola nem sempre decorre de uma abordagem abertamente violenta ou não resistida pela vítima, conforme o caso de assédio sexual julgado pelo STJ, quando uma aluna teve seus seios e sua barriga tocados por um professor que insinuava poder melhorar sua nota caso ela cedesse a mais intimidades. Para além das aproximações forçadas, a abordagem afetiva do tipo flerte ou namoro – seguida de relação sexual ou não – perpetrada por um agente público revela-se até mais insidiosa, uma vez que, quando exercida em face de uma aluna, parte mais frágil da relação, tende a não encontrar qualquer rechaço. Isso porque, de acordo com os relatos colacionados, o poder hierárquico exercido pelo professor ‘conquistador’ sobre a aluna – cuja influência perpassa questões de classe, raça, idade, estabilidade no emprego – deixa pouquíssimo espaço para que as discentes resistam às investidas, seja porque o servidor violador doura a relação abusiva com o brilho de um romantismo superficial, ou seja porque a vítima adere aos jogos sexuais do abusador, normalizando uma relação que jamais deveria ocorrer caso o servidor se mantivesse dentro dos limites legais e éticos que norteiam o mister de um verdadeiro educador. Nesse contexto, o presente estudo se apoiou em três premissas básicas: o assédio sexual é uma violência de

gênero; a violência de gênero decorre de um comportamento antiético e desumanizador praticado por um agente público; a violência de gênero, no Maranhão, tem cor e classe.

A opção pela escrita em primeira pessoa, com o intuito de tornar visíveis as vítimas abusadas e audíveis os seus relatos de dor, expressa, portanto, a reivindicação pela necessidade de incomodar as estruturas estatais que historicamente validam, com esteio na injusta geopolítica do conhecimento, o formalismo em detrimento da verdade material dos fatos, a igualdade formal em detrimento da equidade e as posturas masculinistas, racistas e elitistas de servidores, — e também de servidoras —, em detrimento de uma genuína implicação ética decorrente do reconhecimento da personalidade de meninas e mulheres, numa franca legitimação e retroalimentação da violência estatal.

No momento em que deito estas últimas linhas, tomo conhecimento que o número de feminicídios no Brasil bateu recorde no 1º semestre de 2022⁸⁰, período em que os repasses governamentais voltados ao combate à violência de gênero foram os mais baixos dos últimos quatro anos. Para além das retroalimentações institucionais, que ficam patentes quando a Administração Pública demora cinco anos para dar uma resposta definitiva à vítima e à sociedade sobre uma violência ocorrida em uma Instituição de ensino, deparei com relatos de uma macroestrutura também deslegitimadora do lugar de fala da vítima, quando a polícia judiciária, ainda que provocada por meio de boletim de ocorrência, faz com que ela tenha que se deslocar quilômetros para renovar o pedido de socorro pessoalmente na delegacia, submetendo-se a uma revitimização desnecessária e, ainda assim, tendo que enfrentar o julgamento machista de agentes policiais para convencê-los de que, de fato, é a vítima, não a algoz.

Machismo que, aliás, ganhou, durante os anos em que este diário foi escrito, holofotes, voz e cara, insuflados principalmente a partir do golpe de Estado perpetrado pela frente estatal-empresarial-midiática-cristã contra a Presidenta Dilma Rousseff e fortalecido pelos anos em que a extrema direita se viu personificada na figura de um presidente abertamente homotransfóbico, racista e misógino⁸¹, cujos discursos de ode à família

⁸⁰ O aumento no número de casos foi da ordem de 10,8%, considerado o período entre os anos de 2016 a 2020. Considerando-se o quadriênio anterior, o orçamento para investimento em políticas de enfrentamento à violência de gênero foi de R\$ 366,58 milhões, em oposição aos R\$ 22,96 milhões no triênio 2020/2022, o que representou uma queda da ordem de 94% nos recursos investidos (disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmCnLACvH5R/>. Acesso em 12 dez. 2022).

⁸¹ As declarações de apologia às culturas do estupro e do assédio do então Presidente da República o acompanham desde os primórdios de sua vida pública, a exemplo da declaração feita em 2014 de que só não estupraria uma colega de parlamento porque ela não merecia. (Disponível em: https://istoe.com.br/395929_NAO+ESTUPRO+PORQUE+VOCE+NAO+MERECE+DIZ+BOLSONARO+A+MARIA+DO+ROSARIO/. Acesso em 19 dez. 2022.) e, mais recentemente, durante a campanha ao pleito de 2022, de que ‘pintou um clima’ ao encontrar com meninas venezuelanas refugiadas em Brasília-DF. (Disponível

enlevavam tão somente a ‘família tradicional brasileira’⁸², célula fundamental à manutenção do sistema neoliberal. Tal narrativa serviu bem para desmerecer todos os avanços até então alcançados pelos governos progressistas e suas políticas de inclusão e diversidade, tendo a política pública educacional, sobretudo aquela que ganhara algum destaque nos anos anteriores, cujo desmonte ganhou o apoio, inclusive, de servidores do próprio IFMA, conjuntura que desafiou (e por vezes, confrontou) aqueles que, de alguma forma, buscavam encampar as pautas respeitantes ao combate aos discursos de ódio e à prevenção das violências na Instituição. O termo gênero, em disputa nas batalhas narrativas no chão da escola, tornou-se central na minha pesquisa, daí porque a necessidade de justificar a importância de sua abordagem no contexto da prevenção e do combate às violências de gênero, apoiando-me, para tanto, sobre um amplo substrato jurídico-legal e científico.

Na segunda parte do diário, a partir da etnografia dos autos de um dos Processos Administrativos Disciplinares tramitados na Instituição, do qual resultou a demissão de um servidor em razão de conduta assediosa contra uma discente menor de idade, bem como após a oitiva de diversas servidoras que vivenciam a realidade dos *campi* do IFMA, vários nortes se descortinaram, apontando possíveis soluções ao fenômeno da violência de gênero. No entanto, longe de almejar esparcar todas as dúvidas, algumas remanescem: como enfrentar o profundo abismo jurídico-legal existente entre a configuração do crime de assédio sexual, fruto de uma abordagem aprioristicamente violentas e que exigem o alcance de requisitos estritamente gizados pela lei penal, e a constatação de que a socialização de mulheres e, principalmente, de meninas discentes a partir de relacionamentos afetivo-sexuais, que pressuporiam um ‘consentimento’ das envolvidas, desconsiderando a acentuada incongruência de poder entre os participantes dessa relação também é uma forma de abuso? Como sustentar o argumento de que as discentes merecem mais do sistema educacional do que apenas terem seus corpos acessados por agentes públicos que, em atitude completamente contrária aos seus deveres funcionais, creem-se perfeitamente tributários de um ‘consentimento’ livre de vícios? E mais, como desencorajar meninas e mulheres discente a se deixarem socializar a partir de

em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/pintou-um-clima-entenda-a-polemica-em-torno-de-falas-de-bolsonaro-sobre-meninas-venezuelanas,07764bdc89cec0569974d20dee8e76danpwrqqb3.html>. Acesso em: 19 dez. 2022).

⁸² Amara Moira (2018, p.107 e p., travesti e doutora em Letras pela Unicamp, ao relatar as experiências por ela vividas na prostituição, reproduz a seguinte fala de um “pai de família respeitado”: - Nossa, você é bonita, gostei...até namorava se você fosse mulher. Toda bonita assim, branquinha, boca rosada, humilde, mas não dá, entende? A transa gostosa marido e mulher, o dia a dia, a cumplicidade, tudo isso ia fazer falta. Não é preconceito, é que eu gosto só de mulher. Sou louco por uma buça. Você é pra aquela variada de vez em quando, quando cansa.

seus atributos femininos, sem que isso seja lido como a imposição de moralismos⁸³, tão comuns e perigosos no Brasil neoconservador da contemporaneidade?

Por fim, no último tomo, vali-me do pensamento filosófico de Judith Butler (2019), que, ao cunhar a aparentemente contraditória expressão violência ética, convida-nos à reflexão sobre as interações, sobretudo as coletivas, na busca por um modo de conviver mais humano, solidário e responsável. Isso porque, para a filósofa estadunidense, o comportamento ético está intrinsecamente ligado ao social, situação que encontra na linguagem o elemento relacional entre os sujeitos. Importa asseverar que, em sua análise, Butler (2019) se distancia de pensadores importantes da história da Filosofia (a exemplo do *cogitum* cartesiano, da metafísica kantiana da substância, e da fenomenologia de husserliana), por compreender que o sujeito, desprovido de qualquer pré-discursividade, só se reconhece assim quando em relação com o outro. Em cotejo à Butler, trabalhei com categorias movimentadas pela transfeminista Leticia Nascimento (2021; 2022), dentre elas a da cisheteronormatividade como o sistema hegemônico que determina quais vidas são dignas de humanização e quais não o são; bem como com a teoria feminista radical da violência de Françoise Vergès (2021), eminentemente anti-imperialista e antineoliberal.

A partir da análise dos registros e achados etnográficos, cotejados ao prefalado referencial teórico, busquei provocar nas personagens que protagonizam as relações institucionais – desde gestores, docentes, servidores técnico-administrativos até os próprios discentes –, reflexões acerca da importância de se assumir o compromisso ético em torno da construção de uma nova gramática social, com vistas ao reconhecimento da humanidade de meninas e mulheres no IFMA, em detrimento das diversas violências transistóricas das quais foram vítimas ao longo da consolidação do Instituto no cenário da política pública educacional no Maranhão, mais fruto de ações e omissões de agentes antiéticos (e, por vezes, criminosos) e, em alguma medida, do descaso estatal, do que, propriamente, da finalidade da própria política educacional, que, justamente por isso, precisa assumir posturas antirracistas, antissexistas e antiLGBTQIAP+fóbicas, as quais perpassam a necessidade de punir servidores antiéticos e promover políticas permanentes de equidade de gênero/raça/etnia/classe, ante o caráter inclusivo da política pública encampada pelo Instituto. Em suma, respondendo ao meu problema de pesquisa, constato a existência de um forte cooperativismo entre servidores e

⁸³ A tão-só vedação legal de envolvimento afetivo-sexual entre alunos e servidores, decorrente dos deveres funcionais destes, além de não ser suficiente ao desencorajamento da prática, foi apontada, pelos próprios envolvidos, como uma medida autoritária que desconsideraria a autonomia dos sujeitos.

servidoras, extensivo aos colaboradores terceirizados, os quais, em detrimento da pessoa das vítimas, cuja humanidade não é por eles reconhecida, perpetuam a violência do agressor.

Quanto aos empecilhos para a pesquisa, eu diria que são os mesmos que uma servidora pública feminista decolonial encontra em seu dia a dia: burocracias, desinteresses e retrancas. Tratar do tema na Instituição ainda é um tabu, um incômodo, o que ficou evidenciado durante algumas entrevistas, bem como ante a relutância que alguns servidores, dentre eles gestores, têm para admitir a existência do fenômeno.

Dessa forma, o enfrentamento ao fenômeno assédio sexual em instituições de ensino deve abarcar dois flancos concomitantemente: um, de cunho geral, mirando o caráter estrutural da violência de gênero; outro, específico, regulando a prevenção e atuando efetivamente em relação às condutas problemáticas. De forma geral, a Instituição deve fomentar discussões acerca das desigualdades sociais, fazendo com que o gênero seja um ponto de inflexão constante tanto na esfera administrativa, a exemplo do estabelecimento de paridade de gênero em postos de decisão e da criação de políticas de ações afirmativas que rompam com a estrutura cisheterossexista da Administração; quanto na esfera finalística da Instituição, o que implica incluir gênero como categoria de análise nos currículos, ainda que de forma transversal, tornando mais diversos os cânones e incitando nos discentes a reflexão crítica acerca da ausência da representatividade feminina em certas áreas de atuação. Defendo que toda e qualquer disciplina pode ser abordada a partir de um viés crítico em que alunos e professores problematizem marcadores sócias de gênero/raça/classe, agregando valor ao ensino meramente técnico-profissionalizante.

De forma específica, para além da formalização de uma política amplamente divulgada acerca do tema, que pressuponha capacitação, conscientização e responsabilização, a instituição deve estabelecer um fluxo de denúncias que permita aos interessados, além do acesso, o controle do processamento do referido fluxo. É uma reclamação constante das pessoas que protagonizam denúncias, sejam as vítimas engajadas, seus familiares ou servidores que acolhem tais atores, que uma vez endereçada a denúncia, simplesmente, nada mais acontecer. Ainda que sobre o processo recaia o sigilo legalmente garantido, a Administração precisa desenvolver mecanismos mínimos de informação aos administrados de que o processo está caminhando e que, tão logo seja possível, obedecidas as devidas formalidades, a comunidade acadêmica obterá uma resposta acerca da questão. Insisto que a despeito do sigilo, a transparência quanto ao ritmo que o rito investigatório implica o reconhecimento da humanidade das vítimas e a consequente realização da justiça.

Importa também fortalecer a rede de acolhimento à vítima de violência, ainda que cometida fora da Instituição, assim o fazendo por meio do esforço conjunto da comunidade acadêmica, a partir do reconhecimento da humanidade das vítimas, bem como pela utilização de ferramentas que podem vir a ser desenvolvidas pelos próprios alunos, com o apoio da Instituição, tais como aplicativos, *sites*, portais, a exemplo do Serviço de Atenção à Violência Sexual criando no âmbito da Unicamp, em São Paulo (Figura 56).

O IFMA precisa agir como verdadeiro protetor dos direitos de seu alunado, pois, conforme a legislação vigente, concorre com a família na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, não se tratando de uma mera prestadora de serviços educacionais. Somos um Instituto de Educação, de Ciência e de Tecnologia, devendo pautar nossas ações, na condição de educadores, em postulados científicos não isolados de princípios éticos de respeito ao próximo, em especial, os próximos alijados de processos educacionais historicamente reservados a uma elite exploradora, egoísta e assediadora.

Além disso, urge que o IFMA reavalie o seu aparelho apuratório, com vistas a uma melhor instrumentalização dos Processos Administrativos Disciplinares, pois, quando a burocracia se fixa ao contexto cisheterossexista, pouca ou nenhuma celeridade é conferida à apuração de ilícitos na Instituição. Ademais, a estrutura deficitária da Corregedoria Institucional resulta na sua pouca efetividade no processamento das investigações. Comissões desqualificadas e desinteressadas podem colocar todo um PAD a perder, prato cheio para que o Poder Judiciário, também constituído na mesma matriz cisheterossexista de poder tenda a agir de modo complacente com os agressores, anulando a apuração.

Figura 56 – Portal Unicamp noticia a criação de Serviço de Atenção à Violência Sexual em 22/09/2019



Fonte: Unicamp, 2022.

Como pesquisadora e ativista, é gratificante constatar que tais pautas vêm sendo progressivamente buriladas no ambiente institucional, a exemplo dos projetos Empodera IFMA (realizado em parceria com a organização não-governamental PLAN Internacional), a já mencionada Campanha Não é não de combate e prevenção ao assédio sexual, além da criação do Laboratório de Estudos de Gênero – LEGIP, do *Campus* Pedreiras pela professora e pesquisadora Nila Michele Bastos Santos, e da implantação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade junto aos *campi* Bacabal (Tirésias)⁸⁴ e Santa Inês (Januária)⁸⁵.

⁸⁴ Instituído pela Resolução nº 14/2021, de 07/12/2021, do Conselho Diretor do IFMA/*Campus* Bacabal.

⁸⁵ Instituído pela Resolução nº 3/2022, de 28/06/2022, do Conselho Diretor do IFMA/*Campus* Santa Inês.

Figura 57 – Alunas do IFMA/ *campi* Centro Histórico, Itapecuru-Mirim, Maracanã, Monte Castelo e Rosário em atividade do Projeto Empodera IFMA.



Fonte: IFMA, 2019.

Figura 58 – Alunas do IFMA/ *Campus* São Luís Maracanã participam de ação da Campanha ‘Não é não’.



Fonte: IFMA, 2021.

Além disso, convém ressaltar um importante movimento de protagonismo do IFMA no cumprimento do que determina a Medida Provisória nº 1.440/2022, à qual me referi no Capítulo 2, mesmo antes da publicação da referida norma, uma vez que, ainda em dezembro de 2021, tiveram lugar as primeiras reuniões para deflagração do Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero, com o objetivo de enfrentar as desigualdades de gênero na Instituição, de modo a possibilitar espaço acadêmico e de trabalho livre de violência. O projeto,

que está sendo conduzido por servidoras lotadas em diversos *campi* e na Reitoria⁸⁶, anseia, em pela implementação de uma política institucional permanente de prevenção e combate à violência de gênero, exatamente no sentido determinado pela recém-publicada Medida Provisória. Por fazer parte da equipe responsável pelo Projeto em questão, tenho testemunhado as ações desenvolvidas pela equipe, tão reduzida – seis servidoras e uma discente – quanto aguerrida, que se desdobra para se fazer presente, na maioria das vezes pessoalmente, junto à comunidade acadêmica, com o intuito de informar e conscientizar os atores envolvidos no processo educacional, para que estes possam prevenir, identificar condutas assediosas e adotar as medidas cabíveis à solução do problema.

Figura 59 – Página do Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero no Portal do IFMA na *internet*.



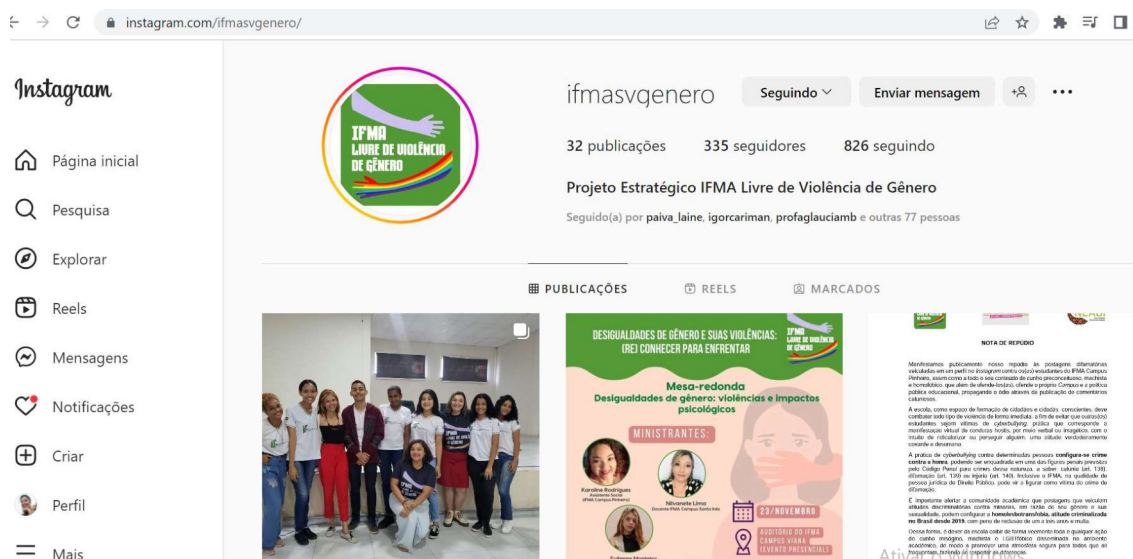
Fonte: IFMA, 2022.

Em recente levantamento do ambiente institucional acerca da temática encampada pelo Projeto Estratégico, cujas respostas obtidas através de formulário enviado a todos os *campi*, percebo que, a despeito dos esforços envidados pela equipe condutora, o interesse em relação à pauta ainda é deficiente, visto que apenas 10 unidades se manifestaram (ANEXO I, p. 295). Os anseios dos respondentes não destoam dos objetivos buscados pela comissão que operacionaliza a iniciativa, dentre eles, a institucionalização de uma política de equidade de gênero, suscitando a criação de núcleos de estudo sobre a temática nos *campi*, a exemplo do

⁸⁶ De acordo com a Portaria IFMA nº 224/2022, de 25/01/2022 (IFMA, 2022).

NEABI, bem como, “a construção de um currículo escolar que inclua pautas sobre a prevenção da violência contra mulher na educação básica (...) além de privilegiar a desconstrução das verdades femininas e masculinas impostas pela sociedade, com o objetivo de conscientizar acerca do papel da mulher (ANEXO I, p. 295). Outrossim, fragilidades foram destacadas, as quais espelham aquelas apontadas neste estudo, tal como a necessidade da criação de um fluxo para processamento das denúncias e de maior celeridade no processamento dos PADs.

Figura 60 – Perfil do Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero no Instagram.



Fonte: INSTAGRAM, 2022.

O IFMA também é celeiro de cientistas destacados nas temáticas gênero e sexualidade, a exemplo das pesquisas desenvolvidas por Adriana Bezerra Silva (docente junto ao *Campus* São José de Ribamar), Francisca Márcia Costa de Souza (docente junto ao *Campus* Coelho Neto), Liliane Barbosa Amorim (docente junto ao *Campus* Itapecuru-Mirim), Nilvanete Gomes de Lima (docente junto ao *Campus* Santa Inês), Juciana de Oliveira Sampaio e Salete Silva Farias (ambas docentes junto ao *Campus* São Luís Monte Castelo), Fernanda Maria Vieira Ribeiro (docente junto ao *Campus* Pinheiro) Claudelison Pinheiro Pessoa e Jadson Fernando Rodrigues Reis (respectivamente docente e Técnico Administrativo em Educação junto ao *Campus* Pinheiro), Leandro Lago (docente junto ao *Campus* Bacabal), Gil Derlan Silva Almeida (docente junto ao *Campus* Bacabal), entre vários outros, servidores que aplicam efetivamente em seus misteres os objetos de suas pesquisas, burilando a temática em seus respectivos *campi*, apontando deficiências e contribuindo com soluções palpáveis para a modificação do *status quo*.

Merecem destaque especial os estudos recentemente desenvolvidos por Karoline Rodrigues Parrião⁸⁷, assistente social do *Campus* Pinheiro, que investigou o assédio sexual sofrido pelas trabalhadoras do IFMA, pesquisa com a qual dialoguei ao longo do meu estudo, e de Sarah Patrícia Aguiar e Silva Omena⁸⁸, docente do *Campus* São José de Ribamar, cujo objeto de estudo foi o assédio moral como estratégia de gestão no contexto de precarização do trabalho docente, também tendo o Instituto como campo. Tais iniciativas, no contexto de uma Instituição centenária, são importantíssimas para que retóricas conservadoras e excludentes não encontrem eco no ambiente institucional e nem influenciem negativamente nos sistemas punitivos dos quais o Estado dispõe para expurgar de seus quadros pessoas que se valem do seu lugar de servidor para humilhar, iludir, oprimir e violentar pessoas, bem como para desvirtuar os reais objetivos que deram ensejo a implantação do IFMA nos diversos municípios maranhenses.

Diante das crescentes demandas da vasta comunidade acadêmica do IFMA, urge, portanto, que passemos a reconhecer discentes adolescentes e mulheres como pessoas humanas, dignas de estar e permanecer no Instituto. Afinal, as assediadas, a despeito de serem vítimas, são sujeitas de direito, as quais, a despeito dos silêncios e silenciamentos, devem reivindicar o seu papel no caminho da não reprodução de uma cultura assediadora. É igualmente imperioso que nos impliquemos radicalmente quando por elas interpelados. Antes disso, é preciso perceber, parafraseando a colega de Projeto Estratégico, Karoline Rodrigues Parrião, ‘o assédio nosso de cada dia’ e nos comprometamos, em aliança, a combatê-lo desde o chão da escola. Somente a partir do efetivo engajamento é que podemos, de fato, vislumbrar a efetivação de uma política pública que foi concebida para efetivamente incluir, visibilizar e emancipar vidas. Todas as vidas.

⁸⁷Recentemente veiculada no Programa Univerciência, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vHxK4SRKUDk>. Acesso em: 18 dez. 2022. Texto integral da pesquisa disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/3791/2/KAROLINEPARRI%C3%83ORODRIGUES.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

⁸⁸ Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Sarah-Patr%C3%ADcia-Aguiar-e-Silva-Omena.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. **Sem maquiagem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. 409 p.

ALBRECHT, Pricila Anny Tomachski; KRAWULSKI, Edite. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 211-226, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 dez. 2022.

ALVARES, Maria E. M.; REGO, Angela. B. L. S. Violência de gênero e COVID-19: interseccionalidade e vulnerabilidade da mulher no Maranhão. **Argumentum**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 103–120, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34784>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ANISTIA Internacional. **Stop violence against women: it's in our hands**. London: Amnesty International Publications, 2004. 74 p.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 229- 236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 27 maio 2022.

ASSÉDIO sexual pode ser caracterizado entre professor e aluno. **CONJUR**, 9 set. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-09/assedio-sexual-caracterizado-entre-professor-aluno>. Acesso em: 13 set de 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 904 p.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in Public. **Critical Inquiry**, v. 24 n.2, p. 547-566, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1344178>. Acesso em: 23 maio 2022.
BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p.15-24, jan./abr. 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 117-135, jan./abr., 2018.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, Dossiê: Homofobia, sexualidade e direito, Rio de Janeiro, n. 123, p. 27-37, ago., 2011. Disponível em: http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/BORTOLINI_-_Diversidade_Sexual_e_de_G%C3%AAnero_na_Escola_-_Rev._Espa%C3%A7o_Acad%C3%AAmico.pdf. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. **Assédio moral e sexual no trabalho**. Brasília, DF: Mesa do Senado Federal Biênio 2017-2019, [2019]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual-no-trabalho>. Acesso em: 6 set. 2022.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**, Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/32465>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Presidência da República, [1937a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 25 dez. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1989_1994/L7863.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1909]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979**. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. Brasília, Distrito Federal: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D83935.html#textoimpressao. Acesso em 25 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2020b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073/42, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Presidência da República, [1942]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em 25 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 22.470/47, de 30 de janeiro de 1947**. Fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Presidência da República, [1947]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940->

1949/decreto-22470-20-janeiro-1947-341091-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%2022.470%2C%20de%2020%20de%20Janeiro%20de,de%2020%20de%20ag%C3%B4sto%20de%201946.%20Art.%202%C2%BA. Acesso em 25 dez. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953.

Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L1821.htm. Acesso em 25 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, Distrito Federal: Presidência da República, [2020b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm. Acesso em: 24 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Brasília, DF: Presidência da República, [1979]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.863, de 31 de outubro de 1989. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8948.htm. Acesso em: 25 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8948.htm. Acesso em: 25 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.224 de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10224.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020.** Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv928impressao.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.440, de 27 de outubro de 2022.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências Institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Mpv/mpv1140.htm. Acesso em: 25 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 039, de 21 de agosto de 2020.** Aprova a prestação de contas anual, Exercício Financeiro de 2019, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão para o Tribunal de Contas da União. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2020c]. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CONSUP-n%C2%BA-39.2020-Aprova-Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-2019.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

BULLOUGH, Vern L. The contributions of John Money: a personal view. **The Journal of Sex Research**, v. 40, n. 3, p. 230-36, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3813317>. Acesso em: 18 maio 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a justiça das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 198 p.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta de achamento do Brasil**. Edição comentada por Sheila Hue. Campinas: Editora Unicamp, 2021. 14 p.

CASTRO, Susana de. “Aposta epistêmica”: o feminismo descolonial de Yuderkys Espinosa Miñoso. **Revista Ideação**, n. 42, p. 86-93, jul. /dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5486>. Acesso em: 27 maio 2022.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. **Fundamentos**, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/7863/4836>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CGU. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: Edição da Corregedoria-Geral da União, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoinformacao/institucional/corregedoria/publicacoes/manual-de-processo-administrativo-disciplinar.pdf/view>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CISHETERONORMATIVIDADE: fundamentos feministas e decoloniais. Aula com Letícia Carolina Nascimento (apresentação). São Paulo: Brava, 2022 (120 min.). Disponível em: <https://us02web.zoom.us/rec/share/tOgre5gh-9nOUBvpwU5PvVp2INgWBMdBbRkReNXGO9Pg7SSSvRBfQ95wHPZ6BW3k.k-vleW5DtzpC24cs>. Acesso em: 18 maio 2022.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 240 p.

CONNELL, Raewyn W. **Masculinities**: Knowledge, Power and Social Change. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1995. 295 p.

CULTURA do Assédio. **Revista Cult**, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/cultura-do-assedio/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des) arquivar**: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente. Florianópolis: Rafael Copetti Editor, 2019. 182 p.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana** [online]. 2004, v. 10, n. 2, p. 287-322. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003>. Acesso em: 04 jun. 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. 304 p.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, n. 27, p.1-12, maio 1978. Disponível em: <https://agnesufop.files.wordpress.com/2017/09/o-ofc3adcio-de-etnc3b3logo-ou-como-ter-anthropological-blues-roberto-damatta.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

DAUPHIN, Cécile. Mujeres solas. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. (orgs.). **Historia de las Mujeres – El siglo XIX: Cuerpo, trabajo e modernidade**. Madri: Taurus, 1993.

DÁVALOS, Pablo. El “Sumak Kawsay” o el “Buen vivir” y las cesuras del desarrollo. **Alai, América Latina en movimiento**. Quito, 06 mai. 2008. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/23920>. Acesso em: 10 dez. 2022.

DAVIS, Angela. The Coloor of Violence against Women: Keynote Address at the Color of Violence Conference in Santa Cruz. *Colorlines*, v.3, n. 3, 10 out. 2000. Disponível em: <https://colorlines.com/article/color-violence-against-women/>. Acesso em: 25 out. 2022.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992. 224 p.

ERHARDT, Anke A. John Money, Ph.D. **Journal of Sex Research**, v. 44, n. 3, p. 223-224, ago. 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20620298>. Acesso em: 18 maio 2022.

ESTUDO com 1.200 genomas mapeia diversidade da população brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/09/estudo-com-1200-genomas-mapeia-diversidade-da-populacao-brasileira.shtml>. Acesso em: 16 maio 2022.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. 16. ed. São Paulo: FBSP, 2022. 516 p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FALAR de gênero está dentro da lei. Aula 3 com Alexandre Bortolini e Cláudia Reis (apresentação e mediação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Transmitido pelo Canal É pra falar de gênero sim! (217 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g0-5ZDTDcRU&t=6887s>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, 2007. 100 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020. 312 p.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Global Editora, 2008. 304 p.
FERREIRA, Letícia C. de M.; NADAI, Larissa. Reflexões sobre burocracias e documentos. **Confluências**: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, vol. 17, n. 3, p. 07-13, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999. 151 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

FREUD, Sigmund. **The ego and the id and other works**. Vol. XIX. London: Vintage, 1923. 66 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global Editora, 2005. 728 p.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Vol.2. São Paulo: Saraiva, 2003. 416 p.

GÊNERO é ciência. Aula 1 com Alexandre Bortolini e Cláudia Reis (apresentação e mediação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2022. Transmitido pelo Canal É pra falar de gênero sim! (210 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yhUAcwEIqhA>. Acesso em: 07 maio 2022.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GIL. Antônio Carlos. **Sociologia Geral**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 288 p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-artigo/>. Acesso em: 13 set. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

GOUVEIA, Aparecida Joly. Milhares de normalistas e milhões de analfabetos. **Educação e ciências sociais**, ano VI, v. 9, n. 17. p. 114-140, maio/ago. 1961.

GOUVEIA, Aparecida Joly. Professôras de amanhã: um estudo de escolha ocupacional. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura, 1965. 169 p.

GREEN, James N. O Pasquim e Madame Satã, a rainha negra da boemia brasileira. **Revista Topoi**, v. 4, n. 7, jul./dez. 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 24 dez. 2022.

HARAWAY, Donna J. In: DONNA Haraway: Story telling for Earthly Survival. Direção: Fabrizio Terranova. Produção: Icarus Films. Estados Unidos, 2019.

HOBOLD, Félix. **Neoliberalismo e trabalho: a flexibilização dos direitos trabalhistas**. 2002. 187f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, Santa Catarina, 2002.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Feminismo hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. 283 p.

IFMA. Portaria nº 244, de 17 de janeiro de 2020. São Luís, MA: Reitoria, [2020]. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/portaria-comiss%C3%A3o-de-combate-ao-ass%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

IFMA. Portal do IFMA, 2021. Histórico. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/instituto/historico/>>. Acesso em: 19 jan.2022.

INSTITUTO SEMESP. **Risco de “apagão” de professores no Brasil**, São Paulo: Instituto SEMESP, 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2022/09/pesquisa-semesp-1.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan.-abr. 2019.

JOEL, Daphna. Sex, gender, and brain – a problem of conceptualization. In: SCHMITZ, Sigrid; HÖPPNER, Grit (eds.). **Gendered neurocultures: feminist and queer perspectives on current brain discourses**. Wien: Zaglossus, 2014. 400 p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

LABNAU-USP. Judith Butler - relatar a si mesmo: crítica da violência ética. YouTube. 9 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n-822XBBKrY>

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019. 375 p.

LIMA, Elisabete de Fátima Resende. **O servidor público na perspectiva de uma gestão pública eficiente**. 2018. 42f. Monografia (Especialização). São João Del Rei: Especialização em Gestão Pública, Universidade Federal de São João Del-Rei, 2018.

LOBIANCO, Eduardo Rodrigues Cruvinel *et al.* Assédio moral e sexual nas relações de trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia**, v. 40, p. 61-88, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/18489>. Acesso em: 08 ago. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. 184 p.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 7-34.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jun./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 maio 2021.

MAGALHÃES, Camilla. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28209/16651>. Acesso em: 27 maio 2022.

MALDONALDO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p. 127-168. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/147.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 61-72, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

MANUAL de defesa contra a censura nas escolas. 2022. 178 p. Disponível em <https://www.manualdedefesadasescolas.org.br/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MARANHÃO. **Plano de Ações Mais IDH**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.maisidh.ma.gov.br/o-plano/contextualizacao/#:~:text=Segundo%20o%20Atlas%20do%20Desenvolvimento,%C3%BAltima%20posi%C3%A7%C3%A3o%20no%20%C3%ADndice%20geral>. Acesso em: 24 jan. de 2021.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Edições 70: Lisboa, 2008. 224 p.

MEAD, Margaret. The methodology of racial testing: its significance for Sociology. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 31, n. 5, p. 657-667, mar. 1926. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2764354?seq=1>. Acesso em: 17 maio 2022.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva. 2000. 303 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262,

jul./set. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINHA avó foi pega a laço. *Racismo Ambiental*, 24 mar. 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/03/24/minha-avo-foi-peg-a-laco/>. Acesso em: 24 maio 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, maio 2017.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 2 jun. 2021.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 14, n. 33, p. 37-54, jul./dez. 2009. Disponível em: [Espinosa-Yuderkis-ETNOCENTRISMO-Y-COLONIALIDAD-EN-LOS-FEMINISMOS-LATINOAMERICANOS-COMPLICIDADES-Y-CONSOLIDACI%C3%93N-DE-LAS-HEGEMON%C3%8DAS-FEMINISTAS-EN-EL-ESPACIO-TRANSNACIONAL.pdf](https://www.scielo.br/j/revista-venezolana-de-estudios-de-la-mujer/a/MIÑOSO%20Yuderkys%20Espinosa%20Etnocentrismo%20y%20colonialidad%20en%20los%20feminismos%20latinoamericanos%20complicidades%20y%20consolidaci%C3%93n-de-las-hegemon%C3%8DAS-feministas-en-el-espacio-transnacional.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. 478 p.
MORGAN, Lewis H. *Ancient Society*. London: MacMillan & Company, 1877. 381p.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pur(t)a**. São Paulo: Hoo Editora, 2018. 192 p.

MONEY, John; HAMPSON, Joan G; HAMPSON, John. An Examination of Some Basic Sexual Concepts: The Evidence of Human Hermaphroditism. *Bull. Johns Hopkins Hosp.* v. 97, n. 4, p. 301-19, out. 1955.

MONTEIRO, Adão Freire. **A Produção Performativa de um Homem**: Cenas e Contextos. 2018. Dissertação (Mestrado em Teoria e Prática do Teatro) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Acesso em: 30 dez. 2022.

MONTEIRO, Adão F.; TOLEDO, Luís. M. A. de. A produção performativa de um homem na cena teatral. *Pitágoras* 500, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 117-129, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/pit500/article/view/8665679>. Acesso em: 30 dez. 2022.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: A compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação [Science & Education]*, n. 9, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?format=pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

MOTT, Luiz. **Dicionário Biográfico dos Homossexuais da Bahia (Séculos XVI-XIX)**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999. 120 p.

MOTT, Luiz. A Inquisição No Maranhão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, p. 45-73, 1995.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 191 p.

NEGREIROS, Adriana. **A vida nunca mais será a mesma**: cultura da violência e estupro no Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021. 299 p.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 24 dez. 2022.

OLIVEIRA, Ana Caroline A. **Método etnográfico**, 2022. 45 *slides*.

OLIVEIRA, Semayat. O ciclo do assédio sexual no ambiente de trabalho. **Think Eva**, 2020. Disponível em: <https://thinkeva.com.br/pesquisas/assedio-no-contexto-do-mundo-corporativo/>. Acesso em: 30 maio 2021.

O NASCIMENTO de políticas humanitárias e Direitos Humanos. Aula com Jacqueline Teixeira (apresentação). São Paulo: Casa do Saber, 2020. Transmitido pelo Canal Casa do Saber (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tf8COtqgJDQ&t=10s>. Acesso em: 16 dez. 2022.

O QUE você precisa saber sobre a Lei Maria da Penha. **Politize!**, Florianópolis, 30 out. 2015. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

PEIRÓ, Belén López. **Por que você voltava todo verão?**. São Paulo: Elefante, 2021. 120 p.

PETEROSI, Helena Gemignani. **Formação do professor para o ensino técnico**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

PINHEIRO (MA). In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 274-280. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_15.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PNP 2019. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 30 maio 2021.

PNP 2022. **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2022.html>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas** [online]. 2011, v. 19, n. 1, pp. 11-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>. Acesso em 24 dez. 2022.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018. 447 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos e LEDA, Denise Bessa. O Trabalho docente no enfrentamento do gerencialismo nas universidades federais brasileiras: repercussões na subjetividade. **Educação em Revista [online]**, v. 32, n. 4, 2016, pp. 97-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/DCwVgvhmZCPrPz5L6CvspWM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2022.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; MANCEBO, Deise. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. v. 33, n. 1, 2013, pp. 192-207. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100015>>. Acesso em: 24 dez. 2022.

RIBEIRO, Luís Carlos Barros. **[Situação sobre andamento de processos administrativos]**. Destinatário: Angela Saldanha. São Luís, 31 maio 2021. 1 *e-mail*.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, p. 17-44, nov. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 2 jun. 2021.

RITCHE, Stuart J. et al. Sex differences in the adult human brain: evidence from 5.216 UK Biobank participants. **Cerebral Cortex**, v. 28, n. 08, p. 2959-2975, maio 2018. Disponível em <https://academic.oup.com/cercor/article/28/8/2959/4996558>. Acesso em 23 maio 2022.

RODA das filósofas: combate ao assédio. Aula com Mayra Cotta. Rio de Janeiro, 2022. Transmitido pelo Canal ANPOF Oficial (117 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6P-ENfFp0Zo>. Acesso em: 25 dez. 2022.

RODRIGUES, Carla. Butler e a violência ética: de quem é a vida afinal? Instituto Moreira Salles, 2015. Disponível em: <<https://blogdoims.com.br/butler-e-a-violencia-etica-de-quem-e-a-vida-afinal/>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como a economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFFIOTI, Helieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 134 p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Profissionalização feminina**: professoras primárias e operárias. Araraquara: Faculdade de filosofia, ciências e letras, 1969. 384 p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 218 p.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.

Cadernos Pagu, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?lang=pt#>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SAHD, Luiza. O que silencia as vítimas de abuso sexual por tantos anos?. **Revista Marie Claire**, São Paulo, 8 jan. 2019. Disponível em:

<https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2019/01/o-que-silencia-vitimas-de-abuso-sexual-por-tantos-anos.html>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan W. Unanswered questions. **The American Historical Review**, v. 113, n. 5, p. 1422-1430, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/ahr.113.5.1422>. Acesso em: 24 jan. de 2021.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, n. 45, p. 327-351, 2012.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, Rita. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad.

Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 593-616, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36550>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. 200 p. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf. Acesso em: 6 set. 2020.

SEGATO, Rita. Manifiesto en cuatro temas. **Critical Times**, v. 1, n. 01, p. 212-225, abr. 2018. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/critical-times/article/1/1/212/139311/Manifiesto-en-cuatro-temas>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 346 p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 133 p.

SILVA, Cleiton Lima. **[Resposta ao Ofício nº 7/2020 - OUVI/REITORIA/IFMA]**

Destinatário: Angela Saldanha. São Luís, 16 set. 2020. 1 e-mail.

SILVA FILHO, Antônio Francisco Menezes da. **[Situação sobre andamento de processos administrativos]**, São Luís, 1 jun. 2021. 1 e-mail.

SIMAKAWA, Viviane V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

STF. Tribunal Pleno: ADO 26, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, Sessão Extraordinária, por maioria, julgado em 13/06/2019, DJe 01/07/2019. **Jurisprudência do STF**. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?classeNumeroIncidente=%22ADO%2026%22&base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=default&isAdvanced=true. Acesso em: 1 jun. 2022.

STF. Tribunal Pleno: ADPF 457, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, Sessão Virtual do Plenário, por unanimidade, julgado em 27/04/2020, **Jurisprudência do STF**. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=752834386>. Acesso em: 2 jun. 2022.

STJ. Sexta Turma: REsp 1.759.135-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Rel. Acd. Min. Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, por maioria, julgado em 13/08/2019, DJe 01/10/2019. **Informativo de Jurisprudência do STJ**, Brasília, n. 658, p. 20-21, nov. 2019. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=INFJ&tipo=informativo&livre=@COD=%270658%27>. Acesso em: 18 set. 2020.

STJ. Sexta Turma: REsp 1.977.124-SP, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 05/04/2022, Brasília. Disponível em https://www.migalhas.com.br/arquivos/2022/4/4614B042898E65_voto-schietti.pdf. Acesso em 01 jun. 2022.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. 536 p.

STRAUSS, Claude-Lévi. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982. 540 p.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, n. 120, p. 73-83, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18593>. Acesso em: 15 maio. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 87 p.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016. 272p.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1 – 13.

VIOLÊNCIA Patriarcal/Violência Transhistórica. Aula aberta com Dora Barrancos (apresentação). Buenos Aires: CLACSO, 2022. Transmitida pelo Canal CLACSO TV (84 min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AyjUGJsUXm0>. Acesso em 23 maio 2022.

VOLKWEISS, Anelise. **O currículo integrado na educação profissional técnica de nível médio: saberes, desafios e possibilidades**. 2018. 215f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação de Ciências e Matemática, PUCRS, Porto Alegre, 2018.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ubu, 2017. 258 p.

WITTIG, Monique. O Pensamento Hétero. **Modern Language Association Convention**, New York, p. 1-6, 1978. Disponível em: file:///C:/Users/55989/Downloads/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

1. O que, para você, caracteriza o assédio sexual?
2. Na sua opinião, quais ambientes são mais propícios à ocorrência do assédio sexual?
3. Você já sofreu assédio durante sua vida escolar? Em caso positivo, em qual fase da vida escolar?
4. Você tomou conhecimento da decisão do Superior Tribunal de Justiça que, em 2019, estendeu a concepção do crime de assédio entre professores e alunos?
5. Você já teve conhecimento de algum caso de assédio sexual ocorrido no IFMA?
6. Se sim, o assédio foi cometido por:
7. Em caso positivo, quem sofreu o assédio?
8. Você tem conhecimento de alguma providência administrativa tomada em casos de assédio sexual no IFMA?
9. Se sim, o que aconteceu?
10. Você já soube de algum caso de demissão ou outro tipo de punição a servidor(a) investigado(a) pelo ato de assédio sexual no IFMA?
11. Você conhece quais as consequências para o servidor (a) que comete assédio sexual no IFMA ou em outras instituições?
12. Você já foi procurada por algum aluno (a) para tratar de alguma situação de assédio?
13. Se sim, poderia contar mais sobre essa experiência?
14. Se não, o que você faria caso isso acontecesse?
17. Na sua opinião, o que significa ser uma pessoa ética?
18. Você conhece o código de ética do Serviço Federal?
19. Se sim, quais atitudes éticas devem ser observadas entre servidores e alunos?
20. Sabe dizer qual punição pode sofrer o (a) servidor (a) que transgrida o Código de ética do Serviço Público Federal?

21. O que significa para você a relação professor-aluno?
22. O relacionamento afetivo que envolva amizade entre professores e alunos é considerado falta ética? Fale mais sobre.
23. O relacionamento afetivo que envolva romance entre professores e alunos é considerado falta ética? Fale sobre.
24. O relacionamento afetivo que envolva relação sexual entre professores e alunos é considerado falta ética?
25. Você acredita que a política pública educacional fica prejudicada quando há envolvimento afetivo-sexual entre professores ou servidores da educação e alunos?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, em uma pesquisa científica. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que segue em duas vias, das quais uma permanecerá em seu poder.

INFORMAÇÕES DA PESQUISA:

Título do Estudo “MAS, DOUTORA, NAMORAR ALUNA É ASSÉDIO SEXUAL?”: UMA ANÁLISE ÉTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO.

Este estudo se destina a analisar a violência de gênero e suas implicações éticas no IFMA em cotejo com a expansão da rede no Estado do Maranhão, investigando-se a existência de uma eventual formação de rede de proteção ao servidor abusador no ambiente institucional.

Sua participação se dará por meio de uma entrevista, na qual lhe serão solicitados dados como: idade, sexo, tempo de trabalho no IFMA, atuação profissional, demais aspectos relacionados à violência de gênero no ambiente institucional.

A partir de sua participação, almeja-se que suas respostas possam ser utilizadas para tornar seu ambiente de trabalho menos violento e mais humanizado, em especial em relação ao público feminino, uma vez que o estudo do fenômeno do assédio sexual no IFMA servirá para ampliar os debates quanto a ocorrência da violência de gênero na Instituição, terminando por fomentar a prevenção de ocorrências das quais são vítimas, também, as servidoras a serem entrevistadas, uma vez que fazem parte da comunidade acadêmica.

Será garantido o sigilo quanto a sua identificação e as informações obtidas pela sua participação, exceto em relação aos responsáveis pelo estudo, e a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Em caso de recusa, você não será penalizada de forma alguma. A pesquisadora garante, também, o ressarcimento por eventuais despesas feitas pelas participantes da pesquisa e acompanhantes, caso necessários à participação na pesquisa, conforme item II.21 da Resolução nº 466 de 12/12/2012.

Necessário que se faça menção aos riscos inerentes à participação nesta pesquisa: os riscos relacionados ao estudo giram em torno, especialmente, da confidencialidade das informações a serem fornecidas e tratadas pela pesquisadora, risco esse de grau moderado. A despeito de se saber que os riscos são inerentes ao ato da entrevista, com vistas à sua minimização, as entrevistas serão registradas em dispositivos privativos da pesquisadora, protegidos por senha, cuidando-se para evitar a identificação das voluntárias quando da apreensão da amostra. De qualquer forma, a pesquisadora se responsabiliza, desde já, por quaisquer danos de ordem física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual que porventura venham a sofrer as respondentes, nos moldes do que dispõe a Resolução CNS/MS nº 466/12 - IV.3.b, os quais ensejarão, após sua apuração, indenização à respondente.

A indenização consiste na cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Item II.7 da Resolução nº 466 de 12/12/2012)”, além de se deixar explícita a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV - 3.h da Resolução nº 466 de 12/12/2012), inclusive se provocadas as instâncias legais (Item IV - 4.c da Resolução nº 466 de 12/12/2012). Incluiu-se também, de forma clara e expressa, a possibilidade de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº. 466 de 2012).

Em observância ao que dispõe o item IV.5.d, da Resolução CNS nº. 466 de 2012 e CARTA CIRCULAR nº 003/2011 CONEP/CNS, solicita-se que este Termo seja rubricado pela convidada em todas as suas páginas e assinadas ao término da pesquisa. A pesquisadora também rubricará e assinará o documento.

Caso remanesçam dúvidas éticas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com uma das pesquisadoras através dos telefones ou e-mails indicados abaixo, inclusive por Whatsapp, ou, ainda, contatar o Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário – que são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos -, através do endereço Rua Barão de Itapary, 227, quarto andar, Centro, São Luís -MA. CEP- 65.020-070, Telefone (98) 2109 1250 ou pelo e-mail cepufma@ufma.br.

Coordenadora da Pesquisa

Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei

Cel: (11) 989714662

Pesquisadora responsável:

Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo

Cel: (98) 99112 0035

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura da Participante

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE C - TERMO DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

São Luís (MA), 22 de junho de 2020.

Ao Ilmo.Sr.
JOSÉ WERBET FERREIRA
Sr. Diretor do IFMA *Campus* Açailândia
AÇAILÂNDIA-MA

Prezado Senhor,

Sirvo-me do presente expediente para solicitar vossa autorização para proceder à pesquisa de campo, uma das fases do estudo conduzido sob a minha responsabilidade, na qualidade de discente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade - PGCult/ UFMA, sob a orientação da Prof^a. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei.

A pesquisa, denominada **“MAS, DOUTORA, NAMORAR ALUNA É ASSÉDIO SEXUAL?”: UMA ANÁLISE ÉTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO**, buscará, por meio da investigação de campo, escutar, de maneira voluntária e anônima, no mínimo 10 servidoras - professoras e técnicas administrativas - lotadas neste *campus*, excluindo-se dessa amostra aquelas que se encontrem em estágio probatório ou que não estejam em exercício.

A escolha para a realização da pesquisa de campo somente com servidoras deve-se ao fato de que este trabalho situa a violência de gênero no ambiente institucional, de maneira que se pressupõe um maior impacto desse fenômeno sobre o gênero feminino.

Como técnica de pesquisa será utilizado um questionário, cujo rol de perguntas buscará “obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”

O questionário será do tipo estruturado e semiestruturado, em formato eletrônico, composto por perguntas fechadas e abertas, categorizadas em quatro partes, de maneira a melhor apreender os dados relacionados aos objetivos da pesquisa: 1) perguntas voltadas para a identificação e caracterização sociodemográfica e cultural das entrevistadas; 2) questões

referentes ao serviço público; 3) perguntas que envolva o comportamento ético; e, por fim, 4) questões sobre a violência de gênero no contexto institucional.

A ferramenta de coleta de dados será construída na plataforma Formulários Google® e divulgada, via *internet*, através do e-mail dos profissionais. Os dados serão tabulados em planilha de Excel e analisados à luz do referencial teórico.

Após a submissão à apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão, os profissionais serão contatados e convidados a participar da pesquisa.

O questionário será enviado juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido, que contém a descrição dos objetivos e procedimentos metodológicos e éticos da pesquisa. Não será necessário nenhum tipo de identificação dos respondentes e a participação será voluntária.

Após a coleta dos dados, os fenômenos apreendidos serão analisados por meio da técnica de análise de discurso, pois, por esse meio, se articula o discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia.

As despesas com o projeto serão mínimas, todas custeadas pela pesquisadora responsável.

Declaro, por fim, ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12 e a CNS 510/16.

Colocando-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevo-me.

Atenciosamente.

ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA RÊGO

Pesquisadora responsável/ Mestranda do PGCult/UFMA

Matrícula nº 2021100502

APENDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE E1

A: Então, E1, qual teu Campus?

E1: O meu campus é XX

A: Campus (...), né? Há quanto tempo trabalhas lá?

E1: desde 2017.

A: E como foi essa decisão? Assim, para trabalhar no IFMA?

E1:..É... e profundidade mesmo, né? (Risos)

E1: Não, assim é...quando eu terminei meu mestrado, eu estava focando muito em concurso, né?

A: sim

E1: Que era a época do Lula, né? Tem ali, estava Lula e Dilma ainda. A gente estava, a gente que rolar de concurso, agora vamos fazer, porque o Brasil é assim, daqui a pouco vem um golpe, né? Foi o que aconteceu aí... naquela época eu foquei muito em concurso, né? Eu tenho um amigo que trabalhava aqui, agora já foi redistribuído para o (...) e sempre que tinha ele mandava para a gente, né? Concurso pra área da gente aqui de sociologia.

A: Então, tu não és maranhense?.

E1: não. Eu sou (...), na verdade, eu nasci no (...), mas me considero (...) porque desde pequena eu só fiz nascer mesmo no (...) com, acho que com 2 ou 3 anos meus pais me levaram para o (...), então, sou (...)de coração, de cultura, né? Porque eu cresci vivi, enfim, passei minha infância e boa parte da minha vida lá.

A: em (...)?

E1: Não, no (...).

A: No interior de (...)? Ô interior do (...).

E1: Eu morei uma parte, uma parte da minha infância, na região do (...) e acho que quando eu fui pra (...), onde meus pais ainda vivem hoje, eu estava com uns 12, 13, 13, 14 anos, acho que por eu não me recordo bem ao certo a idade, não, mas ele era bem jovem.

A: sim, e aí então surgiu essa oportunidade de fazer o concurso. E tu topaste?

E1: Acho que foi (...).

A: Aham.

E1: Acho que foi agosto de (...).

A: E foste chamada logo?

E1: não demorou, demorou bastante e inclusive, é..., eu fiquei primeiro colocado na classificação geral, né? Da área de sociologia.

A: Sim.

E1: e eu tentei, eu fiz pra (...), minha vaga de (...). Aí, aqui, sempre tem a enrolada para tudo, não é?

A: Pode falar, fica à vontade.

E1: Tinha uma enrolada dessa vaga por alguma coisa, eu não sei se parece que eles colocaram uma vaga no concurso sem ter feito o processo de remoção pra lá ou se tinha alguém de olho nessa vaga, eles colocaram senha, era pra ter colocado, não sei, minha irmã. Sei que foram chamando o segundo, terceiro, porque assim cada um faz aqui pro pro campus já, né? Você não faz, tem a tem a lista dos colocados, mas esse já vai pro campus que você tentou, né? Eles foram de um ano, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto. Nada de chamar, nada de me chamar e quando a gente tá esperando o concurso agente fica com ansiedade lá em cima, né?

A: Sim,

E1: e aí eu ligava pra cá e o rapaz dizia não, agora não, sem previsão para isso. O tempo foi passando, né?

A: Sim.

E1: Aí ele me ligou, eu acho, um dia aí dizendo, olha a sua vaga não tem previsão, mas tem aqui uns uns Campus, uns Campus que você, se você quiser assumir, a gente te coloca pra lá. Aí eles deram uma opção de (...), de (...) e de (...). Como na época é, é, eu tinha sim, tinha, tinha tinha terminado é...Eu estava como professora substituta, né? na universidade que eu graduei lá em (...), pela universidade estadual, porque lá no (...) tem (...) universidades estaduais, né? E estava trabalhando na faculdade privada que eu já não estava mais..., estava de saco cheio já, assim que faculdade particular é ...aí, quer saber, eu não vou ficar mais esperando não, porque esse meu amigo daqui ele ficava falando espera a tua vaga, está garantida. Tu passou em

primeiro lugar. Blá, blá blá, né? Porque é mais perto de casa. Eu fiz pra (...) porque era mais perto da minha família, né? Ficava ali, ia morar em (...) e pra (...), um pulo, é muito perto, né? e que ia ser mais distante, para cá ia ser mais distante. Aí eu já estava naquele contexto de de golpe do Michel Temer e não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, eu disse a mim, eu não vou ficar esperamos isso não.

A: Ficaste temerosa, né?

E1: Com certeza, porque a gente já tava num contexto político muito ...louco

A: sim, muito conturbado. Verdade, é verdade!

E1: aí, dentre as 3 opções, enfim, morar perto de (...), né? Porque as outras eram muito distantes, (...), muito distante, é

A: (fala sobreposta) poxa (incompreensível).

E1: não, pelo menos assim é, eu digo assim. perto de ter uma, é... porque aqui tem o aeroporto de você poder ir para (...).

A: Sim, Claro.

E1: entendeu? Tem uma assim, poder ter um forma de se deslocar mais tranquila, né? Relativamente.

A: sim

E1: E aí, dentre ass 3 opções, foi (...).

A: e assim que tu soubeste, assim que tu decidiste, vou para (...). Quais foram as providências, assim que tu tomaste, assim, pra conhecer esse lugar? ou tu já tinha ido lá (gargalhada) como é? como foi? É em profundidade. Eu te disse.

E1: Então, eu acho que até as 6h não vai dar, né? Mas vai dar certo, é?

A: (risos)

E1: não, então, na época eu não, eu nunca tinha vindo para o Maranhão, antes. Eu vim para fazer a prova didática aqui, então eu não conhecia, zero, nem São Luís, nada.

A: A tua prova foi aonde? aqui?

E1: Foi no (...).

A: tá!

E: Então, eu vim a primeira vez que eu vim para cá foi, acho que foi em (...), né? no começo de (...). Acho que foi isso mesmo, (...). Aí eu vim pra fazer a prova didática, né? Aí passei, foi a primeira vez que eu vim para cá. Conhecía nada. Aí na segunda vez já foi pra tomar, foi para tomar posse, né? E voltou com conhecia, nada mesmo, vinho assim...É ...

A: tomou posse aqui?

E1: tomei posse aqui e aí eu entrei entrei em contato com as pessoas de lá, né? Eu consegui um contato da da pedagoga e de lá na época, né? Que, porque quando eu não, eu não me lembro bem como é que foi esse processo de de encontrar pessoas de lá que já, eu acho que deve ter sido esse meu amigo que trabalhava, na verdade, trabalhava em (...). E depois, ele foi para (...), aí depois que ele conseguiu a redistribuição .que já conhecia pessoas que trabalhavam lá e fez essa ponte. Já, já vou, já vou ter que assumir agora, então vou ter que arranjar um lugar para ficar e tal. E aí é ele me passou o contato de alguém já pra gente dividir casa, né? Porque lá assim a gente tipo dividir casa com outros colegas, né? No campus.

A: sim.

E1: Aí eu falei com a pessoa de lá, ela disse, aí eu falei assim, mulher, estava querendo ir aí conhecer a cidade, né? Porque eu vou trabalhar aí, tal, não sei o quê. Aí ela me disse assim, mulher, não tem nada pra conhecer aqui não (risos)

A: (risos)

E1: assim, fria e calculistamente assim, quando você não vai vir trabalhar aqui, quando você vai, você conhece. aí eu...

A: Entendi! bacana, que droga! (Risos)

E: (Risos).

A: Onde estou me metendo?

E1: (fala sobreposta) o estímulo daqui. que estímulo, né? é assim, enfim, foi assim, isso a minha vida louca né? porque eu sempre trabalhei viajando, sempre trabalhei

A: sim, sim.

E1: eu nunca fui muito de de me me apegar ao local assim.

A: tá!

E1: Trabalhar aqui, então foi, foi assim, de iniciar uma aventura mesmo, mas você vai conhecendo, mas depois vai ficando meio cansativo, né?

A: e assim, desculpa a indiscrição, tu responde se quiser, se não ... só dizer, tu já tinha o teu companheiro?

E1: não.

A: não, .. tu conhecestes ele aqui em São Luís, ou lá, em (...) ou no (...)á?

E1: aqui em São Luís.

A: Aqui em São Luís, e aí quando vocês resolveram, então é... ficar juntos, morar juntos sempre a decisão, foi a de ficar aqui...

E1: até hoje a gente nunca decidiu nada, assim...

A: (Risos) foi ficando,

E1: é... assim ele tá aqui na casa da mãe dele.

A: Ah! tá bom? Entendi.

E1: é uma coisa bem...

A: (fala sobreposta) mas tu tem...

E1: (fala sobreposta) aleatória (risos)

A: ...casa em São Luís? É... um. Foi uma coisa que tu decidiste desde o começo que tu terias?

E1: morar aqui?

A: sim, assim

E1: não, não,

A: não morar em (...), entendeu? Não ficar lá.

E1 Não.

A: (fala sobreposta) tu também tem uma casa lá, né? tu disse que tu aluga a casa, né?

E1: É 2 contas pra tudo, mas é que lá mais tranquilo, porque a gente divide tudo, né? com as outras colegas, mas sim, às vezes, eu no começo, eu quis ficar aqui, eu não sei.É, porque assim

eu já eu já, minha família é de interior, mas não é um interior, assim como (...), que (...), para as outras cidades do Maranhão, já percebi que (...), tem até estruturazinha marromeno, porque (...) lá é a terceira cidade do estado, então uma cidade bem estruturada.

A: Sim, sim, eu conheço Sobral, sim.

E1: Aí eu não queria ficar num local muito isolado, até porque só, assim, sem família aqui, né?

A: Sim.

E1: é...antes, não, vou ficar por São Luís por enquanto, ver até onde eu aguento, porque lá em (...) a gente é assim, vamos ver até onde a gente aguenta, porque eu chegar uma hora, agora com o preço que tem umas coisas, daqui a pouco a gente vai ter que morar lá, filha, porque não vai dar pra ficar mantendo suas viagens e 2 casas...

A: porque isto é com custo alto.

E1: Com certeza!

A: é muito alto. Eu vi a passagem não é barata, sim, tudo isso, eu estou, prestando atenção, né?

E1: (fala sobreposta) E gasolina? Com esse preço aí...

A: A: É verdade. Às vezes você vai de carro?

E1: É ... eu, eu prefiro ir de carro assim, muito, muito raramente eu vou na van agora que está tendo essa coisa da dificuldade de conseguir passagem, que eu tô indo mais de van, mas é muito desconfortável assim, essa viagem de ficar dependendo de horário de van e e ficar sem transporte lá também, que é outra coisa..

A: sim.

E1: fora que as van, né?

A: Sim.

E1: não é essas Coca-Cola não (risos)

A:, é por isso que eu queria ter ido antes de te entrevistar, que era para eu sentir na pele como é, é exatamente.

E1: Porque é uma experiência etnográfica

A: e não, a minha, a minha pesquisa é etnográfica, então eu eu tenho que sentir, né? Tudo o que o colega...

E: (fala sobreposta) mas é isso, assim, quando eu cheguei aqui eu ainda passei mais de um ano sem transporte, né? Eu fui adquirir carro mais de ano que eu tava, o que que eu comprei um carro pra mim, então eu passei um ano nesse perrengue assim, porque é de fato é complicado você ficar sem transporte.

A: e aqui em São Luís a gente não tem uma estrutura boa de transporte público, é péssimo, péssimo. E aí me conta? Aí tu chegou lá para trabalhar. Primeiro, é só um pouco de pergunta, já vai terminar. Aí, tu chegou lá para trabalhar e como foi a recepção dos colegas? E1: É...Então eu acho que assim eu não sei nem como dizer. Eu até coloquei na primeira reunião com participei, eu acho que é por isso que eu já fiquei tachada logo lá no campus.

A: Taxada de que?

E1: De terrorista (risos)

A: (risos) Mas gente (risos), como assim Osama Bin Laden?

E1: Meio isso, porque assim, quando eu cheguei no campus, não teve aquela coisa assim, de você chegar e mostrar, de chegar uma pessoa lhe mostrar os setores, né? Como geralmente acontece, você vai levar você dá um toque, fulano de tal, você chegou, agora esse aqui é fulano, sicrano. Não a gente, eu cheguei, eles ...eu conversei lá com o pessoal do ensino, basicamente, conhecer o pessoal do ensino lá. E aí veio uma das coordenadoras me dizer que eu tinha que entrar em sala de aula no mesmo dia que eu cheguei no campus, ou um dia seguinte, alguma coisa assim.

A: sem você ter planejado nada

E1: sem ter planejado nada, sem saber quem era quem, sem nada. Assim na batata quente assim.

A: Hum.

E1: pois é, aí na primeira reunião que a gente teve com o colegiado, né? Com os professores. Aí eu falei, olha, eu fico mal recebida, não, o procedimento não é esse, né?

A: Claro

E: falei que que tipo, eu só aceitei entrar em sala de aula porque eu sou professora, já sou experiente porque isso não se faz com a pessoa que é novato, está chegando agora. Primeira experiência de sala de aula. Precisa chegar assim. Jogar no meio de 30, 40 alunos, adolescentes,

A: quem era que tava nessa reunião, lembra?

E: eu acho que todo mundo, todos diretores.

A: diretores, hum. Qual foi a receptividade, a essa tua reclamação? Te lembra?

E1: Menina, eu não sei porque assim, quando eu entrei no campus, isso vai sair lá?

A: Não te preocupa!

E1: Quando eu cheguei no campus, eu, eu senti um outro clima assim, é, tinha um pessoal assim da esquerda, um ou outro coleguinha ali que se desvio de esquerda, mas a todo mundo, muito calado nas reuniões assim, só quem fala é tipo chefe, falando, às vezes não tem que fazer esse, esses e tal, e todo mundo muito passivo, sabe? Eu estranhei porque lá no lá no (...) a galera é de brigar mesmo assim, né? Mais pró ativo, nesse sentido, né? E eu percebi essa cultura aqui que é uma coisa assim, o pessoal muito, não quer muito se envolver essa coisa que as meninas já falaram, não é? Não quer muito se envolver, não quer muita treta, não quer entrar em conflito com ninguém, não tem assim, quer ficar na sua vida ali, tranquilo, não quero problema para mim eu também não vou causar problema, é um negócio assim meio, eu não sei uma cultura política daqui que assim eu percebi que lá no campus deu uma melhoradinha porque chegou outros colegas, vieram gente mais jovem, deu uma mudada num pouco no quadro e tal. Mas a gestão também parece que iue se mostrar mais mais aberto às opiniões, né? Mas acolhedor..

A: Mais democrático.

E1: , mais democrático e tal. Então o pessoal tá um, se manifestando um pouco mais, mas ainda é muito presente, eu não percebo muito esse cultura assim, mais, mais pacífica. Eu não sei se é o termo é passivo, é pacífico. Enfim, não sei precisaria de uma pesquisa mais aprofundada para isso.

A: Entendi,

E1: mas em, culturalmente falando em relação ao que é lá no (...), que pessoal briga mesmo de sair no tapa, assim...

A: (risos)

E: é um negócio, aqui o pessoal é muito tranquilo. Assim de não contestar a ordem de tá, não está tudo certo, não. Entendeu? Tanto é que o outro que falava muito também era cearense. Lá é que é nosso professor de filosofia, né? Que ele também é bem contestador, assim das coisas.

A: Ele contestava?

E1: Agora ele continua lá no campo, só que ele, ele fez uma cirurgia, agora está de licença, licença de saúde.

A: Mas ele também estava na mesma situação que você? de estágio probatório recém chegado?

E1: Não, não, ele já é mais antigo daqui.

A: Enfim, você acha que a questão do estágio pode ser uma coisa que faz com que o servidor...

E1: é sim, com certeza. Com certeza, eu é porque eu sou muito é, eu acho que sim. Inconsequente, né? (Risos) O termo.

A: Imagina, onde já se viu, depende do que a pessoa....

E1:(fala sobreposta) A pessoa de fora não conhece ninguém. Aí já chega. Eu acho que por isso que eles me taxaram de terroristas logo que eu cheguei no campus, né? (risos)

A: tá. (risos) E os alunos, tu disseste...

E1: (fala sobreposta) pelo menos ninguém me me escoraçou, né? Já é uma coisa assim todo mundo

A:é é aí, ao longo da caminhada é que tu vai vendo, né? Quem é Quem. Porque realmente, ali, no primeiro momento é difícil, né? E os alunos?

E1: é, não é durante muito tempo assim eu percebi que a galera não queria muito se misturar comigo.

A: Nem as pessoas que moravam contigo?

E1: Não. as pessoas é, às vezes até isso.

A: (risos) Ótimo

E1: não tem que ficar..., as pessoas foram confiando mais porque tem isso também, né? A pessoa não quer vincular sua imagem a outra pessoa, que é mais contestadora e tal, mas esse em relação a isso eu já... é de vida mesmo, assim...

A: ótimo

E1: mas aí é isso, assim, agora, agora não, que eu já tô com essa caminhada há muito tempo em (...), né? O pessoal já me conhece, me respeita mais e tal, sim, mas essa pessoa tá chegando ali, né? do nada, já está descendo o cacete dizendo que está tudo errado que está, né? Está assim entender que (risos)

A: é, mas é realmente errado, né? É estranho você chegar e já ser chamado para dar aula no primeiro dia, né? É complicado.. E como foi com os alunos? Assim, no primeiro momento.

E1: Não, então como eu te falei, né? Eu comecei a dar aula desde que eu não tinha nem terminado a graduação ainda e já comecei a fazer estágio. Então desde 2010 que eu leciono, só dei a parada do mestrado ali 2 anos, mas sim, eu não tenho experiência de sala de aula, é diferente de uma pessoa que está assumindo o primeiro concurso, né? A:

A: Claro.

E1: Então sim, por mais que tenha sido impactante você ser jogada para a sala de aula, a gente brinca de ser jogado para os leões é..., porque adolescente é terrível. Se você vacilar, eles caem em cima de você. Então você já se já se já tem que chegar impondo autoridade e respeito, né? Então...

A: Sim.

E: e eu sempre trabalhei mais na graduação, né? Por mais que eu tenha pegado turmas mais jovens assim, de primeiro, segundo semestre, mas é diferente, não tem como você querer dizer que graduação e ensino médio é a mesma coisa, né?

Ah! sim... então, essa foi a tua primeira experiência no ensino médio?

E: É, digamos que de mais tempo, sim, eu já tinha dado aula nas turmas de ensino médio mais, muito pouco tempo, nada muito, tipo...

A: tá, entendi, entendi. E assim, qual é o perfil do aluno do IFMA lá, como é que é? Esse é esse alunado? Se você quiser, você pode é... fazer um filtro, menino...

E1: não, varia muito assim, depende muito, depende muito do ano, eu acho, tipo, a gente, a gente é... quando eu cheguei lá, tinha umas turmas mais agitadas, assim a gente teve até problemas com questão de droga e tudo, no campus. Eles usam drogas lá dentro do campus, levando (incompreensível) . Então foi um problema sério que a gente teve bem quando eu

cheguei aqui, em 2017, 2018, aí tinha muito curso, tinha muita, é... oferta de vários tipos de curso. Eles foram organizando para ficar em 3 eixos, né? Que é o que a gente tem agora, administração, meio ambiente e informática. Antes tinha edificações, tinha é.... agronegócio, até agronegócio tinha lá, foi um negócio assim, o outro gestor parece que ia abrindo um monte de curso e aí foi começando a ter problema de fato, de professor para cobrir determinadas áreas técnicas e tal. Então eles, esse que entrou esse que tá mais recente agora, né? Agora está no segundo mandato. O diretor de agora, geral, é...ele entrou já organizando o meio dsso aí. Olha, vamos ter que centralizar aqui as áreas, porque a gente não tem professor suficiente, a gente vai ter que focar para poder cobrir algumas áreas que estavam descobertas. Tinha área que estava sem, só com um professor, professor se matando de dar aula 24, 26 horas semanais, ainda a gente não tem, umas 2 horas nessa situação que está ali tentando resolver, mediar, né? E aí ele concentrou para poder dar uma organizada melhor nisso aí. Agora o pessoal tá reclamando que tem pouca oferta de curso (risos)

A: (risos)

E1: mermã, agora é, para isso aí é complicado ser gestor, mesmo assim...

A: É...

E1: a gente pode criticar que seja mais ser humano, nunca está satisfeito.

A: Nunca, tem que agradar a gregos e troianos... (fala sobreposta)

E1: que não é possível, né? Aí, depois que deu uma organizada mais os eixos, deu uma nivelada maior. Eu senti assim. As turmas ficaram mais organizadas no negócio, ficou mais organizado, né? Apesar de que eu sinto muita falta do pedagógico, do apoio pedagógico lá no campus, deveria ter um apoio pedagógico mais ativo, assim,

A: quando tu falas, apoio pedagógico seria, quais profissionais, tu achas?

E1: pessoal técnico, mesmo

A: pedagogo?

E1: pedagogo, pessoal técnico-administrativo, mais presente, sabe?

A: Assistente de aluno, por exemplo, não é?

E1: Também.

A: Também, né? E são pessoas que tu assim, olhando no geral, os alunos, você identifica racialmente, você consegue perceber...

E1: Ah! sim, tá entendi.

A: É... um perfil racial, você consegue perceber uma preponderância de, a diferença de classe...

E1: Tem, com certeza, tem. É... É bem visível assim, nas turmas, tem uma galera que é mais mais classe média, que têm melhor condição,

A: poucos hum, ou...

E1: não, eu acho que seria metade metade da turma,

A: metade, metade? sim

E1: porque eu acho que lá quem acaba concorrendo no IFMA, já é um pessoal que tem um pouco mais de condição, mas tem também um pessoal, né? Que é mais da classe é... menos favorecido. Popular mesmo, né? E tem, tem agora a gente a gente descobriu a ao longo desses anos que a gente começou a trabalhar no Neabi, também tem muito aluno quilombola lá, filho de de quilombola e tal.

A: Sim, sim.

E1: E tem até um professor de sociologia que tá trabalhando nos projetos lá com eles, mas tem, tem um, tem uma juventude negra ali circulando e que muitas vezes não se reconhece como negro, né? Então, tem todo esse trabalho aí de conscientização deles. Então por isso que é que eu estava falando, né? Acaba sendo muito, tudo concentrado, essas temáticas de questão racial, gênero, sexualidade, é tudo na gente. Então, a gente não dá conta, entendeu?

A: Sim.

E1: Nós somos poucos. A gestão apoia, mas aquela coisa e vai, a gente apoia, mas você faz, né? tipo, não o os pessoal que é mais das áreas técnicas, não se envolvem muitos, professores das áreas técnicas não se envolvem com essas questões mesmo.

A: não querem envolvimento.

E1: é, e o pessoal das exatas também ali no, também não contribui muito. Lá, da informática a gente tem os professores que ainda tem uns projetos na área de robótica e tal, mas no geral, é isso assim.

A: Tá. E com relação à violência de gênero? Qual foi a primeira vez que tu sentiste? Assim, quando chegou no campus, o que tu viste, ou que tu talvez, se sentiu ameaçada ou até mesmo na cidade, como é que foi essa recepção? Como foi que você se sentiu nesse ambiente, em (...)?

E1: (risos) agora começa a terapia. Não, brincadeira. Então é..., eu sempre, eu já trabalho com gênero há há um tempo, né? Com a temática de gênero. Assim a minha na minha graduação, eu já toquei um pouco na temática, mas eu trabalhei um aspecto mais educacional da política pública, educação. Mas eu foquei uma parte de uma pinceladinha, assim, em gênero, aí num mestrado foi que eu comecei a focar mais um estudo de gênero. Aí eu já comecei a mais, desenvolver projetos, mais coisas relacionadas à área, né? Então, quando eu cheguei no campus, tinha Carol, né? que já desenvolvia uma coisa ou outra. Eu acho que estava com um projeto Empodera IFMA, não sei se começou 2017 ou 2018.

A: sim. Foi em 2018, 2018 para 2019. Já, eu quando eu comecei o ‘Não é não’, em 2019, que a gente começou a a burilar essa coisa do assédio aqui, o Empodera eu já estava rolando.

E1: sim, pois é, aí teve algumas ações nessa nesse quesito de de de de projetos lá que que a Carol sempre estava mais à frente, né?

A: A Carol como assistente social, né?

E1: Como assistente social, sim. E aí, eu fui me envolvendo também com algumas questões, né? É...De projeto de pesquisa, a gente tentou, a gente tentar submeter um esse ano, mas porque assim, quando a gente, quando eu cheguei lá na minha carga horária de ensino era muito alta, então a gente se acaba, se acabava se envolvendo mais com o projeto de extensão, organização de evento mesmo algumas atividades com os alunos. Agora que a gente tá tentando é... ir pra outras áreas assim, né? Outras outras linhas também, trabalhar isso. Mas é como eu te falei assim, né, é.... A gente chega num local, aí a gente vai sabendo de uma coisa outra, né? Naquela história, né? de que a galera vem contar pra gente, quando é que sabe, sobretudo, que você trabalha com determinada área, se desenvolve uma ação determinada. Aí, você, quando você vai ganhando a confiança das pessoas vão contando. Olha, acontece coisa tal, né? Eu tenho uma colega também que divide a casa com ela, que ela tem um contato mais próximo com os alunos, assim, de rede social. Mas uma coisa que eu não gosto muito, gosto muito de separar essa coisa do profissional, do pessoal mesmo, até porque eu não, eu evito ao máximo as coisas de estar em rede social, então...

A: sim.

E1: eu sempre é... tento separar o máximo que a gente, enfim, você tem que ter seu tempo, né? Você é pessoa, você profissional, então, mas ela já tem um contato mais direto assim com aluno, ela não procura ela para relatar coisa e tal, então, elas, elas me repassam ou sim? Na época, antes da pandemia, né? Me contava algumas coisas de assédio de professor e tal. E...E assim a gente fica sabendo pelos corredores as coisas, né? E lá no campo de (...)s, é um, é um problema grave assim, né? Até bem, até até recente, até eu acho que começar os projetos, que eu acho que deu uma...

A: (fala sobreposta) e o que que tu disse?

E1: Deu uma assim, entre aspas, uma assustada, mas assim eles continuam ali, talvez escondendo melhor.

A: tá, isso que eu te perguntar, o que que, o que que eles escondem? Como é esse assédio? O que que tu dizes pra mim que é assédio?

E1: mermã, a gente sabe de que cada coisa, não, então, tem o assédio, esse, convencional mesmo do professor abordar assim de é, é, da coisa lá do beijo do tio, né? Já tinha falado uma vez.

A: sim.

E: é, dos alunos estarem saindo, professor, tá pedindo um abraço das alunos, essas coisas, eu acho que deu uma, deu uma parada mais nisso, é... mas, por exemplo, essa semana eu já vi dois colegas assim, andando no campus abraçado, assim, com aluno, assim com a mão na cintura. Isso é normal pra eles. E as meninas, super assim, é normal para elas, esse tipo de contato com eles, né? Ele negociando nota, aquela coisa ai, fechando aquela prova, não sei o quê. Na cara dura mesmo, a pessoa chega assim, né? Já chega aquele papo, quando eu cheguei também, ah, foi até bom, me lembrei disso, quando eu cheguei também. Eu achei muito esquisito isso porque é... é... Essa coisa da impessoalidade, eu acho que talvez lá, lá no (...) é mais forte, assim, sobretudo, nessas instituições, né? E que era todo mundo meio muito amiguinho, muito é... é... técnico abraçando aluna assim no meio do pátio. Assim umas coisas, eu achava meio, já fiquei assim, né? OK, né, a gente chega de fora, está observando o que que, né? o que que é a cultura do outro, né? Porque também, não dá para você chegar assim, já brigando com todo mundo, né? E é porque eu, eu não cheguei brigando, né? Já taxada de terrorista, né? Imagina.

A: (risos)

E: Então, assim eu achei esquisito, não é essa essa forma que eles...Hoje?, É... hoje eu vejo um pouco menos assim os diretores fazendo isso, mas antes, eles faziam mais assim, na nossa frente, de ficar abraçando aluno e tal. Essa semana mesmo fui conversar com (...), aí do nada, uma pequena abraça ele por trás, comigo assim na frente, aí a gente...

A: ele ficou como?

E1: Normal, ele nem ele, nem reto... ele nem retornou para ela, assim, tipo, fez aquela coisa assim, ai tá bom, não deu trela para ela, não fazendo mais nada que poderia fazer se eu não tivesse lá, entendeu? Tipo assim pra eles, essa coisa de tá aluno abraçando aluno aluno é sobretudo.É mó normalidade assim do mundo e alguma coisa assim, o que que eu penso? Eles dão abertura, né? Porque as pequenas não vão fazer isso do nada, assim de chegar abraçando o cara do nada, né? Ou tem uma conversa ali no, numa rede social, alguma coisa ou de alguma forma tem uma abertura que é dada, porque não, a a menina não vai chegar abraçando a pessoa que não conhece do nada, que chegou no campus agora. A gente voltou recentemente pro presencial, então não tinha como você ter essa intimidade toda para estar nesses agarramento.

A: entendi, entendi e tu já...

E1: (fala sobreposta) Isso é a minha teoria sim. Não tenho nada comprovado sobre isso. A minha teoria, né?

A: E tu já soubeste assim de um caso em que o assédio, ele não fosse assim nesse nível, mas fosse uma coisa mais forçada, tipo uma importunação mesmo, algo mais grave

E1: mesmo a saber, a gente sabe. Agora saber se é verdade ou se é só boato, é... isso que...

A: Sim.

E1: Porque assim a gente tem, rola muita fofoca, né, então?É complicado você afirmar se é verdade ou se não é...

A: mas mas tu ouves falar?

E1: de ouvir falar de de de servidor chamando aluno pra ir para motel?

A: Sim, sabe essas coisas durante o dia assim, ah, vamos ali, dar uma saidinha, essas coisa de ir no motel é uma ex-aluna nossa que já saiu, inclusive, ela morava em frente do motel que tem lá perto do campus, ela dizia que vez por outra, olhava o carro de professor.

A: Sim, sim. Os professores que geralmente estão envolvidos nessas ações, eles, eles moram em (...) ou?

E1: parte dele, sim, parte deles ou em (...), ou ali na região mais próxima, mas pelo menos, o que a gente mais tem daqui de São Luís também..

A: são casados°

E1: em sua maioria.

A: a maioria é casada e aí eles dão essas aberturas que tu tá falando, né? De ter essas relações mais próxima, mais do que próximas com as alunas, né?

A: Sim, você ver relações também com alunos? com meninos? Ou não?

E1: não.

A: só com meninas?

E1: que eu saiba, só.

A: sim, sim.

E1: E já ouvi falar de um. de uma casa que eles tinham antes antes d e eu chegar, né? Histórias que que eles tinham uma casa que eles chamavam de matadouro.

A: Hum.

E1: Então, pra tu ver o nível.

A: sim, sim, imagino.

E1: vários professores, inclusive os da gestão, ali

A: sim, sim. E e E1 e no caso de, quando há, quando acontece quando alguma fofoca dessa se espalha, por exemplo, ali no corredores ou no na própria sala dos professores, qual é a postura das tuas colegas, das professoras ou técnicas , o que elas acham disto?

E1: Tem uma galera bem conservadora assim, né? Mas houve um, eu percebi que houve uma mudança de postura, quando eu cheguei lá. É... eu, me contaram um caso de uma aluna, que inclusive foi aluna minha, ela já estava no terceiro ano, quando eu fui professora dela, que ela se relacionou com um professor. Engravidou deste deste indivíduo. Ele não está mais lá no campus. E na época fizeram uma campanha de difamação mesmo da garota. Assim, todo mundo

falando mal dela, dizendo que ela galinha, que enfim, a culpa era dela mesmo, ter se oferecido pro professor e professor de Santos, né? Pagando de Santo, né? Sei que parece com essa pequena abortou. Ele pediu para abortar. Foi um negócio desse mesma forma. Eu não estava no campus ainda, mas que o negócio foi pesado. E que ela saiu do campus assim, com a imagem destruída com a moral destruída, lá. E hoje em dia, não. A gente já tem. Depois que a gente começou a trabalhar mais essa questão de gênero lá, eu já tenho uns colegas que trabalham comigo na comissão, né? E elas falam muito de que à época, inclusive, elas viam, olhavam muito para a garota mesmo com essa coisa de achar que a culpa era dela mesmo. Então ou é, a gente está ouvindo o que tenha havido um pouco de desconstrução na cabeça das colegas também, que ...esse corporativismo é muito presente, né? Tanto por parte dos homens como por parte das mulheres de proteger o colega, né?

A: Nesse caso específico, o servidor, ele saiu de lá, você sabe por quê?

E1: Não sei, talvez tenha sido o diretor que tenha despachado ele pra não dar mais confusão, porque acontece muito isso, sabe? É de de a gente até brinca lá, de que tem que fazer merda para ser promovido. Tipo assim, você faz merda, aí eu ele te joga aqui pra São Luís (risos) ou te manda pra algum outro Campus que você tem interesse, inclusive, a gente tinha um, eu não sei como é que tá o caso desse rapaz, tinha um assistente de aluno que, ao que dizem, né? É ele tirou a virgindade de uma menina de 15 anos e começou a rolar na história, lá pelo campus, e aí, ele foi jogado para cá, tá aqui em São Luís, não sei em qual campus, mas ele tá pra cá.

A: E você não sabe em qual condição ele foi, foi parar, ele veio parar aqui em São Luís porque só existe duas possibilidades,

E: (fala sobreposta) exercício provisório

A: ou remoção ou exercício provisório.

E1: Não sei, acho que deve ter exercício provisório. Eu não sei ao certo assim..

A: E o que que acontece com a família dessas jovens? Elas aparecem lá no campus, elas vão procurar vocês ou nada acontece?

E1: (Suspiro) Nesse caso em específico, eu não sei, talvez a Carol possa te dar mais informação, porque ela que atende, né? as pequenas lá, diretamente. Agora...

A: (fala sobreposta) mas você não (incompreensível) , não tinha nem um bafafá gente, indo lá brigar...

E1: Aí eu sei de um processo de assédio, um assédio que tem que estar aqui, de um professor que foi a família, que acho que que incentivou a menina fazer, né?

A: Sim.

E1: Mas é isso, como é tudo muito, é tipo assim, um processo é sigiloso.

A: Claro.

E1: A gente ficou sabendo pela pelas pelos disse-me-disse lado Campus, a gente não sabe assim ao certo, mas, a gente sabe que que assim quem tem processo porque as pessoas já, né? Meio que direcionam a gente e os caras mesmo se entregam, porque eles nem olham na cara da gente, então a gente já sabe, mesmo que muita gente não soubesse que eles tivessem esse processo, a gente... eles nem, eles nem, tipo, fazem, se esforçam para fingir que não é isso, não pra fingir que não tem nada.

A: Essas meninas que você ouviu que você sabe, você falou inclusive que foi sua aluna e outra que você sabe que teve uma pessoa que desvirginou.. São meninas pobres? (pequena pausa) De condição difícil?

E1: eu não sei ao certo, assim eu sei que, o que eu sei dessa garota, dessa garota de do primeiro caso, né? Que houve uma difamação moral dela no campus, que a família dela era evangélica. E aí no final, assim, já no finalzinho do terceiro ano, ela virou cantora gospel de música gospel. Assim, aí meio que, eu acho que também a imagem dela foi tão ...

A: arranhada, né?

E1: que a família acabou, não sei se, enfim se foi isso, mas eu acho que é uma forma de limpar também a imagem da menina, né? Então colocou ela para a igreja, mas eu não sei assim, a condição familiar dela, assim, economicamente falando. Mas com certeza, assim, uma pessoa que sabe mais, acompanha mais de perto esses alunos porque tem isso também, né? A gente que mora aqui, então a gente tem uma proximidade mais com um aluno ou outro que é monitor da gente ou que desenvolve algum projeto com a gente, né? Não sabemos a condição de vida mais de próximo, de de dos nossos alunos assim, né? Sim, é que deveria, né? Mas é um processo que é mais acompanhado pelos técnicos, pela pedagoga, ou pela...

A: sim

E1; no caso da assistente social, né?. Eles que tem o pessoal da CAE, da CAP que tem esse contato, mais saber a condição de vida assim, familiar e tal. Um ou outro aluno que a gente sabe

falar, professora porque eu trabalho tal é que a gente sabe mais ou menos, né? Então, que tem um maior, um vantagenzinha econômica e outros que não, mas, do aluno, vim procurar a gente de zero, professora, minha família é muito pobre e tal, eles não fazem isso porque tem a questão da vergonha, clara questão do estigma, você pode desconfiar que aquela pessoa não tem que ter condição, mas a certeza, certeza mesmo da vida sem...

A: você não soube, né, especificamente... Então a gente está terminando, E1. Eu só queria antes da gente terminar de vez. É de fazer a seguinte pergunta, você acha o IFMA uma instituição segura para meninas, para mulheres?

E1: Não mesmo (risos). Ah, precisamos avançar muito. Ainda assim, porque é isso, né? Essa cultura de impunidade, dessa questão do assédio, é muito séria ainda, né? Muito... ainda é muito grave e ainda preciso, e fato é isso que o projeto está tentando fazer é criar um político institucional de combate mesmo, de cerceamento, porque no interior, eu não fui para o interior mais... porque o pessoal diz que quando os servidores novos chegam para morar nesses interiores que não tem assim, tipo, você tem aqui São Luís, então você tem uma... você tem um afastamento dessa, dessa realidade deles, então você se afasta, você só dá conta de seus dias de trabalho e v ocê volta para casa e tal, mas quem está, vai para morar nesses interiores e se envolvem em relações afetivas muito mais...

A: É isso que você escuta às vezes...

E1: isso, porque a gente fica....

A: Sim, entendi, entendi. É, é isso, obrigada. Foi difícil?,

E1: um pouco...

A: é um assunto muito...

E1: é porque é assim tem tem muito. É isso. Tem muito boato que a gente sabe que que é verdade, não são verdadeiras, mas a gente também não sabe até que ponto, que a gente pode dizer. com certeza ,100% de convicção, de que é e o que tu acha funciona. Isso é uma...

A: Só mais uma pergunta, tu achas que os professores, eles sabem que eles não podem se envolver com aluno? Ou eles não sabem?

E1: (pausa) Eu acho que não sei, ele tá aí uma boa pergunta, eu acho que eticamente eles sabem que não podem, né? Tipo assim, um profissional... mas a essa cultura machista mesmo que disse o homem, pode tudo, né? A vida deles, todo mundo foi servir. E essa cultura aqui no Maranhão

muito forte ainda vai ser cultura da mulher tá servindo todo tempo, A: é o que tu nota, né? Tá ótimo, aí me ajudou, muito obrigada. Quem é que tu me indicas? Para responder também.

E1: Carol, com certeza, Carol é que sabe mais essa coisa da tipo é... condição social das meninas. Ela que recebe primeiro essas denúncias, enfim, ficar.. acompanha mais de perto, porque a gente está ali, mas, e também tem isso também, né? Como é nosso ambiente de trabalho é... não adianta você querer se envolver muito nessa. Eu acho que essa questão mais educativa, o mesmo que é o que a gente cuida, comissão, tentar fazer, né?

A: Você teria problema para... entendi. Pra tipo peitar-los, né? Assim, né?

E1: sim, eu acho que não é saudável nem pra pra gente que é da comissão e nem é essa a intenção, né não, a gente não tá pra fazer é é inquisição moral com ninguém, né? Isso cada um sabe onde está, né? Isso? Aquela coisa de educar adulto, né? Cada um sabe o que está fazendo, então acho que a nossa função é, é como a Márcia falou, né, educar meninas minimamente para aquelas evitem isso, né? Porque a penalizar, nós não vamos poder penalizar ninguém, isso não cabe a nós, não, não é instância nossa, né? A gente tem que incentivar, se tiver a um, caso orientar e tal, mas...

A: Você acha que esse empoderamento feminino e principalmente voltado para as meninas seria uma boa ferramenta?

E1: Sim, com certeza. Eu acho que é a única que nós temos, na verdade.

A: beleza, massa. E1. Obrigada, meu bem.

APENDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE E2.

Pesquisadora (P): Agora! Começamos a gravar... Então ,..., Qual o seu campus?

E: Meu campus é o campus de (...).

P: E assim, é... é o primeiro campus de lotação teu?

Entrevistada (E) sim, eu fiquei lá. É desde quando eu fui nomeada...Em xxxx, isso tá fazendo xx anos.

P: Uau, parabéns.E me diz uma coisa, como foi assim que surgiu essa tua vontade de trabalhar no instituto, de fazer o concurso? Me conta um pouquinho aí.

E: Porque na verdade, assim eu tinha formado um meio que recentemente, né, então.Já trabalhava na área da assistência social, há um tempo. E era bem concurseira. Então assim, nessa época a gente sai atirando e aí, claro, né?, pesquisei um pouquinho e vi que era uma área que me interessava, que eu poderia contribuir. Então acabei perdendo um concurso e é do IFMA.E aí prometi para mim que eu ia fazer o próximo, ia passar. Daí isso aconteceu.

P: Uau, muita determinação, não é?

E: É. E aí, na época também tinha, tava é tinha meu companheiro que que a gente fez concurso juntos, então acabou sendo também um projeto de vida para nós dois, não é? Então a gente fez concurso para o mesmo campus, já pensando também na nossa vida futura aí, e acabou também dando certo pra nós dois.

P: Ai, que massa tá? Então assim, é, quando tu pensaste em (...) que tu focaste, né? Como tu disseste, é para um campus que você se inscreve. Você já imaginava de se mudar para lá?

E: sim sim, mas mudar é assim daquela forma, né? pensando em manter o vínculo aqui com São Luís que é a minha residência fixa.

P: Sim.

E: eu sou de (...). Na época tinha teve também vaga para lá, só que eu optei por não ir para lá, mas para um outro local.

P: Mudar de ares.

E: é, e aí em termos, naquele momento, eu pensei que (...) também poderia ser uma, até em termos de deslocamento, seria mais fácil, tempo mais curto, né? de viagem para São Luís, então, também teve esse aspecto né? da cidade que eu já conhecia, é... de outras ocasiões.

P: (...) no caso?

E: (...), então, foi uma cidade que, dentre as que tinham disponíveis, eu achei que fosse, ok, para, para, para morar, né? trabalhar...

P: sim, entendi então, aí, no caso você já tinha um conhecimento prévio da cidade como turista ou...

E: turista.

P: como turista, né?

E: Como turista de Carnaval, inclusive.

P: (risos) Eu ouvi falar que o Carnaval de lá é muito bom, né?

E: Aí depois que eu passei no concurso, comecei a trabalhar, não dava mais para ir para o Carnaval...

P: (risos) É verdade, parece assim que tudo muda, né?

E: Não é?

P: Você vê com outros olhos, né?

E: Aquela coisa nossa (...) ali do campus, não dá, gente!

P: Poxa (risos). Mas você ficava no Carnaval aqui em São Luís?

E: Ai eu é. mudava, viajava, nunca mais fui para carnavais direito..

P: Mas, tem muito disso, né? A gente se preocupa com a nossa...

E: é, e eu não me sinto à vontade porque a gente acaba cobrando algumas coisas, né? E a gente é orientação para essa gurizada

P: sim.

E; Então assim, não me sinto confortável e ao fim, eu me preservo nesse sentido para poder preservar a minha atuação profissional.

P: Interessante.

E: e não como uma, como uma forma demagoga. Não?

P: Sim, ou moralista,

E: sim, isso. É.. assim, nossa, assumo, não tenho, assim, problema nenhum em em em falar sobre as coisas que eu gosto, como que eu gosto de me de me divertir e no meu momento de lazer, mas é, é, eu acho que acaba sendo um pouco é... causa um pouco conflito na cabeça, é... deles, delas. Quando a gente vai, por exemplo, né? Cobrar uma determinada postura, né?

P: Sim, entendo

E: de excessos de de álcool que eles, às vezes fazem, né? E e aí deixa de lado as as atividades acadêmicas, então, né? para não confundir. Acho melhor (risos) me preservar um pouco (risos)

P: verdade, concordo. E aí, então aí? saiu o resultado, massa, (...) deu certo.

E: sim.

P: tomou posse, tomou posse aqui?

E: é, aí houve todo o processo, porque aí foi quando eu comecei a me decepcionar com a instituição. não, mesmo antes de...

P: entrar em exercício, não é?

E: ...de entrar em exercício.. porque o concurso foi de 2010. Aí quando saiu o resultado do concurso, aí massa, aí a gente estava namorando, né? e então a gente já, já que a gente passou, então a gente vai morar junto, então vamos ficar noivo. Vamos! aí, a gente fez um noivadinho lá e aí ele foi chamado, eu não fui. E aí a gente ficou nesse conflito, que assim. é todo mundo da instituição acabava sabendo que eu estava, não é? É... que era uma vaga para o concurso. Eu tinha passado na única vaga e eles, (riso) não me chamaram porque não quiseram. Tipo, tinha uma outra (...) lá que já entrou por conta de outra situação é... que aconteceu errada, é...dentro da instituição e acabaram tendo que lotar lá em (...), né? mesmo assim, abriram vagas do concurso para lá, para (...). Eu passei e não me chamaram.

P: Então quando você chegou, já tinha uma assistente.

E: já, já, e aí eu sei que foi, então, foram mais dois anos e eu tive que acionar a defensoria pública da união para poder assumir a vaga do concurso, então eu já entrei na instituição nesse contexto que não foi muito favorável, não?

P: Sim, Claro.

E: foi bem, bem desgastante.

P: e aí, quando você soube que você, no caso, conseguiu, é, ser é empossada. Você foi lá conhecer a cidade para morar ou você já teve uma ideia? Já estava com uma estrutura te esperando.

E: já já, mas por conta do do meu companheiro, que já estava lá, né? Então a gente já tinha, já tinha, assim, um esquema inicial, e aí depois, quando eu, quando eu me mudei, a gente foi se adaptando a rotina, é dos dos 2.

P: então, você ficou já frequentando por conta de ele já está indo. Você também ia.

E: Às vezes eu ia, às vezes eu ia.

P: e, beleza? alguma reclamação ou dá... assim, alguma coisa que tu queira falar.. isso desse lugar?

E: dá a cidade, assim, a questão de estruturas, assim é uma, é uma estrutura precária, não é? É...esse deslocamento que que em que imaginei que seria mais tranquilo, não, não é tão tranquilo porque tem horários específicos. Então, no momento de uma emergência, a gente quase, que não tem como sair da cidade, então, a estrutura de políticas públicas acaba também sendo mais precária nesse sentido, né? É, é. É então assim, eu comecei a enxergar essas essas outras dificuldades que eu poderia ter, não é? Quanto a questão da saúde, principalmente, que era o que me preocupava mais é, mas outras coisas assim eram situações que que dava para lidar assim,

P: hmmm, entendi, entendi, e aí? Então, no caso, tu te mudaste no primeiro momento, ficaste lá ou tu ficaste indo e voltando?

E: Eu fiquei indo, indo e vindo sempre.

P: Todo final de semana, cê vinha?

E: basicamente em algumas algumas oportunidades eu ficava lá, né? Mas eu priorizava assim, fazer esse deslocamento semanal.

P: tinha algum motivo específico mesmo, só por conta de querer sair um pouco daquele ambiente (risos)

E: é, é porque assim, é, em termos de lazer, não oferecia tanta coisa, então não é? É? Eu acabava tendo vínculo aqui, era o momento de voltar para a minha família também, encontrar meus amigos, né?

P: Entendi.

E: e fazer outras atividades, inclusive doméstica que lá, não dava pra fazer, como até de como a gente não tinha é.. máquina de lavar roupa, por exemplo. Então acabava trazendo para São Luís para lavar e já levar tudo pronto de novo, até essas atividades domésticas acabam sendo comprometidas um pouquinho a por conta da rotina que a gente tinha, né? Sim, sim. Então, passar o dia no campus. Aí às vezes ficava até de noite, acabava complicando para fazer isso.

P: sei, e e como foi a tua recepção assim, pelos colegas do campus quando tu chegaste? Foi, teve algum perrengue por conta desse, a questão da justiça que você tem que entrar ou foi tranquilo?

E: Não, naquele momento inicial foi, foi até tranquilo, porque a maioria das pessoas já era assim ao vários colegas. Já conheciam, né? É..mas é questão da gestão mesmo, mas. Mas não teve nenhum embate porque isso, esses conflitos ficaram muito mais num subjetivo, né? Então assim não teve, não teve nenhum embate, é.. pessoal meu, por exemplo, com a gestão naquele momento é, mas houve com meu companheiro sim, né? que aí ele, por exemplo, cobrava que me chamassem, né? ele que estava lá cobrava, cobrava que me chamasse, e aí houve algumas algumas situações nesse sentido, né? Mas, eu não senti nenhuma, nenhuma retaliação quando eu cheguei no campus. Por conta dessa...

P: entendi, deixa eu só entender quando disseste que teve com o teu companheiro, foi porque eles te chamavam ...eles pra te chamar. Eles perguntavam por ele?

E: não, é porque ele ...

P: ô, pra ele de ti.

E: não, é porque ele cobrava, né, poxa, quando que vão convocá-la?

P: Ah, entendi!

E: aí houve nesse sentido, ... é antes, antes antes, mas quando eu cheguei não, não sente, não sente nenhum...

P: Você lembra como foi o primeiro dia de trabalho? Foi apresentada formalmente para toda equipe ou isso não aconteceu? Isso não aconteceu?

E: Não. Isso não aconteceu. Acho que é inclusive raro acontecer, né? É raro assim. Sinto bem falta é.. de de desses momentos, de de acolhida mesmo, né? E de orientação, porque a gente chega mesmo, eu que já te... conheci algumas pessoas, mas a instituição, aquela vivência eu não senti, mas a (...) que trabalhava lá, naquele momento, ela me deu um suporte muito bom.

P: Então, basicamente quem te apresentou foi a pessoa que estava diretamente contigo no mesmo..., não houve nada, nenhum tipo de formalidade?

E: não, da instituição até agora no na, no meu retorno do afastamento eu senti essa essa essa dificuldade de retornar, porque assim acabou que foram mais de dois anos, considerando o trabalho remoto, não é? Então assim, e foi mudança de gestão, não é? Mudou o presidente naquele momento. Então assim é quando eu voltei, muita coisa tinha mudado e as ,e não me foi repassado nada diretamente, né? olha, você tá voltando, então....

P: Sim, né?

E: Me atualizar das das normativas...

P: Nada?

E: não, não tipo, eu fiquei tateando mesmo. Eu, como está funcionando isso? Como que tá aquilo? Tanto é que eu precisei é, solicitar a prorrogação do prazo e aí foi uma luta que eu descobri que não, que não podia mais, que deu assim, se eu quisesse, eu teria que entrar com a solicitação de licença capacitação não sei o quê, então essas essas normativas e até alguns direcionamentos do trabalho é eu tive que que, ir buscando.

P: entendi, bem, desde quando você entrou, sempre foi o mesmo gestor ou mudou? teve a eleição.

E: mudou, mudou, teve eleição é...Teve só uma eleição, uma ou duas? vou ficar em dúvida, minha memória está ...

P: sem problema nenhum. E: mas teve a última eleição que foi recente, não é? E que e que permaneceu o mesmo gestor que estava anteriormente, né? disse que ele foi reeleito?

P: Exato.

E: (incompreensível)

E: sim, sim, mas eu acho que ele foi reeleito. Acho que tem de eleição sim. Então, quando eu cheguei, não, não, não tinha eleição, não havia tido ainda eleição. Era só aquilo, gestor, já era o segundo gestor do campus. Pelo que eu me recordo. E aí entrou o gestor atual, que foi eleito, e aí foi reeleito agora

P: certo, e assim, pelo que tu observas, é... as indicações das pessoas que vão auxiliar, no caso, como você só teve acesso a esse gestor, né? Mas as pessoas que ele escolheu para auxiliá-lo nessa administração, na gestão, você nota que, há sim, uma preferência por escolher pessoas do sexo masculino, do sexo feminino, ou ele, ele não se preocupa com isso? Ou ele consegue igualar?

E: Sim. Se há essa, se ele se importa com isso. Olha, eu não sei dizer se se ele tem essa preocupação especificamente, não é? Mas, por exemplo, das duas direções, é... de imediata a ele é em algum momento da gestão dele, teve uma mulher, uma mulher e um homem. Então teve uma diretora de ensino e um diretor administrativo, né? Então foi inclusive um momento bem bacana assim, que a gente conseguiu avançar em muitas questão, o diálogo era era era bem mais tranquilo, não é? Quanto às coordenações é, a maioria das coordenações são masculinas ainda. E eu não, realmente, eu não vou saber dizer se, se ele tem esse cuidado, mas a gente tem assim, eu vejo também que há muita dificuldade em até conseguir pessoas que que queiram assumir esses cargos, né? É, coisa até o contexto da instituição, que além das questões do trabalho excessivo, do da, da, da sobrecarga de de de de demandas, não é? É, envolve questões também até pessoais ali, né? As pessoas acho que pessoaliza muito as coisas e acaba afetando a gestão do trabalho, né? E como a maioria dos profissionais é masculino, então acaba também sendo essa, essas escolhas aí masculinas, mas eu realmente não sei se ele tem uma preocupação com relação à equidade de gênero na escolha do gestor.

P: sim, isso não fica Claro, né?

E: pra você conseguir visualizar que sim, mas também eu não consigo visualizar que que é proposital que tenha só é gestores. A maioria dos gestores sejam masculinos.

P: Entendi

E: pela postura dele e assim e e pelo diálogo que ele mantém com essa questão das desigualdades de gênero, eu não consigo afirmar que é proposital.

P: Você acha que ele é uma pessoa, então, digamos assim, aberta esse diálogo, esse aí a tentar emplacar essa pauta, ele seria?

E: sim, sim. Eu entendo que sim. E assim, é claro que, já está no segundo mandato, então, é a gente conseguiu construir muita coisa, muito diálogo, abrir muitas discussões, né? é não é que, que já já chegou assim, pronto para esses, né? Aberto aqui estou com todas as bandeiras aqui levantadas e visto essa camisa. É, mas ele comigo, né? é assim, a experiência que eu tenho direto com ele é que, sim, ele é aberto a esse diálogo. E ele, apoia.

P: sim.

E: apesar de várias contradições.

P: Sim.

E: mas considerando, por exemplo, os dois gestores anteriores a ele, para mim, nem tem comparação com relação a isso.

P: Então, houve um avanço, você acha?

E: sim.

P: e aí então me fala agora um pouco, como é trabalhar no campus? O que você faz exatamente? E se você puder falar um pouquinho, como é sua rotina?

E: Então, é, como é trabalhar no campus (risos)? Oh, trabalhar num num Ifma. Sim, é bem complicado, né? Porque eu acho assim, ele falando especificamente do campus, a gente tem muitas limitações, né? É...Perpassa inclusive, a insuficiência de profissionais. Então assim, nós temos mais de 706 alunos e só só tem eu como (...), só tem um de cada um de cada profissional. A gente, por exemplo, não tem um profissional de psicologia hoje, né? Na verdade, até tem uma profissional de psicologia, mas o IFMA tem uma tradição de premiar assim, profissionais ruins, e essa é uma profissional ruim, que é premiável. Então assim ninguém consegue, por exemplo, nenhum gestor, principalmente, consegue oficializar, é, a, digamos, a má conduta dela, não é? E acaba que ela é premiada por conseguir ser afastada, conseguir se ser deslocada para outro estado, outra instituição, é a isso que eu me refiro dela ser premiada. Então, atualmente ela está em exercício em outra, em outro local e aí leva o nosso código de vaga e é...

P: claro, bem problemático.

E: pois é, e isso é muito é muito sintomático dentro da dentro do da instituição e no nosso campo em específico, não é? Da da mesma forma, por exemplo, hoje a gente só tem uma pedagoga..

P: 700 alunos par uma pedagoga, uma (...), sem psicóloga..

E: E a outra pedagoga da mesma forma foi assim, tá em atuação em outro campus aqui na capital, inclusive e o campus segue só como profissional e a gente cheia de de.problema acho que então essas coisas acabam abarrotando agente de de demandas não é? e dificultam muito mais nosso trabalho porque a gente não consegue dá conta, então, é... mal, começou o ano e a gente já estava muito sobrecarregada de demandas, não é? E as demandas para mim, especialmente, são muito variadas. Além dessa questão dos dos programas da assistência estudantil, não é? tem as demandas, por exemplo, que a psicologia poderia absorver, e que que eu absolvo, mas não, claro, e aí eu repito isso para todas as pessoas, não no viés, é, da psicologia, mas enquanto (...) eu preciso. Tem (...) aí é, multidirecional, já, vai falar com o (...), que tem um adolescente com, se automutilando com, né? Com alguma questão de transtorno de ansiedade, alguma situação. Manda para (...), é é clássico isso e aí vai virando, né? aquela bola de neve. A gente chega no final, não consegue dar conta, mas eu sempre é, sempre fico nessa luta de de é , demonstrar que a questão da saúde mental é uma questão da instituição, para todo mundo, para todos os setores, né? Para não centralizar. Mas isso daí é uma luta que eu faço diariamente, né? tipo, não é problema só da (...).É Claro que, enquanto (...), eu vou acolher essa demanda para identificar, inclusive, que tem por trás, tem alguma situação de violência e de que forma a gente pode encaminhar de que forma eu posso aproximar essa família da escola, às famílias, às vezes, não tem nem ciência do que está acontecendo, então é, esse é um trabalho que tem me demandado muito?Muito mesmo, muito mesmo. Então é. São várias situações dessas e que tem crescido, principalmente assim nesse retorno presencial que a gurizada não, não agora que está começando, a se aquecer novamente, mas no início a gente teve situação de de adolescente que não conseguia ficar dentro da sala de aula..Não conseguia, aí acabou. não, manda para (...), (...) resolve.

P: e tu pedes alguma ajuda assim para outros campi, dos colegas psicólogos, é...?

E: sim, a gente tem uma parceria com com (...), né, com (...)? Mas é algo pontual, ela vai lá ou ela atende remoto, ela, ela vai em alguma situaçõesque a gente fez acolhida das das turmas é que estavam que iam voltar pro pro presencial, aí ela foi e fez uma ima, nós fizemos atividades juntas, não é? E a a direção de ensino estava articulando para ela fazer atendimentos online.

P: ah, sim, sim.

E: com alguns discentes. Aí a gente já encaminhou algumas demandas.E hoje eu não sei como que tá essa essa, essa... essa demanda porque não me foi repassado nada assim. Mas é

complicado, porque assim só um situações muito pontuais, né? Teve uma situação também que que eu eu, diretamente, pedi ajuda para ela. É muito bacana assim, ela é muito colaborativa, então teve uma situação de uma, de uma discente que ela tinha os seus sofrido violência sexual do padrasto. E aí foi bem complexa, é, que ela fez a denúncia e foi morar com a mãe. A mãe veio de Brasília para buscá-la, então foi bem caótico. Ele estava foragido, aí ela estava bem perdida. Aí nesse sentido, eu tive que ir solicitar e aí foi feita sem intervenção online. Então, algumas situações pontuais ela consegue, sim, colaborar. Mas o dia a dia, ali, que a gente precisa não tem, inclusive para os próprios profissionais que a gente precisa também, assim é, municiar esses esses docentes e técnicos também, né? de de informações para também não, não, não, jogar tudo para um setor específico, sendo que em algumas situações daria para mediar. em sala de aula ou na intervenção que esteja fazendo, né? com essa, com esse adolescente ou esse adolescentes.

P: Sim, até porque os professores, eles estão ali meio que na linha de frente, né?

E: Isso.

P: você só é chamada quando se identifica, não é isso? Ou estou enganada, partir de um determinado é..., de caso, por exemplo, os professores que recebem essas ou que percebem como é feito esse mecanismo de de o aluno chegar até você, ou ele vai direto até você?

E: Sim. aí, por exemplo, de sentir, é, se sentir mais à vontade com determinado docente, né? Ou determinada docente aí compartilha um é, e a orientação é que encaminhe para nós, né? Aí, é, como aconteceu recentemente semana passada a gente fez atividade do 18 de maio, né? referente ao 18 de maio. Foi bem bacana. É só que durante esse processo, algumas algumas pessoas, é, se identificaram com aquilo e e compartilharam a violência que tinham sofrido com alguns docentes, não é? E aí esses docentes já passaram para nós da CAE essa essa demanda, né? Então, o fluxo é mais ou menos, eles, aí a gente faz a avaliação, é, a escuta é feita por mim, é, mas agora também com, pelo (...), , né?

P: ah, tem (...)?

E: (...), tem um (...) e uma (...), e aí o (...). ele também faz essa escuta. E aí, compartilha comigo as situações que que precisam ser encaminhadas, né? por mim, que tem algum cunho aí é, é, mas mais específico, de violência, por exemplo, né? Que aí a gente precisa dar seguimento, então isso é o fluxo, aí dependendo da situação, a gente encaminha para o conselho tutelar, geralmente sou eu que que faço esse encaminhamento e aí aciona a família e tudo, né?

P: Entendi, entendi e desses desses casos que você recebe assim como indicativos de violência? São mais, digamos assim, problemáticos, né? Você tem noção, assim, se são mais meninos, são mais meninas?

E: meninas.

P: são mais meninas que te procuram?

E: Eu nunca, nunca recebi nenhum menino com relatos de violência sexual, pelo menos, violência doméstica, mas não sexual. Nunca recebi nenhum.

P: sim, e quando tem esses eventos, né? Parece assim, que as pessoas ficam com mais vontade de falar. Isso mexe muito, né? Sim, sim, é bem assim é bom, né, porque acaba sendo também aquele momento da pessoa, ufa!, realmente era isso que acontecia, porque a violência, às vezes, acontece de uma forma tão simbólica, é tão subjetiva que a gente não consegue identificar determinada coisa como violência, né?

P: Hum hum.

E: Foi interessante que que na atividade da tarde, aí eu precisava falar com os conselheiros tutelares sobre algumas situações e aí a gente foi parar no corredor, aí uma menina foi direto para elas, mas isso ainda vou investigar. É, eu queria saber uma coisa, quando procuram a gente e, é pelo Instagram, dizendo, perguntando se a gente está solteira e dizendo que é servidor do IFMA. Isso é assédio?

P: Interessante.

E:.. olha, que massa, aí eu fiquei calada, esperei as conselheiras responderem, né? E aí elas, que bom, que assim, o pensamento estava alinhado, não é? E aí elas informaram que que sim, né? que que era muito possível, que que que que fosse. Mas precisava investigar quem era que estava por trás daquela, daquela é daquela conversa realmente, para saber se de fato era servidor ou não, ou se queria só realmente ganhar a confiança dela, né? se passando por um servidor, sim, mas que precisava, por exemplo, ela precisava fazer o print das conversas e levar para mim para que eu pudesse, né? É, junto com elas descobri e tudo, mas se não, se ela não se sentisse à vontade, que ela poderia ligar diretamente para o conselho tutelar, que o conselho tutelar iria atendê-la, né? Então achei bem bacana nesse sentido.

P: interessante, que bom

E: pois é.

P: que bom, né?

E: E eu presenciei. Eu, olha só, que massa,.

P: que massa, mas conselho tutelar, ele é um aliado. A gente realmente tem, eu acho assim, cada campus, né?, tem que procurar ter o respectivo conselho, porque eles sim, podem ser muito aliados. Tanto o conselho quanto a patrulha Maria da Maria da Penha, né, onde tem, né, onde onde tem, né?.

E: A gente sempre fala assim, eu sempre, eu sempre chamo, sempre vou lá, também, então, é, é muito importante, sim, a gente tem muita proximidade e foi muito produtivo, assim, o dia 18, porque eu acho que teve um feedback muito legal, muito legal assim, mas foi parada por por outros adolescentes assim, aí, tia foi muito legal, muito obrigada e abraçou. Eu, olha gente isso, surpreendente.

P: Olha que maravilha.

E: Achei super massa, né? J

P: já que tu falaste do assédio, e meio que é um ponto fundamental do meu trabalho, né? O (...), , né? Tu achas, assim, que as pessoas lá, elas têm noção do que seja o assédio, tu notas isso?

E: eu acho que não, não, né? Eu acho que não. Falas em termo dos estudantes, né?

P: Sim, nós é de uma maneira geral, toda a comunidade acadêmica.

E: Eu acho que há uma diferença, aí eu acho que sim, estudantes, não é? É, eles não tem muita noção. É, que determinadas práticas ocorridas no âmbito ali da instituição são aceitas P: hum hum.

E: mas, eu acredito que, é, os servidores, os servidores, sim.

P: Sim.

E: eu acredito que há esse esclarecimento, né? Talvez alguns (risos), alguns não. Talvez alguns, né? por estarem muito embebidos aí, dessa, dessa relação de de poder, não é? Eu.. E aí eu me refiro especificamente a docentes, é, que que é, não conseguem enxergar uma prática que pra eles é, é, é, é natural, né? Que seria uma prática correta de se fazer e não tem aquilo como um ato de violência.

P: Poderias te lembrar de algum exemplo?

E: Sim, sim, sim. Sim. Tem um professor. É, que eu, eu não sei o que que ainda faz ali. muito bem na instituição. É, ele, inclusive, foi um professor que foi acusado de assédio é, sexual, foi um, único caso que eu acompanhei diretamente. É, e aí a gente fez todo o processo, inclusive via o conselho tutelar. É, eu acompanhei, o pai, é, no Conselho e tudo, é, e isso faz muitos anos. E aí, por isso que eu digo que eu não sei o que que ainda faz ali. Além dessa situação específica, que que eu acompanhei lá no início, é o que eu já ouvi, assim é que ele, ele faz, ele tem muitas práticas de abuso, de autoridade, de assédio moral contra as turmas, né? É, uma situação que eu, que eu soube que ele já fez, foi, por exemplo, era o dia de uma avaliação e aí parece que ele recolheu. Eu não vi isso, de forma alguma. Ele recolheu os aparelhos celulares, colocou em cima da mesa, gravou, os aparelhos celulares e tal, e aí disse, parece que ele ficou falando que está aqui, eu quero ver é, quero ver pescar agora, e pelo que eu soube, ele circulou isso nas redes sociais. Era vídeo que estava circulando.

P: Se auto vangloriando., se vangloriando dessa situação.

E: uma situação que assim, intimida, constrange, né?

P: Claro,

E: e publicando uma situação dessa, então assim, né? Se auto afirmando de várias formas. Então, pra mim isso é um abuso de autoridade que existe. Isso é o que eles põem para a gente, imagina o que ele faz dentro da sala de aula, sem que a gente saiba, né? E até a mim, sim, eu nunca consegui nenhuma informação que, por exemplo, desse. que eu pudesse comprovar, não é? eu eu vejo que eu sou muito blindada lá na instituição. Nesse sentido, assim, pouca situação, ações chegam até mim, não é? No que se refere a esses excessos, de principalmente de de de professores, não é? É por isso que eu te falei naquele dia que eu estava distante assim das das, nesse período de que eu tive afastada e que talvez pudesse interferir é, e que, por exemplo, as as professoras têm muito mais acesso a essas informações porque eles estão no mesmo meio, né? É, mas eu acabo sendo blindada até pelo meu posicionamento, pela minha postura dentro da instituição. Eu eu identifico dessa forma, né? Então várias coisas acontecem que eu não fiquei sabendo e infelizmente,

P: É verdade.

E: Infelizmente.

P: esse professor específico, ele mora lá, ele mora em outro lugar?

E: Eu acho que ele mora aqui em São Luís.

P: Ele também faz esse trajeto?

E: já é a maioria dos profissionais,

P: a maioria dos...

E: maioria dos profissionais...

P: poucos são os que moram lá lá. E (...) com relação à questão do assédio, em si, é, que você falou que há essa demanda e que no caso não é investigada, você supõe o porquê de isso acontecer. Você já tentou imaginar ou já ouviu falar alguma coisa?

E: Que não é investigada?

P: é, que não é ,que não é levada a termo, né?

E: sim.

P: Essa aluna. Por exemplo, ela já saiu do Ifma. Logicamente, os pais voltaram a te procurar?

E: Não, não,

P: ninguém nunca mais falou nisso?

E: Não, não. Elas elas já estava, inclusive no terceiro ano,

P: quando aconteceu?.

E: quando aconteceu. Ela estava no terceiro ano. É, mas para assim, pelo que eu soube, a um processo, havia o processo. Foi aberto processo dentro da instituição é, eu mesma. Assim. Ajudei a redigir o assim a o requerimento do pai, né? para abertura desse processo. Naquela época, era dentro do campus, então, né?.

P: É, a investigação, era dentro do campus?

E: iniciava, o processo dentro do campus, então, assim, assim, um processo que já inicia meio viciado, né? porque assim quem vai é, abrir falta aquele processo, não é? quem vai analisar? quem vai encaminhar? para onde vai encaminhar? e nisso aí..o processo vai se perdendo.

P: (fala sobreposta) Mas você procurou saber assim onde foi parar esse requerimento ou não? A última, qual foi o último sinal de fumaça que tu viste dele?

E: Dele? Foi que tinha vindo para a reitoria. Essa informação, que é que é a mais, é, geral possível, né? Então isso, não já foi para reitoria.

P: Sim, pronto, sim. E aí ele continuou dando a aula.

E: E Continua normal, sim. Continua dando ao normal, ele passou um tempo longe, inclusive, ele ia , ele ia, ele ia, pelo que eu soube que ia ter uma remoção

P: Sim.

E: não conseguiu ser removido porque havia essas tendências.

P: Ah, então, ele está sofrendo uma espécie de punição...

E: (fala sobreposta) Ele tem um processo.

P: Você acha que isso pode ser uma espécie de combustível para ele ser um professor que é é tão, digamos, assim, autoritário, ele sente raiva, ele. Você sente algum tipo de, tipo, uma represália, né? Seria mais ou menos ...

E: sim, uma especie de represália. Olha, talvez, talvez porque assim é com relação à questão do assédio moral, né? que ocorre, é, é porque antes disso acontecer, eu não tinha assim não, não tinha chegado até mim nenhuma reclamação desse professor, desse caso do assédio sexual. E aí, pode ser que depois que ele que tenha sido negado a ele essa, essa, essa remoção pode ser que tenha tido esse efeito sim de de represália.

P: Sim, sim, é o que eu noto. Assim, é bem comum, né? Às vezes as pessoas, quando elas..., ou elas estão sendo investigadas ou elas não conseguem um objeto do assédio sexual, não sei se você notou isso na sua pesquisa, elas partem para para executar o assédio moral.

E: Sim,

P: sim, é assim meio que me deslocando a violência para um outro tipo de conduta, não é? E e assim, se você se incomodaria de me dizer como foi o relato dessa aluna, o qual foi o modo como esse como ele perpetrrou assédio sexual?

E: Na verdade, é, ela, não, ela não abriu pra mim assim, né? É naquele momento, é, é eu, atendi o pai dela, que já chegou super exaltado lá, , né? Na CAE, daquele jeito, né?

P: Que barra, hein? Que barra.

E: E aí? E aí eu fiquei até assustado porque não sabia nem o que estava acontecendo e aí ele foi explicar. Eu acalmei e tal, e ele foi explicar que tinha pego a menina dentro do carro do professor e que o professor tinha ido levar em casa e que não tinha sido a primeira vez. E aí, quando ele, quando ele viu o que é uma situação, não ?é. É, e aí, eles meio que demoraram

dentro do carro, aí ele partiu para cima do carro, quis chamar a polícia, e aí foi um alvoroço, não é? É, é. E aí não? Não chamou a polícia naquele momento, mas aí, no dia seguinte, foi para a instituição com tudo, não é? E com toda razão. É, mas por mim, ele tinha chamado era polícia lá na hora (risos)

P: Claro (risos),

E: enfim, aí, aí aí foi que, a gente faz parecer e tal da situação, eu fiz o parecer .E disse que a gente precisava acionar o conselho tutelar e entrar também com um processo administrativo dentro da instituição. Então, eu, redigi os dois requerimentos para ele .E acompanhei o conselho tutelar, que fez a escuta e e abriu a investigação também. Então eu percebi que era uma situação que já vinha acontecendo, mas naquele momento a mina também estava tão assustada que ela não ,não conseguiu abrir para mim.

P: você lembra a idade dela, não?

E: 16

P: 16, né?

E: 16 e outra coisa, você lembra a, mais ou menos assim, a condição financeira da família. Se era uma família que tinha uma certa, condição razoável ou não?

E: Era razoável, é tanto que o pai dela era bem esclarecido, que procurou a instituição.

P: Procurou, né?

E: procurou os meios. Avançou nessa questão mesmo da denúncia e tudo não é? e de romper com o com a violência que já estava acontecendo. Então, existia uma condição razoável.

P: A menina era branca, não branca?

E: ela era negra.

P: negra, né? E (...) outra coisa, é nesse caso, o, a menina, ela falou contigo? Você procurou falar com ela?

E: Eu tentei o atendimento e aí foi isso que ela realmente, ela não conseguiu abrir, se abrir , né? para mim. E aí eu percebi. Ela muito abalada e ela chorava, chorava, chorava, chorava. Ela não conseguiu.

P: não conseguiu falar nada?

E: não conseguiu.

P: Interessante.

E: Pois é.

P: muito interessante.

E: Pois é. É e aí fica aquela sensação de medo mesmo dela, de, que estava acontecendo. Então, a proporção que que estava tomando, né? é, que aí já estava com o conselho tutelar envolvido, já estava, né? A instituição sabendo, a coisa do constrangimento também, que é grande, da exposição dela.

P: Claro.

E: então, naquele momento, assim, ela acabou não não abrindo.

P: você assim, por acaso não a viu mais com o professor no campus, já soube de mais alguma coisa depois disso?

E: Eu não soube de mais nada não

P: esse professor, ele é casado?

E: É até onde eu sei, sim.

P: Na época, você ouvia falar se ele era?

E: já era casado.

P: já era, né?

E: Uma das coisas que que ele faz na turma que tu falaste e eu lembrei, é ficar ostentando, ostentando a condição social, socioeconômica dele.

P: ele fala isso?

E: ele fala na turma.

P: no sentido de que, de posse?

E: De posse, tipo que que ele tem isso, que tem aquilo, que ele tem um carro, e aí nesse sentido, meio que ir, né? É, eu entendo que assim, humilhando, querendo humilhar as outras pessoas e mais uma vez querendo se enaltecer.

P: sim, sim, assim, no geral, que você nota são o público discente do campus, assim, não precisa ser exata, mas você nota que são pessoas que realmente têm uma condição financeira, econômica, desfavorável ou não, nem tanto?

E: Do público discente, é, sim, sim, nós temos uma grande quantidade de discentes assim, em situação de vulnerabilidade social, uma grande quantidade e, claro, recentemente que piorou muito mais e isso é, por conta da crise que a gente está vivenciando no país inteiro. É, mas tem muitas, tem muitas famílias que tem uma condição razoável, até porque tem muitas, tem muitas, muitos discentes que são de outras cidades, né? É, de cidades vizinhas, então, para fazer esse deslocamento diário é uma grana muito alta

P: sim.

E: Então é cerca de é 400, 600 reais por mês.

P: sim.

E: então precisa ter uma grana boa para fazer esse investimento e esses alunos fazem isso, né? Esse deslocamento, é o que você nota assim?

E: Aí alguns a gente consegue é, inserir os programas de assistência estudantil para amenizar um pouco essa despesa, né? É, mas tem, tem várias pessoas que realmente tem condição de fazer esse investimento.

P: Sim, é o que você nota, né? Essas pessoas que geralmente tem a condição de fazer esse investimento, são pessoas brancas e não brancas?

E: A maioria dos nossos distinção são negros, então...

P: A maioria?

E: é a maioria. Então é, eu noto que quem está em situação de maior vulnerabilidade vulnerabilidade social também é o público negro.

P: sim, você nota isso, né? E com relação a essa coisa de os professores, servidores em geral, não necessariamente só professores, professoras, eles terem assim ,conhecimento a respeito do código de ética, até do nosso próprio estatuto do servidor público, com relação a essa, essa coisa, dessa separação entre a relação professor aluno, você nota que há uma consciência ou não, isso é meio diluído (risos)?

E: eu acho que é diluído. Eu não sei até que ponto é, os os servidores servidores conhecem o código de ética, apesar de de de ter assim aqui, apesar da gente saber, de um modo geral, que que a que a gente precisa fazer isso, essa separação, né?

P: Claro

E: quem é assim, quem é o trabalhador, a trabalhadora, e quem é o público que a gente está atendendo, mas eu sinceramente fico na dúvida, assim, se as pessoas realmente conhecem, já leram o seu código de ética. Eu acredito que a maioria não tem conhecimento da lei. Nunca vi assim não, né?

P: Assim, não faz a mínima noção. Apesar de ter estudado para o concurso, né? Teoricamente.

E: Fora isso daí que era um, talvez tenha sido uma decoreba para passar na prova, mas eu assim, eu não vejo assim, aqui as pessoas incorporam isso, não é?

P: Por exemplo, assim tu consegue lembrar as ações que tu ves assim, que são indicativos dessa ignorância, digamos assim.

E: Bom, tem algumas questões assim, como, por exemplo, direciona a mim, a mim, algumas posturas. É, tipo, vai, a gente vai ter um conselho de classe, não é? Eu já fui chamada de (...) porque tava defendendo, né? os interesses de discentes é, que eu acreditava naquele momento que, sim, é, é, merecia uma outra chance ali, considerando o contexto que eu estava acompanhando, não é? É, então, situação dessas no conselho de classe. É, é, que eu acho que a gente precisa ter mais sensibilidade com algumas questões ou se precisa, é. digamos. ter um olhar mais mais amplo,, flexibilizar mais é. Eu percebo que que alguns profissionais não tem, não tem essa sensibilidade, não é? É. E aí vamos naquela coisa mais mais autoritária, mais pragmática, mais mais é, positivista. Dizer, ah, não tá aqui, não entregou até tal dia... Tchau. Perdeu! coisas desse tipo, não é? E também alguns autoritarismos em relação mesmo a discente, como eu já ouvi, fala do tipo, ah, mas é só um discente, não é? Tem que tem que obedecer mesmo. Mas gente, e não assim não é, um ser humano que está ali, então tem toda uma, uma abrangência em um contexto por trás que a gente precisa levar em consideração.

P: Entendo, entendo.

E: nesse sentido.

P: E com relação assim, a a qualquer envolvimento, a gente acabou de relatar, falar sobre uma situação, que envolveu ali, aparentemente um certo, uma certa relação mais estreita, professor

e aluno, dá carona, por exemplo, é uma coisa que, normalmente, quando eu falo com os colegas, quando eu vou falar de ética, quando eu vou falar de um código do serviço público federal, a gente desencoraja a carona, principalmente se for para uma pessoa só. Quando você leva ali um grupo e tal, né? até naquela ideia de ajudar, né, de compartilhar ali a até por conta da segurança dos próprios alunos, que às vezes andam longas distâncias, não? eles tem medo, mas a gente desencoraja, né? Você nota que há essa, no campus, no geral ou você já viu ou você já ouviu falar? De alguma de alguma aproximação que extrapolaria essa relação ética? Do prestador da política pública?

E: Eu acho que que tem melhorado, tem melhorado muito por esse trabalho que a gente já desenvolve um tempo, né? E aí, por exemplo, quando eu eu acabei não concluindo meu raciocínio, mas quando eu digo assim, quando eu disse que, há alguns alguns trabalhadores, porém, poderiam é não incorporar essa postura ética, mas direcionar a mim é como se fosse isso, tipo, você é, vai lá e desencoraja. A questão da carona, né? E aí o servidor vai e não compreende o porquê de não se dar carona, que é exatamente para evitar essa situação de aproximação e tal, de um possível ato de de de violência, mas vai entender que assim não, porque a Angela falou que não pode dar carona, aí é, mais ou menos nesse sentido. Não é porque, como (...) diz, né? Sim, isso daqui não pode acontecer. Não é porque de fato, sim, a pessoa compreendeu o porquê aquilo não pode acontecer, né? Então, assim, a gente tem conseguido avançar. É, com com muita luta, eu diria, mas, já vi várias situações, né? Várias situações

P: você já viu, né? Já viu, presenciou?

E: já vi e aí aquela coisa não só do dos abraços e tudo, mas, por exemplo, a gente tinha umas situações de das meninas que não saiam da sala do do diretor.

P: Sim, sim, compreendo.

E: E aí, aí, aquela coisa ,aí eu tenho que, aí não, não, eu não via porque ficava bem distante da minha sala, mas aí essa situação chegou a mim, tipo, poxa!

P: Há um burburinho no campus, a respeito disso?

E: naquele momento houve um, né? Aí aí eu não realmente está acontecendo alguma coisa estranha. Eu perguntava pro diretor, que tá rolando?

P: ah, você chegou a aborda-lo?

E: Eu abordei, porque eu não tinha como, apesar de não ter prova nem nada, mas eu abordei. E aí eu olha, mas, né?

P: e o que que eu te disse não?

E: é é, não identificava aquilo, né? Como como uma postura de risco, digamos.

P: sim, Claro.

E: é, ele não identificava. Para ele, era uma aproximação normal, estava sendo legal, ele tava...

P: Ele achava aquilo, como...uma coisa legal.

E: é, eu preciso me aproximar delas, né? Mas é preciso. Não. Assim, eu gosto de estar mais próximo da dos discentes, não é? Então...

P: mas era meninos e meninas, ou só meninas?

E: meninos e meninas, mas a maioria meninas, né, que o que que eu, eu ouvi assim é, e aí, assim, a gente precisou naquele momento, eu precisei fazer uma abordagem nesse sentido de esclarecer, né? Eu, mas não é uma postura que a gente pode, né?

P: interessante, muito interessante.

E: assim, é é fazer, que a gente pode ter, que a gente pode adotar. É massa, a gente precisa se aproximar da gurizada, sim, mas a gente precisa saber até que ponto essa aproximação vai ser benéfica ou não, porque a cabeça dessa galera ainda está assim...eles já, estão em formação, eles não vão conseguir distinguir o que que vai ser só uma amizade com o diretor do campus e o interesse sexual, por exemplo.

P: claro.

E: não dá pra distinguir.

P: Entendi.

E: Uma, aí essa situação a gente foi construindo aí, não é? Que é aquela coisa, não vou mais que, que é clássica essa, então não posso mais abraçar discente, não é? Vou recusar? Não se trata disso, não é?

P: Até porque...

E: eu tinha que colocar um limite ali, naquela aproximação.

P: Então o abraço, geralmente vem dos próprios alunos, não é? Eles vêm para abraçar, eles vêm buscando esse contato e aí nem sempre é, o servidor, ele se dá ao trabalho de estabelecer uma, um limite.

E: Que é é que eu sempre bato na tecla, é a gente que tem a nós que somos adultos, nós que somos servidores, então nós que temos que colocar o limite.

P: sim, e como educadores também.

E: sim.

P: interessante.

E: em uma instituição de ensino é, somente, não é?

P: exato.

E: E aí, teve uma situação, uma vez que, também, as coisas não chegam até mim assim, né? Tipo de de de prova de nada, mas aí só, é, é, mas alguém, cara, tu viu isso aqui? é, gente não vi, que que está rolando aí?. Olha aqui o professor é, fulano de tal, é um servidor que, a menina, uma discente nossa, postou uma foto no Instagram, isso também tem muito tempo. E aí o cara que botou lá, gostosaaaa.

P: Eu vi, essa classica, eu dou até como exemplo, nas palestras.

E: Aí eu chamei a diretora de ensino e disse olha o que que está acontecendo? Ai eu vou ter que falar com a pessoa e aí fomos nós duas falar com a pessoa. Não, mas... não, mas era brincadeira e começa a gaguejar. Isso não é brincadeira, isso é assédio. Aí se fosse a minha mãe, tu ia estar preso bem aqui, agora.

P: sim,

E: aí, né? se fosse a minha mãe, eu te garanto.

P: e aí, ele tirou? você soube?

E: aí na hora, ele tirou na mesma hora, né?

P: Sim, Claro.

E: Tirou e tal. Não, não se preocupa e tal e tal. Obrigada por avisar, mas foi uma ladainha aí com a pessoa

P: Sim, Claro.

E: aí é chato assim, bicho! Como é que a pessoa está à frente de instituição de ensino, representando ali a educação, faz um negócio desse? Aí eu fui explicar, isso aqui não é simples. Isso aqui vai gerar, inclusive, até é, conflito aí, atrito entre as próprias discentes que aí tipo, uma ganhou atenção ali e aí as outras não ganharam. Aí vai começar aquela disputa. Olha que confusão

P: sim.

E: fora a questão do impacto daqui, o de estimular outras outros posicionamentos, como aquele, não é de outros colegas, então é por conta, eu acho, desses, dessas, dessas posturas que eu tenho, eu acabo sendo blindada também, assim, de receber até essas denúncias.

P: Sim, entendo, entendo (...), assim a gente já está se aproximando, já vai dar uma hora (risos)

E: desculpa, tranquilo.

P: Então assim é, acredito que sejam as últimas perguntas. Você acha que as nossas colegas, as nossas colegas, mesmo gênero feminino? Elas compreendem, às vezes, essa falta de ética. Ou você acha que elas não compreendem? Até às vezes, apoiam ou se mantêm distante, como é que você poderia assim, pensar principalmente, as colegas professoras, que estão ali mais diretamente com eles, né?

E: Sim...Eu acho que isso também tem mudado, né? É porque o quadro de profissionais, principalmente de de docentes, muda com com muito muita frequência, né? Então, principalmente por se tratar de um de um campus que não é na na na ilha. Então assim, há uma rotatividade de profissionais ali, principalmente do do ensino, docência, então acho que isso tem mudado para melhor. Tem chegado pessoas com um, com um gás diferente, uma visão diferente, né? É, mas a nossa estrutura social lá, ela é machista.

P: Sim.

Nós assim é, nós, enquanto mulheres, a gente não está. É como imune a isso, né? Então, sim, tenho várias colegas nossos que que reforçam e reproduzem, apoiam essas essas atitudes, né? É, eu não tenho nenhum caso específico um lá em (...) para para relatar, mas, por exemplo, a falta de de de apoio a determinadas é, até atividades que a gente faz, né? isso para mim já demonstra muito da sua postura, não é? E aí pode ter várias justificativas, várias inúmeras, infinitas. É, mas eu penso que a gente é, enquanto enquanto , né? profissionais, que que a gente está lidando com

a questão da educação, que é muito séria, formação dessas pessoas, a gente precisa sentar e se engajar com relação a isso. É, então eu sinto isso muito forte o não engajamento das outras colegas, né? É para essas questões que mobilizam é, a discussão da violência de gênero, das desigualdades de gênero, desses enfrentamentos todos, não é tanto, é, que infelizmente assim eu acabo me aproximando mais de de um grupo masculino, né? Então assim, para eu poder começar a..., o bichinho que me mordeu para fazer a minha dissertação, por exemplo, foi de um de um coletivo que eu participo, que é, antes é, no início eram uns quatro homens e eu a única mulher no coletivo, então, é, muito contraditório, mas um grupo de homens me fez despertar naquele momento para uma questão que era feminina, que era a violência contra a mulher dentro da instituição e me dá força pra tipo enfrentar aquilo, não, você vai, você tem potencial, você vai estudar assim. Então, o que que, que que te inquieta?, vamos lá. E aí foi assim que eu consegui ir pro (...), né?, o primeiro, e comecei a caminhar mais nesse sentido, né? Então eu não sinto, muita, muita, é, parceria entre as minhas próprias colegas, isso para mim é muito sintomático dentro da instituição.

P: Isso que eu te perguntar agora, isso tenha muito a ver com que tu estudaste também de certa forma, toca o que eu estudo. É, você ouve as colegas reclamando de abordagens, é, que não violentas, abertamente violentas, mas abordagens é, constrangedoras, abordagens que denotariam o esse, essa, esse ultrapassar de um determinado, de uma determinada relação profissional?

E: Sim, atualmente, sim, atualmente é, eu tenho tido a é, mais esses relatos, né? pela aproximação com com, com (...) e outras docentes, né? É, mas, mas uma situação mais recente, né? Antes de eu me afastar, eu não, não tinha...

P: sim, sim

E: muito contato.

P: sim

E: e mais recentemente eu tenho tido, sim. É, essas, essas informações, né?

P: nunca são coisas assim que vêm com muita prova, não é? É muito, é, sutil,

E: é, subjetivo. Mas eu já soube. Soube de colega que foi assim, constrangida por outros colegas, inclusive, né? E aí são, assim, são coisas que a gente vai precisar, não é? A gente precisa combater quotidianamente e de alguma forma também se fortalecer para ganhar a

confiança dessas outras pessoas, né? Que quanto mais a gente tem ali a confiança em alguém, mas a gente vai poder também se abrir.

P: Sim, sim, e discutir essas temáticas também nos ajudam a entender que aquilo ali, né? É uma forma de assédio, é uma forma de de violência também.

P: Então assim, eu vou fazer uma afirmativa, você fica à vontade para discordar dela. O IFMA, ele é uma instituição segura para meninas e mulheres?

E: (risos) A... não, com certeza, não.

P: fique à vontade.

E: Não, não é, não é segura. E aí, isso (....) também mostrou, né? Sim, fiz questão também de colocar essa questão, né? Para minimamente medir, digamos assim, né? O grau de confiabilidade, assim, da daquelas trabalhadoras dentro da instituição e pela minha vivência, não é um espaço seguro

P: .Sim.

E: Não é espaço seguro. Tanto que a pesquisa também apontou que nós somos assediadas, principalmente o assédio sexual entre nossos pares, né? Sim, são nossos colegas que estão ali, violentam nossa liberdade sexual, os nossos corpos.

P: Sim.

E: então isso é muito, muito crítico assim, me chamou muita atenção na pesquisa, porque é algo que também destoa, inclusive de vários estudos a nível nacional e internacional, porque o assédio é, entre colegas, ele tá aqui no IFMA o que apresentou (...), ele está igual que nem para que o assédio vertical, né?

P: Sim.]

E: que é de chefe para

P: sim,

E: subordinado, subordinado.

P: Sim, sim,

E: da maioria das pesquisas, desponta o maior indicativo.

P: verdade, interessante

E: (...). Eles estão em paralelo, em paralelo, pois é em paralelo, então é um grau, muito alto. É é, acho que diz muito das nossas relações de trabalho.

P: Sim, é Claro.

E, entre nós, mas também a nossa relação com o trabalho que é realizado, que é oferecido dentro da instituição, que se nós, entre colegas, a gente está se violentando dessa forma. Como que vai ser com o público que a gente tá...

P: (fala sobreposta) é, que aí que entra a minha pergunta da minha, exatamente isso muito, inclusive, já te adianto que eu vou usar muito o (...)na minha discussão, né? (risos) Tá terminando. (risos) Qual seria então, assim, se tu pudesse vislumbrar uma solução para isso, tu acha que essa solução, ela estaria em que tipo de ação?

E: Bora fazer a revolução (risos), minha gente? Derrubar esse capitalismo aí.

P: é verdade, Tem, mas você acha que tem a ver, não é? Tem muito a ver.

E: Para mim é estrutural. Então, assim, a sociedade que a gente vive em sociedade capitalista, ela é alimentada por essas desigualdades e essas violências todas, né? É, e por isso o patriarcado ainda não foi assim, derrubado. Por isso essa herança tão forte

P: sim

E: e a nossa instituição ela é essencialmente patriarcal, machista, predominantemente masculina ainda hoje, então, é, isso vai reverberar nas nossas relações de trabalho entre nós e com os discentes que a gente atende, isso daí, para mim é é fácil, né? Sim é, mas até a revolução chegar,

P: ótimo.

E: A gente vai precisar caminhar um bocado. Como a gente já tem caminhado, né? Eu acho que a é, a gente está falando da de formação humana, de construção. Então, assim como essas essas relações sexistas e machistas patriarcais foram construídas, a gente tem a possibilidade de desconstruir e construir relações mais saudáveis. Então. eu realmente acredito nisso.

P Sim

E: É, e para mim, o trabalho educativo é essencial, apesar de muito lento, muito doloroso e não é?

P: nem todo mundo topa...

E: nem todo mundo topa...dar um trabalho, é desgastante, é frustrante,é, muita coisa, mas pra mim é essencial porque a gente está trabalhando ali com as ideias e com a formação do outro e da gente. Esse trabalho educativo é essencial, mas também a gente precisa de um viés político institucional, porque a instituição é, ela precisa reconhecer suas fragilidades e também enfrentar isso, né? Então, nos dá condições para também fazer esse trabalho educativo? É, então hoje a gente tem um projeto estratégico, mas a gente é, sofre na pele. Assim, a falta de estrutura gigantesca, porque a gente tem todos os embates que a gente tem que fazer ali para poder segurar esse projeto.

P: Até a gente ter que fazer duas coisas ao mesmo tempo, a gente tem que trabalhar e a gente ainda tem que carregar o processo todas nós juntas, né?

E: pois é, pois é.

P: Unidos as mãos uma equipe muito pequena...

E: pequena e os embates constantes, exato, constantes embates. Então assim, aí não dá para fazer isso aí a gente vai, se vira, não a gente, encontra outra solução. Então assim, que bom que somos nós que estamos ali, porque se fosse um outras pessoas, a gente sabe que já teriam desistido, já seria fiasco.

P: é verdade.

E: A gente faz, a gente tá ali, realmente é, é, lutando para esse projeto.

P: Verdade

E: então, e a gente vai permanecer.

P: Vai até o final. Agora, enquanto tiver força,

E: porque...pois é, é e é por isso, né? assim, por acreditar que essa mudança, ela é possível, essa transformação, ela é possível. E apesar de de da gente ainda, de muitas, muitas é, é assim, depender de muitas questões, inclusive institucionais é, eu acho que a gente também está tendo muitos avanços.

P: Massa

E: eu acho que a gente está tendo muitos avanços.

P: Que bom, fico muito feliz.

E: porque a gente de ter um projeto desse, antes de eu (...), não tinha, nunca a esperança antes da gente ter.

P: que massa, então, bom demais saber é muito feliz.

E: é muito bom. O meu (....)foi muito positivo nesse sentido. Eu tive essa surpresa muito boa de tá assim, é, de reconhecer, de visualizar os avanços que a gente conseguiu. E aí eu digo, a gente mesmo, foi com o empodera IFMAI, foi com várias outras. Situações que se não fossemos nós ali batendo na tecla, não ia rolar. Inclusive o projeto estratégico, né? P: (...), então eu vou pedir licença para desligar?

E: Sim.

APENDICE F– TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE E3

A: Por que você escolheu trabalhar no IFMA?

E: Eu não escolho, eu não escolhi na verdade, necessariamente trabalhar no IFMA, eu fui., né? Era professor (...), que era do campus (...), mas antes ele era do campus (...). Eu era (...), e ...na época, era extremamente cansativo trabalhar(...). Eu nunca achei que eu tivesse tino para ser professora, eu detestava ser professora, eu não queria, então eu estava (...).Que além de perguntar por que que eu não faria o concurso do IFMA, como eu queria uma carreira acadêmica, ser professora, eu não sei de onde eu tirei, isso era facilmente possível. Eu fiz o concurso achando que não passaria, porque primeiro que eu não estudei, então porque o IFMA? Porque meu (...) achou que era uma boa ideia, é uma. É uma resposta estranha, mas essa é a pura verdade. E eu acabei passando.

A: Maravilha! e você passou para o campus no qual você trabalha atualmente?

E: Sim, foi,foi, passei para (...).

A: e foi uma decisão tranquila se mudar para (...), porque você morava antes da (...), era isso? ou?

E: Entre (...) e (...).Não foi uma decisão, não foi uma decisão tão tranquila, mas eu acabei me...É!, eu passei no concurso xxxx.

A: Hum hum.

E.: A intenção é que eu depois...a intenção é, (...) queria, eu não queria, obviamente, trabalhar no mesmo campus...campus que ele né? A intenção seria que depois eu fosse para (...), porque na época não tinha vaga específica para (...), que estava abrindo ainda.

A: Hum

E: Então eu vim para (...), ahn, pensando que eu ficaria só 3 dias da semana aqui depois eu voltaria para onde eu estivesse. Mas acabei (...). Nesse tempo, eu acabei ficando de vez. Então entre eu assumi o campo entre, eu passei em primeiro lugar, então eu fui chamada logo.Para assumir o campo, se ficar aqui, e eu fui ficando...

A: sim, sim, aí você é....Enfim, é... alugou um lugar ou você ficou morando em hotel? Como foi essa logística aí? Pra instalar, né? Se instalar na cidade?

E: eu, como eu achava que viveria, meio que temporariamente aqui.Eu dividi uma casa com 2, com 2 colegas, né? Que também meio que achavam que ficariam temporariamente aqui (risos)

A:.Terminou que não ficaram, ficaram muito tempo (risos)

E: Bom! A I. foi embora recentemente em xxxx. Nós ficamos morando juntas até o fim, né? Sim, apesar de não nos falarmos mais hoje foi muito aprendizado. E a A . ficou até xxxx, mas essa foi a convivência mais mais difícil, então... acabou que sim nós ficamos por um bom tempo juntas.

A: Sim, e como foi assim a tua impressão da cidade, já já conhecia? já tinha ido? É...

E: eu só fui (incompreensível) na cidade.

A: (Sobreposta) vivido em (...)?

E: Ai gente, obrigada, obrigada, Senhor! por eu ter saído do meu universo, na minha bolha, o IFMA, na verdade, foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida enquanto ser humano.É, eu não gostava da cidade exatamente por ser uma área indígena...Eu não gostava

A: (Sobreposta) Jura? Que interessante.

E: por causa dos ... por causa dos dos problemas que, como eu sou muito. Eu sou de (...), né, que é perto de (...), pra eu

A: (sobreposta) conheço(...).Já trabalhei lá já

E: já?

A: já

E: Então pra eu visitar, às vezes as minhas famílias, eu tinha que passar pela reserva. A gente já passou por situações de muito perigo na reserva .É, e em algumas vezes alguns indígenas já chegaram a ameaçar o carro que a gente estava e minha mãe estava nele. Então, assim, quando a minha mãe fica nervosa.Eu, qualquer pessoa que ameaça a minha mãe de alguma forma, a pessoa, as pessoas, elas ganham um ódio em geral.Então, quando eu.Vim para (...).É eu não fazia ideia de verdade. É ... exatamente do que o que era.O que era viver numa numa área com indígenas, né? Eu, eu.Eu não era aquela pessoa que se considerava ruim, mas eu não procurava conhecimento sobre nada além da minha, da minha vida, e eu sempre olhava para os indígenas, tipo assim, Ah ,vão me fazer algum mal. Sabe aquele aquela coisa do senso comum? Eles são outros. Nós não somos nós não somos parecidos, eles são outros. Eles a qualquer hora podem virar, enlouquecer e acontecer alguma coisa com com a Alecrim dourada aqui.

A: Entendi.

E: Eu. Eu. Não conhecia (...), mas eu tinha medo de estar na região.

A:.E aí, então, essas impressões, elas foram se quebrando assim ao longo do tempo? você conseguiu.

E: Sim, sim.

A: É, você conseguiu no caso é que a sua visão sobre a cidade sobre os próprios indígenas mudassem.

E: Se tu for olhar, né? Minha XXXXX, né? Tu vai perceber total, né? Hoje eu sou conhecida muito pelo meu trabalho, inclusive com os XXXXX, né? eu já...

A: mas isso é muito bonito

E: um título de cidadã dada pelos indígenas. (risos)

A: .Ah! (risos), mas isso é muito bonito, é muito bonito esse aprendizado, né? Legal, muito bom.

E: Então fui me meter logo com o pessoal que não presta, que é o pessoal de humanas, né?

A: (Gargalhada)

E: É o primeiro, o primeiro programa curso que a gente fez foi um exatamente onde a gente ia à aldeias

A:sim

E: é... E aí, quando você sai da sua, não que na verdade, assim, minha minha, minha vida ela Foi não só pobre, Ela Foi muito miserável.Mas eu passei um hiato trabalhando no banco.E aí é quando você acha que você é de um mundo que você não é, na verdade.E quando a realidade bate na sua cara e você conhece as aldeias, você conhece, você vê que aquilo ali não tem nada a ver, né?Então, eu de início, já me já me interessava por culturas e religiões e expressões religiosas diferentes da minha já gostava. Então assim eu não tenho nenhum pé na área de letras. Hoje em dia, em termos de produção acadêmico-científica, nada, tudo meu.Entra com.Relacionado a mesma povos indígenas, cultura indígena, valorização da cultura indígena, respeito aos povos indígenas.

A: Massa.

E: (risos)

A: Que legal, que bom que...

E: mudou muito. Mudou não só 300% mudou como.Como é, é ... Parece que são 2 pessoas.Não são 2 pessoas diferentes. Mas parece que é uma pessoa que precisava muito aparecer, né? Era uma pessoa que prezava aparecer, só ...

A: tava escondidinha, estava escondida essa pessoa. Massa legal, é isso aí. E como foi a recepção no campus? Assim, quando você chegou pra trabalhar lá, tomou Posse.E entrou em exercício, como foi assim que te receberam?

E: Ah! muito, muito bem, recepcionaram todos muito bem geral, né? Mas na época,odiretor também, né? Era outro diretor, era outro gestor. Não era o A. ainda aí o A. e o J.C.tinha uma história de amor e ódio eterno, né?O J.C. foi diretor administrativo de A.

A:ahh! Então ele sabia que você era a ex esposa do J C na época,

E: ainda era. Na época, eu ainda era esposa.

A: Sim, sim.

E: Então, sim, sim, não só sabia como quem me trouxe para fazer o concurso na época, foi (...).E não é que que foi até do cônsul porque a professora (...) Aquino, que ela estava como diretora geral na época? Eu sabia sim.Não, todo mundo sabia, todos fomos bem recepcionados, todos fomos bem recepcionados, sim, na época. ahn, nós tínhamos uma convivência muito boa. O campus foi inaugurado só em xxxx, eu entrei dezembro de xxxx, então ainda estava aquele negócio de todo mundo, Unido, todo mundo se ajuda.

A: Sim, entendi. Então foi uma boa recepção

E: muito, muito boa

A: e de lá para cá, sim. Como é que você? é... Classificaria, se é que isso é possível, você fazer o perfil dos colegas, o perfil dos colegas servidores? Você consegue assim é... fazer uma caracterização ou uma categorização? É... de quem são os seus colegas de trabalho no campus... (...).

E: Olha, a (Pausa) O Campus (...), ele.. .Porque ele tá dividido em algumas categorias (riso). A categoria dos que é..., não deveriam estar próximo a seres humanos, especialmente a pessoas em formação.Aqueles que vão fazem o seu trabalho e não é por algum motivo, não se envolvem muito.Mas, eu também acredito que as vezes muito ajuda quem não atrapalha, né? Então, assim, dado a primeira categoria das pessoas que não deveriam sequer estar no meio de outros seres humanos. Nessa segunda categoria também é uma categoria. É... é ..., essa é uma categoria que não tenho nada contra, até porque ninguém sabe o nível de exaustão que os outros estão. Ninguém sabe o que traz na sua vida, né?

A: Hum hum.

E: Nós temos os... que ... são coniventes com o primeiro grupo, né? E que torna a vida do primeiro grupo muito fácil, né? Nós temos, obviamente, mulheres por trás disso. Nós temos as panelinhas, né? que estão muito mais relacionados aos grupos, mesmo de de poder ali dentro, né? Onde, onde as pessoas não se reconhecem dentro do dos dos próprios grupos que que eram para proteger os alunos...Tem um grupo de gente.É.. da militância de internet. (Risos)

A: (Risos)

E: Que é uma boa parte do Neabi e tem o grupo dos que não se preserva, mas deveriam se preservar que só algumas poucas pessoas, acho que tem uns 3 que poderiam se preservar mais, mas não se preservam, né? Eu acho que a gente tem muito isso, muito disso. Nós temos os políticos, né?E é o nosso diretor, que é o mais político.

A: Sim,

E: quer agradar todo mundo que não sabe confrontar nada, nem ninguém.

A: Sim.É, no caso, é só, foi ele de diretor, né que você é... Teve aí no no ... chefe do como gestor do campus? ó ele aqui esteve ocupando o tempo todo essa cadeira, né? De diretor. Você nota que ele é enquanto gestor?Ele tem alguma preocupação em trazer parar assessoria dele as pessoas ali que orbitam, né? Em torno dele, pessoas diversas em termos de gênero, em termos de raça, ele se preocupa com isso?

E: Eu acho que não é uma preocupação, mas pelo próprio perfil do campus (...) acaba acontecendo, né? Tem muitas mulheres.Tem algumas.Tem algumas pessoas negras, eu não acredito que ele promova uma exclusão é baseada nisso. A exclusão é muito mais provavelmente baseada em que ele acha que vai dar problema para ele.Não que que que ele só olhe para....eu eu não acredito que isso realmente seja 11 visão dele, até porque, por muitos anos, quem esteve por trás dele foi a S., né?

A: Entendi. Então ele faz isso, mas de uma maneira estritamente política, no sentido de politicagem

E: Sim.

A: não de política, de proteção aos direitos humanos, né? No caso né ou ?E?

E:Ele não se ocupa dessas questões.

A: não, ele e ele é permeável a que se traga esse tipo de de abordagem aqui se é...mencione esse tipo de assunto no campus, ou ele é uma pessoa não permeável a esse tipo de... de tópico?

E: Olha ah,não, eu não percebo que seja um assunto que ele, na verdade, o que acontece é que ele, ele não, sabe, quando você olha para si e você não consegue reconhecer que as questões estruturais se atraves... é... atravessam você?

A: Sim, entendi.

E: Então eu acredito que ele não se percebe como uma pessoa excludente e uma pessoa ruim. Eu acho que ele não se percebe assim.Né? Então, em nenhuma situação, para além (incompreensível) políticos, de quem vai apontar realmente dentro a falha da Matrix dentro da Matrix ele não... Ele não se ocupa, ele não se ocupa disso, né? Ele não se ocupa disso.

A:Entendi. não é uma preocupação, né? Não é algo e desde que outras pessoas façam para ele, ele também... enfim, mais ou menos assim?

E: não sei se você já percebeu que essas questões, elas são responsabilidade do, né? Nós deixamos de ser um núcleo de estudos para a gente virar pedagógico onde todas as ações é... de sobre violência de gênero, sobre racismo, racismo religioso é... sobre todas as questões que ultrapassam as minorias. Elas são coisas nossas. É coisa do neabi, essa é a fala, é a fala, fala sobre sobre nós, né? Então se o ... né? Nós temos

nosso neabi. Ele é muito conhecido por ser muito atuante. Então, a partir de colher os louros pelo nosso neabi, é muito interessante.

A: Aí é, é fácil. Aí é fácil e vocês são o núcleo, é... diversidade e proteção aos direitos humanos do campus, né? Como se fosse só da novela. Vocês são esse núcleo, né? E aí....

E: (incompreensível) festa, né? Eu brinco, eu brinco muito com os meus amigo, eu digo S., aqui só tem gente que não presta. O que que é aqui aqui é é preta, é macumbeiro, aqui é viado aqui aqui é é sapatão, aqui é da (incompreensível), que é só o que não presta no campo você não tá entendendo, sempre brinca nisso, né?

A: (risos) Entendi. E e isso aí o perfil do alunado, como é que é o perfil dos alunos? Assim do campus (...)?

E: Ah! meus meninos. É um perfil que eu ainda acho muito respeitoso, Ângela. Por ser perfil de... (pausa) eu ainda os acho.... É um perfil muito diverso, né? Esse ano a gente teve muitos ganhos, com muitas falas de alunos, alunos LGBT, se sentindo... ah! eles fizeram a gente chorar o ano inteiro, né? É... Alunos LGBT, se sentindo à vontade para falar, né? Alunas bi, sentindo muita vontade para falar, tipo assim, ah! l porque eu soube bi. Por uma coisa muito normal, é ... alunos gays se sentindo também à vontade para reconhecer para si mesmos que eram que eram gays, acho que esse processo de de auto reconhecimento é muito mais importante do que eu reconheci... É, é, eu acho. Não tenho certeza. É muito mais importante do que o reconhecimento para fora, de olhar para si. Não tem nada de errado comigo, é alunos de religião de matriz africana falando sobre isso, que a gente nunca teve. Aluno ateu, falando que era ateu, né? Ah! alunos, tratando o racismo como racismo, não como bullying, é ... as alunas fazendo o processo num processo de insurreição geral de não aceitar mais violência de gênero e assédio. Então, é um perfil muito diverso, apesar de que a gente tem aquela vertente religiosa ainda muito pesado. Mas dentro das das suas próprias religiões, mesmo as mais conservadoras, a gente tem os alunos fazendo discussões importantes. Então, é um perfil diverso. Nós hoje temos o campus (...), mais elitizado do que no começo, porque quando o IFMA veio para cá, aqui tem... Acho que uma ou 2 escolas só de ensino particular... E depois, junto, quando o pessoal começou a ver a real dimensão do IFMA, porque até então era um desconhecido, quando começaram a ver a real dimensão do IFMA, foram surgindo cursinhos, o pessoal realmente começou a se preparar para o IFMA, então, é... a gente ainda tem aquele lance de que a maioria é um público de baixa renda, mas hoje em dia, nós temos o IFMA (...), um pouquinho mais ..., aquela elite que não é a elite. A gente sabe. Mas, enfim, como (...), a gente tem o pessoal com um pouquinho mais de poder aquisitivo.

A: Entendo, entendo.

E: Antigamente não era tanto, não era tanto assim. Mas a gente tem muito aluno. A gente tem muito aluno, a gente tem muito aluno pardo, né? Próprio perfil da cidade. É muito diverso de todas, de todas as formas.

A: Tem alunos indígenas também?

E: vários, temos ...

A: (fala sobreposta) várias, então realmente é bem bem misto, né? o perfil do alunado, né? E isso que você falou é muito interessante, porque eles se sentem à vontade no campus pra expressar quem eles são de verdade. É isso? eles não se sentem censurados,

E: eles, eles. Eles se sentem representados. Eu acho que é isso. A gente teve um grande ganho de representatividade, especialmente das... Eu estava falando para a S. ontem que... É..., a gente tem, tem várias alunas especialmente pretas com questões de autoestima séria, né? Mas a gente foi vendo algumas alunas desabrocharem nessa apropriação aí da sua identidade, especialmente por conta da da S., né? E eu estava falando exatamente ontem. Durante o jantar. Estava falando, cara, aluna tal que tem várias questões, sempre teve muitas questões em relação a auto estima. Ela tá falando na sala, ela tá... Ela é uma aluna, ela sempre foi uma aluna com notas muito boas, mas ela está se mostrando, ela está se colocando, ela está denunciando e ela tá ela... a S. a S. tem sido muito, muito importante também para esse processo de de ... do dos alunos se sentirem confortáveis, eu acho que por mais que algumas pessoas ganham muita porrada por tudo é.. em termos de de a gente, você sabe muito bem o que que é isso, não é? A gente nunca passa despercebida. Qualquer mulher que decide que não vai se calar em algum momento, ela vai levar porrada, mas isso traz pro, pra, pra aquelas que vem, né? Tipo, eu não estou só, eu não estou só, eu posso ser assim, eu não estou só. Então, não, não tem esse nível de de conforto muito grande porque além das questões internas, a gente tem toda a pressão de uma sociedade conservadora que (...), uma cidade muito religiosa, também o pessoal é muito religioso. A gente tem, enfim, ascensão do Bolsonarismo saíram dos do esgoto, os ratos que sempre existiram e começaram a influenciar muito mais abertamente esses discursos de ódio, né? Mas eu ainda acredito que ao longo desse ano eu fui percebendo, eu fui ouvindo as vozes dos alunos. Eu fui ouvindo discussões interessantes dos alunos, então alguns foram se sentindo mais à vontade, sabendo que ... olha, eu vou falar aqui e se você decidir me me discriminar por esse esse seu direito de ser, você não vai ficar impune, né? É uma coisa que que a gente é... que a gente discute muito com os alunos, é isso: olha, não espere que que as outras pessoas... vai necessariamente respeitar, acolher você por por, por quem você é. Nós não, nós não. Nós precisamos. A gente quer aprovação das pessoas, mas a gente também não vai viver assim. Agora, as pessoas também, elas não vão se sentir confortáveis de forma alguma para sair destilando os seus preconceitos, incorrendo em crimes, então, a gente tem essas 2 linhas de ação. Olha, vamos pela educação, mas crime é crime. Acabou

A: Sim

E.: Então é, acho que é que essa junção dessas 2 discussões têm sido muito importantes.

A: É interessante isso que você falou, porque é mais ou menos o que o meu filho fala, né? É... como uma pessoa trans. Ele disse que ele não busca é..., a priori, nenhum tipo de aprovação, de reconhecimento. Ele é. Ele existe por ele mesmo, e ele só quer ter o direito de existir, continuar tendo o direito de existir, né? É... casa muito assim com essa. Esse depoimento que ele me dá é como uma pessoa que é... resolveu aí se insurgir contra o gênero, né? O gênero imposto pela sociedade, né? Por essa cultura bem binária, E eu noto isso muito nos adolescentes que frequentam os campi, né? E eu acho que em (...) não deve ser diferente. É. Você concorda que eles se vêem? O campus como um Porto Seguro, às vezes até para poder ser quem eles são. Existir como eles existem, né? No meio de toda essa sociedade conservadora, né? Como você mesmo reconhece? É, é, é uma sociedade muito castradora, né? A sociedade de (...) também é assim, né? Não deixa de repetir esse modelão meio que né? É...

E: Sim, sim. A gente estava discutindo, a gente, segunda-feira nós, no nosso grupo de não monogamia, a gente abriu um uma chamada de vídeo para discutir com uma amiga nossa que a mulher trans, está em processo de transição, exatamente a discussão sobre feminilidade, né? E ela estava me falando que até dentro desse recorte nela, enquanto mulher trans, ela decidiu que ela iria encontrar um afeto dela sem depilação, sem maquiagem, né? Ela estava falando isso que discutir com as mulheres cis que estão nesse processo também, discutir essa desconstrução do próprio modelo de feminilidade. Também estava sendo muito interessante e aí essas discussões que a gente traz pra todo mundo dentro do campus, para os meninos e para as para as meninas em gerais, novidades, enfim, todo mundo. É, exatamente isso, de até da questão da estigmatização, porque quando você olha para um professor, uma professora, é alguém, algum servidor em geral, ali dentro de uma sociedade conservadora e que antigamente tinha aquele discurso, sempre olha se você é uma, se você é isso, se você é aquilo, você, o seu lugar na sociedade é só aquele ali, né? Aí o pai, igual o P., fala, você olha para um professor gay, você olha a pessoa exercendo o seu trabalho aqui, sendo respeitado enquanto profissional.. E aí você tem esses argumentos até para si mesmo. Olha, eu posso, eu posso ser o que eu quiser dentro dos espaços que eu tiver. Não, sem levar porrada, mas é o medo do do famoso sem futuro, né? O medo de ser uma pessoa sem futuro, o medo de não ser uma pessoa respeitada, né? O o medo de de ser sempre alvo de de desrespeito, né? E aí, até ouvir de um aluno, rapaz, quem é que não importa se seja, quem quer que tem coragem de dizer respeitar o P. Gente, quem é que vai peitar o P, né?

A: (risos)

E: Acho que que é como você fala a gente a gente busca muito trabalho, porque eu me lembro que quando eu comecei, muito nos meus processos pessoais de adolescência, eu sempre tinha muito medo do

desrespeito. Quando eu era bancária, eu sempre passei minha vida inteira, tipo assim, escondendo minha vida inteira, me escondendo por medo de não ser considerada uma profissional respeitável, né?

A: Sim.

E: É, é... E aí, e e quando eu entrei no IFMA, de também de não ser considerada respeitável por conta até da minha, da minha possibilidade com questões de gênero, de questões das alunas, do pessoal achar que minha proximidade com as alunas podia ter uma agenda oculta, eu sempre tive muito cuidado com isso.

A: Sim

E: Até eu estar dentro desse GTs de violência de gênero e dizer assim, gente, o comportamento da gente precedia nossa orientação sexual, tá? O nosso comportamento precede orientação sexual. Se você não tem onde alguém pegar, ali, se o seu comportamento não é um comportamento que vai me levar em algum momento a isso, né? Você precisa passar adiante sempre pros alunos isso, que você você escolhe como viver a sua, a sua verdade, né? Nesse caso, como viver. Depende. Eu digo, escolha assim, no sentido de que se você vai ser menos militante, mais militante, se aquilo importa mais pra você, é você advogar por aquilo. Se importa só você viver em paz, porque ninguém também é obrigado a tá o tempo inteiro brigando com o mundo, é muito cansativo.

A: Sim.

E: Mas a mensagem, a mensagem é muito essa no nosso campus. Olha, a gente busca a conscientização. A gente busca que as outras pessoas, naturalmente enxerguem os outros seres humanos como seres humanos, mas também não passe a vida sua, querendo educar as pessoas, porque tem gente que é preconceituosa mesmo, então é... lembra que para que a aprovação, é é muito bom a gente ter um acolhimento de quem o ama. É muito bom ter sua família e nem sempre a gente vai ter. É muito bom, é isso. Por escolha religiosa, isso por por orientação sexual e por identidade de gênero, por qualquer coisa, mas principalmente dentro da escola, a gente trabalha nessas 2 linhas mesmo, que é como você falou até em relação ao D. .Que você, você com o tempo, você entende que vai ter gente ali que só vai realmente se conter por medo de penalizações.

A: Sim, sim. Entendi. E e, assim I., eu lembro que você falou do adjetivo respeitável, né? Que você tinha muita preocupação é.. durante a sua vida, né? profissional de ser reconhecida como uma pessoa respeitável. É esse reconhecimento ou, ou melhor, essa busca por esse reconhecimento ou por essa e essa performance, essa performatividade, né? Da respeitabilidade. Passou por algum momento na tua vida? Em necessitates te cercear ou te vigiar com relação ao teu jeito de ser, ao teu modo de de vestir, de falar, de usar o cabelo, enfim...perpassava isso, o que que você acha? você foi cerceada? Ou se auto cerceou, né?

E: A minha vida, a minha vida inteira é... a minha vida inteira. Eu fiz isso, né? Eu sempre brinco que qualquer pessoa, que o pessoal é... eu sempre brinco que o pessoal acha que talvez ache hoje que eu seria uma pessoa que precisava de terapia, mas eu sou resultado de terapia, né? Esse é o resultado da terapia porque a falta de de, a necessidade de de ser, de me encaixar na sociedade foi uma constante na minha vida, entende?

A: Entendi.

E: Mas eu não sou, mas eu não gosto muito. É, é, não é que eu não gosto muito, eu gosto muito pouco de mentira, até porque eu sou TDAH, TDAH não consegue manter, sustentar uma mentira porque a gente não lembra que a gente comeu ontem, você me perguntar, eu eu vou ter que precisar de 2 segundos pra dizer o que tomei de café da manhã agora há pouco, a gente não consegue sustentar uma mentira, então eu também não. Eu também não gosto, eu gosto muito de que as pessoas sejam elas, e aí eu escolho dentro do meu perfil se elas se encaixam na minha vida também, e eu sempre quis ser essa pessoa também, de que é ... eu não preciso estar performando perto de outras pessoas, né? Então, é...essa necessidade ela veio a vida inteira é... eu, porque só o que me tirou da miséria me tirou da pobreza, foi ser... e aí eu tinha aquela questão da sexualização muito cedo também. Eu fui sexualizada muito cedo, então eu não precisava só... eu precisava performar uma mulher que era muito mais do que um corpo considerado desejável pelos homens.

A: Entendi.

E: Então eu disse que eu não era uma coisa, nunca fui uma pessoa de alma conservadora, nunca na minha vida, mas eu me lembro muito que o meu melhor amigo, que é gay, né? Inclusive ele é, ele é irmão do (...) e ele é meu melhor amigo e ele disse que achava que eu era uma pessoa, ele achava que eu seria uma pessoa preconceituosa, né? Ele não, se quando, quando a gente, quando a gente não falava sobre a orientação sexual, ele era casado com uma mulher. E ele falava ele, I., é engraçado que antes da gente ter uma amizade profunda, antes mesmo da gente falar sobre qualquer assunto é..., eu achava que você era uma mulher preconceituosa. Eu falei, pelas minhas falas? Ele não, não, nunca tua fala. Teu jeito.

A: Olha! interessante.

E: como assim meu jeito? ah! não sei, teu jeito de vestir, o teu jeito de de de ser muito certinha, o teu jeito disso, o teu jeito daquilo. E realmente me pergun me perguntava, como que você acha que eu, que eu era preconceituosa, sem, se você não acha que eu tive nenhuma fala preconceituosa? Né? Mas mas era aura que aparecia, sabe?

A: Sim, sim, interessante, muito, muito, muito interessante. E aí então, é ...assim, né? Já que a gente falou tanto dessa coisa do gênero, né? Performar um gênero ou enfim, ou se esconder para não ser taxada de determinada forma, é... você acha, quais seriam as questões mais é... é... mais pujantes assim que estão

sendo mais tensionadas no campus agora é... nos últimos ou no último ano ou nos últimos anos, quais são, quais são as questões mais sensíveis? Assim, que você acha que merecem? Assim, a atenção das pessoas da gestão? É... que mereceriam, né? Essa atenção mais... mais estrita.

E: A desnaturalização de servidores, é... especial, obviamente, especialmente o os homens, a gente nem precisa, a gente não. Não tem casos ainda conhecidos de mulheres no nosso campus que incorreram em posturas, é...inadequadas no sentido de assédio, com com alunos, sendo em geral tanto para meninos quanto para meninas, né?Mas a gente precisa né? Colocar um distanciamento mesmo, é... entre os homens do campus com as alunas. A gente precisa desse distanciamento.

A: Hum hum

E:porque...é, é, o que mais tem pego é,. é... tanto que a gente tá é...E como Campos tem a camaradagem do assédio, né? Uma estrutura total, eles se ajudam e parece que é uma rede, sabe? no nosso campus, parece que é uma rede, especialmente o departamento de administração, especialmente no departamento de administração, parece que é uma rede de aliciamento, barra, acobertamento parece não, né? Porque o R. denunciou que estava cooptando meninas pro J. e aí teve o caso do L., né? Que eu descobri, qual foi a maior problemática, maior problemática, foi (incompreensível) no caso do Lucas, aquele dos prints de WhatsApp foi porque a E., não colocou os prints no processo. Foi só dizendo suposto assédio sexual para mandar para empresa, e não, não, e não tem de onde foi que nós, onde, onde foi que a louca tirou o suposto assédio sexual.

A: A materialidade, digamos assim, né? é... só ficou no no, no campo das ideias (risos). Gente, que absurdo!

E: E eu fiquei muito chateada, mesmo com E.,

A: (fala sobreposta) Claro!

E: Porque depois eu tive que ir com cara de tacho pro R. porque eu estava brigando simplesmente, ele dizendo I., mas como que eu vou simplesmente, mandar, né? Aí eu tive que baixar a cabeça. E aí....

A: (fala sobreposta) essas provas foram para aonde?

E: As provas estão comigo. Elas não sumiram. O que que acontece quando é... E. mandou para o J., que é o responsável pelo departamento de administração. Ela só mandou suposto pedindo providências é...ela não mandou as provas porque assim pra ir pro diretor... aí, tipo assim, tem que passar por um processo, aí tem que passar pra poder encaminhar, não sei o que e tal. E aí tá, onde vocês estão dizendo isso? Mas da onde isso está vindo? Né?E aí não foi mencionado isso no processo?

A: Sim.

E: A., I. é... foi formado, é... certo, errado, foi formado uma comissão para que pelo menos o que se diz, porque para que pelo menos...porque não foi nem de dito, nem temos provas, né? Porque pareceu aquele, não temos provas, mas temos. Eu me dou assim, eu vou chegar para ele perguntar, tu não queria mandar um PowerPoint de não temos provas, mas temos convicções, né? Porque, poxa. E aí foi isso que aconteceu. Eles não tiveram, A. não teve acesso às provas. O J. é..., não sei se ela mostrou para o J.. O pessoal não tem acesso a nada. De onde partiu a denúncia?

A: (fala sobreposta) (incompreensível)

E: E aí lá fui eu com cara de tacho, simplesmente dizer, Ok A. é... chama para eu mostrar e aí eu mostro, tá bom.

A: Entendi, entendi.Então você acha que há uma rede, né? Você falou na palavra rede? Uma rede de aliciamento e de acobertamento, né?

E: Com certeza do departamento de administração, PRINCIPALMENTE...

A: entendi.

E: Principalmente.

A: Quem faz parte dessa rede são só homens? São só pessoas do gênero masculino?

E: Sim, os outros a, as mulheres não querem acreditar que os seus amiguinhos são assim. Tipo, por exemplo, a S., a S., que é secretária do gabinete do, já ia dizer do prefeito V., né? que a gente chama ela de S. DG, que na verdade, o DG não é A., é a S..Né?

A: Sim. (risos)

E: Sim, a DG, ela, ela me atacou. é... na cara dura. Atacou já S. na cara dura também, no caso da S., ela já tem picuinhas antigas por causa de de ex, né? E aí? Então, ela já tem esse viés aí, de de um outro homem no meio e no meu caso, por causa de J., ela é muito amiga de J., de L., de todo mundo que tá envolvido. Então, eu só acho que ela se sente ainda precisando muito de aprovação masculina também, né? E sem um pouco mais dessa consciência aí do do do mal que ela tá metida porque são amigos desde o começo, então assim, a gente tem esses viés aí, né?

A: Sim, entendi.

E: Acho que necessariamente é. Eu acho que tipo assim, ela ouvi os rumores, mas, não quer acreditar.

A: Aí você falou para mim que ela é (...) DG, que ela é A DG. Quer dizer então, que qual é o papel do DG (risos), do DG (risos)? Titular?

E: COVARDE.

A: Como é essa ligação deles? ele é cobrado?

E: Ele é covarde, omissos. Ele não quer, se diz, olha, eu vou te dizer, por mais que pareça contraditório que eu vou te falar, o A., infelizmente até hoje, foi a melhor opção de diretor-geral que nós tivemos, porque, tu conhece o Id.?

A.: Sim, eu acho que eu já vi. Eu acho que eu já ouvi falar dele. Eu não sei exatamente se é quem eu estou pensando.

E: O A., ele não está diretamente envolvido nos casos de, diretamente envolvido nos casos de assédio sexual, dessas coisas e tudo e tal, né? Ele, não, não é diretamente dessas coisas, ele sabe o que acontece. Ele aba, ele abafou os casos, ele não é dos que vão lá e fazem o Id., que era o diretor de administração, era assédio moral e assédio, e assédio sexual e envolvimento com com com um monte de gente e é.. nesse caso, ele seria o candidato a diretor-geral do A., né? Além de ser extremamente importante, aquelas coisas, e eu mesma falei pra A., eu falei, A., nem eu, e na época, quando eu era muito amiga, (...), eu ainda jogava mais pro time da de (incompreensível) também era uma ótima passadora de pano para várias coisas. Me indignava, (incompreensível) atacar mesmo e reclamar e fazer confusão eu não fazia, né? E eu fazia parte dos militantes de internet. Naquela época.

A: Entendi.

E: E aí é... O Id. era pior do que o A.. Aí depois falaram em J., eu falei, esse aí não ganha também. Então, é, é a as opções é que foram muito ruins, o A., ele consegue as coisas para o campus. Em termos de recursos junto com J. a competência administrativa no sentido de conseguir coisas que os outros não consegue, vem pela politicagem, dele, mas eu não sei qual que é a tua visão, mas eu, eu espero que com o C.C., como reitor, as coisas tenham melhorado bastante, porque o B... Nossa! Tanto que a gente tem a história do do M., do P., a gente tem várias pessoas aí que a camaradagem com o B. foi essencial para manter aqueles escrotos no IFMA por muito tempo.

a: Entendi.

E: É, então assim, o A., ele é covarde. Ele sempre tem uma mulher por trás dele para fazer o trabalho sujo. Ele olha para a tua cara, ri, concorda contigo? Por trás, alguma outra pessoa faz e ele meio que não, que não, pode fazer nada, né? O A., ele é covarde, ele é omissos. Eu já falei para ele, A., se tu não tá. (Adoro serviço público). A., se tu não tá sabendo desses ca... assim, nós temos 2 Vertentes. Você tá sa... se você é..., 2 não, eu falei assim, se você sabe e não está fazendo nada, você é omissos ou você é covarde, ou você está tão ausente do campus que você sequer tem conhecimento do que tá acontecendo embaixo do seu nariz. Os 3 cenários para você não são bons. Nenhum dos 3 cenários. Chamei ele na sala e conversei com ele porque a gente tá, ninguém, o neabi e o A. tava, nem se olhando na cara, mas por causa dos casos de

racismo que não era feito nada, né? Então realmente falei para ele, eu digo, olha só, A.. E aí, qual dos 3 a gente vai escolher? Omissão.É... ausência? Ou covardia?

A: Entendi.

E: Ele está muito ausente. Ele quase nunca está no campo, menina, o universo do IFMA foi o tempo que o A. foi obrigado a passar uma semana inteira no campus. E a primeira vez que A. foi ao Quilombo, foi porque C. C. chamou para a gente levar ele ao Quilombo. Aldeia indígena, ele foi agora também, só eu estou aqui desde dezembro de xxxx.

A: Ele mora em (...)?

E: Não. Ele mora em (...).

A: (...), né? Hum, certo. É, e tufalaste é... quando tu falaste das violências, né, que as pessoas aí no caso acobertam ou praticam de forma a aliciar as pessoas, né? As as pessoas violentadas. Tu falaste de assédio? Assédio sexual e assédio moral seriam essas as únicas? As violências mais graves, né? Você disse que quando eu te perguntei, você falou que tinha que ter ali uma separação, né? Do do papel dos servidores, papel discentes, né? Tem outras violências para além dessa?

E: Racismo religioso.

A: Racismo religioso?

E:, Porque,o o racismo, como a gente conhece, aquele não religioso, não diretamente religioso ele é uma coisa que depois de 300 outras pessoas, não se sentem confortáveis para abrir a boca para falar.

A: hum hum

E: Pelo menos o desconforto tem.

A: Sim.M

E: Mas racismo religioso você esteve em em um leve momento, né? E o professor, o professor, foi denunciado esses dias, eu não sei se S. passou pra você, foi denunciado pela Coordenadoria de assuntos pedagógicos, né? Que o professor dá aula, com a, com a bíblia e os alunos estão. Que os alunos de terceiro ano de administração estavam se sentindo inconformados com isso, então os próprios alunos denunciaram o professor lá o pastorinho. E o fato de se institucionalizar uma religião no nosso campus. É... isto para mim é uma violência absurda. Absurda! o racismo religioso.Os alunos sentem confortáveis, né? É, é...De de que de falar sobre as suas religiões, né? Se sentem muito confortáveis de ter uma instituição... O professor se sente muito, é. é.. confortável de ficar mandando vídeozinho, ridículo. Ele é muito sem noção de mandar os vídeozinhos ridículos de cove da (...). No grupo dos servidores. A (...), gente, é, eles tão precisando de um processo. Como que se coloca o instituto federal (...), cara? Eu não...

A: (fala sobreposta) (...) é a sigla de (...), é isso?

E: AHAM! O nome é esse. Ele me perguntou, né? eu tentei, eu eu pra te ser sincera, eu sou a mais política de nós 3, que estamos sempre envolvidos na confusão do campus.

A: Sim.

E: É. Eu fui conversar com ele, né? Sobre a apresentação da (...) nos eventos institucionais, falei para ele que os alunos poderiam apresentar outras coisas, né? Aí ele disse que isso era um desrespeito, porque os alunos só apresentavam coisas religiosas e aí e aí depois, né? na composição do processo, na minha aula (...), os meninos estão tocando (...), né? (...), melhor de (...) no piquenique que a gente fez, né? Então, (...), (...), tudo quanto é música, toca.

A: sim.

E: mas na nas Apresentações oficiais da (...) só sabe tocar música religiosa, os alunos, violação dos direitos, todos os alunos, o (...) cantando (...) comigo, né?

A: É o racismo reverso (risos). Se eles tocarem outra coisa...

E: Exatamente, eu conversei com ele, ele disse, né? Porque professora, então quer dizer que se fosse a associação do candomblé do Instituto Federal..., eu falei, professor, primeiro, que nós entendemos das leis e a gente jamais colocaria o nome Instituto Federal numa associação religiosa. Começa por aí, né? Então, a gente tem uma institucionalização do cristianismo no campus (...) e essa pra mim é uma violência absurda também que não ultrapassa só aos nossos colegas. Fala assim que é, nós temos alunos, alunos que estão se sentindo também à vontade para dizer, olha, eu gosto, eu acho legal, religião de matriz africana, a gente está começando também é... ouvir isso, mas que ultrapassa todas as pessoas que defendem o estado laico mesmo.

A: Entendi, entendi, entendi. E você tem conhecimento é... de processos administrativos no caso que foram iniciados formalmente falando para tratar dessas questões, assim.... assédio sexual, você já teve conhecimento de vários processos, né? Mas, dos das outras violências, por exemplo, o racismo religioso, próprio, racismo mesmo com relação ao fenótipo da pessoa e assédio moral, você já ouviu algum processo? Já viu algum processo de assédio moral? Iniciado no campus (...) (Pausa longa)? Até a própria homofobia, a transfobia, algum outro processo nesse sentido,? formalizado?

E: Engraçado que a homofobia, ela é o que eu acho que o pessoal mais tem medo de mexer, acredita?

A: Em que sentido?

E: As pessoas, não estou falando assim, os servidores acho que tem muito medo. É... eu acho que a homofobia é uma coisa que parece que eles conseguem esconder mais, sabe? Eu acho que a nossa diz que eles escondem mais, né? O racismo religioso, eles não conseguem, eles não conseguem, né?

A: Sim.

E: Assédio eu tenho, pois como ela era amiga de (...), então meio que é... eu eu achava que a a a professor..., eu não sei se chegaram a abrir, né? Então eu só fico nesse campo do eu acho que, eu acho que alguns colegas já abriram, sim, né? A professora (...), a professora (...), eu não sei se chegou a abrir um processo. O pa... é... Eu não sei se nós nós do neabi vamos fazer uma manifestação para, contra a diretora geral também, porque ela tem, ela tem praticado inúmeras violências contra a gente, né? Ela gritou com (...), ela gritou com (...) no meio da (...) porque o (...) pediu que todas as respostas que ela desse sobre determinadas coisas fossem por e-mail, que ela está corretíssimo. O canal diz, não é isso? E ele perguntava coisas e ela queria responder pelos corredores e (...), muito sabiamente - Agradeço também as minhas amigadas de lembrar que a gente não resolve coisas institucionais por corredores, né? - Às vezes eu esqueço porque acaba que eu acredito um pouco nas pessoas também, está errado, não tenho que acreditar em ninguém. Aí ela gritou, ele meio da (...), ela gritou descontroladamente durante a apresentação de um trabalho. Ele estava do lado do (...), ela gritou com ele (incompreensível), então, eu tinha escrito é uma parte de um e-mail para ela, e eu ainda vou ver com os meninos, porque nós nós tivemos uma série de afastamento do campus, eu me afastei por 15 dias, devolvendo aulas que eu tinha pego, porque se não eu entrar com atestado psiquiátrico, pós vinda da Ângela (Risos)

A: (Risos)

E: A (...) entrou com atestado também.

A: Sim, sim.

E: Eu ia entrar também. Não entrei porque não precisei, porque eu não precisava estar dando aulas no campus que eu tinha dado muita aula. Eu só devolvi, passei 15 dias fora, mas é... as pessoas, elas não, elas não se sentem amparadas para dar entrada em processos, né?

A: Sim.

E: No nosso campo eu só sei os disse-me-disse. O único processo de assédio moral que eu sei que tem não é nem iniciado pelo campus, foi o que (...) iniciou, né?

A: Sim.

E: Em relação a A., como tu tem conhecimento dessas coisas? Então eu não acho que eu responda...

A: (fala sobreposta) não tem problema não.

E: Que foi o que motivou meu rompimento total com a (...), porque eu falei para ela que eu continuava achando que, se eu fosse a (...), eu teria feito a mesma coisa.

A: Entendi, entendi, entendi.

E: Então é... eu não, eu não sei sobre assédio sexual é... é muito mais no campo dos processos, que a gente tá tentando fazer agora porque agora que está saindo alguma coisa e a gente está sobrecarregado com tudo e as coisas não estão andando tanto para frente, porque nós estamos sobrecarregados, né? Mas a gente já está tendo denúncias no campus de violências de aluna LGBT contra outras alunas, que é uma coisa também que eu acho muito importante, né? É sair desse viés de passasão de pano por ser uma mulher cometendo violência com outra mulher, mas também está no campo de nos Campos de importunação sexual.

A: Entendi, entendi. E no caso você identifica que houve em algum momento assim da sua atuação no campus, o maior número de denúncias é...

E: Agora.

A: Agora? vocês receberam a visita da campanha 'Não é Não'? aquela campanha que foi começou lá em xxxx e que visitou alguns campi você... o (...) foi visitado nessa campanha, 'Não é não'? Você lembra?

E: Eu não me recordo porque eu fazia xxxxx de xxxx a xxxx , eu passava vários períodos na xxxxx.

A: Entendi, entendi, mas depois da da visita agora do projeto estratégico, você acha que houve um impulso?

E: O expurgo começou com o caso do cara da (...),

A: ah! sim, sim.

E: Quando ele, quando as meninas perceberam que é... algum, elas não estavam necessariamente só porque elas já haviam denunciado várias e várias vezes o (...), né, que é o o assistente de aluno que é um dos os caras de maior assédio moral que tem em relação aos alunos, ele tem assédio moral, não tem denúncia de assédio sexual, mas tem de assédio moral. Então a gente está....

A: (fala sobreposta) Mas quando você fala denúncia é formalmente denunciado?

E: Formalmente, não, o (...), o (...), ainda não formalmente.

A: sim.

E: porque, por ora, está mais os alunos só dizendo que não querem falar com (...), isso já é muito antigo, mas eu vou incentivar as denúncias formais.

A:É, é isso. Assim que eu quero ter uma noção é... de como essas essas esses burburinhos começam, né? Como é que essa denúncia começa? Uma denúncia informal e se ela chega a virar formal ou se ela é, se ela vai perdendo força? Ao longo do do passar do tempo, né?

E: É... elas, não ela. Elas assim, no caso do assédio moral em relação ao (...), né? É muito por muito tempo, é... o o o que acontece é que essas denúncias, essas coisas, elas não chegavam com força. Os alunos nunca acharam que eles podiam fazer alguma coisa, que os adultos que a comunidade escolar toda tinha um papel a cumprir e que os adultos seriam de alguma forma a responsabilidade e que alguém falaria pelos alunos. Começa aqui. Até esse ano.Ó. Até o ano passado, os alunos, eles conversavam muito sobre bullying, tipo assim, se um professor cometesse alguma coisa, é que eles achassem desrespeitosas, eles conversavam comigo.E aí eu já falaria, olha, se tem 2 caminhos: converse, veja com o professor, dependendo do caso, nunca tinha ninguém, nunca tinha me relatado nada muito grave, né? Tipo assim, era muito mais um professor falou uma coisa que eu não gostei. Ah! vai lá, conversa com professores desse professor, tem abertura. Se ele não tiver abertura, vai fazer a denúncia, denuncie mesmo e tudo, tá, né? A em relação ao (...), é... alguns alunos mesmo já disse, já haviam me dito, né? Aí o (...) é isso, o (...) é intransigente, o (...) faz isso, (...) faz aquilo. É, mas era muito mais para mim aquela coisa de uma pessoa tendo que cuidar de um milhão de alunos e perdendo a paciência no sentido de ai não aguento mais! Só que agora é... os relatos estão ganhando corpo, agora está, agora as pessoas, elas não só dizem que (...) é intransigente, ou isso, as pessoas começam a falar, olha, ele fala isso, ele não toma atitude. Nós denunciemos pro (...), a denúncia feita pro (...) foi 4 vezes feita para ele, só uma aluna me contou que fez essa denúncia 4 vezes. As coisas, elas estão saindo de reclamações genéricas de aluno para olha, é isso aqui, né? A gente sempre incentivava os alunos a dar nome às coisas, a relatar de verdade. Então é como depois que a gente voltou da pandemia este ano teve uma campanha.Quando eu falo campanha pesada, eu estou falando, tipo assim, à do professor de (...), discutir racismo é.... Eu discutir racismo, assédio, violência, bullying, essas coisas em sala de aula também. O (...) também discutir todas essas questões, né? A (...) discutir todas essas questões. O professor de (...), discutir mais racismo, homofobia, né? Então esse ano parece que como se a gente estivesse fazendo uma força-tarefa que individualmente foi sendo feita e no fim com foi culminando nas coisas e agora chegou na cartilha e chegou numa maior aproximação entre (...), (...), eu e a gente acabou meio que formando um grupinho e depois foi questão da do GT de violência de gênero e as coisas foram se delineando assim. Então, depois do (...) que os alunos denunciaram para (...), (...) denunciou diretamente para a diretora de ensino. Ela não fez nada, eu não sabia dessa denúncia, aí eles denunciaram pra mim, eu denunciei e não foi... eu levei a diretora de ensino na sala, ela colheu depoimento, não passou adiante. Eu acredito que foi o A. que não quis que ela passasse adiante, mas não foi nem o A.diretamente, foi o J. encobrindo, porque depois o cara disse que quem manteve ele na instituição foi o J..E é... depois que foi pé na porta e soco na cara que eu fui lida como desequilibrada, porque eu joguei merda no ventilador no grupo dos servidores que ele foi obrigado a desligar o (...),

obrigado a desligar (incompreensível) na calada da madrugada, os alunos, a maior falta dos alunos, inclusive alguns aplausos de corredor, foi as alunas dizendo, nossa, eu não acreditava que dava em nada e outras dizendo eu achava que por ser a professora (...), ia dar em alguma coisa porque eu sabia que ela ia meter um doido, né? Por que não foi nenhum procedimento fora do correto, Ângela. Eu não cheguei expondo a situação para nós. Eu cheguei, fiz o procedimento como deveria ter sido feito, foi dado os encaminhamentos e eles não fizeram nada, tiveram cara... eles tiveram mais de 1 mês para fazer qualquer coisa. Não fizeram nada!

A: sim.

E: Então quando aconteceu o movimento do (...), da (...). Então, é...é... o movimento de denúncia, tem pouco, os alunos, têm encontrado representatividade no campus.

A: Entendi, entendi, entendi. E essas denúncias, elas são feitas. É... essas de assédio, por exemplo, elas são feitas mais por meninas ou também são feitas por meninos? você assim, adolescentes, né? Do gênero masculino, o gênero feminino tem, assim, um marcador de gênero para essas denúncias?

E: Sim, o marcador de gênero e de sexo tem sido feminino.

A: Feminino, né?

E: É exatamente, de sexo, é, é tanto de sexo quanto de gênero mesmo. Eu tive uma denúncia de de homens de importunação sexual cometida por outro homem, que, inclusive, tá inclui.. é que é aquele da foto de não deveria existir negros no Brasil, né? Aquele da foto, ele ele também tem um processo de denúncia de importunação sexual contra os outros...

A: no caso, um discente, né? Ele atentou contra o seu par, né?

E: Ó, exatamente, exatamente,

A: aham.

E: uma levadinha para isso também tipo assim, ah! ele vê a diferença de assédio, importunação também dele, uma levadinha para ele já.

A: entendi, entendi, entendi, (...). A gente faz se aproximando agora do final eu tenho. Acho que mais umas 2 perguntas só, mas elas são bem bem diretas. Mas assim é, eu vou fazer aqui um\ afirmação meio afirmação, meio pergunta aí você concorda ou discorda? E aí se puder justificar ... O IFMA, ele é um lugar seguro para meninas e mulheres?

E: Não.

A: Você teria algo a mais a dizer sobre isso?

E: As instâncias que poderiam fazer alguma coisa para tornar o cliente mais seguro e inibir as ações dessas pessoas que tornam o ambiente do IFMA inseguro para as meninas e mulheres, elas são as que mais se ajudam, que mais são coniventes e que mais massacrante

A: Entendi, o IFMA, outra afirmação, o IFMA, ele é bem visto na sociedade de (...), pela comunidade de (...)? Ele é bem visto?

E: Em geral, sim, em termos de assédio, não.

A: Tem esse viés, então, do assédio que, meio a um comentário na cidade a respeito disso, você acha? Sim, você ouve.

E: Eu sei, eu sei.

A: Tá! e aí é... eu vou. eu vou só te te... é a última pergunta mesmo, eu vou te perguntar o seguinte, se você pudesse fazer uma conexão entre violência de gênero e IFMA quais são as primeiras palavras que vem assim, na tua cabeça? Violência de gênero e IFMA, o que que você poderia...

E: (Pausa) Camaradagem (pausa) ,cobertura, camaradagem. É isso.

A: É isso? Seria então, você acha que há uma falha ética? Os servidores, eles conhecem o código de ética ou eles simplesmente leram para o concurso? E e deixaram de lado agora na hora de agir.

E: Sim, sim, é... não, não há desconhecimento no código de ética. Não há um desconhecimento no código de ética. É por... até porque, teoricamente, a própria sociedade em si, a própria convivência em sociedade, ela tem um código de ética, mas não há desconhecimento do código de ética, né? A...o que há, realmente, é uma noção de impunidade, saber que a própria sociedade vai penalizar a menina, a mulher, né?... e não aos responsáveis pelas violências.

A: Entendi, entendi. É, enfim, é isso. Eu estou, assim, muito feliz que tu tenhas topado contribuir com a minha pesquisa. É um momento muito especial da minha vida, porque se junta assim, uma vontade de estudar, né? É de militância também. E e se junta com a minha função na instituição, que eu acho que tu mais. é.., é, sabe, né disso, né, sabe bem, conhece e vem acompanhando o meu trabalho e eu acho assim que estava precisando dessa pesquisa pra coroar isso que eu tenho. É...Feito, né? Na instituição e que te vejo como uma aliada nessa luta, nessa causa. É... lógico que a gente é... nunca é. É... uma constância. Às vezes a gente realmente se vê assim em situações bem complicadas, né? É principalmente por conta dessa desse machismo estrutural, né? Eu noto que é uma instituição bastante machista. É masculinista mesmo, né? É... e que apesar de acolher pessoas mais diversas, ainda tem muitos viés com relação ao racismo, a homofobia, a pessoas que deliberadamente é... como você falou, eu concordo bastante elas, elas decidem, não se lettrar, decidem, preferem não é... conhecer, não saber, não se envolver, não se implicar, né? E e é mais ou menos isso, assim que eu estou vendo que a minha pesquisa, ela está se

encaminhando para esse resultado, né? É muito do que você falou. Já foi falado pelas tuas colegas que foram entrevistadas antes eu já chego assim já no nível de saturação das respostas, né? E e assim, muito obrigada, eu. Eu dá para parar a gravação pra gente se despedir.

APENDICE G– TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DE E4

Angela: Então, você foi convidada para participar da minha pesquisa de mestrado, a dissertação que é intitulada “Mas doutora. namorar aluna é assédio? E o subtítulo dela é: uma análise da violência ética de gênero no Instituto Federal do Maranhão, tá bom? E aí tem mais detalhes lá no Termo que você pode me mandar depois, sem problema algum. Te agradeço pela tua colaboração de participar aí com uma investigação científica a respeito desse fenômeno ... Sou só desabilitar aqui o WhatsApp para ele não ficar fazendo barulho... E aí, então, essa é uma entrevista em profundidade. Deve conhecer, né? Como metodologia, é no caso de coleta ... de informações que a gente começa com algumas perguntas assim, que vão iniciar, mas elas não, a gente não pode, não precisa ficar adstrita a ela, se você pode sim interagir, aí à vontade está bom. Então a primeira pergunta para ti é por que o IFMA? O que te trouxe né? para trabalhar nessa instituição de garbo e elegância. (Risos)

E4: É ... na época, né? Outro dia, tá? (Gargalhada) É, eu me formei em xxxx e aí comecei a fazer uma série de concursos públicos. É, na época o IFMA estava em processo de expansão e fez um grande concurso no Maranhão, eu já havia passado para professora do estado, né? a qual eu fui a de xxxx até xxxxx. Professora da rede estadual só que o IFMA apresentava, é e apresenta, na minha concepção, uma estrutura de ensino, é ... onde ela possibilita mais oportunidades para os alunos e também para os servidores, né? Então, tem um plano de carreiras melhor, tem pagamento de salário melhor, você tem mais estrutura, infraestrutura para você trabalhar e desenvolver projeto para os alunos. Então, a vinda pro pro, pra rede federal foi isso, porque a gente tinha, né? É... Além da questão salarial, óbvio! e de uma carreira melhor, tinha uma estrutura melhor para trabalhar na educação. E... Nesse contexto, já fui concursado da prefeitura em São Luís, mas quando eu comecei a fazer provas é não sou, sou do ínfima, mas não sou da capital e trabalho em (...). Eu queria, já tinha vontade de ir para uma cidade onde eu conseguisse viver com uma maior tranquilidade e é o que eu tenho. Então eu aliei qualidade de vida indo para uma cidade menor, mais tranquila para trabalhar. É um salário melhor, né? Se comparado com a rede estadual. E uma infraestrutura e estrutura e possibilidade de projetos bem maior para desenvolver com os alunos do que na rede estadual.

Angela: Ah! legal. Quer dizer então, que você já, quando você fez o concurso, já foi aprovada para o campus (...) e já foi ali, de bom grado, não teve nenhum problema na relação, a tua lotação?

Entrevistada 4: Ângela, é, eu sou, eu tenho xxxxx no IFMA, eu entrei em xxxx, novembro de xxxx, como xxxxxxxx, que é um curso técnico. Um cargo técnico. E em xxxx, em xxxx, como docente, entendeu? Mas eu já morava em (...), em xxxx, pela rede estadual, então assim nunca tive nenhum problema de vivenciar no município, a gente está em xxxx ...xx... a xx anos. Eu estou na cidade mesmo não tendo o título, eu sou cidadã (...)ense de coração.

Angela: Ah! muito bem legal, que massa! é interessante porque a tua experiência, ela destoa um pouco das outras colegas que foram Entrevistada 4s. Porque algumas delas tiveram que passar por esse... essa mudança né? e nem sempre foi uma coisa tranquila assim, para algumas delas. Então muito interessante esse teu, essa tua história, né? Então, assim, quando você já assumiu no IFMA, você já morava lá, já tinha toda uma estrutura e tal e sempre foi muito tranquilo, não é?

Entrevistada 4: Casei em (...), Angela.

Angela: Foi mesmo?

Entrevistada 4: O meu casamento.é do cartório em (...), marido é daqui, de São Luís

Angela: e tu és daqui?

Entrevistada 4: eu sou de São Luís.

Angela: Ah! pronto, interessante, então realmente foi uma opção que vocês fizeram e é massa isso. Bem legal! (Pausa) .Certo? Aí quando você chegou lá no campus (...), o que que você encontrou? Como foi a recepção? Como era essa estrutura? É ... o que que você achou assim por lá, te esperando?

Entrevistada 4: Quando eu cheguei, eu peguei um baque, não é? Em que sentido? a gente idealiza muito a rede federal de educação, só que em xxxx, o prédio não tinha nada do que hoje tem no campus (...), então esse era o mundo imaginário que eu tinha de o que seria um instituto federal. E aí xxxx é o período da ainda do início da expansão da rede federal. Então os prédios estão inacabados. (...) não era diferente, não tinha calçamento, eu quando estava gestante, eu atolei na lama. Na entrada do campo. Uau. É servidores. Tinham muito inseto, muito animal, muita cobra, porque eram Campus afastado. É perigoso num lugar porque não existiam casas, não era uma área muito urbanizada, né? Então assim, não tinha tanta coisa, né? As salas não eram climatizadas porque a gente não tinha a subestação elétrica, então assim, era um campus com muitas fragilidades no aspecto da infraestrutura, mas esses primeiros alunos, que a gente chama lá dos pioneiros, que é uma turma de.. de vendas, né? Integrado. Eles tinham uma força de vontade tão grande de estudar, de estar numa Instituição Federal, né? É, as pessoas sempre foram muito acolhedoras, né? Tanto que nós somos amigos... quem entrou nessa nessa época, né? No campus (...)...A gente tem um grupo de amizade muito forte, a gente se encontra. É por mais de 10 anos, né? A gente se reúne... então assim, tinha as questões da infraestrutura, que não estavam ideais na época, mas tinha um calor humano diferente, né? Poucos alunos, mas muitos alunos interessados, muitos servidores, que na época eram muito jovens.Então a gente tinha muito que fazer numa cidade como sair, se divertir, e era isso que a gente fazia. A gente vivenciava a cidade, então, no aspecto humano e de acolhida, eu não tenho do que reclamar, né? Mas essa infraestrutura, ela foi melhorando com o tempo.

Angela: Sim...

Entrevistada 4: isso foi realidade de vários campi do interior do estado, né? (...), não é, não é exceção a essa lógica do... do início da expansão.

Angela: É! e sempre tem muito isso, né? Assim de quando há a inauguração, é tudo muito do zero. Mesmo, literalmente, quando tu chegaste lá, aquilo tudo era só mato, né? (Risos) Entrevistada 4: E agora já mudamos muito (Risos).

Angela: pois é! exatamente! e assim vai. (...) é uma cidade ... é ... animada, não é? A gente nota assim que ... é ... favorece ... pelo menos há uma infraestrutura mínima na cidade, não é?

Entrevistada 4: Existe.

Angela: Então, assim, vocês apenas tiveram que ir ali, é melhorando a própria estrutura do campus mesmo, né?

Entrevistada 4: Isso.

Angela: E só tinha uma turma na época que você chegou lá. Só essa turma de venda? Entrevistada 4: No começo, só tinha uma turma de vendas. E, aos poucos foi ampliando, porque o campus (...), ele inicia atividades em julho de xxxx, mas só com um pequeno grupo de servidores à qual eu não fazia parte, né? Ainda não era servidora efetiva. As aulas iniciam mesmo com alunos somente em xxxx.

Angela: Hum hum.

Entrevistada 4: (continua) ... que chegam novas ... é a primeira turma e...

Angela: (interrompendo) Foi quando você chegou?

Entrevistada 4: aí eu chego em novembro... De não de xxxx no ano que eu cheguei, então essa era tudo muito pequeno, experimentando ainda, entendeu? Mas acho que foi uma experiência válida.

Angela: E como foi esse acolhimento dos colegas que já estavam lá desde xxxx em relação a você? Você se sentiu bem acolhida?

Entrevistada 4: Eu me senti. É nesse aspecto. Eu acho que um grupo muito jovem na época, todos muito, muito recém nomeados, né? Todo mundo ali nas suas casas, dos seus (...) e pouquinhos anos, né? Todo muito, muito novo, né? Então eu fui muito bem acolhida. Quando eu cheguei a (...) pelos servidores que lá já estavam desde xxxx.

Angela: Sim. Então o campus (...) já tem (...) anos de funcionamento?

Entrevistada 4: (...) anos.

Angela: (...) anos, não é? E .. E assim, I.? O que que tu vez assim? é ... já que você já falou que houve uma evolução da própria estrutura e a gente vê isso porque eu conheço campus, (...), a gente vê a olhos

vistos, né? É ... como é que tu vês assim, a questão do perfil dos servidores? ao longo desses ... desses anos, né? Em que você está lá. Você sempre trabalhou lá, nunca teve nenhum tipo de remoção, né? Na tua, na tua vasta experiência que ...

Entrevistada 4: Risos

Angela: (continuando) a gente já pode dizer que é uma vasta experiência (risos) no campus (...). Como é que você vê aí o perfil dos servidores do campus?

Entrevistada 4: eu acho que é campus amadureceu. Como eu falei, quando a gente chegou, a gente era muito jovem e aí quando a gente é muito jovem, às vezes a gente tem conflitos, né? Mas em qualquer ambiente de trabalho, os conflitos sempre vão existir, mas o campus ele passou por um processo de amadurecimento. É óbvio que a gente tem pontos de discordância. Isso sempre vai existir, o que é normal e saudável num grupo de servidores, mas é... o que eu vejo que eu percebo de diferente dos servidores do campus (...) é, de fato, o compromisso com o ensino. Então, se tu chegar assim, eu quero fazer um projeto novo de ensino, de pesquisa, de extensão. Todo mundo ... vamos lá, não é? Então tem muito ... e isso contagia quem vai chegando depois. Porque, poxa, essa galera está aqui há tanto tempo e continua fazendo, então vai...

Angela: Sim.

Entrevistada 4: vai contagiando quem vai chegando para sempre estar desenvolvendo. Então que eu, lógico, Ângela, que aí eu seria idealista, dizer que todos são assim e a gente sabe que não são. Mas a gente tem um grupo significativo no campus (...) de servidores que de fato vestem a camisa da educação pública, que de fato querem fazer a mudança naquela região e eles são maioria no nosso campus.

Angela: Maravilha.

Entrevistada 4: Então isso deixa assim um trabalho. Mais suave, né? Porque a gente sabe que trabalhar, atuar é um bom tempinho. Não digo, é uma vasta experiência, mais um tempinho no campus e a gente sabe que cansa aquele trabalho repetitivo, né? Vários e vários anos, (...) anos. Estou fazendo a mesma coisa, vai ficando cansativo e o campus tem essa característica de ir inovando, se renovando. E quem chega... o pessoal vai acolhendo e vai vendo, ó, vamos fazer parte, vamos participar, então isso vai aí ... acho que agregando valor ao campus, então a gente tem assim uma convivência, já tivemos momentos, né? Mais difíceis, mais tensos. Isso já existiu no campus (...), mas nos últimos anos para cá eu falo aí de mais de 5 anos, 5, 6 anos. A gente vive aí um campus tranquilo, um conflito ou outro, porque é normal, faz parte. A gente trabalha com pessoas e isso sempre vai acontecer, né? Porque faz parte da vivência humana, mas a gente se respeita muito. Eu acho que isso é importante.

Angela: Sim

Entrevistada 4: ... A gente já aprendeu com amadurecimento...

Angela: sim

Entrevistada 4: (continuando) que no espaço de trabalho a gente precisa respeitar, aí o campus tem esse respeito.

Angela: Sim, sim, é. E pelo fato, assim, de o campus ser numa cidade do interior, no município do interior, eu sou péssima de decorar Geografia do Maranhão, né? Mas, é ... os servidores do do campus (...). Eles moram, em sua maioria, lá?

Entrevistada 4: Não!.

Angela: (continuando) ou eles se deslocam com frequência?

Entrevistada 4: Se deslocam com frequência.

Angela: (Risos) como é que é essa coisa do ...da escala de revezamento? (Gargalhada)

Entrevistada 4: A gente tem aí mais de... nós somos em torno de (xxx) servidores. Nós já temos aí de (xx) ou mais, servidores que residem na cidade, né? Algumas pessoas são de (...) mesmo que trabalham no campus. A gente tem um grupo significativo de pessoas de (...) que trabalham com a gente.

Angela: Que bom!

Entrevistada 4: e muitos que se tornaram cidadãos (...)enses de coração.

Angela: Como você! (gargalhada)

Entrevistada 4: como eu, entre vários, tem várias gente que casou, constituiu família em (...) e lá mesmo ficou, né? E a gente tem muito povo de São Luís e Teresina, e aí assim, essa diferença ainda é uma maioria. Essas pessoas que se deslocam ou para São Luís ou para Teresina, mas muita gente já se assentando na cidade, né? Já percebendo a cidade, também é importante frisar isso, Angela, cresceu muito.

Angela: Sim.

Entrevistada 4: nos últimos anos não é mais a mesma cidade de quanto o campo e chegou lá. Em xxxx, iniciou atividade xxxx, então hoje oferece serviços que antes não tinha. Então isso tem atraído muitas pessoas para querer remoção, algo do tipo. Campus se tornou atrativo perto de Teresina, perto de São Luís, é uma cidade com infraestrutura, então, as pessoas já estão começando a ficar mais na cidade mesmo.

Angela: Sim. Então você diria assim que você não tem muito problema em relação a essas pessoas que, apesar de não terem constituído domicílio em (...), trabalho em (...), não é uma coisa... aproveitando que você também é uma das poucas gestoras que está sendo Entrevistada 4, afinal, nós temos poucas gestoras (risos) ainda, né? (Gargalhada) Aliás, muito bonito. Hoje o gesto do (...) pedindo que você fosse sentar lá,

adorei aquilo ali foi, foi impar, adorei. E aí? Então é? É aproveitando que você também. Te pedindo que você fosse sentar lá? E aí então é, é aproveitando que você também é gestora, não é? Além de professora, é você não tem muita dificuldade assim, não te chegam muitos problemas em relação a essa necessidade, às vezes, de o servidor se deslocar no final de semana para ir para o seu município de domicílio. Isso não é uma questão? Já foi mais (interrompendo)

Entrevistada 4: no momento, já teve momentos de atrito, não é?

Angela: Sim...

Entrevistada 4: é principalmente aí, quando tinha muita aquela vontade e as pessoas aos poucos, elas vão... não, eu vou ficando, porque as pessoas também vão cansando de viajar. Angela: Sim, sim...

Entrevistada 4: tem isso também que chega um momento que as pessoas cansam de viajar.

Angela: Custa caro, né?

Entrevistada 4: E a gente ... custa caro? o valor é alto...

Angela: sim

Entrevistada 4: (continuando) entendeu? mesmo eles fazendo carona compartilhada. Enfim, existe esses grupos de carona dentro do instituto, dentro do campus (...), mas hoje em dia conflito real porque o servidor não estava porque não era o dia dele. A gente não vivencia no campus, é tanto que a gente adota, por exemplo, reuniões sistêmica a qualquer dia da semana, então a gente tem reunião do ensino na segunda, tem reunião na sexta ... e o campus já entendeu que a gente vai usar qualquer dia da semana para executar nossas atividades. Exemplo, a gente teve essa semana segunda-feira, o christmas, que é um dos maiores eventos do campus...

Angela: acompanhei...

Entrevistada 4: a gente fez numa segunda assim...

Angela: acompanhei...

Entrevistada 4: (incompreensível) da média pronto, não? Não, não vão me esperar, a gente vai fazer na segunda-feira e os servidores se fazem presente, sim. Então assim, eu acho que isso também é facilitado, é a posição geográfica de (...). Ela é favorável, ela é bem no meio do Maranhão. E aí, como eu te falei, muita gente ou é São Luís ou Teresina?

Angela: Sim.

Entrevistada 4: então, (...) tem linha de ônibus direto para esses 2 municípios. Tem as caronas paradas, então aí é 3 horas, 3 horas e meia para qualquer uma das 2 cidades. Então essa essa posição geográfica

também favorece essa permanência no campus. Talvez seja uma dificuldade em campiis mais afastados. onde tu tem que viajar 10 horas, 12 horas, 8 horas. Aí o servidor e fica mais ali ... é...

Angela: angustiado.

Entrevistada 4:Receoso, angustiado, de estar vivendo essas viagens, em (...) é mais rápido. A gente está mais centralizado.

Angela: Sim, verdade.Assim, I., outro aspecto com relação à questão dos servidores é, tu deve saber bem disso que a plataforma Nilo Peçanha, que congrega ali os nossos dados, né? Tanto administrativos quanto com relação ao próprio ensino e tal, tem ainda uma falha porque a gente não tem muito dados do perfil dos servidores. A gente tem muito perfil dos alunos, né? Questão de raça, etnia, gênero e também renda, né? E aí eu queria saber de ti, se o teu Campus é um campus diverso, com relação aos servidores, não é tanto técnicos administrativos quanto docentes. Se tu percebes essa diversidade, se há servidores, né? É no caso indígenas ou negros? E .. e... também com relação à questão da diversidade sexual, né? Até a própria diversidade de gênero, como é que você vê isso aí? Ou ainda é um campus? É?Muito masculino, como costuma ser às vezes os Campos mais antigos, né? Os Campos mais da capital, né?

Entrevistada 4: (...) ainda tem é ... uma maioria no seu quadro de servidores de homens, mas isso é muito reflexo do que é a própria rede federal, né? Então a gente tem um número de homens muito grande.Mas o campus (...) tem, sim, muitas mulheres muito capacitadas, obviamente, sempre muito capacitadas. A gente tem uma presença maciça de da população negra no campus (...), no grupo de servidores, indígena, a gente não tem. E aí eu tenho um compromisso comigo, é Ângela, e aí eu vou puxar enquanto gestora, né? A gente, sempre. A comunidade LGBT de servidores, o campus tem esse perfil. Você conhece, né?

Angela: Risos

Entrevistada 4: Você está lá com a gente, né? Então assim, eu tenho um compromisso comigo enquanto gestora for do IFMA, meus convites para cargos de gestão seguem, obviamente ... eu ..., eu entendo que todos meus servidores são capacitados e tem perfil para serem gestores, mas aí dentro dessa lógica, eu tenho convites específicos, então eu convido primeiro: mulheres, negras, de preferência, não é? E aí quando eu não tenho mulheres negras, mulheres já já, já cumpriu minha cota. Como eu digo, elas estão lá, é grupos que fazem parte do LGBT q ia mais eu também tenho esse olhar e assim o último que eu vou chamar é quando assim, dentro da minha escala.Eu já não consegui fazer esses convites aí eu chego na figura masculina, não estou em nenhum momento discutindo competência. Não é porque eu acho que todos nós somos concursados. Todos nós somos competentes.

Angela: Exatamente.,

Entrevistada 4: existem qualquer cargo. Eu penso dessa forma, mas que o IFMA precisa dar visibilidade e ... a gente sabe quando a gente participa, você já participou, já visitou o Maranhão todo, né? Com o projeto do do, da violência de gênero. E aí você olha as gestões muito masculinas, né? isso não é legal, porque as alunas não se percebem nessa gestão, não é? Não estou, como digo, não é questão de competência, é a questão de visibilidade, não é? E a gente tem, porque a competência, todos os servidores têm, mas a gente precisa ocupar espaço. E aí quando eu faço os convites, eu sempre toco nesse, ponto, eu digo, gente, a gente não pode viver de discurso...

Angela: Exato.

Entrevistada 4: a gente tem que ocupar espaço (risos)

Angela: Exato!

Entrevistada 4: tem que ocupar, espaço, então quando o convite chega, então é difícil dizer não para isso. É porque a gente tem que ocupar espaço, ocupar espaço. É importante. Não adianta a gente militar somente no campo teórico, ali, na prática, na sala de aula. Se a gente não conseguir ser visto. Ocupando esses espaços, dizendo aqui que eu estou e eu vou incomodar, eu vou fazer desse jeito

Angela: (interrompendo) sim, e até uma sensibilidade, né? Do gestor, de ele, enfim, perceber que há toda uma população a qual ele presta. O serviço dele é como servidor público, que é uma população diversa. E seria incongruente ele não ter essa mesma interface na gestão, ocupando é espaços de poder, não é de decisão dentro da instituição.

Entrevistada 4: Então eu tenho assim, a gente ainda tem muitos homens, mas eu acho que a gente tá chegando lá, onde a gente tem que estar.

Angela: Ótimo, Maravilha.

Entrevistada 4: eu tenho aí tentado militar, não só no campo teórico, mas na prática.

Angela: Sim.

Entrevistada 4: A gente dá, a visibilidade é ... a todos esses que são pela sociedade, obviamente invisibilizados e a gente reproduz isso na nossa instituição. Sim, a gente reproduz muito isso. Infelizmente.

Angela: é ... essa seria a minha próxima pergunta. Como é que você, enquanto gestora, né? Se preocupa, se preocuparia com essa escolha, não é, das pessoas que te auxilia ali mais diretamente e que por isso recebem uma função. Não é? uma função ou cargo em comissão ou uma função gratificada. Enfim, E assim, e é isso que tu falaste. É muito interessante também porque com relação às nossas viagens, né? E aqui eu falo na condição de componentes do grupo não é? do projeto estratégico, é o que a gente nota é que ainda há um rechaço muito grande por parte dos gestores. Logicamente que não são todos, nós temos

ali a parcela que nos acolhe muito bem, que quando sabe que a gente vai pra lá, que eu acho que é o mínimo, às vezes, de sensibilidade, que o gestor deve ter, é de nos receber. Se não pudermos receber, porque nem sempre a agenda de vocês gestores permite, né? É, é, sei lá, explicar ou colocar um representante? Então já teve Campus que a gente chegou e sentiu, assim como a gente não estava sendo bem quisto ali naquele momento, né? Até porque quem chamou foi o neabi, porque não aguentava mais lutar contra a retranca da gestão, sabe? Então é, é te confessando assim mesmo que a gente sente às vezes palpável essa essa retranca, né? Essa posição, essa postura mesmo de o que que vocês já querem fazer aqui aqui não tem esse negócio de assédio não, não é aqui, não tem esse negócio de homofobia não, né? Então. Como se não tivesse aquela coisa de achar que você vive no mundo ideal e, enfim, não é.

Entrevistada 4: e não é

Angela:.. Você está acabando de dizer. A gente não pode ser gestor, só de paz. A gente é gestor, tem que ser gestor de paz e de conflitos, né? Enfim, né? (pausa) É isso ... é bem cruel quando isso acontece, a gente se sente,

Entrevistada 4: ÔÔ (Risos)

Angela: é... E eu acho interessante, porque Alcides, ele tem muito esse negócio do discurso do procurador. Eu não gosto muito de me escudar nessa posição para eu estar frequentando os lugares, afinal, eu frequento como servidora pública como colega, né?

Entrevistada 4: Sim.

Angela: (continuando) dos dos que são lotados no IFMA, eles, assim como é que eles fazem isso com a procuradora? (Gargalhada)

Entrevistada 4: Gargalhada

Angela: Não tem quando, I., quando o cara é machista,

Entrevistada 4: Não tem jeito.

Angela: (continuando) ele vai fazer com a presidenta Dilma. Eles fizeram com a presidenta Dilma, não fizeram?

Entrevistada 4:.. Fazem.

Angela: Ora! aí você que é gestora, que é que é diretora? Você não, já pegou as vezes?

Entrevistada 4: Vários. Alguém querendo traduzir o que eu estou falando, alguém querendo reafirmar o que eu estou dizendo, entendeu? Porque eu não sei fazer o que eu estou fazendo? A gente vive isso, não é?

Angela: É isso.

Entrevistada 4: É uma luta árdua

Angela: É...

Entrevistada 4: gestor já é difícil e ser mulher gestora é...

Angela: (interrompendo) ele não entende, ele acha não, Ângela, mas não é assim. Tu tens uma postura que a lei te garante, o acesso pode chegar a hora que for, tu não precisa pedir licença para o diretor para chegar no campus, mas não é assim que a coisa funciona. Você tem que ir pela diplomacia. Eu não posso chegar lá fazendo como se fosse o corregedor auditor. Eu não sou, né? A gente está fazendo um trabalho de conscientização. É um trabalho que é um trabalho de nobreza, não é uma coisa de picuinha, sabe?

Entrevistada 4: Conscientização, não se conscientiza a força

Angela: É. Exatamente, isso não é uma perseguição, não é uma picuinha. Eu não estou querendo pegar ninguém em flagra. É um trabalho que ele é, se coaduna com a nobreza da missão do instituto federal, que é da educação, e assim os colegas é que tem que botar a mão na consciência e diz assim, gente, eu preciso me abrir para essas questões. Eu preciso reconhecer que aqui a minha casa tem problema seu e não colocar os problemas para debaixo do tapete, né? E fingir que eles não existem, não é, enfim, coisas, coisas da (risos) gestão, não tem jeito, coisas do patriarcado. E aí a gente já vai entrar agora na segunda parte, né? Que seria quando a gente começa a falar de violência, não é? É, e aí eu queria saber pra você, de você como é que as questões de violência de gênero, não é? E aí a gente pode falar no sentido amplo, ainda, tanto assédio, quanto é LGBTQIAP+ fobia, não é? Preconceitos... De toda forma, como é que elas chegam? Para você? É no desenvolvimento do teu trabalho. Tu podes falar mesmo como professora, como gestora, fica à vontade.

Entrevistada 4: É... Ângela, eu tenho uma. É uma coisa que eu gosto de fazer. Eu sou muito próxima dos alunos do campus, que é pra dar Liberdade para eles ...

Angela: Sim...

Entrevistada 4: virem me falar

Angela: Sim

Entrevistada 4: E está acontecendo. E aí eu vou te relatar, obviamente não com nomes, não é? Uns 2 meses atrás chegou um grupo de alunas dizendo que tinha um aluno assediando, enfim, então eu estou sempre próxima. Então os relatos chegam e quando chegam, notifica o setor. Olha, tá acontecendo isso, apura. Né? E aí, no caso, é a CAI vai investigar. Então já chegou recente relatos de servidora, olha, serve do tal, está me assediando, o que que eu faço? Eu digo, vamos lá no fala BR registrar, a gente faz assim

assim, assim, então eu deixo minhas portas abertas e quando chega até mim e chega. Eu acho que chega. Porque a porta está aberta, porque quanto diz assim eu não vou, eu vou deixar pra lá, eu vou fingir que não acontece porque aluno tal é meu amigo, o servidor tal é meu amigo ... as informações nunca vão chegar até a tia enquanto gestor. Então eu faço sempre esse papel e de informação, não é? É. Quando tem, você diz que vem visitar, eu digo, oba! que ótimo, vamos fazer ação dentro do campus, vamos abraçar. Eu acho que o meu papel é esse, é dizer, olha, eu estou aqui, enquanto gestora, né? Mas o que eu sou já gestão é uma fase, né? Já estão aí. São 4 anos, 200.. 20xx, fecha um ciclo. É, enquanto o servidor público, servidora pública e dizer olha para AB ou C, eu sou uma fonte de informação, então eu preciso dizer quais são os mecanismos que esses alunos, essas alunas, as servidoras têm de acesso a qualquer forma de denúncia. É quando eu tenho dúvida, não é? (Risos) E às vezes eu tenho, porque a gente também passa por isso, eu pergunto, né, eu pergunto, olha, eu estou fazendo certo. Às vezes é para ti mesmo que eu pergunto, quando eu estou em dúvida de alguma coisa assim, às vezes, por (...), que é um professor de (...), que a gente tem no campus, qual é a melhor forma de orientar e não sentar na situação e fingir que ela não existe. Acho que quanto tu sentas, finge que ela não existe, aí não vai aparecer caso nenhum, né? Aí tem o campus, nunca tem nada

Angela: Risos

Entrevistada 4: nunca tem problema. Quem nunca tem problema porque você não está falando, não é? Você não está deixando as pessoas falarem, então eu tenho agido dessa forma, não é? dizendo olha e as informações chegam. É... tanto que denúncias têm chegado até a mim, e aí eu sempre faço esse papel e dizer, olha o caminho da denúncia é essa e o que for que acontecer enquanto diretor, eu for, tô do seu lado. Porque existe um processo de apuração de investigação que dá ampla defesa ao servidor, o servidor ou aluno aluna é ... é ... que está sendo acusado. Não é de alguma coisa, então eu. Me coloco nessa posição de estou à disposição e não pense que você vai ficar só. Que às vezes as pessoas têm medo de fazer uma denúncia, a gestão vai me perseguir, fulano vai deixar de me me me ajudar de ser meu parceiro ou enquanto aluno, né? Eu vou ser expulsa, né? É porque eu tô falando mal de um outro aluno. Então esse papel de acolher.

Angela: Sim, de acolher...

Entrevistada 4:: De estar à disposição.

Angela: e no caso lá da tua assessoria, o que tu mais indicas? Assim como a pessoa que as pessoas que mais te apoiam nesse acolhimento, no caso, seriam as colegas, os colegas e colegas da, os colegas e as colegas da CAE?

Entrevistada 4: É... a CAE, ajuda muito, muito, muitíssimo em relação aos nossos alunos. Eu não tenho nem como descrever o trabalho que eles fazem, de formiguinha mesmo, de coletando informação do setor

pedagógico, também me ajuda bastante em relação à servidores, eles vem direto. Tá? às vezes chega na no DEM, que é o professor Diego, que é chefe de departamento, né, de ensino, mas quando é servidor ou servidora, normalmente vem direto e os alunos, né? Ou vão a CAE né? Ou eles também me encontram. Estou sempre presente no campus, pelo corredor e me puxa professora, está acontecendo isso, vamos falando aí. E aí vamos falando. Eu digo, não se preocupe, me digam pelo menos o primeiro nome de como é que é, que eu vou pedir pro setor pedagógico com a CAE e dar uma averiguada. Na situação é ...

Angela: E primeiro assim, vocês tentam fazer essa composição ali, a depender da gravidade do caso, né? Tentar fazer uma espécie de de conversa prévia ou você já encaminha para denúncia, enfim, já manda mesmo (risos)

Entrevistada 4: com essas denúncias no aspecto de alunos, né? Como essas denúncias, pelo regimento dos discentes, é uma infração gravíssima, né? Eu já encaminho direto para a comissão disciplinar.

Angela: Entendi.

Entrevistada 4: Para que possa ir averiguar, saber o que que está acontecendo, não é? E aí eles passam lá as medidas cabíveis, né? O que cabe dentro da resolução para os discentes. Quando são servidores, eu indico direto, fala BR. Sempre digo que uma coisa não impede a outra, que a gente pode registrar o boletim de ocorrência do que aconteceu, né?

Angela: Sim

Entrevistada 4: Que existem outros mecanismos além do fala BR que você pode fazer é... a denúncia, mas aí para alunos eu prefiro logo, tá? Quando são de de assédio, de homofobia ou algo do tipo encaminhar diretamente para a comissão disciplinar porque é uma situação gravíssima...

Angela: Sim

Entrevistada 4: então precisa ser apurado com celeridade.

Angela: É ... Não dá para você...

Entrevistada 4 (continuando) não posso deixar e a gente pulava no começo do ano. Ângela, com uma fragilidade. A comissão disciplinar ela.... Alguns pediram para sair, eu tive que recompor e ... Muitas pessoas têm medo não, porque eu não quero me indispor, digo, não precisa ter comissão disciplinar discente, porque a gente precisa dar o trâmite correto aos processos. Sim, né? Então perpassa pela CAE porque precisa de um acompanhamento, precisa de uma apuração correta, não pode ser feito de qualquer jeito, né? Então a gente reformulou a comissão disciplinar e ela tem atuado bastante, né? Na averiguação

de todas as denúncias. E colocado, né? As punições cabíveis e regulamentadas pelo regimento do IFMA que por sinal é ultrapassado.

Angela: Demais, inclusive, já estão estudando aí para para tentar reformular, né? Já tem aí umas reformas

Entrevistada 4: Conversei um tempo atrás de uma Aron (incompreensível). É muito ruim, tá muito ruim, incrível, péssimo, entendeu? E a gente precisa mudar,

Angela: Sim

Entrevistada 4: porque a gente já tá em outra era (risos)

Angela: Com certeza!

Entrevistada 4: já deu o que tinha que dar.

Angela: inclusive, lá tem um, dispositivo, um artigo que diz que a gente só precisa comunicar para as autoridades de polícia, Ministério público etc. É, ao final do procedimento, mas às vezes, quando você chegar no final do procedimento, pode ser que o delito e já tenha prescrito, não é se, por exemplo, for um aluno maior de idade, não é? E aí, como é que fica? A pessoa fica assim, a chance de ter ali uma reparação também no penal, né, de aquela pessoa ser punida no penal, imagina se uma aluna foi estuprada? Né? No, por um colega aí então quer dizer que a gente

Entrevistada 4: não vai ser imediata

Angela: é exatamente, né? Então é muito ultrapassado. Realmente tem ali falhas que precisam ser sanadas. Realmente. E já que tu falaste que a gente falou da CAE, tu sabes dizer, ela procura fazer algum tipo de tratativa com outros órgãos de proteção aos direitos humanos de (...) é, posso dar como exemplo a Secretaria da mulher, que (...) certamente tem uma Secretaria da mulher, né? Ou o próprio Ministério público, conselho tutelar tem esse? Essa conversa, esse diálogo?

Entrevistada 4: Tem. Existe quando a gente está, inclusive a assistente social que era do campus (...), ela está lotada agora, aqui Na Na DAI, na plena, e que a (...), né?

Angela: que eu chamo (...) (Risos)

Entrevistada 4: Isso,

Angela: eu chamo por causa da minha irmã. Ela é colega da minha irmã e minha irmã também é (...) (risos).

Entrevistada 4: (Risos) Ela permanece nos auxiliando no campus. (...), né? E a gente tem essa comunicação, sim, com assistência social, conselho tutelar, acontece alguma coisa. Então se é algo mais grave, a gente já foi. Eu fui quando a (...) estava várias vezes no conselho tutelar e a gente tem que eu

digo, a gente vai. Tá? Então a gente tem essas conversas. Ministério público com Campus é nos últimos tempos, né? Graças a Deus! não aconteceu nada tão sério, né? No campus para a gente estar mais próximo, mas a gente tem aí volta e meia o Ministério público fazendo palestra para as nossas alunas vindo ao campus, conselho tutelar, então assim, o campus (...), a gente procura ter essas parcerias e deixar a porta aberta. Quer vim ou a gente vai lá, vamos vir aqui, vamos conversar com a gente. A gente tem um núcleo de gênero que você conhece, que é o trabalha também aí...

angela: Maravilhoso.

Entrevistada 4: (risos) fazendo, fazendo ações dentro do campus. Então a gente tenta, né? É não, não sei não a gente tem como melhorar melhorar cada vez mais nessas ações.

Angela: Sim.

Entrevistada 4: Mas no caso (...), ele tem, tem feito essas parcerias, têm promovido ações e eu acho que o principal, acho que é uma coisa que a CAE faz muito bem a CAE, ela não faz muita formação de levar todo mundo com auditório, a CAE faz falas nas salas. Grava aí marca uma semana e cada horário está em uma sala para conversar, não é? E aí, temas diversos, temas que os alunos eu tenho no campus que a gente faz uma reunião de líderes de turma, né? A gente faz por bimestre, eu me reúno com os líderes, chamo diretoria de planejamento, chamo diretoria de ensino para a gente ouvir os alunos. É uma reunião que eles podem falar francamente, o que acreditam querendo e qual é a demanda dos alunos do campus. E aí, quando eles colocam algum tema que a gente precisa abordar pela CAE esses temas já vem da comunidade. E aí a gente precisa que entre conversando disso com a gente, aí a gente conversa com a CAE e eles entram com ação, então a gente tem feito muito aí, o papel de ouvir, né? Os discentes, o que que eles estão querendo, o que que eles estão precisando, e aí, a CAEi, entra. ou sozinha ou com convidados para estar fazendo essas ações e o neabi? ele participa também dessas, né? Neabi participa, não das reuniões, eles recebem as demandas.

Angela: Demandas...

Entrevistada 4: então o que que a gente faz? é , foi um pedido dos nossos alunos, né? Não tem aquela história do telefone sem fio?

Angela: sim.

Entrevistada 4: Então conversa os 3 diretores, ele termina ... Que é dito ali fica ali, não é? E a gente repassa para, seja pro tirésias, seja pro neabi seja para a CAE e para qualquer setor, desenvolver a ação sem dizer como uma solicitação veio.

Angela: Ótimo, né?

Entrevistada 4: A gente olha...

Angela: ótimo

Entrevistada 4: tá precisando, quer para os alunos terem a segurança, né? Às vezes eles ficam ali com medo de ter alguma represália? Apesar da gestão, nunca vai fazer isso, mas existe um receio ali, são jovens, eles têm medo. Então a gente faz esse paredão aí. Os 3 diretores no sentido de ouvir o que vocês querem? Pronto?

Angela: Beleza.

Entrevistada 4: Aí a gente age daqui pra frente, entende?

Angela: Entendi. massa! muito boa essa estratégia fantástica, I.. E com relação a esses relatos que você disse que você já recebeu, né? Alguns de servidores, enfim, de discentes também. Esses relatos, eles tiverem mais de pessoas do gênero masculino ou pessoas do gênero feminino.

Entrevistada 4: Mulheres, Ângela, é, é, nós somos as principais vítimas dessas práticas, infelizmente, porque a gente vive numa sociedade patriarcal. A gente permanece nesse meio que é muito tóxico. Que nos violenta todo dia, então eu nunca recebi relato de nenhum servidor ou de nenhum aluno, sempre mulheres. Sempre mulheres nessa situação. Infelizmente,

Angela: é uma pena realmente reflete muito o que a sociedade, né? A escola, ela é um microcosmos da sociedade. E aí porque a gente, justamente por ter esse microcosmo, como você falou, a CAE ela, é um diferencial, porque ela faz o trabalho na sala de aula, porque ali é o microcosmo do microcosmo, que é onde as coisas podem mudar, né? Onde a gente pode ir assim, vislumbrar uma perspectiva de mudança, né? Isso pra gente ver como é importante o nosso papel, né? Como educadores. É incrível isso. A gente já está se aproximando do final. Já tomei aqui bastante do teu tempo. (Risos)

Entrevistada 4: Risos

Angela: Tem mais, assim, 3, xô vê, são 3, sim, são 3 perguntas assim, que finalizam, na verdade, eu vou fazer afirmações se você concordar, você enfim, não é? concordo ou discordo. E se puder assim comentar alguma coisa a respeito disso, é ... aí você me fala. A primeira afirmação é: os servidores têm perfeita noção de que não podem se envolver afetiva ou sexualmente com discentes.

Entrevistada 4: Eu tenho que dizer se, se eles têm consciência disso?

Angela: estou afirmando para você.

Entrevistada 4: eles têm consciência (risos), mas fazem do mesmo jeito, tá? Tem consciência assim, aí eu posso dizer do aspecto do campus (...), campus (...) já viveu vários momentos de formação. Entendeu? Aí

eu não posso falar para os demais, mas dentro da minha comunidade isso já aconteceu inúmeras vezes. Então, se permanece, permanece sabendo que é errado, tem ciência sim

Angela: Hum hum. Entendi, perfeito, entendi. (risos)

Entrevistada 4: (risos)

Angela: Segunda. O IFMA campus (...), vou fazer questão de frisar que a gente está falando sobre o teu universo, aquilo que você conhece mais de perto. É um lugar seguro para pessoas LGBTQIAP+.

Entrevistada 4: 100% seguro. Eu acho que não existe esse espaço, Ângela, infelizmente, é ... as piadinhas de corredor, ainda existem mesmo a gente tendo ações de consciência é ... alunos fazem, servidores fazem. Então isso não é um ambiente seguro, ainda que às vezes a pessoa pensa que é só a questão da da segurança física, mas é da segurança psicológica você viver num, num, num ambiente que todo tempo solta, uma piadinha. Isso não lhe traz conforto. Isso não lhe faz bem, então não é infelizmente, o meu Campos ainda não é esse espaço de 100% de segurança.

Angela: Antes da última afirmação, eu vou só perguntar para ti a respeito dessa tua complementação, é ... essas piadinhas? É quando os servidores ouvem ou quando alguém ouve. Qual é a reação? Geralmente, você sabe se as pessoas riem ou se as pessoas procuram fazer alguma coisa ou fica por isso mesmo ou passa, deixou...

Entrevistada 4: no começo. Muita gente ria, né? No começo, mas a gente tem um Marco. Que entrada do professor (...) no campus (...), né? É quando o professor (...) entrou no campus (...), as pessoas começaram a se constranger dessa postura, do riso, da piada, de achar que podia, entendeu? Mas, na minha concepção, preconceito ainda existe, porque ele também não é só em palavras, na piadinha, ele também é no olhar. Ele também é na postura, né? Então por isso que eu digo que meu Campos ainda não é um espaço que eu quero que seja.

Angela: Sim.

Entrevistada 4: né? Porque ele ainda reflete o que a sociedade é pratica, tá? mas em (...) a gente procura sempre acolher a todos, mas essa postura de acolhida nem sempre está na postura de todo mundo da comunidade e isso é fato

Angela: Entendi. Entendi. .E agora, a última afirmação é: O IFMA é um lugar seguro para meninas e mulheres.

Entrevistada 4: Não

Angela: IFMA (...) (risos)

Entrevistada 4: Não é, porque eu já acabei de falar que a gente tem relatos de servidoras, de alunas... Esse ano recente de assédio, então não. Campus (...) tem muito que avançar ainda nessa política para ser esse espaço seguro, tanto para mulheres como para a comunidade LGBT. Não tem. Mas, eu acho que a gente conquista... esse espaço de de de confiança, de segurança, com formação. Ângela, são temas que não podem morrer. Não pode ser um evento e nunca mais falar. Ele é uma pauta constante para poder romper a barreira, tu tem que tá batendo na mesma tecla várias vezes. Até todas essas posturas preconceituosas, elas deixem de existir.

Angela: Entendi. Beleza, eu vou desligar o gravador.

ANEXOS

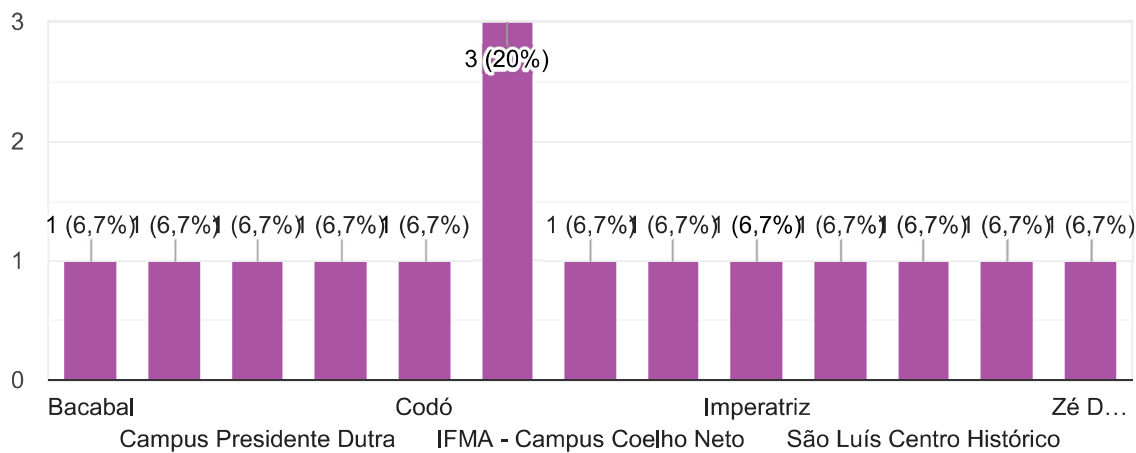
ANEXO 1- LEVANTAMENTO DE EXPECTATIVAS DAS AÇÕES DO PROJETO ESTRATÉGICO ‘ IFMA LIVRE DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO’

Projeto Estratégico IFMA Livre de Violência de Gênero

[Publicar análise](#)

 Copiar

Campus do Grupo de Trabalho



Questionário



No campus existem ações e/ ou projetos de enfrentamento às desigualdades de gênero? Em caso afirmativo, quais?

15 respostas

Não

Evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher com mesas-redondas e palestras; Semana de Diversidade e Inclusão; Live no mês do Orgulho LGBTQIA+; Semana Pedagógica; Além do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPq, o GEMCULTE-Lab (Laboratório de Pesquisa em Gênero, Ensino, Memória, Cultura e Espaço).

Sim. Núcleo de Gênero - Tirésias.

Realizou-se 01 atividade de roda de conversa neste semestre direcionada ao ensino superior e registrada no SUAP.

Não, pelo contrário, é muito escasso Não sei

Até agora só vi esse Projeto do IFMA livre de violência de gênero

Projeto de extensão Delas para Elas, que tem o intuito de auxiliar mulheres em situações de vulnerabilidade social.

Neabi; Projeto Delas para Elas; Projeto Meninas na Ciência.

Sim. No campus Codó existem ações preventivas e pontuais quando acontecem alguma forma de violência de gênero. Ações preventivas acontecem em forma de rodas de conversacom as turmas (ação desenvolvida pela psicologia, serviço social e enfermagem). Os professores também são estimulados a trabalharem essa temática em sala de aula.

Sim. Rodas de conversa e Palestras e sensibilização e conscientização em relação às denúncias.

Sim. Somos parceiros da PLAN em diversos projetos e atividades (Empodera IFMA, Meninasocupam, cursos de formação para as meninas), projetos interdisciplinares coordenados por docentes (recentemente tivemos o evento "Diálogos Coloridos")

Sim. Costumeiramente incluímos a temática de Gênero nas diferentes atividades do campus,



tais como SNCT, Semana da Consciência Negra, Seminário da Diversidade LGBTQIAP+, Dia da mulher, dentre outros.

Atualmente, não existem ações ou projetos específicos voltados para a temática. Elas são trabalhadas de forma transversal dentro de outros projetos ou mesmo em sala de aula. Há dese dar destaque às ações desenvolvidas pelo NEABI do campus, que procura exaltar o protagonismo e empoderamento feminino nos seus eventos tradicionais que são os Encontros

Indígenas e de Africanidades. O próximo evento, por exemplo terá a temática "Hip-hop e expressão feminina nas letras de Maria Firmina".



Existe fluxo de atendimento a casos de violência de gênero contra discentes e/ou trabalhadores/as no campus?- Em caso afirmativo, descreva. - Em caso negativo, qual a sugestão do campus para elaboração de um fluxo institucional?

15 respostas

Não

Não. Geralmente as/os alunos sentem-se à vontade e em segurança para se abrir com as/os professoras/es, que poderiam encaminhar a demanda à CAE para atendimento com a/o psicóloga/o, assistente social, também acredito que a CAP pode estar envolvida dependendo do caso e circunstância, uma vez que esse tipo de violência influi diretamente no rendimento escolar, por isso também a depender do grau de violência o Departamento de Ensino também precisa se envolver.

Sobre as possíveis violências sofridas pelas/os servidoras/es o caminho é sempre mais tortuoso, uma vez que devido à impunidade muitas não se sentem amparadas para denunciar. Por esta razão acredito que a comissão de combate à violência possa ser a primeira acionada e encaminhar o caso à Ouvidoria.

Encaminhamento para a Direção de Ensino, CAE e Tirésias.

Não. O fluxo deve vir da reitoria, assim como o fluxo criado sobre registro de comportamento autolesivo.

Não, pois já presenciei casos e esses indivíduos não tiveram o devido suporte da instituição sobre tal situação, algo que não deveria ocorrer. Como sugestão, essas questões deveriam ser mais debatidas no campus para que até mesmo os indivíduos presentes neste tenha ciência de como deve agir, caso ocorra, para que também a instituição atue de forma eficaz.

Não, acredito que deveria partir da CAE alguns momentos com alunos e servidores

Não sei informar
Não.

Apenas por parte dos atendimentos da CAE e coordenação do Campus, não há uma presença constante de um projeto ou execução de ações que se voltem diretamente ao tema, com a proposta de trazer conhecimento, alertas e uma abertura menos burocrática para casos de violência de gênero.

Não tenho conhecimento se existe. Acho que o setor pedagógico ou CAE seria na nossa realidade um bom caminho, pois institucionalmente não acredito que discentes sentiriam-se a vontade para formalizar uma denúncia, principalmente contra servidor/professor. Acredito que deve ser formalizado direto para reitoria/ delegacia.

Quando ficamos sabendo de situações de violência, encaminhamos o servidor ou discente à psicologia e ao serviço social para o momento de acolhimento e escuta. Em seguida, orientamos em como o servidor/discente pode proceder com a denúncia. Quando os

estudantes são menores de idade, os pais são chamados ao campus para a comunicação do ocorrido.

Não. Como proposição sugerimos a CAE com acolhimento de formalização da denúncia, seguido de encaminhamento para a Direção Geral, que posteriormente encaminharia para os órgãos institucionais de apuração as denúncia, além de encaminhamento, quando necessário, para Conselho Tutelar e outros órgãos competentes do município.

Não existe um fluxo institucionalizado. Os discentes são orientados a procurar a Coordenação e/ou a CAE, que faz a escuta e dá os direcionamentos (escuta dos alunos, aos servidores envolvidos, eventuais testemunhas e família), comunicando aos responsáveis ou abrindo processo na instituição. No caso de trabalhadores são orientados a denunciar diretamente na plataforma Fala BR.

Como sugestão: Acolhimento nos setores competentes (CAE, Chefia imediata, Setor pedagógico ou Coordenações de cursos)- informação aos setores envolvidos- Escuta com pessoal especializado para definir os encaminhamentos junto à Instituição- formalização da denúncia junto à instituição para definir se o caso é disciplinar (se for somente entre alunos),ou Corregedoria/Comissão de Ética, caso envolva servidores.

Não.

Não há um fluxo formal já estabelecido. Em nosso campus, o setor que costumeiramente acolhe a princípio essas demandas é o setor pedagógico. TAES e Pedagogos são escalados para o acompanhamento direcionado de turmas, então costumam ter um contato bem próximo aos discentes, o que permite a apreensão de diversas situações, incluindo diversos atravessamentos como racismo, lgtbfobia e outras violências.

A sugestão de fluxo pode contemplar: acolhimento empático por um servidor(a)/ encaminhamento da demanda para os devidos para prosseguimento de ações de denúncia (enquadramento no Regimento Disciplinar Discente, acionamento de órgãos externos competentes) / acompanhamento do discente pela equipe multidisciplinar do Campus O fluxo pode ser adaptado à demanda tendo por base aquele que consta no documento

orientativo de ações em casos de autolesão e tentativa de suicídio.

Qual a sugestão do campus para formação sobre questões de gênero, desigualdade e violência, destinados a estudantes, servidores/as e gestores/as?

13 respostas

Reuniões e eventos

Cursos voltados diretamente para os servidores, que possa contar com algum incentivo para a efetiva participação de todos, especialmente dos servidores com identidade de gênero masculina,

Desequilíbrio e violência de gênero para servidores.

A partir da experiência profissional da CAE, em virtude da dificuldade de sensibilização para a temática, sugerem-se encontros temáticos na forma de convocação.

Abordagens sobre as temáticas no ambiente institucional para que tendo ciência consigam combatê-lo e consequentemente contribuir na diminuição gradativamente, para um ambiente mais saudável.

Rodas de conversa, projetos de ensino, extensão

Um projeto específico para isso, e palestras com mais frequência, a fim de ressaltar a importância do assunto e lembrar da rede de apoio presente em nosso Campus.

Oficinas e rodas de conversas.

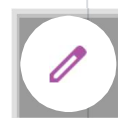
A formação deve ser presencial, em módulos e com direito à certificação.

Realização de ciclos de palestras, cursos de formação, seminários e fortalecimento dos órgãos de apoio.

Investimento maciço em formação continuada (cursos, seminários, oficinas, vivências, projetos intercâmbio, encontros, relatos de experiências de violência, etc) para todos os segmentos. Elaboração de cartilhas, podcasts, vídeos informativos, etc

Servidores e gestores? formação continuada via CFS;

Discentes: seminários, palestras, cards nas páginas oficiais das redes sociais, projetos de ensino.



Capacitações mais frequentes da equipe, com incentivo ao desenvolvimento de atividades que contemplem essa temática dentro do planejamento das aulas e eventos do campus. Há dificuldade em se trabalhar exclusivamente uma temática, desenvolvendo ações que demandem a pausa dos planejamentos dos docentes - não conseguimos muita adesão nesse formato.

As desigualdades de gênero e temas transversais como assédio, machismo, LGBTFOBIA são trabalhados em projetos escolares e aulas? - Em caso afirmativo, de que forma?

15 respostas

Não

Sim. Através de Projetos de Ensino, como o Sarau Itinerante e projetos de Pesquisa PIBIC já desenvolvidos e em andamento sob minha coordenação. Eu, como professora de História, sempre discuto questões de gênero e relações étnico-raciais em absolutamente todas as minhas aulas, inserindo esse debate em todo e qualquer conteúdo para que as/os estudantes possam identificar e refletir sobre as desigualdades de gênero ao longo da história.

sim. através de ações promovidas pelo Tiresias.

As temáticas costumam ser abordadas nas aulas de Sociologia, não há informações sobre abordagem no ensino superior. Também são abordadas nas ocasiões de atividades educativas da Coordenadoria de Assuntos Estudantis.

Não, pelo contrário, pois tais temáticas dentro do campus são tratadas como tabus e não tem o devido suporte pra uma abordagem correta, tanto que, houveram tentativas de abordar por exemplos temáticas sobre as diversidades de gênero, em um aspecto mais amplo, e quando se direcionava ao público-alvo, ensino médio, se tornou algo dificultoso por se tratar por uma diversidade de pessoas e que muitas das vezes carregam algo do seu âmbito familiar que pode ser considerado não saudável e quando a instituição não introduz, ainda perpetuará.

Alguns projetos liderados por servidoras
Eu falo nas minhas aulas de Direito
Não.

Principalmente em aulas das disciplinas de áreas sociais e humanas, visto que há assuntos que pedem a abordagem, além de lembretes e alertas de professores e professoras específicos que se atentam muito aos assuntos.

Na minha prática docente faço a inclusão de reportagens, documentários e casos de sucesso que incluam essas temáticas. Além dos projetos de extensão que desenvolvo.



Sim. Alguns professores trabalham em sala de aula essas temáticas, mas ainda não há um trabalho contínuo nesse sentido. Os docentes fazem por vontade própria. Ainda não temos projetos efetivos.

Sim, através de rodas de conversa, palestras, projetos de extensão, como o cineclube Lamparina, atuando por meio da exibição filmica seguida de debate. Além disso o tema é trabalhado de maneiras pontuais especialmente nas disciplinas das humanidades.

Sim, mas de forma isolada pelos professores. Tivemos o seminário "diálogos coloridos" nos últimos dias 23 e 24/08 que foi interdisciplinar, coordenado pelo NEABI.

Sim. Realizamos anualmente o Seminário da Diversidade LGBTQIAP+. Gênero e sexualidade também aparece como conteúdo na ementa das disciplinas de Filosofia e Sociologia.

As temáticas estão presentes em algumas aulas como da disciplina de Sociologia. Também estão presentes e são trabalhadas em todos os eventos realizados pelo NEABI, núcleo que sempre busca incluir essas temáticas, por entender que as ações afirmativas são transversais. Ainda, vale ressaltar que nos últimos anos o NEABI tem fortemente trabalhado a temática do protagonismo feminino.



No Campus houve denúncias de abusos contra discentes ou servidoras? Caso afirmativo, quais foram as medidas tomadas pela Gestão?

15 respostas

Sim

Não tenho conhecimento sobre abusos contra discentes, o que indica que devemos ter um olhar mais apurado para o problema. Informalmente soube de casos de assédio contra as servidoras administrativas, mas não houve nenhuma medida tomada, também porque não foi feita uma denúncia formal. O IFMA, em seus campi, precisa criar uma estratégia que combata de forma efetiva essas violências, para que as/os servidoras/es possam estar seguras para lutar contra esse tipo de violência.

Sim. Encaminhar para apuração de órgãos superiores. Comitê de ética.

Não há instrumento formal específico para registro e consulta dos dados solicitados. Os casos atendidos pelos profissionais da CAE são registrados no SUAP.

Sim, muitas das vezes com as situações ignoradas, pois foram realizadas por docentes e a credibilidade do próprio aluno se tornou algo questionável.

Sim, poucos sabem e não nos dão retorno de como está o processo e não passaram os

detalhes do caso para o DE, ficou sabendo na palestra.

Não sei

Sim, mas não sei quais medidas foram tomadas.

Sim, houve o encaminhamento para toda a coordenação e ouvidoria que tratam de assuntos relacionados.

Os casos existem isso é fato. Porém não sei sobre denúncias e encaminhamentos.

Sim. Em anos anteriores houve denúncias de assédio contra estudantes. Os discentes foram acolhidos pela Direção e encaminhados à psicóloga. Orientamos em relação à formalização da denúncia. Estas foram feitas pelos alunos e responsáveis à Comissão de Ética do IFMA.

Sim. Houve o acolhimento dos/as discentes e familiares, e a formalização da denúncia pela CAE. Este setor, encaminhou o processo para a Direção Geral, que por seu turno deu

prosseguimento para a Comissão de Ética, Corregedoria e Conselho Tutelar. Além do registro da denúncia no canal "Fala BR".

Tivemos contra discentes (servidores e discentes/discentes e discentes). Não há relatos de servidoras ou servidores. No caso das discentes, após escuta e colhimento de provas, a gestão encaminhou denúncia à Corregedoria. Estamos no aguardo da decisão da Comissão julgadora do PAD.

No caso entre discentes, após julgamento da comissão disciplinar discente, encaminhamentos da PROJUR, o aluno denunciado foi expulso da escola.

Não.

As denúncias não tomaram formato de denúncia formal realizada via instâncias e protocolos. Nesse sentido, foram realizadas escutas, acolhimentos e orientação para formalização das denúncias.

Existe algum mecanismo de transparência para acompanhamento de denúncias e processos de casos de violência de gênero no campus? Em caso afirmativo, quais?

15 respostas

Não

Não

não.

Não

.

Não que eu tenha conhecimento.

Não tem



Não. É tudo mantido em sigilo.

Acredito que apenas a psicóloga do Campus, além de professoras que se colocam à disposição para que alunos e alunas se sintam a vontade para falar algo.

Não tenho conhecimento.

Não. Logo porque as denúncias foram feitas e encaminhadas à Comissão de ética. A partir daí não obtivemos mais notícias.

Atualmente, os processos são encaminhados à Corregedoria e colocados em sigilo quanto ao seu desenrolar. Portanto, sabemos apenas o que é deliberado, via portaria, pela comissão, uma vez que não temos acesso aos autos. Dessa forma, repassamos à comunidade somente o que é oficializado pela Comissão julgadora pelos documentos oficiais.

Não há processo institucionalizado para recebimento de eventuais denúncias.

Como não há um fluxo formal de denúncias, de modo a existirem processos, não há como existir uma transparência no acompanhamento.

Há algum setor no campus para acolhimento e atendimento a casos de violência de gênero? Em caso afirmativo, descreva. Em caso negativo, qual a sugestão do campus para a criação de um espaço institucional de acolhimento e atendimento às vítimas?

15 respostas

Não, acompanhamento psicológico

Não existe. O espaço poderia ser na CAE, com acompanhamento dos profissionais especializados e a participação da comissão

Não. Institucionalização dos núcleos de gênero

Não há um setor formalmente constituído. Os casos de alunas que chegam ao conhecimento da gestão costumam ser encaminhados para a CAE. O mais comum é a procura do setor por iniciativa própria das alunas.

Não que eu tenha conhecimento, mas provavelmente não, então deveria ter um espaço seguro pra que esses indivíduos se sintam acolhidos e levados a sério sobre essas questões.

Não, precisamos urgentemente
Importante criar
Não há.

Não especificamente.

Sugiro a criação de um projeto que trabalhe as questões, contido por pessoas que possuem propriedade para trabalhar tais assuntos, principalmente uma rede grande de pessoas que auxiliam por parte mais psicológica.

Não tenho conhecimento. A CAE é o setor que mais é procurado para denúncias.

Sim. Mas não foi de certa forma instituído um espaço somente para este tipo de escuta. O acolhimento é realizado pela psicóloga e assistente social.

Não existe um setor específico, no momento, a CAE, através de equipe multidisciplinar, atuano acolhimento das vítimas e encaminhamento das denúncias.Sim. Todos os setores listados acima: CAE, Setor Pedagógico, Coordenações de Curso, Chefias imediatas.

Não.

Não há um setor específico para isso. Como sugestão, a equipe considera ser, neste momento, muito mais primordial a capacitação dos servidores na temática, em especial na escuta livre de julgamentos e empática, do que na construção de um espaço físico voltado somente para isso. A formação de uma rede de apoio capacitada, multiprofissional, nos parece o melhor espaço institucional.

O campus dispõe de material informativo (folder, cartilhas etc.) acerca da temática? Em caso afirmativo, descreva.

15 respostas

Não

Não

.

Não

Não. Usamos o disponibilizado pelo campus

Pedreiras. Não tem

Não há.

Não temos. Utilizamos material informativo de outras instituições parceiras (Plan, Casa da Mulher brasileira, DPCA, etc)

Há um banner da campanha 'Não é não'.

Quais sugestões os/as profissionais do campus têm para a construção da Política Institucional de Enfrentamento à Violência de Gênero no IFMA?

15 respostas

Psicólogos, assistente social, alunos e professores

Penso que o primeiro passo é a informação para toda a comunidade escolar, com palestras, cursos, cartilhas

A partir de um grupo de trabalho formado por profissionais e alunos que de fato discutam a temática no IFMA.

Não foi realizada consulta formal aos profissionais. A partir da experiência da CAE , sugere-se revisão dos mecanismos disciplinares e formação dos servidores.

Muitas conversas, ideais, mais pouca ação Importante criar
Discutir mais sobre o tema

A implantação da Projeto Estratégico IFMA Livre da Violência de Gênero
Assistente Social, professoras e servidoras envolvidas na temática
Um fluxo de transparência da reitoria até cada campus sobre os processos instaurados;
Institucionalização de um espaço de escuta de quem sofreu violência ou mesmo para
denúncia no campus (seja um espaço ou meio de comunicação);
Formação regulares com temáticas variadas dentro do âmbito da violência;
intercâmbio entre campi ou outras instituições para a discussão do assunto;

A formação e conscientização dos servidores a cerca da temática. O fortalecimento de núcleos de pesquisa e formação, para a construção de uma agenda de discussão que colabore para sensibilização dos servidores/as no enfrentamento da violência de gênero.

Formação continuada dos profissionais e servidores;
Política que garanta o acolhimento, apuração e decisão rápidas sobre as denúncias, evitando

o sentimento de "descaso institucional"

Publicização da legislação pertinente sobre violência, uso do nome social, Fortalecimento dos canais e órgãos de denuncia, com alocação de servidores, espaços adequados para escuta e recebimento de denúncias;

Olhar interdisciplinar da política, com alinhamento e união do Setor de Qualidade de vida do servidor, assistência ao educando, PROJUR, Comissão de Ética, órgãos externos de proteção e denúncia

Não recebemos orientações sobre quais procedimentos adotar para essa coleta de contribuições.

A inserção na Política de diretrizes que orientem a inclusão dessa temática no planejamento anual dos campi, bem como nas discussões e trabalhos efetuados pelos docentes, de modo que isso seja tomado como prática transversal e não como momentos pontuais no ano. As diretrizes precisam ser claras no sentido de orientar que a responsabilidade na construção de uma instituição livre de violência de gênero é de todos/todas/todes, e não papel de apenas um

Quais sugestões a comunidade discente do campus tem para a construção da Política Institucional de Enfrentamento à Violência de Gênero no IFMA?

15 respostas

Importância de mais eventos de tro do campus

Não foram consultados até o envio desse formulário Ampla participação discente na construção da política.

Quesito prejudicado, não foi realizada consulta aos discentes.

Assim como já citado, iniciar as etapas primárias, sendo elas as abordagens sobre tanto com os docentes quanto discentes, pra que seja uma ação de mão dupla e ambos tenham conhecimento sobre e isso contribuiria para as próximas etapas mais ativas.

As mesmas ideias direcionada pelas servidoras Importante criar Não.

A implantação do Projeto Estratégico em parceria com outro projeto que trabalhe questões sociais do Campus.

Roda de conversa e projetos de pesquisa e ensino. Canais de denúncia no próprio campus;

Orientações aos discentes e familiares sobre como agir em caso de violência.

Criação de ações que integrem a família a essas discussões, promovendo atividades de conscientização e sensibilização dos familiares para importância do enfrentamento da violência de gênero. Além do fortalecimento de projetos de ensino e extensão que reforcem importância dessa temática.

É necessária a construção de um currículo escolar que inclua pautas sobre a prevenção da violência contra mulher nos currículos da educação básica, tal qual consta na lei 14.164/21. Além de privilegiar a desconstrução das verdades femininas e masculinas impostas pela sociedade, com o objetivo de conscientizar acerca do papel da mulher. E instituir a Semana

Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Não recebemos orientações sobre quais procedimentos adotar para essa coleta de contribuições.

Não tivemos esse retorno de modo estruturado.

Há parcerias com Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde e Secretaria de Defesa Social do município ou municípios vizinhos no tocante ao acolhimento, educação em saúde e denúncias além daquelas feitas dentro do Campus? Caso afirmativo, como funcionaria o acolhimento das vítimas?

15 respostas

Há parceiras através de ações informativas, como palestras em datas específicas do enfrentamento às diversas violências

Não há parceria formal, mas os casos que chegam à CAE são encaminhados para a rede após acolhimento e orientações.

Importante fazer parcerias
Não há.
Não sei informar.

Não tenho conhecimento.

Sim. Quando há situações de violência orientamos e encaminhamos os alunos e familiares para a Secretaria da Assistência Social e Saúde do Município.

Sim. O acolhimento ainda é precário por parte desses órgãos, carecendo de melhores estratégias tanto para o acolhimento das vítimas e resolução do problema, quanto para o fortalecimento da rede. Cabe destacar que essa parceria entre IFMA e órgãos municipais ainda precisa ser fortalecida.

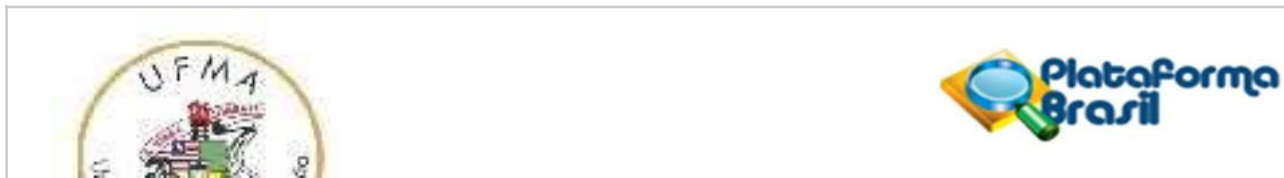
Sim. A parceria esta sendo mais no sentido educativo. Nos casos de assedio das alunas a CAE orientou as famílias sobre seus direitos e possibilidades de ação junto a esses órgãos,notadamente a Delegacia de Proteção à criança e ao adolescente.

Realizamos eventualmente atividades sobre educação em saúde. Em 2022 houve uma ação no contexto da Semana do Meio Ambiente, mas o foco não foi direcionado para violência de gênero.

Não existe uma parceria formalmente alinhada.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) – [Termos de Serviço](#) – [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



ANEXO 2- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MAS, DOUTORA, NAMORAR ALUNA É ASSÉDIO SEXUAL?: UMA ANÁLISE ÉTICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO

Pesquisador: ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA REGO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 54780221.1.0000.5086

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.310.908

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1767590.pdf Datado de 06/03/2022).

Introdução:

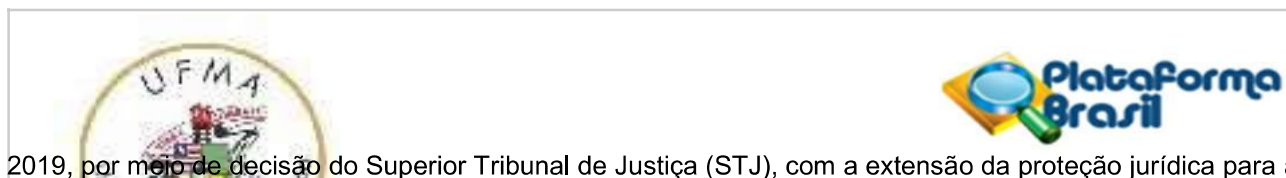
A compreensão da dinâmica dos delitos sexuais na contemporaneidade exige algo além do que a simples apreensão dos conceitos legais das referidas violências. Faz-se necessária a análise do sistema sócio-político que serve de arcabouço para a recorrência de tais práticas na sociedade. Importa pois, em especial, compreender o patriarcado como sistema mais ancestral à validação das opressões de gênero, entendido por Rita Segato (2016, p. 18) como uma "[...] relação de gênero baseada na desigualdade, [...] estrutura política mais arcaica e permanente da humanidade [...]". Isso porque, segundo a antropóloga, para o Direito, e não só para a lei, as sociedades são entendidas como relações contratuais nas quais se pressupõe, apenas formalmente, a igualdade entre os sujeitos de direitos e obrigações. A visão obtusa da ciência jurídica não enxerga - ou não quer enxergar- as relações de poder imbricadas nas violações decorrentes, invariavelmente, do sistema patriarcal (SEGATO, 2016). Nesse sentido, juridicamente, a interpretação do assédio sexual já passou por dois momentos no Brasil: a partir de 2001, quando o Código Penal Brasileiro passou a classificá-lo como crime cometido nas relações de trabalho (LOBIANCO et al., 2012); e a partir de

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227

CEP: 65.020-070

UF: MA **Município:** SAO LUIS

E-mail: cep@huufma.br



2019, por meio de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com a extensão da proteção jurídica para as relações entre professores e alunos (BRASIL, 2001; STJ, 2019).

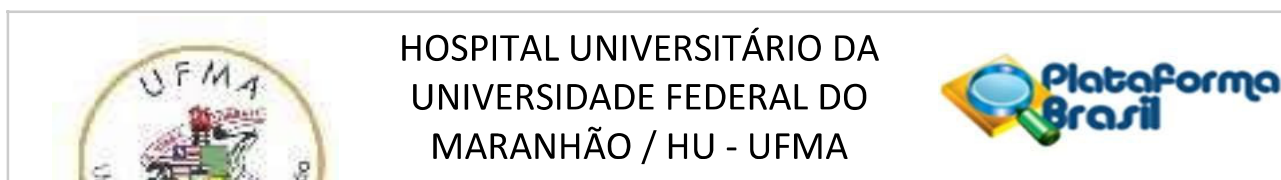
Nessa ação penal, o Superior Tribunal de Justiça julgou caso no qual “[...] o réu, em 2012, ao conversar com uma aluna adolescente em sala de aula sobre suas notas, teria afirmado que ela precisava de dois pontos para alcançar a média necessária e, nesse momento, teria se aproximado dela e tocado sua barriga e seus seios.” (ASSÉDIO..., 2019, n.p.). Para o ministro relator, há um vínculo de confiança e admiração entre professor e aluno, o qual pressupõe inegável superioridade, ou seja, há uma relação de poder, inerente à dominação do patriarcalismo. Assim, diz-se que: Revela-se patente a aludida ‘ascendência’, em virtude da ‘função’ — outro elemento normativo do tipo —, dada a atribuição que tem a cátedra de interferir diretamente no desempenho acadêmico do discente, situação que gera no estudante o receio da reprovação. [...] Faço lembrar que o professor está presente na vida de crianças, jovens e também adultos durante considerável quantidade de tempo, torna-se exemplo de conduta e os guia para a formação cidadã e profissional, motivo pelo qual a ‘ascendência’ constante do tipo penal objeto deste recurso não pode se limitar à ideia de relação empregatícia entre as partes (BRASIL, 2019). Desde então, a decisão do STJ (STJ, 2019) apontou um caminho para que as instituições de ensino se obrigassem a refletir sobre as práticas de assédio sexual em seus espaços e passassem a envidar esforços preventivos e combativos como forma de debater e expurgar de seus ambientes a conduta criminosa, que denota nítido caráter de subordinação de sujeitos em posição de vulnerabilidade - crianças e adolescentes, sobre os quais agentes públicos reproduzem as violências inerentes ao sistema patriarcal. Nesse contexto, o presente estudo se apoia em três premissas básicas: o assédio sexual é tomado como violência de gênero; a violência de gênero decorre de um comportamento antiético de agente público; a violência de gênero, no Maranhão, tem cor e classe. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) é uma grande instituição de ensino pública que conta, atualmente, com mais de trinta campi espalhados em todo o Estado do Maranhão. Até 2008, só havia campi do IFMA em São Luís e Imperatriz. Após a implementação da Lei nº 11.892/2008, em pouco mais de dez anos a quantidade de unidades aumentou exponencialmente. A implantação de unidades em municípios muito pobres do Estado, ao mesmo tempo que fez nascer esperança de educação de qualidade para milhares de jovens, trouxe também alguns males, entre eles, o assédio sexual. Em setembro de 2019, foi instituída a Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no IFMA, com o intuito primordial de promover a discussão acerca da ocorrência do crime de assédio sexual no ambiente institucional, através da deflagração da Campanha ‘Não é não’ (IFMA, 2020). Não obstante as diversas atividades realizadas durante a ação institucional, não se verificou um aumento sensível no número de denúncias.

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227

CEP: 65.020-070

UF: MA **Município:** SAO LUIS

E-mail: cep@huufma.br



Continuação do Parecer: 5.310.908

E pior, continua-se a observar uma perigosa morosidade no trato com procedimentos que visem à investigação dos casos já denunciados junto aos setores responsáveis da Instituição, o que motivou o interesse na presente investigação. De fato, além de ser muito difícil para as vítimas, todas elas adolescentes, denunciarem, quando conseguem fazê-lo, geralmente, têm seu caráter e sua credibilidade questionados por aqueles que com elas convivem no IFMA e até mesmo na cidade onde vivem, quase sempre Municípios pequenos e pobres do Estado do Maranhão. Entretanto, ao se analisar mais a fundo o fenômeno da expansão do IFMA no Estado, tem-se que a violência de gênero na escola, nem sempre, decorre de uma abordagem abertamente violenta ou não resistida pela vítima, conforme descrito no caso de assédio sexual julgado pelo STJ. A abordagem afetivo sexual - flerte, namoro, relação sexual - perpetrada por um agente público em face de uma aluna pode não encontrar, na maioria dos casos, qualquer resistência. O título deste trabalho é, portanto, consequência dessa percepção, uma vez que, ao tratar do tema com os servidores públicos durante palestras, no bojo da Campanha 'Não é não', a pergunta "mas, doutora, namorar aluna é assédio sexual?" era constante em praticamente todos os campi visitados. Infere-se, assim, que, apesar de promoverem a educação formal dos sujeitos, as instituições de ensino, por vezes, contribuem de forma negativa para a perpetuação de situações de violência que marcam o percurso de vida das vítimas (LOURO, 2014). Dessa forma, este trabalho pretende, a partir do conceito de violência de gênero, investigar a sua ocorrência no IFMA, tomando como base a implicação ética entre os agentes públicos e o corpo discente, em cotejo com a expansão da rede no Estado do Maranhão, no intuito de se cogitar o fortalecimento de uma rede de proteção às vítimas, em detrimento de uma eventual cumplicidade institucional com as práticas de violência. Nesse sentido, Judith Butler (2015) discute acerca da dificuldade de reconhecimento por parte de alguns sujeitos das dores de certos corpos e quanto à opção da adoção de uma justificativa ética para se cometer ou se permanecer em estado de violência. Por isso, é de se questionar se a Instituição, por meio de seus agentes públicos, adota essa postura no ambiente escolar e, em caso positivo, por que assim o faz.

Hipótese:

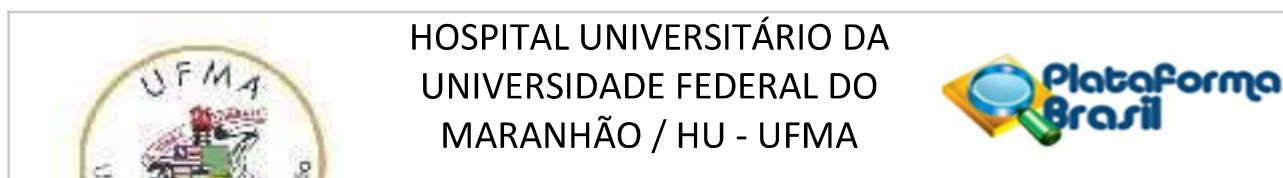
A hipótese que se levanta na presente investigação é de que a rede de suporte ao servidor-violador encontra no seio da instituição um forte abrigo, malgrado todo aparato legal e institucional com vistas à sua repressão e prevenção, de maneira que, concomitantemente, à expansão da rede de ensino, expandiu-se, também, a violência de gênero instrumentalizada por meio dos servidores públicos, ocorrendo o que Rita Segato denomina de 'la mirada pornográfica y objetificante sobre el cuerpo' das discentes (SEGATO, 2014, p. 608), instrumentalizada por um provável mandato de masculinidade existente no ambiente escolar (SEGATO, 2019).

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227

CEP: 65.020-070

UF: MA **Município:** SAO LUIS

E-mail: cep@huufma.br



Inferir-se também sobre a possibilidade de que tais identidades sociais venham a corroborar ou não com um eventual estranhamento e/ou comprometimento ético, como teoriza Judith Butler (2015) ao tratar da violência ética, uma vez que, para a autora, a ética se trata da análise de um código moral em que ser ético significa tornar-se crítico de regras as quais não se escolhe, mas sob as quais se é obrigado a agir.

Metodologia Proposta:

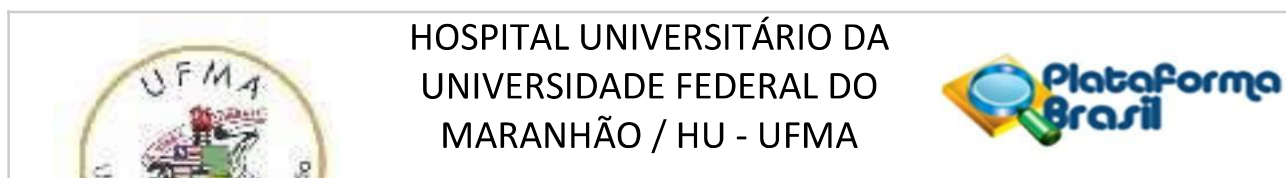
Em sua primeira fase, esta é uma pesquisa documental, visto que, através de registros estatísticos e institucionais escritos, buscará dados em quantidade e qualidade suficientes para a descrição da realidade. É também uma pesquisa de campo descritiva e exploratória. Trata-se de uma pesquisa mista ou quanti-qualitativa. O contexto deste trabalho busca contemplar as cinco regiões geográficas intermediárias e imediatas do Estado do Maranhão, onde se situam, atualmente, trinta e dois campi do Instituto Federal do Maranhão, instituição que apresenta, de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP, 2019), um contingente de cerca de 26.142 alunos em curso, 1.796 professores e 1.378 profissionais técnicos administrativos de diferentes categorias profissionais. Tomando-se por base cada uma das cinco regiões citadas, foram escolhidas como palco das pesquisas documental e de campo as unidades do IFMA de Pinheiro, Açailândia, Presidente Dutra, Caxias e Bacabal. O critério de eleição se pautou no histórico de casos reportados de assédio sexual na Instituição. Em se tratando de regiões onde não houve denúncias formalizadas, serão analisados os dados da unidade localizada na sede urbana da respectiva região. A partir da pesquisa documental, será realizado um levantamento sociodemográfico dos Municípios sede dos campi amostra. Buscar-se-á identificar, em cada um deles, os marcadores de gênero, raça e classe, cotejando-os com aqueles referentes ao desenvolvimento político, econômico e cultural local. Procurar-se-á investigar - para além dos dados ordinários, tais como IDH, renda per capita, taxa de analfabetismo, etc. -, circunstâncias mais específicas, como a taxa de casamento infantil ou intergeracional, a idade da primeira gravidez, o número de filhos por família, a taxa de escolaridade, o acesso a serviço médico ginecológico e a apoio psicológico, entre outros que girem em torno da questão de gênero e sexualidade das muncípes. Com relação às participantes da pesquisa de campo, serão convidadas a contribuir as servidoras — professoras e técnicas administrativas — lotadas nos respectivos campi. A escolha para a realização da pesquisa de campo somente com servidoras deve-se ao fato de que este trabalho investiga a violência de gênero no ambiente institucional, de maneira que se pressupõe um maior impacto desse fenômeno sobre o gênero feminino, que podem, inclusive, ser igualmente vítimas de violência de gênero, seja no contexto laboral ou fora dele. Como técnica de pesquisa será utilizada a entrevista em profundidade, preferencialmente de maneira presencial. A entrevista será realizada pela própria pesquisadora, a partir de um roteiro básico de perguntas, categorizadas em quatro partes, de maneira a melhor apreender os dados relacionados aos objetivos da pesquisa: perguntas voltadas para a identificação e caracterização sociodemográfica e cultural das entrevistadas; questões referentes ao serviço público; perguntas que envolvam o comportamento ético; e questões sobre a violência de gênero.

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227

CEP: 65.020-070

UF: MA **Município:** SAO LUIS

E-mail: cep@huufma.br



Na pesquisa de cunho qualitativo, a seleção da amostra dentro do universo onde ocorrerá a investigação é primordial, pois interfere diretamente na qualidade da apreensão dos dados que serão utilizados para compreender, em sentido mais amplo, o problema descrito, de modo que o número de participantes será definido por meio do chamado “critério de saturação”, segundo o qual serão desconsideradas as respostas quando os discursos apresentarem uma tendência à repetição das informações (DUARTE, 2002). Após a submissão à apreciação e aprovação do CEP da UFMA, as servidoras serão contatadas e convidadas a participar da pesquisa. A entrevista será precedida da assinatura, pela entrevistada, do termo de consentimento livre e esclarecido, que contém a descrição dos objetivos e procedimentos metodológicos e éticos do estudo. Não será necessário nenhum tipo de identificação das respondentes e a participação será voluntária.

Critério de Exclusão:

Serão excluídas da pesquisa servidoras públicas que se encontrem em estágio probatório ou que não estejam em exercício.

Metodologia de Análise de Dados:

A etapa referente à pesquisa documental se valerá da análise de conteúdo como característica de procedimento técnico e sistemático da investigação, apresentando fases específicas, quais sejam: pré-análise, por meio da seleção da amostra documental; exploração do material, através da determinação de unidades de análises; eleição das categorias tratáveis; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, momento no qual se organizarão os dados em um quadro (SILVA et. al, 2009). Quando da análise de discurso, serão interpretados os conceitos de sujeito, linguagem e discurso, elementos esses ínsitos ao problema de pesquisa, de modo que é a partir deles que as falas das entrevistadas, ou seja, o corpus das entrevistas será formatado através das seguintes etapas: transposição da superfície linguística para o objeto discursivo; transição do objeto discursivo para o processo discursivo; e, por fim, formação dos processos discursivos (LIMA et. al, 2017; BRASIL, 2011).

Desfecho Primário:

Os resultados obtidos a partir da análise sociodemográfica e cultural dos Municípios serão comparados aos discursos identificados nas entrevistas, de modo a se traçar um panorama quanto ao fenômeno violência de gênero como expressão da colonialidade do poder, do saber e do ser no ambiente escolar.

Desfecho Secundário:

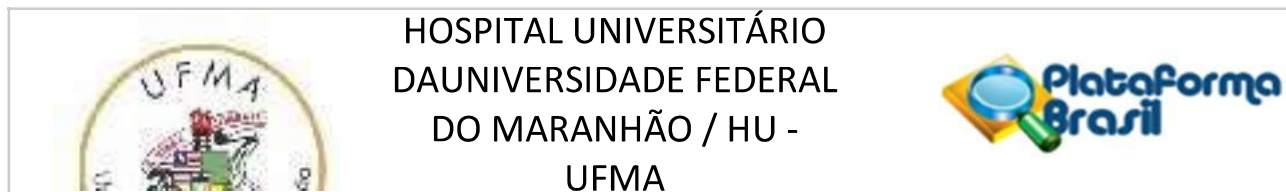
Compreensão sobre a dinâmica desse tipo de abuso em seu viés sociocultural e suas implicações éticas, de modo a se investigar eventual caracterização de violência institucional em face de discentes do IFMA.

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227

CEP: 65.020-070

UF: MA **Município:** SAO LUIS

E-mail: cep@huufma.br



Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a violência de gênero e suas implicações éticas e socioculturais no IFMA em cotejo com a expansão da rede no Estado do Maranhão.

Objetivo Secundário:

Caracterizar a violência ética institucional, adotando-se o gênero como uma categorial decolonial de análise; Levantar o perfil socioeconômico dos Municípios de Pinheiro, Açailândia, Presidente Dutra, Caxias e Bacabal, onde se instalaram campi do IFMA após a expansão da rede federal de educação, e analisar os impactos decorrentes dessa instalação; Compreender a percepção dos participantes quanto ao significado de violência de gênero e suas implicações éticas; Identificar a eventual formação de redes de proteção ao servidor abusador no ambiente institucional, em detrimento do fortalecimento das redes de apoio às vítimas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa envolve riscos mínimos, haja vista o manejo de questionários que poderão ser respondidos de forma a preservar o anonimato das respondentes.

Benefícios: Compreensão sobre a dinâmica desse tipo de abuso em seu viés sociocultural e suas implicações éticas, de modo a se investigar eventual caracterização de violência institucional em face de discentes do IFMA.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa propõe discutir um tema bastante atual e relevante que é a violência de gênero, particularmente o assédio sexual, além da sua relevância científica, com a proposta de reconstrução de categorias centrais para adensar as reflexões acerca deste fenômeno, enquanto parte de outros fenômenos mais complexos presentes na sociedade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo apresenta documentos referente aos "Termos de Apresentação Obrigatória": Folha de rosto; Orçamento financeiro detalhado, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Autorização do Gestor responsável do local para a realização da coleta de dados e Projeto de Pesquisa Original na íntegra.

Recomendações:

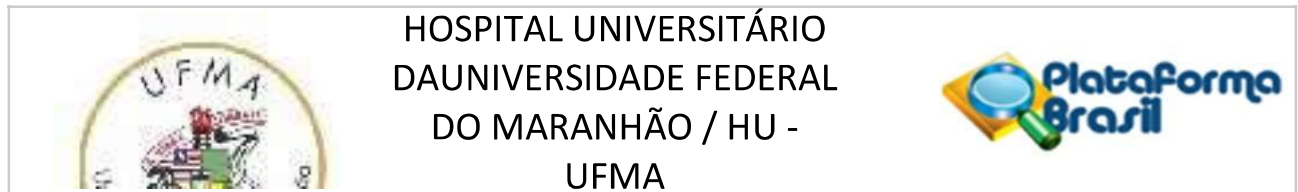
Após o término da pesquisa o CEP-HUUFMA sugere que os resultados do estudo sejam devolvidos aos participantes da pesquisa ou a instituição que autorizou a coleta de dados de forma anonimizada.

Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227

CEP: 65.020-070

UF: MA **Município:** SAO LUIS

E-mail: cep@huufma.br



Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O PROTOCOLO não apresenta óbices éticos, portanto atende aos requisitos fundamentais da Resolução CNS/MS nº 466/12 e suas complementares, sendo considerado APROVADO.

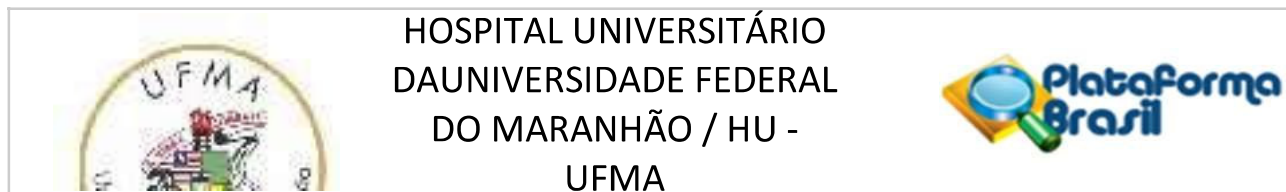
Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa-CEP-HUUFMA, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº.466/2012 e Norma Operacional nº. 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do projeto de pesquisa proposto.

Eventuais modificações ao protocolo devem ser inseridas à plataforma por meio de emendas de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Relatórios parcial e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente após a coleta de dados e ao término do estudo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO PROJETO_1767590.pdf	06/03/2022 18:35:49		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	06/03/2022 18:35:08	ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PendenciasResolvidas.pdf	06/03/2022 18:33:52	ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PendenciasResolvidas.pdf	06/03/2022 18:33:09	ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Outros	OficioAutorizacaoPresDutra.pdf	24/09/2021 20:22:08	ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_2021100502.pdf	24/09/2021 20:18:36	ANGELA BÁRBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Outros	OficioAutorizacaoCaxias.pdf	13/09/2021 19:55:37	ANGELA BARBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Outros	OficioAutorizacaoAcailandia.pdf	13/09/2021 19:55:11	ANGELA BARBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Outros	OficioAutorizacaoBacabal.pdf	13/09/2021 19:53:35	ANGELA BARBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Outros	OficioAutorizacaoPinheiro.pdf	13/09/2021 19:52:58	ANGELA BARBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
Endereço: Rua Barão de Itapary nº 227				
Folha de Rosto	FolhaDeRosto1.pdf	13/09/2021 19:40:54	ANGELA BARBARA LIMA SALDANHA REGO	Aceito
UF: MA Município: SAO LUIS		E-mail: cep@huufma.br		

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 24 de Março de 2022

Assinado por:**Rita da Graça Carvalho Frazão Corrêa(Coordenador(a))****Endereço:** Rua Barão de Itapary nº 227**CEP:** 65.020-070**UF:** MA **Município:** SAO LUIS**E-mail:** cep@huufma.br